



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ANA PAULA FREGNANI COLOMBI

**A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS
nos governos do PT (2003-2014).**

Campinas
2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ANA PAULA FREGNANI COLOMBI

**A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS
nos governos do PT (2003-2014).**

Prof. Dr. José Dari Krein – orientador

Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA PELA ALUNA ANA PAULA
FREGNANI COLOMBI, ORIENTADA PELO PROF. DR.
JOSÉ DARI KREIN.**

**Campinas
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2014/19423-1; CNPq

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

C717i Colombi, Ana Paula Fregnani, 1984-
A institucionalização do consenso : atuação da CUT e da FS durante os governos do PT / Ana Paula Fregnani Colombi. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Dari Krein.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Partido dos trabalhadores (Brasil). 2. Movimento sindical. 3. Relações trabalhistas. 4. Participação social. 5. Ação coletiva. I. Krein, José Dari, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The institutionalization of consensus : action of CUT and FS during the PT governments

Palavras-chave em inglês:

Workers' party
Labour movement
Labor relations
Social partnership
Collective action

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Dari Krein [Orientador]
Andreia Galvão
Hugo Miguel Oliveira Dias
José Ricardo Garcia Pereira Ramalho
Roberto Véras de Oliveira

Data de defesa: 28-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ANA PAULA FREGNANI COLOMBI

**A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS
nos governos do PT (2003-2014).**

Prof. Dr. José Dari Krein – orientador

Defendida em 28/02/2018

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. José Dari Krein - Presidente
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Andreia Galvão
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Jose Ricardo Garcia Pereira Ramalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna

*Para Leonardo, meu companheiro
de todos os momentos.*

*Aos amigos e amigas,
que me guiaram até aqui.*

Agradecimentos

O caminho que nos traz até aqui contou com o apoio de pessoas inestimáveis, a começar pelos meus pais e irmãos, sogro e sogra que sempre me incentivaram, mesmo quando não compreendiam, a seguir este caminho. Meus amigos e amigas, a quem cito nominalmente, agradeço pelas longas conversas, pelas leituras e releituras do texto, pelas palavras de conforto e incentivo nos momentos mais difíceis. Agradeço à Patrícia Lemos, Ellen Gallerani, Lucila D'Úrso, Maíra Bichir, Rita Kallabis, Lucas Andrietta, Ulisses Rubio, Fábio Pádua, Bárbara Castro, Laura Moísa e Pedro Henrique de Alcântara. Como estudiosas do mesmo tema, Patrícia e Ellen são amigas preciosas que tiveram um papel muito importante na forma final que esse texto adquiriu. Sem elas certamente não teria conseguido cumprir esta etapa.

Alguns desses amigos compõem o *Grupo de Pesquisa em Sindicalismo e Relações de Trabalho* (CESIT/Unicamp) do qual participo desde seu início (2011) e que muito contribuiu para minha formação e para as reflexões que se apresentam nessa tese. Agradeço a cada uma das pessoas que por ele passou ao longo desses 7 anos de leituras conjuntas, conversas e debates. Agradeço também à Pedro Henrique de Alcântara, Pietro Borsari e André Krein pela disponibilidade, atenção e ajuda com o tratamento dos dados apresentados na tese. Estendo, ainda, meus agradecimentos à Marilane Teixeira e à Daniel Ferrer cuja ajuda foi fundamental para que as entrevistas na Central Única dos Trabalhadores e na Força Sindical pudessem ser realizadas. Aos entrevistados e entrevistadas, agradeço pela disponibilidade e desprendimento demonstrados nas respostas que me foram dadas. À Patrícia Lemos, agradeço, novamente, pela ajuda com as primeiras entrevistas.

Agradeço ainda às instituições de fomento que financiaram a pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento durante o primeiro ano do doutorado. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa referente ao processo 2014/19423-1, ressaltando que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de minha inteira responsabilidade e não refletem necessariamente a visão da FAPESP e do CNPq. À FAPESP agradeço também pelo financiamento do doutorado-sanduíche referente ao processo 2016/10582-5. Aproveito também para agradecer pelas conversas com os professores que me acolheram ao longo do doutorado-sanduíche em Londres: Professora Rebecca Gumbrell-

McCormick e o Professor John Kelly. De grande importância foram também as minhas poucas, mas inestimáveis conversas com o Professor Richard Hyman.

Sou portadora também de imensa gratidão ao meu orientador durante o mestrado e o doutorado, Professor José Dari Krein, pela acolhida, conversas, orientações e, sobretudo, pelo incentivo para seguir em frente mesmo quando as perspectivas são desanimadoras. Agradeço aos demais professores que fizeram parte de minha formação e que aceitaram participar da banca de qualificação desta tese: Andreia Galvão e José Ricardo Barbosa Gonçalves. Ao último devo minha admiração pela generosidade nas indicações de leituras e nas conversas que questionam minha maneira de ver e interpretar o mundo em que vivemos. Não posso deixar de mencionar minha gratidão ao Professor e amigo Hugo Dias, pelas orientações, pelo inesgotável incentivo para realização do Doutorado-Sanduiche e por acreditar em minhas potencialidades na vida acadêmica quando eu mesma as coloco em dúvida. Aos Professores Roberto Vêras de Oliveira e José Ricardo Ramalho agradeço pelos debates ao longo dos congressos que participei.

Por fim, agradeço ao meu companheiro Leonardo Dias Nunes, certa de que teremos uma vida inteira para compartilhar leituras, frustrações, conquistas e sonhos.

Resumo

Este trabalho analisa como a estratégia político-sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical (FS) buscou alterar a agenda do trabalho durante os governos do PT (2003-2014) com o objetivo de discutir o sentido da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras nesse período. Por meio da análise da participação dessas centrais nos espaços institucionais em contraposição com seus repertórios discursivos discutiu-se a hipótese de que a estratégia de participação social privilegiada por estas instituições consolidou-se por meio de uma busca pelo consenso em detrimento do conflito. Primeiramente, mostrou-se que apesar das potencialidades do novo momento político e econômico que se abriu na vida nacional, o alargamento das heterogeneidades do mercado de trabalho e a permanência da flexibilidade laboral impuseram novos desafios à ação coletiva em linha com as tendências gerais do capitalismo contemporâneo. Em seguida, mapeou-se as estratégias político-sindicais mobilizadas para a reivindicação da agenda econômica e para a disputa em torno da regulamentação pública do trabalho nesse cenário. A pesquisa revelou a subordinação da pauta trabalhista aos interesses comuns com as diferentes frações do capital e à moderação crítica em relação ao governo. Esses elementos caracterizaram uma estratégia de participação social orientada pela institucionalização do consenso. Nesses termos, essa estratégia permitiu a conquista de ganhos pontuais, especialmente econômicos, mas comprometeu o campo político para disputas mais amplas no âmbito dos direitos trabalhistas e da proteção social, expressando os limites dessa estratégia em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado.

Palavras-chave: governos do PT, movimento sindical, relações de trabalho, participação social, ação coletiva.

Abstract

This thesis analyzes how the strategy of Central Única dos Trabalhadores (CUT) and Força Sindical (SF) sought to change the labor agenda during the PT governments (2003-2014) with the aim of discussing the orientation of the actions of the two major Brazilian trade union confederations during this period. Through the analysis of the participation of these trade union confederations in the institutional spaces in contrast with their discursive repertoires, this research discussed the hypothesis that the social partnership strategy privileged by these institutions was consolidated through a search for consensus to the detriment of conflict. First, it was shown that despite the potential of the new political and economic moment that has opened up in national life, the widening of labor market heterogeneities and the permanence of labor relation flexibility have imposed new challenges to collective action in parallel with the general tendencies of contemporary capitalism. Then, based on this scenario, the trade union strategies which was mobilized in order to claim the economic agenda and dispute public regulation of labor were mapped. The research revealed the subordination of the labor agenda to the common interests with the different fractions of capital and to the critical moderation in relation to the government. These elements characterized a social partnership strategy oriented by the institutionalization of consensus. In these terms, this strategy allowed the achievement of punctual gains, especially the economic ones, but it compromised the political field for broader disputes in the scope of labor rights and social protection, expressing the limits of this strategy in the current neoliberal and financialized capitalism.

Key-words: workers' party, labor movement, labor relations, social partnership, collective action.

Lista de Figuras

Figura 1: Estratégias e contexto na abordagem da revitalização sindical.	39
Figura 2: Mapa atualizadas correntes que compõem a CUT e das Centrais Sindicais.....	146

Lista de Tabelas

Tabela 1: Reajuste do Salário Mínimo 2003-2014.....	89
Tabela 2: Composição do PIB por setor econômico (%), 2003-2014.....	93
Tabela 3: Índice de representatividade ¹ das Centrais Sindicais 2008 a 2014 (%).....	117
Tabela 4: Distribuição dos delegados por ramos mais representativos - CUT.....	118
Tabela 5: Distribuição dos delegados por ramos mais representativos - FS.....	119

Lista de Quadros

Quadro 1: Entrevistas realizadas	27
Quadro 2: Estratégias sindicais e dimensões da ação coletiva identificadas pela abordagem da revitalização.....	40
Quadro 3: A plataforma das centrais sindicais nos anos 1990.	65
Quadro 4: Estratégias e dimensões para análise das centrais sindicais brasileiras.....	72
Quadro 5: Primeiras Marchas da Classe Trabalhadora	137
Quadro 6: Movimentações da CUT para barrar os efeitos da crise.....	160
Quadro 7: Manifestações da FS no primeiro governo Lula.....	180
Quadro 8: Bancada Sindical ¹ no Parlamento: 1999-2015.	214
Quadro 9: <i>Marchas e Atos</i> durante o segundo governo Lula.	241
Quadro 10: Embates trabalhistas entre o movimento sindical, empresários e governo durante o segundo governo Lula.	257
Quadro 11: <i>Marchas e Atos</i> durante o primeiro governo Dilma	275
Quadro 12: A plataforma das centrais sindicais entre os anos 2003-2014.....	302

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Crescimento do PIB e contribuição dos componentes da demanda ao crescimento (%), 2003-2014.....	86
Gráfico 2: Taxa de Desemprego e Taxa de Formalização 2003-2014.....	94
Gráfico 3: Número de trabalhadores ocupados por grupo de atividade e percentual de variação entre 2003 e 2014.....	96
Gráfico 4: Número de trabalhadores ocupados por faixa de remuneração e percentual de variação entre 2003 e 2014.....	97
Gráfico 5: Número de Ocupados Associados a Sindicatos e Taxa de Sindicalização.....	112
Gráfico 6: Trabalhadores Formais associados a Sindicatos e Taxa de Sindicalização.....	112
Gráfico 7: Taxa de Sindicalização (2003, 2006, 2014) e variação proporcional entre 2003 e 2014 por grupamento de atividade.....	113
Gráfico 8: Taxa de Sindicalização (2003, 2006, 2014) e variação proporcional entre 2003 e 2014 por faixa de remuneração.....	114

Lista da Abreviaturas e Siglas

ABIMAQ	Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
AFL	American Federation of Labour
ANDES	Andes (Sindicato Nacional dos Docentes em Instituições de Ensino Superior)
Apeoesp	Sindicato dos Professores do ensino Oficial do Estado de SP
APS	Ação Popular Socialista
ARTSIND	Articulação Sindical
ASS	Alternativa Sindical Socialista
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDOC	Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CMS	Centro de Memória Sindical da FS
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNB	Confederação Nacional dos Bancários
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNS	Confederação Nacional de Serviços
CNTM	Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONCLAT	Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CONTRACS	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços
CRT	Conselho Nacional de Relações de Trabalho
CSC	Corrente Sindical Classista
CSD	CUT Socialista e Democrática
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CSOL	Coletivo Socialismo e Liberdade
CST	Centro de Solidariedade ao Trabalhador
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf

DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DEM	Partido Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DN	Direção Nacional
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FEBRABRAN	Federação Brasileira de Bancos
FES	Frente de Esquerda Sindical e Socialista
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias de Estado de São Paulo
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FNPS	Fórum Nacional da Previdência Social
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
GT	Grupo de Trabalho
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
LSE	London School Economics
MAS	Movimento de Ação Sindical
MEI	Micro Empreendedor Individual
MÊS	Movimento de Esquerda Socialista
MOSMSP	Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
NES	Natureza Especial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
PL	Projeto de Lei

PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLR	Programas de Participação nos Lucros e Resultados
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PP	Partido Progressista Nacional
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SDS	Social Democracia Sindical
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria Executiva do CDES
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SM	Salário Mínimo
SRI	Secretaria de Relações Institucionais
SRT	Secretaria de Relações de Trabalho
TI	Tecnologia da Informação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

Sumário

Introdução.....	18
Capítulo 1: Uma proposição metodológica a partir do quadro de análise da revitalização sindical.	30
1.1 Estratégias e dimensões da ação coletiva no quadro de análise da revitalização sindical.....	35
1.2 As dimensões econômica e política da ação sindical no contexto brasileiro.....	44
1.3 Estratégias e dimensões da ação coletiva para análise das centrais sindicais brasileiras.	68
Capítulo 2: Emprego, consumo, flexibilização e dinâmica sindical nos governos petistas. .	75
2.1 As tendências do trabalho no capitalismo contemporâneo e os desafios para a periferia.	79
2.2 Os impactos do modelo de crescimento econômico com inclusão pelo consumo sobre o mercado de trabalho.....	85
2.3 O avanço da flexibilidade laboral nos governos petistas.....	99
2.4 Impactos da dinâmica de crescimento econômico com massificação do consumo e avanço da flexibilidade laboral sobre a ação coletiva.....	107
Capítulo 3: As demandas econômicas na atuação da CUT e da Força Sindical durante os governos do PT.....	122
3.1 As reivindicações econômicas na concepção e prática CUTistas.....	123
3.1.1 <i>O primeiros passos da participação social e os impasses da política econômica no primeiro governo Lula.....</i>	<i>130</i>
3.1.2 <i>As disputas no interior da CUT e os impactos da reorganização interna sobre a Articulação Sindical</i>	<i>142</i>
3.1.3 <i>A coalizão sindical e participação propositiva no segundo governo Lula.....</i>	<i>151</i>
3.1.4 <i>O governo Dilma e os desafios para a permanência da estratégia de participação social.....</i>	<i>165</i>
3.2 A agenda econômica na concepção e prática da Força Sindical	176
3.2.1 <i>A inflexão prático-discursiva da FS na defesa da agenda econômica</i>	<i>177</i>
3.3 Reflexões acerca da atuação sindical baseada na participação social nos anos 2000.....	206
Capítulo 4: A luta pela regulamentação pública do trabalho na atuação da CUT e da Força Sindical durante os governos do PT.....	213
4.1 Os direitos trabalhistas na concepção e prática CUTistas.	217
4.1.1 <i>Os limites da participação social no primeiro governo Lula.</i>	<i>217</i>
4.1.2 <i>A participação social como fonte de poder de veto sindical no segundo governo Lula.</i>	<i>238</i>
4.1.3 <i>As dificuldades da estratégia de participação social num governo com menor disposição ao diálogo</i>	<i>259</i>
4.2 Os direitos trabalhistas na concepção e prática da Força Sindical.	278
4.2.1 <i>Ação parlamentar, pragmatismo e ambiguidade na atuação da FS.....</i>	<i>280</i>
4.3 Institucionalização do consenso <i>versus</i> direitos trabalhistas nos governos petistas.	296
Considerações Finais	299
Referências Bibliográficas.....	311
Anexos	329

Introdução

A mudança no ambiente político, econômico e social experimentada pelo Brasil durante os governos petistas abriu uma nova estrutura de oportunidades para a ação coletiva no país. Segundo Baltar e Krein (2013), a retomada do crescimento econômico aliada a uma situação mais favorável do mercado de trabalho permitiu a abertura de um maior espaço de discussão para que os novos problemas decorrentes das mudanças na organização da produção pudessem ser enfrentados. Assim, a criação de novos espaços destinados à participação dos atores sociais figuraria, na proposta do novo governo, enquanto ferramenta de instalação de um “pacto pela mudança”, dando as condições para discussão dos problemas brasileiros.

Na “Carta ao Povo Brasileiro” Luiz Inácio Lula da Silva afirmava que o “novo modelo (...) será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”¹. Em seu discurso de posse o Presidente também reafirmara a necessidade de um pacto social:

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional (Lula, discurso de posse, 01/01/2003)².

Os espaços fundamentais que serviriam de palco para o “pacto pela mudança” seriam o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Ambos reuniriam empresários, trabalhadores e governo numa grande mesa de negociação em busca de consensos. A centralidade desses dois espaços de diálogo se explicita no

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 08/06/2017.

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44358.shtml>. Acesso em 15/06/2017.

discurso de posse do Ministro do Trabalho, Jacques Wagner, também ex-sindicalista, fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT):

(...) É verdade absoluta como vai ser o governo do Lula e é uma alegria imensa que eu espero que seja uma alegria que contamine os brasileiros e brasileiras nesse momento e dizer para todos os sindicalistas e todos os empresários e muitos deles estão aqui me honrando com sua presença que o Ministério do Trabalho será a Casa do Diálogo. Essa é a vontade do presidente. O *Fórum Nacional do Trabalho* e eu vou sugerir amanhã na Reunião Ministerial ao Presidente da República que imediatamente retire do Senado Federal o Projeto de Lei que tramita por iniciativa do governo anterior já aprovado na Câmara, que trata da Flexibilização dos Direitos Trabalhistas. Para que o Fórum Nacional do Trabalho que reúne empresários e empregados, empresários e trabalhadores sindicalistas, todos aqueles que se irmanaram nos 53 milhões de votos que deram a Luiz Inácio Lula da Silva, essa representatividade extraordinária ao assumir a Presidência da República, para que o Fórum Nacional do Trabalho, *ao lado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social* possamos juntos, a gente brasileira, aqueles que querem viver do futuro do trabalho, aqueles que estão do lado de cá daqueles que querem prosperar às custas dos juros altos, da corrupção e do enriquecimento fácil, esses trabalhadores e empresários desse ramo com essa visão de futuro terão do Ministério do Trabalho o abrigo e a Casa do Diálogo para que o novo Contrato Social desse país seja efetivamente ensinado. Essa é a vontade do Presidente e eu tenho muita clareza que sou o Ministro do Trabalho por delegação de quem recebeu a delegação primeira do povo brasileiro. Esse lugar é na verdade de Luiz Inácio Lula da Silva e eu estou aqui representando a sua vontade a sua direção política na construção do Brasil (Jacques Wagner, discurso de posse 01/01/2003, grifos nossos)³.

Diante da disposição governamental ao diálogo com diferentes atores sociais, principalmente no CDES e no FNT, a relação do movimento sindical com o Estado ganharia novas potencialidades. A atuação institucional do sindicalismo brasileiro não era um fenômeno novo, mas ganharia outros contornos a partir de 2003. Nos anos 1990, sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ela ocorreu sob o princípio da parceria na execução de políticas públicas e na prestação de serviços à população (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). A partir da eleição de Lula, as novas experiências de participação institucional se dariam como instrumento de promoção do diálogo social (RAMALHO; CORDEIRO; SILVA, 2015), mediante o reconhecimento da participação do ator sindical na discussão e formulação das diretrizes que guiariam o desenvolvimento do país.

Abertos os novos espaços, as centrais sindicais, que são a voz do sindicalismo no contexto nacional (PHELAN, 2007), atuaram ativamente tanto no CDES quanto no FNT e também em outros inúmeros espaços de discussão. Entretanto, a despeito dessa disposição ao diálogo e à negociação por parte dessas instituições, do governo e do setor empresarial e do

³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44358.shtml>. Acesso em 15/06/2017.

próprio compromisso do Presidente eleito de pautar a reforma da legislação trabalhista, os governos petistas não lograram implementar alterações significativas na regulação pública do trabalho⁴. Isso fica evidente quando se constata que houve, no período analisado, somente a implementação de medidas pontuais que não representaram, em conjunto, uma reforma global no arcabouço legal-institucional que regula o mercado de trabalho e define a tela de proteção dos assalariados (KREIN; BIAVASCHI, 2015).

Esses elementos conformam uma aparente contradição entre um contexto nacional favorável – caracterizado pela eleição de um Presidente da República cuja trajetória política se confunde com a história do movimento sindical no país, pelo alargamento dos espaços de interlocução com o governo, pelo crescimento econômico com melhora nos indicadores do mercado de trabalho e pelo fortalecimento das instituições de terceiro grau do sindicalismo brasileiro – e a timidez das alterações na legislação trabalhista com permanência das tendências de flexibilização das relações de trabalho, cujo maior exemplo é o espraçamento da terceirização.

Com base nesse cenário, esta tese se propõe a investigar como a estratégia político-sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical (FS) buscou alterar a agenda do trabalho durante os governos Lula (2003-2010) e o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) com o objetivo de discutir o sentido da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras durante os governos petistas. Com este objetivo em tela a pesquisa evidencia como a eleição de um Presidente da República proveniente do movimento sindical e disposto a dialogar com as diferentes tendências que dele fazem parte afetou os repertórios de ação do sindicalismo praticado pelas duas maiores centrais sindicais brasileiras e por que as estratégias por elas privilegiadas foram insuficientes para conter o processo de flexibilização das relações laborais nesse novo momento que se abriu para a vida política nacional.

As características do capitalismo contemporâneo apresentam um cenário extremamente desfavorável ao trabalho e à ação coletiva e é nesse cenário que as instituições sindicais elaboram suas estratégias. O triunfo dos movimentos populares e o protagonismo da classe trabalhadora na disputa por melhores condições de vida e trabalho que a coletividade havia construído ao longo do século XX começaram a desmoronar com o neoliberalismo tanto na

⁴ Considera-se por regulação pública do trabalho, sob o ensejo de (2001, apud DEDECCA 1999), um conjunto de normas e instituições que vise retirar do capital, isto é, da esfera do mercado, o poder irrestrito de determinar a relação de trabalho e que, sendo uma construção social proveniente da luta de classes, conceda – através das políticas sociais e da negociação coletiva – as bases de proteção para o lado mais débil da relação capital/trabalho.

Europa desenvolvida como no Brasil, embora os efeitos sejam desiguais e ainda mais perversos na periferia onde os direitos sociais e a regulamentação pública do trabalho foram parcamente conquistados.

Como pontua Belluzzo (2006), a vingança das tendências centrais do capitalismo contra as tentativas de domesticação desaguou, na entrada dos anos 1970, no revigoreamento da ideologia de livre-mercado, na generalização e intensificação da concorrência, na recuperação da supremacia do capital financeiro e na transformação do papel do Estado, não para enxugá-lo, mas para torná-lo um promotor da acumulação capitalista em detrimento de seu papel “social”. Esse novo momento impõe desafios aos sindicatos cujo poder é limitado pelas estratégias da grande empresa oligopolizada e pelos contornos políticos hegemônicos dos estados nacionais:

Há quarenta anos, se alguém perdesse o emprego, poderia se mobilizar contra o patronato, ou contra o governo, acusando-o de estar executando uma política econômica equivocada. Nos últimos tempos, ainda que se possa fazer, o governo responderia que tudo ocorreu como consequência inevitável da globalização. As práticas financeiras e as inovações tecnológicas que sustentam a competitividade da grande empresa globalizada detonaram um terremoto nos mercados de trabalho. A migração das empresas para as regiões onde prevalecem uma relação mais favorável entre produtividade e salários abriu caminho para a diminuição do poder dos sindicatos e a redução no número de sindicalizados, o crescimento do trabalho em tempo parcial e a título precário e a destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria de transformação, sob o impacto da concorrência chinesa (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 185).

Os entraves históricos do subdesenvolvimento somados à inclusão marginal da periferia nas cadeias globais de produção e à inserção subordinada do Brasil na globalização financeira resultaram no aprofundamento dos problemas estruturais de um mercado de trabalho já bastante flexível e desorganizado. As pressões desfavoráveis do capitalismo contemporâneo sobre os sistemas nacionais de relações de trabalho não cessaram com a abertura do novo século. No caso brasileiro, mesmo em um cenário de crescimento econômico com geração de empregos formais, a tendência de flexibilização das relações laborais permaneceu e ampliou o leque de heterogeneidades do mercado de trabalho nos anos 2000 (GUIMARÃES; PAUGAM, 2016).

Os novos desafios impostos à ação coletiva nesse contexto concorrem, assim, com as possibilidades abertas com o crescimento econômico, a geração de empregos e o alargamento dos canais de diálogo entre os atores sociais a partir de 2003, reposicionando as condições sobre as quais se estabeleceram o caráter combativo (SADER, 1988) e de “movimento social” (SEIDMAN, 1994) do sindicalismo brasileiro nos anos 1980.

Entretanto, as relações assimétricas de poder entre capital e trabalho que constituem o sistema capitalista não anulam a capacidade de resistência e de luta política dos trabalhadores (HYMAN, 1971, 1975; OFFE; WIESENTHAL, 1984). Se os desafios impostos pelo capitalismo neoliberal e financeirizado reduzem ainda mais os espaços de manobra do movimento sindical, eles também podem estimular a adoção de novas práticas e discursos (GUMBRELL-MCCORMICK; HYMAN, 2013). A transformação nos repertórios prático-discursivos das instituições sindicais é um elemento resultante desse processo visto que essas organizações não negligenciam as mudanças no amplo contexto social e político em que atuam (HYMAN, 2001).

No caso brasileiro, o repertório de ação das duas maiores centrais sindicais foi transformado pela consolidação de novos locais de representação e de negociação na arena estatal. A relação com as mobilizações foi alterada e o campo político de atuação das organizações de terceiro grau do sindicalismo brasileiro localizou-se, sobretudo, nos espaços institucionais com desdobramentos sobre o grau de autonomia desses atores em relação ao governo e sobre a capacidade crítica do movimento sindical. Assim, a análise da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras não trata de qualificar de antemão a participação institucional das centrais junto ao governo como uma estratégia de subordinação, já que a recusa em negociar, por si só, não faz do movimento sindical um ator político contestador e eficaz (GALVÃO, 2015). O fundamental está em perceber em que termos essa participação se deu, por que não surtiu resultados significativos na legislação trabalhista que extrapolassem as demandas econômicas da classe trabalhadora e quais seus impactos sobre o sentido da ação coletiva em um país periférico, como o Brasil, em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado.

Com esses objetivos em tela, a tese se propõe a analisar as estratégias político-sindicais da CUT e da FS, considerando sua identidade ideológica (HYMAN, 2001) e as pressões e limitações exercidas pelo contexto institucional (KELLY, 1998; FREGE; KELLY, 2003, 2004a). A noção de estratégia político-sindical, neste sentido, não se restringe apenas “à aplicação de meios disponíveis com vistas à consecução de objetivos específicos” previamente definidos (ALMEIDA, 1996, p. 20), mas à realização de um conjunto de práticas que, a partir de características históricas herdadas e o longo do próprio confronto e das tensões políticas e sociais que se apresentam, visa a responder aos contextos, forjando assim, pouco a pouco, uma direção global e um objetivo estratégico (HYMAN, 2007).

Para isso, a tese lança mão do quadro de análise da revitalização sindical. Esta abordagem permite evidenciar a importância histórica dos movimentos políticos e econômicos na definição da dinâmica sindical no Brasil, pois, como pontuam Frege e Kelly (2003, 2004a), nem a mudança no contexto *per se* é capaz de explicar as escolhas tomadas pelo ator sindical, nem as escolhas são feitas à revelia do ambiente a qual pertencem. Além disso, essa abordagem permite revelar como um determinado ator sindical está, ao realizar suas escolhas estratégicas, mobilizando e interconectando as dimensões econômica e política da ação coletiva, potencializando, assim, a análise de um conjunto de interações entre concepção e prática sindical que revelam a orientação de atuação das entidades sindicais.

Recorrer à essa abordagem não significa colocar a questão da revitalização como objetivo desta investigação já que medir a eficiência das estratégias adotadas não permite discutir as mudanças mais amplas nos repertórios de ação e no arcabouço prático-discursivo das centrais sindicais, tampouco colocá-las em perspectiva histórica, como ressalta McIlroy (2008):

Significativamente, o processo de renovação/revitalização exige movimentos apreciáveis para a recuperação dos sindicatos como atores econômicos nacionais, sociais e políticos, recuperação significativa do poder e estratégias que promovam esses objetivos. Desenvolvimentos em pequena escala, não articulados com tais índices ou com um contexto nacional que restringe o progresso, constituem evidências de revitalização, real ou potencial, somente se negligenciarmos um necessário senso de escala e significância (MCLROY, 2008, p. 301, tradução própria)⁵.

Não é, portanto, para identificar um processo de revitalização que esta tese recorre à noção de estratégia e às dimensões da ação coletiva que compõem essa abordagem, mas pela possibilidade de analisar as interações entre elas e, assim, acessar a orientação da ação sindical compreendida a partir da forma de atuação em comparação com o repertório discursivo que mobilizam. Com este objetivo, o capítulo 1 apresenta o desenho metodológico da pesquisa. Nele se discute como a abordagem da revitalização sindical, mediada pelas características nacionais, oferece ferramentas metodológicas que auxiliam a analisar as estratégias de ação da CUT e da FS e acessar a interação entre essas estratégias político-sindicais e as dimensões econômica e política

⁵ “Meaningfully, renewal/revitalization requires appreciable movement towards the recovery of unions as national economic, social and political actors, significant recuperation of power, and strategies which further these objectives. Small-scale developments, unarticulated with such indices or with a national context which constrains progress, constitute evidence of revitalization, actual or potential, only if we neglect a necessary sense of scale and significance”.

da ação coletiva, permitindo à pesquisa discutir a transformação no sentido da ação sindical no Brasil.

O capítulo 2 discute o cenário sobre o qual essas centrais sindicais realizaram suas escolhas estratégicas. Para tanto, explora a interação entre as tendências desfavoráveis do capitalismo contemporâneo para o trabalho na periferia com a dinâmica econômica e as transformações do mercado e das relações de trabalho nos anos 2000 com o objetivo de discutir como o período de crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo com permanência da flexibilidade laboral criou desafios e possibilidades para a ação sindical no país. A análise do segundo governo Dilma (2015-2016) não foi contemplada nem sob o ponto de vista da dinâmica econômica, tampouco em relação à participação das centrais sindicais em virtude do processo, ainda em andamento, de desmanche na composição de forças entre as frações de classe e no seio do próprio movimento sindical que sustentou os governos anteriores. A proposta da presente tese não é evidenciar os fatores que explicam o desmanche dessa coalizão de classes, senão privilegiar a análise dos elementos que condicionaram sua formação, com destaque para o papel cumprido pelas centrais sindicais.

Os dois últimos capítulos debruçam-se sobre a análise das estratégias sindicais adotadas pela CUT e pela FS ao longo dos anos 2003 e 2014 à luz do contexto discutido no capítulo anterior. A discussão se baseia na análise das estratégias mobilizadas para a reivindicação da agenda econômica, no capítulo 3, e para a disputa em torno da regulamentação pública do trabalho, no capítulo 4. Buscando discutir a interação da agenda econômica com os direitos trabalhistas, esses capítulos analisam as oportunidades e os limites implicados na estratégia de ação privilegiada pelas centrais sindicais estudadas, a *participação social*.

O Capítulo 3 busca descrever e analisar a atuação das centrais à luz da concepção sindical que embasou a escolha das estratégias destinadas à obtenção de melhorias salariais, outros benefícios econômicos e à capacidade de influenciar a política econômica dos governos. A análise do repertório prático-discursivo das centrais no âmbito da luta pelas demandas econômicas foi mapeada de duas maneiras: por meio de entrevistas semi-estruturadas⁶ com dirigentes sindicais tanto da CUT quanto da FS que participaram dos espaços institucionais e que ocuparam cargos de liderança em ambas as instituições entre os anos 2003 e 2014; e por meio de pesquisa de campo no 12º Congresso Nacional da CUT realizado em 2015 e no 8º Congresso

⁶ O roteiro utilizado para a realização das entrevistas encontra-se no ANEXO A.

Nacional da FS realizado em 2017 e nos respectivos centros de documentação e memória sindical da CUT (Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - CEDOC) e da FS (Centro de Memória Sindical da FS - CMS). A observação e a coleta de documentos angariaram resoluções congressuais, atas das reuniões da Diretoria Nacional da CUT, documentos congressuais da maior corrente cutista, *Articulação Sindical*, e cadernos de debate para que fossem apreendidas as tensões internas às instituições em análise. Além disso, mídias sindicais como o *Jornal da CUT* e o *Jornal* e a *Revista da Força Sindical* também foram verificadas. Por fim, nesta etapa a pesquisa também acessou as atas das Reuniões do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre os anos 2003 e 2014 com o objetivo de analisar a intervenção dos representantes sindicais nesse espaço que fora criado em 2003 com o objetivo de “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas (...) que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade”, conforme disposto na Lei 10.683 que fundou o Conselho.

O Capítulo 4 discute a concepção e ação estratégica das centrais sindicais que foram voltadas à disputa por alterações na regulamentação pública do trabalho. Além das entrevistas e dos documentos e mídias das centrais sindicais, as atas do CDES, os documentos-síntese dos debates produzidos na Mesa Quadripartite implementada em 2013 para a discussão da regulamentação da terceirização, as atas das Reuniões do Pleno do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CRT) e da Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo entre os anos 2011 e 2014 também foram analisadas. Fontes secundárias sobre o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) complementadas pela posição dos atores, que pode ser apreendida pelas entrevistas, também foram investigadas. O debate da reforma trabalhista teve espaço subordinado no Fórum Nacional de Trabalho (FNT) e entre 2003 e 2010 foi abordado de maneira transversal no CDES por debates microeconômicos que visavam à melhora do ambiente de negócios no país. Somente em 2010 é que a questão trabalhista ganhou um espaço próprio de discussão e proposição com a participação de membros do setor empresarial, do governo e dos representantes dos trabalhadores. O CRT, que havia sido criado em 2008, foi instituído em dezembro de 2010, visando à democratização das relações de trabalho e à atualização da legislação sindical e trabalhista. Ao longo do período estudado ele foi composto por cerca de 60 membros, sendo 20 representantes governamentais, 20 sindicalistas e 20 empresários.

No caso do CDES, além do Presidente da República, o Conselho contou desde sua criação com cerca de 90 membros, com pequenas variações ao longo dos anos em virtude do fluxo bianual de alteração na sua plenária. Até o ano de 2015, a bancada empresarial variou entre 49 e 54 representantes, enquanto a bancada sindical oscilou entre 12 a 18 membros. Entidades da sociedade civil, personalidades e acadêmicos compunham o restante das cadeiras. Entre os representantes do movimento sindical, 22 líderes pertencentes à CUT, 8 da FS, 4 da UGT, 2 da NCST, 1 líder da CGTB e 1 liderança da CTB passaram pelo Conselho⁷. Entre os representantes da CUT destacam-se seus Presidentes (Luiz Marinho, João Felício, Artur Henrique e Wagner Freitas) e lideranças importantes de algumas categorias mais influentes dentro da Central (a exemplo de Juvândia Moreira Leite do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região e Rafael Marques do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). Entre os representantes da Força Sindical destacam-se seu Presidente Paulo Pereira da Silva, Jorge Nazareno Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e filiado ao PT, e Nair Goulart, Presidente da Força Sindical Bahia.

Dentro das possibilidades de acesso para realização da entrevista, a presença dos sindicalistas nesses espaços foi um dos critérios utilizados para a escolha dos dirigentes entrevistados além da posição que ocupam ou ocuparam na Diretoria Executiva das instituições. Assim, no caso da CUT, foram entrevistados somente dirigentes pertencentes a maior corrente sindical, *Articulação Sindical*, dada a necessidade de apreender o processo de reafirmação da hegemonia desta tendência no interior da Central e suas consequências sobre as opções estratégicas da CUT. No caso da FS, foram entrevistados 2 dirigentes pertencentes a 2 tendências internas, um fenômeno novo nesta Central que se tentou explorar.

Foram realizadas 6 entrevistas com dirigentes cutistas e outras 6 com representantes da FS. Ressalta-se que todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2017, às vésperas da aprovação da reforma trabalhista na forma da Lei nº 13.467/2017, o que influenciou a percepção dos dirigentes, como é possível apreender ao longo da tese, acerca das oportunidades e limites do ciclo dos governos petistas encerrado em 2016.

⁷ UGT (União Geral dos Trabalhadores), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Quadro 1: Entrevistas realizadas

Nome	Cargo	Data de realização
Central Única dos Trabalhadores		
Maria das Graças Costa	Secretária de Relações de Trabalho CUT entre os anos 2009 até então. Participou no CRT.	23/06/2017
Rosane Bertotti	Secretária de Comunicação da CUT entre 2006 até então.	22/06/2017
Sérgio Nobre	Secretário Geral CUT entre 2012 até então.	10/08/2017
Messias Melo	Ex-Secretário de Relações de Trabalho CUT (2011), tendo atuado como Secretário de Relações de Trabalho do MTE entre os anos 2012 e 2016 e presidido o CRT.	25/07/2017
Artur Henrique	Ex-Presidente da CUT (2006-2012), participou do CDES.	11/08/2017
João Felício	Ex-Presidente da CUT (2000-2003, 2005) e atual Secretário de Relações Internacionais, participou do CDES.	19/09/2017
Força Sindical		
João Carlos Gonçalves (Juruna)	Secretário Geral FS. Participou do CDES.	31/07/2017
Sérgio Leite	Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do Estado de SP e 1º secretário da Força Sindical.	17/7/2017
Miguel Torres	Atual Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP (2008 até então) e vice-presidente da FS. Presidiu a Central entre outubro de 2013 e janeiro de 2016.	07/08/2017
Jamil Davilla	Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba filiado à Força Sindical Paraná que constitui um dos Estados que compõem a <i>Força Sul</i> (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), corrente interna à FS.	15/06/2017
Marcelo Peres	Secretário de Comunicação e Imprensa da Força Rio de Janeiro e fundador da <i>Frente Sindical Trabalhista</i> , corrente interna à FS.	15/06/2017
Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força)	Presidente da Força Sindical desde 1999.	07/08/2017

Fonte: Elaboração Própria.

A orientação da ação sindical da CUT e FS ao longo dos governos do PT se revela na análise da participação factual das instituições pesquisadas nos espaços institucionais em comparação com os repertórios discursivos apresentados nos documentos e mídias das centrais e nas entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais. Para isso a opção metodológica da tese foi descrever os processos de negociação nos espaços institucionais voltados à discussão das diretrizes de política econômica do governo e ao debate da regulação pública do trabalho. Vale ressaltar que as centrais sindicais participaram de outros inúmeros espaços de diálogo relativos à questão de gênero, de igualdade racial, juventude, direitos da criança e do adolescente, educação

ambiental e etc. Em seu recorte metodológico a pesquisa privilegiou, entretanto, os principais espaços implementados pelo governo para a formação do pacto necessário para enfrentar os problemas do país e que foram destinados a discutir a questão econômica e a questão trabalhista.

A análise dos documentos e atas produzidos nesses espaços e das entrevistas realizadas com dirigentes sindicais revela que a opção metodológica da pesquisa centra-se na atuação das centrais com base no posicionamento das lideranças das instituições analisadas. Essa escolha se sustenta no objetivo de analisar a atuação dessas centrais nos espaços institucionais acima elencados. Entretanto, a pesquisa documental e de campo realizada na CUT e na FS e em seus congressos nacionais indica que o objetivo da tese não foi analisar a trajetória de indivíduos tampouco minimizar o papel das bases, mas sim privilegiar a relação dessas centrais com os governos petistas.

Nas seções finais dos capítulos 3 e 4 e nas considerações finais o trabalho analisa como as estratégias utilizadas pelas centrais, com destaque para a estratégia de parceria social, se conectam com as dimensões econômica e política da ação coletiva. O objetivo final foi destacar a importância da parceria social no campo estratégico das duas centrais sindicais estudadas e levantar reflexões sobre as possibilidades e os limites de uma atuação sindical desse tipo no capitalismo contemporâneo.

Argumenta-se que o engajamento de ambas as centrais à essa estratégia permitiu a elaboração de uma política nacional de valorização do salário mínimo, reforçando o vínculo entre a dimensão econômica e política da ação coletiva pelo forte viés de justiça social que a luta salarial possui em uma sociedade tão desigual como a brasileira. A atuação ativa dessas centrais nos espaços de participação social e no Parlamento permitiu, assim, a negociação de ganhos pontuais, especialmente econômicos, para a classe trabalhadora e o veto de muitas medidas que visavam à precarização das relações de trabalho. Entretanto, o engajamento na estratégia de participação social sob o pressuposto de fortalecer a base de sustentação política do governo, voltando as questões trabalhistas para o encontro de interesses entre capital e trabalho, condicionou as possibilidades de avanços na pauta trabalhista, limitando o horizonte para os enfrentamentos em torno de uma ampliação mais expressiva de direitos e proteção social e enfraquecendo a capacidade crítica das centrais sindicais, sobretudo da CUT que historicamente se localiza no campo da esquerda, em relação às consequências de medidas promotoras do acesso diferenciado aos direitos e da participação crescente do mercado na provisão dos bens públicos.

Diante dessas limitações a tese discute a hipótese de que a estratégia de participação social consolidou-se por meio de uma busca pelo consenso, em detrimento do conflito, nos espaços institucionais. A aliança do movimento sindical com frações empresariais e a crescente profissionalização dos dirigentes para atuar no espaço legislativo e de concertação social corroborou a tendência de fragilização das fronteiras de classe. Além disso, o fortalecimento da lógica de aceitação da participação do mercado na provisão dos direitos previdenciários e a compreensão de que a cidadania também é conquistada por meio da inclusão financeira e do direito ao consumo em detrimento da luta pela universalização de direitos reforçou a forma de organização do sistema de acumulação capitalista neoliberal e dominado pelas finanças. Com essas evidências em tela, a tese apresenta como hipótese que a orientação da ação das duas maiores centrais sindicais brasileiras ao longo dos anos 2000 foi marcada por uma estratégia global de *institucionalização do consenso* que limitou e condicionou as disputas pelo alargamento da tela de proteção dos trabalhadores, questionando as reais possibilidades para o exercício de um sindicalismo que negocia, mas que também é crítico e consciente do seu projeto de classe em tempos de capitalismo neoliberal e dominado pelas finanças.

Capítulo 1: Uma proposição metodológica a partir do quadro de análise da revitalização sindical.

A chegada ao poder executivo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e a melhora nos indicadores econômicos e sociais a partir de 2003 significou uma oportunidade histórica de fortalecimento do movimento sindical. Decorrido mais de 10 anos, esse cenário suscitou um intenso debate a respeito do papel e da capacidade de influência do ator⁸ sindical nesses governos (2003-2014).

O primeiro campo⁹ dentro deste debate identifica a ausência de protagonismo do movimento sindical, sobretudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) frente aos governos Lula e Dilma, uma vez que teria creditado ao governo o fundamental da iniciativa que conformaria o destino do país, contentando-se em se identificar como parte do projeto petista (ARAÚJO; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014). Para Galvão (2006a, 2010, 2014a, 2016), a maior participação do movimento sindical nos fóruns tripartites de negociação, mesmo que paradoxalmente, demonstra uma tendência de moderação política das centrais que buscaram se adequar às mudanças promovidas pelos governos do PT. Para a autora, a capacidade de resistência das centrais sindicais diminuiu, principalmente da CUT, que se afastou dos protestos contra o governo, mesmo diante da ameaça dos direitos dos trabalhadores. Vêras de Oliveira (2015), na mesma perspectiva, argumenta que nesse período coube mais ao sindicalismo “lidar com as consequências da flexibilização e da precarização do trabalho” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 554) do que pautar o debate em torno de uma reforma trabalhista.

Este campo do debate não apenas identifica a moderação política como a linha constitutiva central da atuação do movimento sindical durante os governos do PT, mas reconhece que a defesa bem sucedida dos interesses econômicos da classe trabalhadora encontra lugar no bojo de uma estratégia que visa aliar a “parceria social” à “luta pelo possível” (GALVÃO, 2014a). O pragmatismo da ação resulta, assim, das tendências permanentes de flexibilização,

⁸ Os termos “ator” e “agente” sindical serão usados de maneira indiferenciada. Apesar de estarem atrelados a tradições sociológicas distintas, em ambos cabe a noção de sujeito dotado de autonomia que age em uma determinada estrutura social e que forja sua identidade no bojo das lutas que se travam em uma realidade específica (SADER, 1988). Assume-se, portanto, que a interação entre agência e estrutura está presente em ambos os termos.

⁹ A sistematização deste debate encontra-se, também, em Galvão (2014b). Ladosky e Vêras de Oliveira (2014) realizaram a sistematização do debate por outra chave isto é, a partir de um grupo de intelectuais que viu na ação sindical dos anos 2000 uma continuidade da estratégia negocial com crescente incapacidade de oposição à ideologia neoliberal e outro grupo que buscou salientar as novas possibilidades, bem como as limitações, de um sindicalismo em disputa.

precarização e individualização das relações de trabalho no contexto neoliberal que ainda prevalece no Brasil (GALVÃO, 2014a; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015) e do apoio sindical a um programa de governo reformista e cujas propostas encontram-se dentro do modelo desenvolvimentista possível nos marcos do neoliberalismo na periferia capitalista, o neodesenvolvimentismo (BOITO JR; GALVÃO; MARCELINO, 2015; GALVÃO, 2016).

O segundo grupo de autores defende a recuperação do movimento sindical durante os anos 2000. Boito Jr. e Marcelino (2010) encontram justificativas para essa recuperação nos expressivos ganhos salariais conquistados pelas entidades sindicais, no acirramento das disputas na cúpula do movimento e na retomada do movimento grevista mediante a realização de greves ofensivas, isto é, em busca de novas conquistas e não somente para recuperar ou evitar perdas. Marcelino (2017) destaca esse ponto e adiciona a capacidade de associação das centrais sindicais com os setores patronais e com o governo, sendo alçadas à cena política como interlocutoras legítimas. Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014) também apoiam-se na eficácia da ação sindical, do ponto de vista econômico, e nas crescentes mobilizações de rua promovidas pelo movimento sindical para negar a tese da moderação sindical. Para os autores, as centrais sindicais, sobretudo a CUT, adotaram uma postura mais propositiva sem abrir mão dos princípios classistas que remetem à origem da Central, deixando de atuar propositivamente desde o lugar de oposição para atuar propositivamente em um governo com sensibilidade política e abertura para realizar o proposto.

No terceiro campo de análise, Druck (2006) e Braga (2012) opõem-se à tese de recuperação do movimento sindical e tampouco alegam que se trata apenas de uma questão de acomodação. Druck (2006) afirma que os governos Lula atuaram no sentido de buscar a “cooptação” permanente das direções do movimento sindical e uma “estatização” das organizações dos trabalhadores. Com o reconhecimento das centrais¹⁰, argumenta a autora, o governo petista institucionalizou e estatizou o que havia de mais autônomo na organização sindical brasileira e conferiu a elas a condição de membros do “poder público”. Na mesma

¹⁰No momento em que a autora escreve a lei de reconhecimento das centrais era ainda uma proposta do Projeto de Reforma Sindical no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho. Em 2008 ela fora aprovada (Lei nº 11.648 de 2008), estabelecendo o reconhecimento das centrais sindicais com filiação de, no mínimo, 100 sindicatos distribuídos nas 5 regiões do país; filiação em pelo menos 3 regiões do país de, no mínimo, 20 sindicatos em cada uma; filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 setores de atividade econômica; e filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

perspectiva, Braga (2012) ressalta que o *lulismo*¹¹ consistiu em combinar o consentimento passivo das massas com o consentimento ativo das direções sindicais. O movimento sindical, segundo o autor, deixou-se seduzir por posições no aparato estatal e pelas vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão, transformando-se em um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país. CUT e FS teriam, ao aproximarem-se na defesa de uma política sindical voltada à negociação em detrimento dos valores da classe trabalhadora, como afirmam Antunes e Silva (2015), tornado-se “partícipes” dos governos petistas, forjando um “sindicalismo negocial de Estado”.

Num quarto campo do debate, Cardoso (2013a, 2015) não se propõe a situar a atuação do movimento sindical no espectro da moderação política e da cooptação, tampouco procura mostrar sinais de recuperação. O autor privilegia um olhar histórico, indicando que o movimento sindical, principalmente a CUT, chegou ao poder com Lula, tornando-se um importante manancial de novas elites de extração popular aptas à gestão do Estado capitalista. Nessa linha, argumenta que os trabalhadores foram alçados ao poder para viabilizar a utopia brasileira de assegurar o trabalho assalariado regulado pelo Estado como forma de acesso aos direitos a ele vinculado. Processo esse que abarcou a contradição de fazê-lo por meio da criação das condições favoráveis à acumulação.

Como já observado por Galvão (2014b), a variedade de teses acerca da atuação do sindicalismo brasileiro durante os anos 2000 evidencia a dificuldade na definição dos parâmetros de análise da performance sindical. Recorrendo a diferentes perspectivas teóricas, cada autor acessa distintas dimensões da atuação sindical com o propósito de destacar os avanços ou os limites implícitos à performance em questão. Para ilustrar o argumento é possível afirmar que Boito e Marcelino (2010) destacam a atuação das principais centrais sindicais ao nível das conquistas econômicas da classe trabalhadora. Galvão (2006a, 2010, 2014a, 2014b, 2016), Araújo e Vêras de Oliveira (2014) e Vêras de Oliveira (2015) reforçam os aspectos relativos à relação partido e movimento sindical, acessando sua capacidade de influência na regulamentação pública do trabalho. Druck (2006), Braga (2012) e Antunes e Silva (2015) relacionam os ganhos na esfera econômico-institucional como contrapartida a uma atuação política negociadora

¹¹ Braga (2012) baseia-se nos ensaios do sociólogo Chico de Oliveira e André Singer para fundamentar o uso do termo *lulismo*, a fim de designar o período em que Lula da Silva esteve na Presidência da República. Segundo a visão do autor, nesse período, Lula absorveu as forças antagônicas no aparato do Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais.

caracterizada pelo apoio acrítico aos governos petistas. Cardoso (2013a, 2015) privilegia as contradições inerentes ao momento histórico em que um partido forjado a partir de um projeto de classe chega ao poder, abrindo uma série de desafios e possibilidades para o movimento sindical.

Mais recentemente um novo termo surgiu no debate: trata-se da ideia de que o sindicalismo brasileiro estaria ou não passando por um processo de *revitalização* sindical. Nos países centrais, berço desta abordagem, esse debate surgiu com o propósito de enfatizar a capacidade de resposta do agente sindical frente ao contexto de crise do sindicalismo no bojo da década de 1980. No Brasil a hipótese da revitalização sindical surge apenas nos anos 2000, momento em que o movimento sindical teria se deparado com um contexto propício à superação do período de refluxo (BOITO JR, 2003) vivenciado na década anterior. A mudança no contexto econômico, político e social parece, assim, ser um elemento que influenciou a chegada desse debate no país. O mesmo parece ter ocorrido na Argentina, para citar um exemplo latino-americano.

Nesse país, o debate surge nos anos 1990, mas é revigorado nos anos 2000 em função da eleição dos governos *kirchneristas*. Collier e Etchemendy (2008) argumentam que o ressurgimento do sindicalismo peronista tradicional estaria baseado em um novo padrão de negociação ao nível das cúpulas intitulado *neocorporativismo segmentado*, segundo o qual os sindicatos monopolistas, as associações empresariais e o governo concordam com um salário mínimo geral e consistente com as metas de inflação. Além da retomada da liderança política das cúpulas sindicais ligadas ao Estado e ao partido no poder, a revitalização do movimento sindical também encontraria espaço no ressurgimento de comissões e órgãos de delegados ao nível do local de trabalho, demonstrando o renascimento do sindicalismo de base (VARELA, 2013). Em contraposição a essa tese, Natalucci (2013, 2015) assinala que o processo de revitalização sindical na Argentina manifestou-se apenas no plano da restituição do poder de negociação corporativo, ao passo que a participação dos sindicatos no sistema político ficou em segundo plano. Atzeni e Ghigliani (2008) também observam um reforço do modelo sindical corporativo tradicional em detrimento de uma estratégia baseada no maior grau de democracia interna e na busca de alianças com organizações sociais.

No debate argentino, assim como no caso brasileiro, por vezes o contexto político favorável aos sindicatos prevalece como fator determinante de um processo de revitalização, entendido estritamente como um processo orientado para a restituição do poder de negociação

dos sindicatos, como em Natalucci (2013, 2015). Em outras análises, entretanto, o contexto econômico favorável seria o indicador determinante de um processo de retomada da negociação coletiva em detrimento do surgimento de práticas e estratégias que possam ser caracterizadas como novas, a exemplo de Atzeni e Ghigliani (2008). Além de mostrar que o contexto é um elemento muito presente nas discussões, o caso argentino evidencia que o processo de revitalização sindical poder ser compreendido de maneiras distintas, o que também tem ocorrido no Brasil.

Para Galvão, o sindicalismo brasileiro não teria apresentado evidências suficientes para sustentar a existência de um processo de revitalização sindical, já que a “retomada das greves, a obtenção de resultados econômicos positivos e a maior legitimidade auferida pelos sindicatos contrastam com resultados modestos no plano político-ideológico e organizativo” (2014b, p. 114). Krein e Dias reconhecem sinais contraditórios. Por um lado, identificam um “conjunto de indicadores que evidenciam sinais de revitalização sindical”, como o aumento das greves, a melhoria nas negociações salariais e o avanço nos espaços de interlocução com o governo. Por outro, destacam que também há evidências de uma perda de importância do sindicalismo na sociedade, como o crescente descrédito da instituição sindical e a emergência de mobilizações sociais sem o protagonismo dos sindicatos (2017, p. 14).

As análises apresentadas encontram ou recusam sinais de revitalização sindical mesmo quando os ganhos econômicos são reconhecidos. Assim como no caso argentino, isso indica que podem haver diferentes abordagens em torno do entendimento do que seja o processo de revitalização sindical. Também adverte que diferentes perspectivas teóricas podem estar informando as análises da performance sindical e sugere que uma experiência desse tipo necessitaria de uma análise mais ampla para ser verificada, como propõe McIlroy (2008).

Essa constelação de abordagens que atinge o debate da revitalização sindical em diferentes países se deve, em parte, às próprias dificuldades implícitas no uso desse arcabouço elaborado em uma determinada realidade e utilizado para entender trajetórias nacionais distintas. Isso também se deve ao entendimento dos autores sobre o que tenha sido o processo de crise sindical vivenciado pelos países em análise (GALVÃO, 2014a) e a respeito do grau de determinação do contexto sobre as estratégias sindicais.

Diante desses aspectos, buscar o quadro de análise da abordagem da revitalização sindical e problematizar o uso de suas categorias para a observar o sindicalismo brasileiro é o

primeiro objetivo deste capítulo. Mesmo que verificar a existência de um processo de revitalização não seja a finalidade proposta, a organização do debate a partir das categorias de análise oferecidas por esta abordagem auxilia no exercício de escrutinar a orientação da ação das duas principais centrais sindicais do Brasil e, assim, dialogar com as teses de “recuperação”, “cooptação”, e “moderação política” já presentes no debate. Por fim, o capítulo apresenta o desenho da pesquisa acerca da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras durante os governos petistas.

1.1 Estratégias e dimensões da ação coletiva no quadro de análise da revitalização sindical

Os debates sobre a revitalização sindical surgem nos países de capitalismo avançado após os desafios impostos pela ascensão neoliberal às instituições de representação dos trabalhadores a partir dos anos 1980. Sem esgotar o amplo debate acerca dos elementos que compõem essa crise sindical, as dificuldades advindas desse contexto concernem a fatores atrelados à globalização econômica (pela capacidade de desestabilizar os sistemas de relações laborais sedimentados na esfera nacional), à ampliação do poder empresarial na definição da agenda de relações trabalhistas, às disputas em torno da redefinição do papel do Estado, às mudanças no perfil dos trabalhadores e nos espaços de trabalho e ao enfraquecimento das noções de solidariedade que alimentam a luta coletiva (OFFE; WIESENTHAL, 1984; HYMAN, 2001; BOITO JR, 2003; RODRIGUES, 2009; HYMAN; GUMBRELL-MCCORMICK, 2013).

Como resultado, os sindicatos vêm perdendo membros nas últimas três décadas, em alguns países com mais intensidade do que em outros. A queda na densidade sindical representa também um decréscimo dos recursos financeiros (em alguns países) e uma queda no grau de cobertura da negociação coletiva. Essa crise se expressa também no enfraquecimento de sua capacidade de influência política e na erosão de sua legitimidade frente à sociedade. A maneira, entretanto, como os sindicatos têm enfrentado esse contexto difere muito de país para país e essas diferenças estão profundamente relacionadas com as ameaças e o ataque aos recursos de poder que os sindicatos possuem (HYMAN; GUMBRELL-MCCORMICK, 2013; BERNACIAK; GUMBRELL-MCCORMICK; HYMAN, 2015).

Segundo Hyman, esses desafios não impuseram “uma crise do sindicalismo enquanto tal, mas sim a crise do estilo e da orientação tradicionais do sindicalismo” (1996, p. 22)¹² e abriram novas margens de escolha estratégica para os atores responderem às mudanças do capitalismo no final do século XX. É, pois, sobre essa capacidade de resposta do agente sindical que versa a abordagem da revitalização sindical. Essa abordagem surgiu justamente da necessidade de analisar as atuais transformações no capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre a regulação das relações de emprego e, principalmente, sobre a capacidade dos atores coletivos responderem a esse contexto, mais do que simplesmente afirmar sua crise em virtude das dificuldades que estavam sendo avistadas pelo movimento sindical. Os sindicatos, assim, demonstram capacidade de renovar seus repertórios de atuação, procurando novas estratégias sem que o curso dessa modernização deixe de ser dependente das identidades, propósitos e características herdadas de sua própria trajetória e das circunstâncias nacionais (HYMAN, 2007)¹³.

Os debates sobre renovação e revitalização sindical são marcados por uma pluralidade de visões que sugerem o alargamento dos repertórios de ação e dos campos de intervenção sindical e indicam que essa discussão não conforma um corpo teórico fechado. Uma primeira vertente desse debate identifica movimentos de revitalização na abertura de novas possibilidades para uma atuação internacionalizada e dotada de uma agenda sindical mais ampla.

Para Waterman (2004) a crise de um sindicalismo tradicional, fordista e nacional, estaria dando lugar para um *Sindicalismo de Movimento Social* em escala internacional que se propõe a dialogar com a sociedade civil e se aliar com outros movimentos sociais que pautam a questão de gênero, da luta por direitos humanos, ecológicos etc., rejeitando a forma hierárquica e subordinada que prevalecia nos sindicatos tradicionais predominantemente industriais. Munck (2004, 2010) também associa a capacidade de reinvenção do movimento sindical às mudanças na economia global que ao produzirem uma classe trabalhadora mundial estaria criando as condições para um movimento sindical com capacidade de agir para além das fronteiras nacionais. Expressando certo otimismo diante das possibilidades abertas por um novo período de

¹² “Esto nos lleva a una interpretación alternativa de los acontecimientos de los años ochenta: lo ocurrido no fue una crisis del sindicalismo en cuanto tal, sino más bien la crisis del estilo y la orientación tradicionales del sindicalismo”.

¹³ “Inherited identities also shape the likely trajectory of union renewal: trade unions rarely overturn all their past definitions of character and purpose; rather, they adapt selectively, and seek to persuade members and activists that any changes remain consistent with the fundamental values and objectives of previous generations. For this reason, the course of ‘modernisation’ is likely to be path-dependent” (HYMAN, 2007, p. 198)

grande dinamismo e transformação do capitalismo, o autor afirma que a globalização estaria abrindo novas oportunidades de internacionalização da ação sindical. Já para Silver (2005), a oscilação periódica do capitalismo histórico entre fases que tendem à mercadorização e outras que tendem à desmercadorização do trabalho envolve um processo de diferenciação entre áreas geográficas que estaria abrindo novas possibilidades para o movimento sindical no sul global a depender da capacidade de mobilização dos recursos de poder que os trabalhadores dispõem, notadamente os poderes estrutural e o poder associativo, tal qual anteriormente apresentados por Wright (2000)¹⁴. Nessas abordagens há em comum a promessa de um novo internacionalismo trabalhista, como destaca Burawoy (2010), que estaria sendo impulsionado pela construção de coalizões com novos movimentos sociais, notadamente no sul global, sem atentar para os obstáculos que a produção e comercialização em escala global impõem à resistência dos trabalhadores nos espaços nacionais.

A pesquisa coordenada por Carola Frege e John Kelly (2004b) também mostra a diversidade de visões que está contida dentro desse referencial de análise sobre a revitalização do movimento sindical contemporâneo. Como sistematiza Fairbrother (2005), uma vertente desse debate privilegia a análise das lideranças sindicais e sua capacidade de organizar e representar novos membros. Esse é o caso de análises focadas nos casos americano e britânico, como em Heer e Adler (2004), que enfatizam como a estratégia em torno da organização de novos membros tem se tornado uma prioridade nesses países tendo em vista a criação do *Organizing Institute* (1989) da *American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) nos Estados Unidos¹⁵, e do *Organizing Academy* (1998) pertencente ao *Trades Union Congress* (TUC), na Inglaterra. Nesse campo, a capacidade estratégica e organizacional do ator

¹⁴ Para o autor, o poder associativo resulta da capacidade de organização coletiva dos trabalhadores, seja pela aproximação entre sindicatos e partidos ou outras formas de institucionalização dos trabalhadores em conselhos e comunidades. Já o poder estrutural resulta da localização dos trabalhadores dentro do sistema econômico (WRIGHT, 2000). Há ainda um outro grupo de autores que analisa o processo de revitalização a partir da forma como os sindicatos acessam recursos de poder (SCHMALZ; DÖRRE, 2014) e utilizam suas capacidades em interação com os recursos que possuem (LÉVESQUE; MURRAY, 2010) como forma de se renovarem e enfrentarem as mudanças nas bases históricas sobre as quais o poder sindical foi construído. É por essa variedade de abordagens que Fairbrother (2005) salienta que este é um debate confuso que acessa diferentes ideias de mudança (renovação, revitalização), por vezes expressando um certo subdesenvolvimento conceitual.

¹⁵ A federação nacional dos trabalhadores americanos é historicamente caracterizada por exercer um sindicalismo de negócios (*business unionism*) (HYMAN, 2001). Sua atuação, entretanto, tem sofrido mudanças desde a eleição de John Sweeney, então presidente União Internacional dos Empregados do Setor de Serviços (Seiu), para presidência da AFL-CIO em 1995. Desse momento em diante, a instituição tem aprofundado a estratégia de *organizing*, visando a organização e recrutamento de novos membros, e de expansão do poder político dos sindicatos americanos (SMITH, 1998), o que levou à sua cisão em 2005 e à formação do *Change to Win Organizing Center* (CtW), grupo cujo princípio é reformar a AFL-CIO, voltando-a para o objetivo de filiar milhões de trabalhadores americanos.

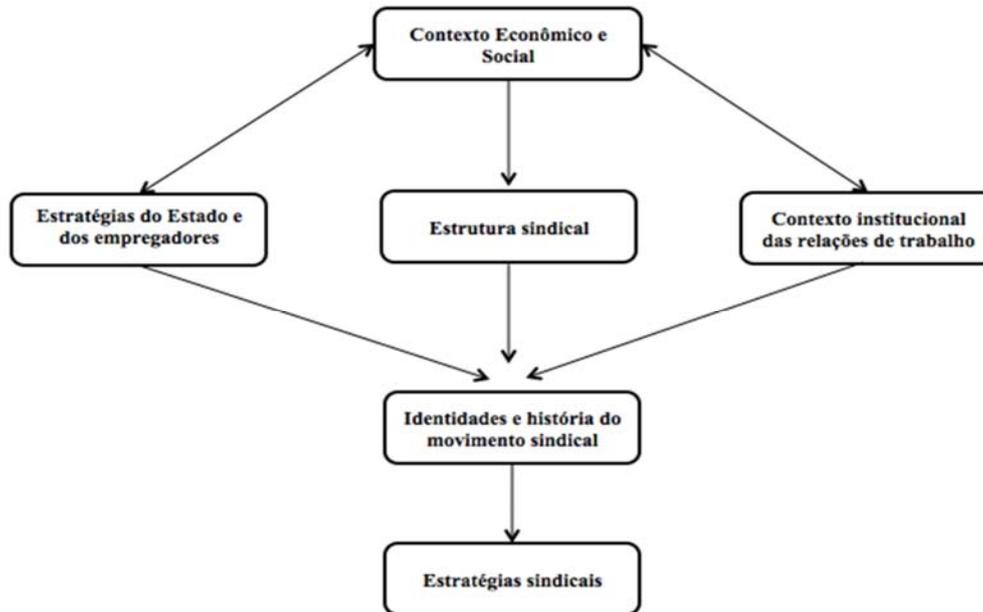
sindical é colocada em primeiro plano, pois, como salienta Turner (2004), instituições sindicais fortes e proativas podem imprimir pontos de vista alternativos, construindo coalizões progressistas em nível local, nacional e internacional.

Ainda segundo Fairbrother (2005), outra vertente desse debate privilegia as complexas circunstâncias que cercam diferentes formas de sindicalismo como pode se ver em Hamann e Kelly (2004). Para esses últimos, as mudanças no capitalismo no último quarto do século XX têm diminuído o poder econômico dos sindicatos, levando-os a aprofundar a ação política (tanto no âmbito eleitoral quanto em torno de uma legislação favorável aos trabalhadores) como forma de influenciar os governos nacionais. Os autores mostram que tanto nos EUA como na Inglaterra os resultados dessa estratégia têm sido limitados e os sindicatos têm se saído melhor na atividade de representação e organização de novos membros. No caso britânico, a tradicional noção de parceria social baseada na influência sindical junto aos partidos e governos a fim de garantir mudanças econômicas na esfera nacional¹⁶ tem perdido espaço para uma ideia de parceria baseada na aproximação entre empregadores e empregados mediante o reconhecimento de participação compartilhada no sucesso da empresa (HYMAN, 2001). Essa mudança na orientação do sindicalismo, em tempos de perda do poder sindical, tem resultado, pontua Hyman (2001), na legitimação do gestor como protetor dos interesses comuns entre trabalhadores e empregadores. Nesse segundo campo do debate, a escolha estratégica dos atores não é entendida de maneira isolada e a interação entre a capacidade estratégica do ator sindical e os constrangimentos externos ganham espaço privilegiado.

Nesta perspectiva, segundo Frege e Kelly (2003, 2004a), o ator sindical é uma organização intermediária que mobiliza os recursos dos trabalhadores em interação com aqueles que exercem poder sobre eles, como demonstra a figura abaixo.

¹⁶ Nessa concepção, segundo Flanders os sindicatos deveriam desempenhar o papel de *sword of justice*, lutando por justiça social e usando seu poder e influência para atuar junto aos partidos e governos a fim de forjar uma ordem social garantidora de crescimento econômico, aumentos de produtividade, controle inflacionário e valorização dos salários. Para além da esfera monetária essa relação de cooperação forjaria um modelo de sociedade que garantiria “não somente os padrões materiais de vida à classe trabalhadora, mas – igualmente –, sua seguridade, status e auto-respeito; em suma sua dignidade como seres humanos” (FLANDERS, 1970, p. 42 tradução nossa).

Figura 1: Estratégias e contexto na abordagem da revitalização sindical.



Fonte: Frege e Kelly (2003, p. 13)

Assim, o contexto sobre o qual os sindicatos atuam figura como um elemento que, ao mesmo tempo em que constrange as escolhas, gera oportunidades para a adoção de novas estratégias sindicais e é esta interação que interessa à análise da performance sindical. Para os autores:

Apesar da óbvia importância analítica das "instituições", argumentamos que explicar as estratégias dos atores somente com base no contexto institucional é muito simplista e determinista, minimizando a dependência mútua e as inter-relações entre atores e as instituições. Os atores influenciam e são influenciados pelas instituições; *o que é importante é rastrear as interconexões recíprocas entre os dois* (FREGE; KELLY, 2003, p. 12)¹⁷.

Essa relação entre o contexto e as escolhas de ação do ator sindical comporta uma noção de estratégia que não se restringe à busca de objetivos específicos previamente definidos, mas diz respeito, também, à tomada de decisão estratégica ao longo do próprio confronto com os elementos políticos, sociais e econômicos que cercam o ator sindical. Assim, “a estratégia depende de procedimentos organizacionais e tradições que liguem o conhecimento à ação através da análise de circunstâncias, avaliação de opções alternativas e planejamento de objetivos e

¹⁷ “Despite the obvious analytical importance of 'institutions', we argue that explaining actors' strategies by their institutional context alone is too simplistic and deterministic, downplaying the mutual dependency and the interrelationships between actors and institutions. Actors both influence and are influenced by institutions; what is important is to trace out the reciprocal interconnections between the two”.

formas de intervenção” (HYMAN, 2007, p. 198)¹⁸. É pela análise desse movimento de interação entre as mudanças no contexto e a capacidade estratégica do ator sindical que a abordagem da revitalização figura enquanto uma ferramenta metodológica que ajuda a revelar as transformações nos repertórios prático-discursivos das instituições sindicais.

É com essa concepção de atuação estratégica em tela que o quadro de análise oferecido por Frege e Kelly (2003, 2004a) figura como ponto de partida para o estudo da atuação sindical no Brasil. Tal abordagem identifica seis estratégias (Quadro 1) que podem ser adotadas pelo ator sindical:

Quadro 2: Estratégias sindicais e dimensões da ação coletiva identificadas pela abordagem da revitalização

Organização e recrutamento de novos membros	Refere-se à aquisição de membros e pode criar e fortalecer a representação no local de trabalho. Isso, por sua vez, pode aumentar a capacidade de mobilização do sindicato e seu poder de negociação.	Dimensão da filiação
Parceria com empregadores	É entendida como uma forma de cooperação capital-trabalho entre as instituições sindicais e os patrões. Pode ser encontrada onde os sindicatos são fracos e incapazes de mobilizar os membros para uma ação coletiva ou, inversamente, onde os sindicatos são fortes e os empregadores têm um poderoso incentivo para cooperar.	
Ação política na esfera eleitoral e legislativa	Refere-se à busca por uma legislação trabalhista mais favorável. Essa forma de atuação é mais provável onde há um alto grau de regulação estatal da economia, de modo que os sindicatos tenham um claro incentivo para envolver o Estado no processo de negociação.	Dimensão econômica
Construção de coalizões	Geralmente refere-se à união entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, como o movimento antiglobalização ou ambiental, a fim de ajudar os sindicatos a adquirirem recursos poder, como o acesso a indivíduos e redes chave dentro de comunidades específicas que poderiam auxiliar na organização de campanhas. Essas conexões também podem servir para ampliar a gama de interesses e as agendas que os sindicatos procuram representar e, assim, ampliar seu poder de representação de segmentos mal representados da classe trabalhadora.	
Reestruturação organizacional	Trata-se de fusões ou reorganizações internas que visem o fortalecimento da organização sindical e o aumento de seu poder político, eliminando a competição e a divisão de correntes e/ou sindicatos.	Dimensão organizacional
Solidariedade internacional	Trata-se de abrir canais de diálogo e cooperação internacionais para melhorar a troca de informações sobre empresas multinacionais, reforçando o poder de barganha dos sindicatos e também facilitando a mobilização dos trabalhadores nas campanhas.	

Fonte: Elaboração própria com base em Frege e Kelly (2003, 2004a).

¹⁸ “Strategy depends on organizational procedures and traditions which link knowledge to action through analysis of circumstances, evaluation of alternative options and planning of objectives and forms of intervention”.

Como é possível visualizar no quadro, essas estratégias se relacionam de maneira não linear com dimensões da ação coletiva ao longo das quais é possível identificar “as principais orientações ou esferas da atividade sindical (BEHRENS; HAMANN; HURD, 2004, p. 20, tradução nossa)¹⁹. A dimensão econômica centra-se na capacidade de obtenção de melhorias salariais e de outros benefícios, e do seu impacto mais geral na distribuição da riqueza. Já a dimensão política diz respeito à interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, elaboração de legislação e sua implementação) de forma a aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas por meio da participação em negociações de pactos sociais. A dimensão organizacional versa sobre as estruturas organizacionais e de governança, o funcionamento interno das instituições e sua capacidade de se ajustar a novos contextos. Por fim, a dimensão da filiação diz respeito ao reforço da legitimidade e representatividade por meio do aumento do número de associados e da capacidade do ator sindical de comportar as modificações na composição interna da força de trabalho (BEHRENS; HAMANN; HURD, 2004).

A análise das estratégias pode revelar como um determinado ator sindical está mobilizando e interconectando as diferentes dimensões da ação coletiva. É neste sentido que esse conjunto de interações entre as estratégias e as dimensões da ação sindical, tal qual proposto pela abordagem da revitalização, revela o sentido e a orientação de atuação das entidades sindicais.

As dimensões econômica e política da ação coletiva assumem centralidade no estudo da atuação das centrais sindicais brasileiras nos anos 2000, pois a conquista de ganhos salariais num momento de reaquecimento da economia e o aprofundamento da ação institucional das centrais num ambiente político propício ao diálogo foram características elementares dos governos petistas em sua relação com o movimento sindical. Entretanto, a nítida separação entre essas dimensões de análise no quadro metodológico proposto se conecta com uma visão institucionalista que atribui às sociedades capitalistas avançadas a existência de sistemas de relações industriais e de regulação do conflito capazes de separar institucionalmente o conflito industrial do conflito político (DAHRENDORF, 1982)²⁰. Nessas sociedades, a tendência ao

¹⁹ “Union revitalization can be conceptualized as (re)gaining power along the various dimensions that capture the main orientations or spheres of union activity”.

²⁰ “Uma das teses centrais da presente análise é a de que, na sociedade post-capitalista, em contraste com a sociedade capitalista, a indústria e a sociedade dissociaram-se. Cada vez mais, as relações sociais na indústria, inclusive o conflito industrial, perdem seu caráter dominante sobre a sociedade como um todo e permanecem limitados, em seus modelos e problemas, à esfera da indústria. Na sociedade post-capitalista, a indústria e o conflito industrial são

nivelamento das diferenças entre os estratos e à equalização crescente das condições de vida, diz o autor, “proporcionaram a base da separação entre os interesses manifestos dos conflitos industrial e político” (1982, p. 242).

Isso seria mais evidente na sociedade americana em que os “sindicatos têm sido tradicionalmente vistos como organizações cujo principal objetivo é garantir benefícios econômicos para seus membros; em especial, por meio da melhoria das suas condições de trabalho via negociação coletiva”. Neste caso, afirma Hyman, “objetivos sociais e políticos mais amplos são de legitimidade duvidosa ou, na melhor das hipóteses, subsidiária da função econômica dos sindicatos (HYMAN, 2001, p. 6 tradução nossa)²¹. Já a tradicional falta de interesse no Estado ou na parceria social “pode ser explicada pela ausência do Estado e da democracia no local de trabalho no contexto das relações industriais nos Estados Unidos” (FREGE, 2008, p. 44 tradução nossa)²².

Entretanto, na análise marxista dos sindicatos a separação entre a luta econômica e a luta política desconsideraria as relações desiguais de poder que subjazem à relação capital-trabalho:

(...) numa forma pura, pode-se argumentar que o sindicalismo de negócios é inconcebível; não apenas porque parece improvável que as privações dos trabalhadores sejam sempre experimentadas como exclusivamente econômicas, mas também porque o ‘esforço de negociação’ implícito em todas as relações de trabalho é uma fonte persistente de conflito ‘político’ (HYMAN, 1971, p. 38 tradução nossa)²³.

Hyman (1971) afirma que o contexto social e econômico tem implicações sobre a natureza das relações industriais já que em uma sociedade capitalista o conflito de interesses entre trabalhadores e capitalistas tem um papel fundamental na medida em que estabelece uma desigualdade de poder presente no contrato de trabalho. As relações industriais tratam sobre as questões que são negociadas no bojo desse contrato, englobando a questão salarial, mas também

institucionalmente isolados, isto é, confinados dentro dos limites de seus próprios domínios e despidos da influência que exerciam sobre as demais esferas da sociedade” (DAHRENDORF, 1982, p. 237)

²¹ “In most English-speaking countries, trade unions have traditionally been viewed as organizations the primary purpose of which is to secure economic benefits for their members; in particular, by advancing their ‘terms and conditions of employment’ through collective bargaining. From such a perspective, broader social and political objectives are of dubious legitimacy, or at best ancillary to unions’ economic functions”.

²² “Thus, the traditional lack of academic interest in the state or in social partnership in the US can be explained by the traditional absence of the state and of workplace democracy in American IR”.

²³ (...) in a pure form, it might be argued, business unionism is inconceivable; not merely because it seems improbable that workers’ deprivations are ever experienced as exclusively economic, but also because the ‘effort bargain’ implicit in every employment relationship is a persistent source of ‘political’ conflict”.

os limites que são impostos ao poder do empregador em determinar as características da relação de emprego. Nesse sentido, os sindicatos que definem sua função, primeiramente, em termos de negociação com empregadores estão, também, compelidos a buscar maneiras de influenciar as políticas públicas, sendo – mesmo que em diferentes graduações – atores econômicos, mas também políticos. Mais do que isso, a relação entre estes dois papéis é complexa e contraditória, e a prioridade atribuída a cada um varia ao longo do tempo e em relação aos contextos nacionais (GUMBRELL-MCCORMICK; HYMAN, 2013, p. 134, tradução nossa)²⁴.

Na mesma direção, Kelly (1998) afirma que a negociação coletiva contém em si um elemento político uma vez que ao tratar das condições salariais e de trabalho e ao questionar os parâmetros sobre os quais a relação de emprego é governada, está contestando a autoridade empresarial. Trata-se, assim, de uma luta pelo poder sobre o outro (*power over*) (LUKES, 2005). “Os sindicatos constituem um exemplo óbvio: os trabalhadores desenvolvem seu poder coletivo precisamente para constranger o poder (ainda maior) dos empresários” (HYMAN, 1975, p. 27 tradução nossa)²⁵. Com isso se entende que o mercado de trabalho é mais do que um foro em que se desenvolvem processos estritamente econômicos de oferta e demanda, ele é um espaço onde aparecem implicadas relações de controle e poder (HYMAN, 1975).

Essa separação das dimensões econômica e política da ação coletiva, bem como a ausência de uma arena de luta em torno da questão social são aspectos que evidenciam como os contextos nacionais singulares e as ideologias e identidades específicas influenciam de formas distintas os movimentos sindicais. Neste sentido, “a interação entre as estratégias do Estado e dos empregadores, instituições das relações industriais e identidades sindicais em cada contexto nacional, bem como as lutas em torno de determinadas práticas nacionais funcionam como instâncias mediadoras das pressões ‘externas’ globalizadoras” (DIAS; KREIN, 2017, p. 4). São esses aspectos da experiência brasileira que necessitam ser revisitados a fim de que se explicitem os significados que a interação entre as dimensões econômica e política da ação coletiva assumiram ao longo da luta pelos direitos trabalhistas e sociais na sociedade brasileira. Após esse exercício será possível estabelecer as mediações necessárias para que o quadro de análise da revitalização

²⁴ “Yet if unions are inescapably both economic and political actors, the relationship between the two roles is complex and contradictory, and the priority assigned to each varies across countries and over time”.

²⁵ “Trade union organisation is an obvious example: workers develop their collective power precisely in order to counteract the even greater power of the employer”.

sindical figure enquanto uma ferramenta metodológica pertinente para o estudo das centrais sindicais brasileiras nos anos 2000.

1.2 As dimensões econômica e política da ação sindical no contexto brasileiro

Entre os anos 1930 e 1980 o Brasil realizou o tardio processo de desenvolvimento capitalista com elevado dinamismo na trajetória econômica sem, no entanto, lograr os avanços sociais esperados, especialmente em comparação com os países centrais. No decorrer do processo, sobretudo no momento que antecedeu a ditadura militar (1964-1985), pairava sobre a sociedade brasileira a sensação de uma nova civilização nos trópicos, isto é, a sensação de que “faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna” (MELLO; NOVAES, 2009, p. 7). Entretanto, a industrialização do país não foi acompanhada pela queda da desigualdade socioeconômica: o crescimento médio do PIB brasileiro durante a década de 1960 excedeu 6% a.a enquanto o índice de Gini passou de 0,499 em 1960 para 0,568 em 1970 (LANGONI, 1973).

Apesar do dinamismo da indústria brasileira nos anos 1950, 1960 e 1970 e da diversificação da estrutura do emprego urbano com impactos positivos em termos de geração de ocupações, tal processo foi insuficiente para absorver a mão-de-obra rural e excedente proveniente de uma urbanização rápida e desordenada (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1998), acumulando nas cidades grandes massas de população marginalizadas. Em parte, esse “excedente” se incorporou às atividades informais, pressionando a manutenção dos baixos salários no setor formal.

Enquanto o desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foi acompanhado pela introdução dos direitos sociais, pelo aumento do gasto público em educação, moradia e saúde, e por um processo de homogeneização da classe trabalhadora mediante a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população (CASTEL, 1998), no Brasil o desenvolvimento capitalista não implicou a formação de um Estado de Bem Estar Social. Segundo Silva (2015):

O Estado de Bem Estar Social da segunda metade do século XX parece expressar a realização deste processo (cidadania), pelo menos para alguns países da Europa Ocidental e América do Norte. Como veremos, essa igualdade básica de cidadania está longe de ser uma realidade em países como o Brasil, que se caracteriza pela extrema

pobreza e desigualdade entre as camadas sociais (SILVA, 2015, p. 708, tradução nossa)²⁶.

No caso brasileiro, a ação intervencionista do Estado varguista (1930-1945) promoveu a incorporação da força de trabalho no assalariamento, enfrentando a herança histórica da escravidão, dando àquele que trabalha a condição de cidadão. Constituiu, também, uma legislação trabalhista destinada à regulamentação do conflito entre capital e trabalho. Entretanto, em decorrência da estratificação social, o acesso aos direitos sociais assumiu a forma de uma “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), isto é, somente os trabalhadores cujas ocupações eram reconhecidas e reguladas pelo Estado tinham acesso aos direitos associados às suas profissões. Assim, o direito à cidadania ficou restrito aos trabalhadores da indústria e do comércio, portadores da carteira de trabalho no setor formal da economia. Para Cardoso (2016), desde então o acesso à cidadania configura-se como um sistema fluido cuja porta de entrada se abre e se fecha, inclui e exclui os indivíduos, gerando um mundo de direitos de curta duração. “A inclusão real, a exclusão breve ou permanente e as expectativas renovadas de inclusão fazem parte de um mesmo processo geral de ‘cidadania regulada’ (...)”, transformando a cidadania em uma possibilidade (CARDOSO, 2016, p. 69, tradução nossa)²⁷.

Esse tratamento da questão operária a fim de criar as condições para o desenvolvimento capitalista no país contou com a formação de uma estrutura sindical corporativa. Nessa formulação, ao sindicato caberia impedir o conflito aberto, defender os interesses da profissão e agir enquanto órgão de colaboração do Estado. Por um lado, a criação de um aparato institucional²⁸ para reconhecimento do ator sindical foi um instrumento para facilitar a ingerência do Estado na solução dos conflitos de trabalho e na organização sindical

²⁶ “The welfare state of the second half of the twentieth century seems to express the completion of this process (citizenship) at least for some countries of Western Europe and North America. As we shall see, this basic equality of citizenship is far from being a reality in countries like Brazil, which is characterized by extreme poverty and inequality among the social layers.”

²⁷ “This occurred in such a way that real inclusion, brief or permanent exclusion and renewed expectations of new inclusion were part of the same general process of ‘regulated citizenship’ (...)”.

²⁸ A Lei de Sindicalização criada em 1931 estabelecia a existência de apenas um sindicato por categoria e região geográfica, o que ficou conhecido como o princípio da unicidade sindical. Além disso, uma vez que o sindicato fosse criado, todos os trabalhadores de uma determinada categoria e região deveriam pagar o imposto sindical, uma taxa equivalente a um dia de salário por ano, ao Estado que redistribuía a quantia entre os sindicatos. Esse sistema de financiamento baseado na contribuição de todos os trabalhadores, independente de serem sindicalizados, significa que os sindicatos podem ter uma limitada relação com os trabalhadores sem, com isso, correr o risco de perder seu suporte financeiro (ANNER; VEIGA, 2013). O direito de greve e a presença dos sindicatos no local de trabalho não foram contemplados na legislação.

(FONSECA, 1989). Por outro, essa estrutura jurídica permitiu a criação de uma série de salvaguardas para a ação e para a negociação coletiva.

Apesar da estrutura sindical corporativa na esfera normativa, resistência, tensões e ambiguidades estiveram o tempo todo presentes na vida sindical e foi, também, com luta que a classe trabalhadora conquistou a regulamentação do mercado de trabalho e resistiu politicamente à estrutura corporativa vigente, tanto que o uso da repressão ao movimento sindical foi uma arma fundamental a partir de 1935 (GOMES, 2005)²⁹.

A abertura democrática em 1945 e a intensificação do processo de industrialização baseado na aliança entre o capital nacional e estrangeiro a partir dos anos 1950 deram novo impulso à classe trabalhadora. Apesar de o sistema corporativo permanecer intacto, cresceu a influência da esquerda nos sindicatos, o número de greves e as disputas por aumento salarial diante do desenvolvimento industrial. Segundo Humphrey (1982):

Na situação política de desenvolvimento acelerado no início dos anos 60, o sistema corporativo de organização do trabalho conservou sua estrutura formal, mas sua ação foi transformada pelo uso que se fez dele. Com relação a isso, as forças nacionalistas de esquerda no movimento sindical alteraram fundamentalmente o equilíbrio político do poder, fazendo dos sindicatos uma força política independente (...). (HUMPHREY, 1982, p. 28).

O crescimento da massa de trabalhadores nas indústrias foi um dos elementos responsáveis por esse processo. Embora parte da literatura tenha tratado a emergência da classe trabalhadora enquanto o surgimento de uma “aristocracia do trabalho” baseada em um sindicalismo de negócios e numa prática sindical divisionista (RODRIGUES, 1966; ALMEIDA, 1996), a luta contra o baixo nível salarial, a busca por melhores condições de vida e trabalho no cotidiano da produção e a preocupação com os temas mais gerais da sociedade, como a reforma agrária, evidenciavam o reavivamento político da classe trabalhadora. Tanto que um dos objetivos políticos do regime militar instaurado em 1964 fora interromper a radicalização crescente dos movimentos de trabalhadores no começo dos anos 1960. Para tanto, a repressão aos

²⁹ Como argumenta Santana, mesmo dentro da estrutura oficial, as práticas sindicais no pré-64 contribuíram para a formação da identidade inicial do movimento sindical de caráter contestatório que surgiria nos anos 1970/80. Seja porque os militantes de base do partido comunista intensificaram a constituição de organismos nos locais de trabalho, seja porque tentaram se implantar em empresas e setores de ponta da economia, os comunistas tiveram um importante papel na democratização do espaço sindical, “transformando os sindicatos em elementos centrais na representação dos interesses dos trabalhadores” (SANTANA, 1999, p. 148).

sindicatos³⁰ e o controle salarial foram traços permanentes da situação da classe trabalhadora após o Golpe Militar (HUMPHREY, 1982).

Baltar e Proni (1996) lembram que a repressão da atividade sindical e política e a contenção salarial deram-se, justamente, num período de consolidação da estrutura econômica que começou a ser montada nos anos 1930. A partir de 1964, os governos militares aprofundaram um estilo de industrialização baseado nos baixos salários e na flexibilidade do emprego. O sentido maior da política salarial adotada, conforme Medeiros (1993), foi a contenção e a uniformização das altas nominais de salários de acordo com a estratégia de estabilização da economia. Adicionalmente, com a aprovação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em substituição ao direito de estabilidade decenal por tempo de serviço, contemplou-se um “projeto de regulação de força de trabalho em que os mecanismos de nivelção e aumento dos salários por fatores extra-mercado encontravam-se inteiramente subordinados às prioridades econômicas e políticas do Estado autoritário” (MEDEIROS, 1993, p. 131). O resultado foi a queda do salário mínimo e a redução dos custos de dispensa (fim da estabilidade decenal), permitindo maiores graus de liberdade da empresa na administração dos salários. Desta forma, consolidou-se na ditadura militar um regime de trabalho no Brasil marcado pela instabilidade no emprego, alto excedente estrutural de mão-de-obra e baixo nível e diferenciação salarial (BALTAR; PRONI, 1996).

A repressão ao movimento sindical, por sua vez, tinha por objetivo eliminar os elementos políticos dos movimentos de trabalhadores. Entretanto, a impopularidade das medidas governamentais significou o recrudescimento da resistência sindical entre os anos 1967 e 1968, criando um certo consenso na literatura acerca do potencial político existente no sindicalismo brasileiro, ao menos após 1964 (WEFFORT, 1973; HUMPHREY, 1982). Mesmo em um contexto repressivo e mediante a ameaça real de intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, as greves de 1978 e 1979 foram uma demonstração exuberante do que viria a ser o *novo sindicalismo*: “uma ousada aposta na mobilização, nas lutas de massa, na organização de base, na politização da agenda sindical” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 72). Tal politização encontrava-se na luta contra a contenção salarial, a intensificação do trabalho e o

³⁰ Em 1964, 409 sindicatos sofreram intervenções do Ministério do Trabalho. Nesse ano uma nova lei foi promulgada, regulamentando e tornando quase impossível a realização de greves (HUMPHREY, 1982).

aumento da rotatividade da mão-de-obra, bem como na luta pela cidadania (JÁCOME RODRIGUES, 2011) e pelo regime democrático (MOISÉS, 1982).

Mesmo as exigências econômicas assumiam conteúdo político. A negociação por melhores salários ficava restrita aos dissídios coletivos que reajustavam anualmente os salários de acordo com os índices calculados pelo governo federal. Os sindicatos eram impedidos de negociar diretamente com os empresários pautas como as reivindicações por melhores condições de trabalho e mesmo os reajustes salariais. A demanda dos trabalhadores e a função sindical estavam, portanto, subordinadas à uma estrutura de organização sindical controlada pelo Estado. O direito à negociação com a abrangência e conteúdo reivindicado pelos trabalhadores passava, assim, pela luta por um projeto de democratização e de liberdade sindical.

Deste modo, nas condições dos anos 1970 não havia possibilidade para um sindicalismo de negócios no Brasil, visto que a existência do conflito e da negociação pressupunha que os sindicatos buscassem mudanças na lei e nas estruturas políticas (HUMPHREY, 1982). A luta salarial implicava a luta pela negociação direta com os empresários, pelos contratos coletivos de trabalho, pelo reconhecimento da atividade sindical no interior das fábricas, pelo direito de greve e pela liberdade sindical. É por travar essas lutas com forte sentimento oposicionista ante o regime militar que o ressurgimento do movimento sindical no bojo da intensificação da crise dos governos autoritários vem juntar-se aos esforços que a ampla frente democrática brasileira realizou com o objetivo de apressar o fim do regime de exceção do país (MOISÉS, 1982).

Além da luta pela democracia expressada na contestação ao Estado autoritário e suas funções na regulamentação das relações entre capital e trabalho, o surgimento do movimento operário e sindical no cenário político do país se deu, também, como um ato de resistência contra a opressão e as péssimas condições de vida ao qual estavam submetidos. Conforme Abramo (1999), o movimento grevista que começou a despontar em São Bernardo do Campo, apesar de ter o aumento salarial como aspecto central das reivindicações, foi – também – resultado de um processo de dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, de desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais e humanos e de violação da sua dignidade. Foi, neste sentido, mais do que a expressão de reivindicações de caráter meramente econômico, mais do que somente a expressão de um processo mais geral de luta da sociedade civil contra o Estado

autoritário. Ele inscreveu-se num processo crescente de demanda por direitos e cidadania, “que trazia em seu cerne a noção de igualdade” (ABRAMO, 1999, p. 272).

Foi, assim, um movimento de resistência alimentado pelas carências cotidianas no trabalho e na vida manifestada na falta de tempo para lazer ou convivência familiar, na rotina intensa de trabalho, na convivência com a violência policial nas ruas e na impossibilidade de expressar-se. Elementos da esfera individual e coletiva que encontraram na atividade grevista a possibilidade de recuperar e expandir a própria condição de humanidade do trabalhador (ABRAMO, 1999).

A busca por dignidade pode ser associada à “luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade” (JÁCOME RODRIGUES, 2011, p. 19), pois essas demandas representavam a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava uma cidadania limitada, perpassando o ambiente fabril, o bairro, a moradia e as condições de vida e trabalho. Assim, o surgimento do movimento sindical na arena política extrapolou o espaço interno da fábrica e a esfera da produção, não somente pelo papel que desempenhou na luta pela democracia, mas também pela luta por acesso à cidadania.

A própria interação entre o movimento sindical e os demais atores sociais demonstra a dimensão que a luta dos trabalhadores atingiu, criando as condições para o surgimento do chamado “novo sindicalismo”. Sader (1988) mostra que o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais, ainda durante a ditadura militar, teve por objetivo recuperar espaço junto à sociedade, buscando conscientizar os trabalhadores a partir de suas condições de existência e transformar suas necessidades em reclamação de direitos. O autor também mostra que dos grupos da esquerda dispersada, em crise com as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias, emergia uma esquerda de matriz marxista cujo objetivo era encontrar novas formas de articulação com os trabalhadores. Para isso, organizaram um processo de reaglutinação do movimento operário e orientaram militantes para a formação de oposições sindicais proletárias paralelas às existentes, para a realização de atividades de educação popular, em associações de bairro e grupos de fábrica. Ao lado de intelectuais lograram constituir uma narrativa e uma interpretação que contemplasse os problemas da luta de classe e das condições da sociedade capitalista.

Assim, apesar de a ditadura ter obtido sucesso em dismantelar as organizações de esquerda, é no bojo da própria resistência ao regime militar que surge um novo movimento

formado por estas agências: setores da igreja, segmentos da esquerda e do sindicalismo, como indicado por Sader (1988). Quando esses movimentos de base se apropriaram de novas práticas baseadas na ação direta e de um novo discurso fundamentado na busca pela dignidade do trabalhador brasileiro, foram criadas as condições para o surgimento de um novo tipo de sindicalismo que ganhara capacidade de levar suas demandas ao cenário nacional (SADER, 1988). Mais do que isso:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles ‘inventaram’ novas formas de política (SADER, 1988, p. 20).

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros (SADER, 1988, p. 313).

As interpretações de Moisés (1982), Sader (1988) e Abramo (1999) têm em comum a análise, não das estruturas econômicas, sociais e políticas, como fazem Humphrey (1982) e Jácome Rodrigues (2011), mas das experiências, isto é como as pressões determinantes dos processos estruturais são experimentadas e manejadas pelas pessoas. Nessa formulação, a definição do caráter “político” daquele movimento é extraída do significado que os próprios sujeitos o atribuem. Neste sentido, seja na luta pela democracia, pela cidadania ou pela dignidade no trabalho e fora dele, o significado político do movimento é gestado na interação entre a rotina da fábrica e os problemas cotidianos com a mediação dos agentes em ação (igreja, sindicato e comunidade), criando, assim, novos espaços políticos que auxiliaram na tarefa de interpretar as experiências. As análises situadas no campo estruturalista, entretanto, não são inválidas senão complementares a essa leitura, uma vez que reconhecem a existência de sujeitos políticos autônomos, enfatizando que os determinismos do momento histórico, do clima de distensão política e da crise econômica do regime militar também conformaram novas estruturas de oportunidades para a atuação do movimento sindical. Mesmo Sader (1988), crítico das vertentes estruturalistas que tentam entender os processos sociais a partir das “condições dadas”, reconhece que há uma falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas, pois os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade.

É nesta linha de interpretação que, para Seidman (1994), o tardio processo de industrialização e a cooperação entre o Estado autoritário e os empregadores na aprovação de políticas que simultaneamente reduziram os salários e negaram o acesso aos serviços públicos, empobrecendo a vida urbana doméstica e comunitária, configuram como os aspectos centrais daquela conjuntura que alarmaram um “sindicalismo de movimento social” no Brasil. Para a autora, é a forma desigual com que se deu o desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos sobre a questão social que permitiu o alargamento da agenda sindical durante os anos 1980. Os salários baixos combinados com a espoliação urbana como resultado direto de uma estratégia de industrialização estatal desigual e, portanto, como resultado direto de processos políticos que favoreceram os empregadores levaram os trabalhadores a reconhecer que as carências sociais eram reflexo da estratificação de classes existentes.

Neste contexto, as relações de classe ao nível da fábrica traduziram-se em esforços para aumentar a participação dos trabalhadores nos recursos fora da fábrica. A luta de classes na “esfera da produção” transbordou para a esfera da “reprodução social” à medida que os trabalhadores buscavam elevar o nível historicamente definido do custo da reprodução do trabalho. O Estado cumpriu um papel fundamental neste processo, pois ao promover o processo de segregação e desigualdade social através da erosão dos salários e da expulsão espacial dos menos favorecidos dos centros urbanos durante a ditadura militar, reforçou a tendência do movimento sindical de interpretar as condições de trabalho na fábrica e as carências sociais como problemas de caráter político (SEIDMAN, 1994)³¹.

Nesse sentido, o alargamento da agenda sindical, incluindo a questão social, justamente num momento em que a pura defesa dos interesses da classe poderia prevalecer, pode ser explicado tanto pela concentração dos trabalhadores em regiões onde a carência e a desigualdade social acompanhavam o desenvolvimento industrial – tal qual São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – quanto pelo envolvimento do Estado em reforçar a segregação espacial da classe trabalhadora. O visível processo de segregação espacial e o aumento das carências sociais na contramão do processo de crescimento econômico foi o aspecto decisivo, na opinião da autora, e que explica porque os trabalhadores compartilharam do entendimento de que o acesso aos direitos e bens públicos fazia parte da sua luta e dava sentido político a ela.

³¹ “The authoritarian state's overt control over wages, its refusal to service lower-class communities, and its willingness to shift resources from poorer to wealthier areas reinforced the tendency for labor unions to interpret both factory and community problems as political issues” (SEIDMAN, 1994, p. 215).

Como visto na seção anterior, nos países europeus, a luta do movimento sindical no século XIX em diante também esteve atrelada à extensão do conceito de cidadania a fim de incluir o direito da negociação coletiva, de acesso aos direitos sociais e à participação política da classe trabalhadora. No Brasil, entretanto, após o golpe militar, esse processo não ficou centralizado nas disputas em torno da esfera estatal e legislativa, visto que o Estado não assumiu a função de provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos sociais. Ao contrário, no caso brasileiro, argumenta Seidman (1994), o Estado autoritário teve um importante papel na reprodução das desigualdades sociais, no controle do movimento sindical e na limitação de suas demandas e suas funções. O Estado criou, assim, as condições para o crescimento econômico aos moldes de um “capitalismo selvagem” (rápido crescimento econômico acompanhado por um rápido processo de urbanização, com força de trabalho excedente, estabelecendo uma concorrência predatória entre os trabalhadores em torno da possibilidade de ocuparem as melhores oportunidades) (HENRIQUE, 1999). Neste contexto, prevaleceu uma alta informalidade, rotatividade, baixos salários e desigualdade, sem a garantia de acesso da população aos direitos sociais, mediante um acordo com a elite governamental e a classe empresarial que pressupunha o controle e a repressão do movimento sindical.

A abrangente agenda da classe trabalhadora foi, assim, extrapolando a esfera econômica e encontrando na luta pela recuperação da dignidade do trabalhador, na disputa pela redefinição do conceito de cidadania com o fim de incluir o acesso aos bens públicos e direitos socioeconômicos e na luta pela democracia com a efetiva participação da classe trabalhadora na esfera político-eleitoral, o sentido político da ação coletiva. Sentido que foi ganhando forma na transformação gradativa de um “discurso de conciliação”, como afirma Sader (1988), num “discurso de contestação”. E nesse discurso parecia impossível dissociar o econômico do político:

Sob o regime trabalhista brasileiro, era praticamente impossível aos trabalhadores dissociar as demandas políticas e econômicas. Quase invariavelmente, os trabalhadores grevistas nas fábricas definiam os seus interesses tanto em termos políticos como econômicos: sem acesso a recursos estatais, sem reformas na legislação laboral e nas políticas estatais, os trabalhadores não poderiam esperar melhorar nem as suas condições de trabalho nem o seu nível de vida geral. Mesmo quando as demandas dos trabalhadores se concentravam inteiramente nos assuntos do local de trabalho, eles tinham um conteúdo político implícito: enquanto a legislação proibisse a negociação coletiva e a autonomia sindical, os trabalhadores estariam envolvidos em um desafio de ordem política, tendo em vista a necessidade de interromper o controle normal do Estado sobre os aumentos salariais e o movimento trabalhista (SEIDMAN, 1994, p. 165,

tradução nossa)³².

A ação sindical não podia então ser vista como sendo somente de natureza econômica. Em 1979, Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, deu uma entrevista reforçando esse ponto:

“Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. Eles são duas coisas conectadas. A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação” (Lula, História Imediata, 56).

Lula refere-se à projeção nacional que os trabalhadores conquistaram após as greves de 1978 e 1979. Havia um reconhecimento por parte dos trabalhadores de que suas demandas (econômicas) só seriam atendidas mediante mudanças políticas, interconectando ainda mais essas dimensões. Tal reconhecimento resultou na criação da CUT em 1983 (mesmo sendo claramente ilegal naquele momento), a fim de que pudesse disputar as demandas ao nível nacional, e na criação do Partido dos Trabalhadores em 1981, com a perspectiva de dar voz aos trabalhadores e bloquear o controle da elite sobre o processo político. O crescimento da CUT implicou o desenvolvimento do PT como uma alternativa de representação dos trabalhadores dentro do Estado.

Não se tratava apenas da luta pela redemocratização, mas da articulação dos interesses dos trabalhadores na esfera política nacional, isto é do “direito de formular projetos de sociedade e de legitimamente competir por sua implantação” (CARDOSO, 1992, p. 170). Assim, a ação sindical no Brasil não se limitou ao campo das relações de trabalho e vem desempenhando uma função que vai muito além da esfera econômica (GALVÃO, 2016). Mas a noção do que possa ser entendido como expressão da luta política da classe trabalhadora (a concepção sindical) e os mecanismos de implementação dessa dimensão da ação coletiva (a prática sindical) se transformaram profundamente durante os anos 1980 e 1990 com a criação das duas principais centrais sindicais brasileiras, CUT e FS.

³² “Under Brazil's labor regime it was virtually impossible for workers to disentangle political and economic demands. Almost invariably, workers striking in factories defined their interests in political as well as economic terms: without access to state resources, without reforms in labor legislation and state policies, workers could not hope to improve either their working conditions or their general standard of living. Even when workers' demands focused entirely on workplace issues, they had an implicit political content: as long as legislation prohibited collective bargaining and union autonomy, labor militance would involve a direct challenge to the political order, by disrupting the state's normal control over wage increases and labor activism”

CUT

A CUT foi criada em 1983, como resultado da aglutinação de forças pelo campo que se autodenominava combativo dentro do sindicalismo brasileiro e que se colocava em contraposição às correntes que defendiam a estrutura oficial. Pela heterogeneidade das forças políticas que compunham a Central e pela mudança no contexto político e econômico do país, sua atuação se transformou na transição desta década para os anos 1990.

As mudanças de orientação da CUT podem ser apreendidas em seus Congressos Nacionais. Se fora no II CONCURT realizado em 1986, que as diferenças entre as correntes políticas que compunham a CUT começaram a se tornar mais evidentes, fora somente no III CONCURT, realizado em 1988, que a transição de uma “CUT-movimento” para uma “CUT-instituição” consolidou-se, fechando um “ciclo na vida da CUT” (JÁCOME RODRIGUES, 2011, p. 85). “As resoluções do III CONCURT buscavam dar um salto de qualidade na CUT e (...) iniciavam a implantação de uma nova estrutura sindical, passando a mostrar a CUT como uma Central que negocia, articula, comanda os seus sindicatos, implantada na base, não um movimento” (ARTSIND, 1993, p. 14). Também se tornava mais nítida, a opção da Central em atuar eleitoralmente com vistas a conquistar o poder político (RODRIGUES, 1990a), que veio a se concretizar mediante o apoio à candidatura Lula em 1989.

Durante o III Congresso Nacional, o tema dominante foram as mudanças no estatuto da Central que ao localizar a representação nos sindicalizados e não no total da categoria retirava o poder das bases operárias. As “teses”³³ apresentadas no III CONCURT ilustram as visões que estavam em disputa. Três grupos principais disputavam a hegemonia da Central. *A CUT pela base*, hegemônica pelo Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo (MOSMSP) e pela Democracia Socialista, defendia, na Tese 6, a concepção da “CUT-movimento”, vanguardista, revolucionária e de massas. Nessa tese, seus representantes criticavam a atuação da CUT visto que estava viciada nos meandros da negociação ao nível institucional, esquecendo-se que a ferramenta fundamental dos trabalhadores é a luta direta. A Central também estaria privilegiando as reivindicações no campo trabalhista em detrimento das questões de ordenamento geral da sociedade. Somente o socialismo, na visão desta corrente, garantiria o atendimento dos interesses da classe trabalhadora. Além disso, combatiam a

³³ O resumo das teses que embasam o posicionamento das principais correntes em disputa no III CONCURT está disponível em Rodrigues (1990b).

tendência à burocratização da entidade que se expressava na centralização do poder em poucas pessoas com o uso dos recursos humanos e materiais da entidade para respaldar propostas e posições dentro da CUT. O segundo grupo era constituído pela Força Socialista e pela Convergência Socialista³⁴. Esse grupo assumia posição contrária às mudanças estatutárias que levariam a uma redução da participação das bases nos congressos, abrindo um processo de restrição da democracia interna na CUT e de burocratização da entidade.

Por fim, os chamados “sindicalistas independentes” – que compunham a maioria da Central e no ano anterior ao III CONCUR tinham se reunido inúmeras vezes, fundando a *Articulação Sindical* com a finalidade de disputar os rumos da CUT no congresso que viria – defendiam a “Tese 10: Por uma CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e Base”. Como resultado da articulação entre os sindicalistas independentes que não concordavam com os entraves que a perspectiva socialista da CUT colocava à atuação da entidade, essa corrente nasce como uma contraposição à visão existente, criticando os membros “revolucionários” que defendiam que a Central, no seu papel vanguardista, não poderia negociar com patrões e governo. Nessa direção, defendiam, na tese 10, vitoriosa no III CONCUR, que a luta econômica estava colocada no plano político e, por isso, não poderia ser rejeitada pela Central:

Há propostas políticas que subestimam a importância estratégica das lutas reivindicatórias, as conquistas econômicas concretas das lutas sindicais para impulsionar o projeto histórico da classe trabalhadora. O equívoco está em considerar que a CUT, ao negociar com os patrões ou o governo para obter um acordo de trabalho, pratica uma forma disfarçada de reformismo. A luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da própria natureza do sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado, estarão, de forma decisiva, contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo (TESE 10 ARTSIND, 1988, p. ponto 72).

No plano interno, defendiam um conjunto de mudanças no estatuto da Central na tentativa de se tornarem maioria amplamente dominante nos futuros congressos: número de delegados proporcional ao número de sindicalizados; delegados das oposições sindicais em número proporcional ao número de votos que a oposição obteve no último escrutínio (as oposições que não concorreram às últimas eleições do sindicato não poderiam ter um número de delegados superior à delegação do menor sindicato do departamento); número de delegados de

³⁴ Rodrigues (1990b) esclarece que apesar de essas correntes terem apresentado teses em separado (Tese 1 e 9, respectivamente) ambas haviam se unido no II e no III CONCUR em oposição à tendência majoritária.

uma entidade filiada à CUT proporcional ao número de sindicalizados; congresso nacional a cada três anos; número de delegados, a que cada Estado terá direito, proporcional ao número total de trabalhadores sindicalizados nas entidades filiadas à CUT (TESE 10 ARTSIND, 1988).

A vitória dessa terceira visão marcou um novo papel do sindicalismo CUT³⁵ (que iria se consolidar ao longo dos anos 1990) e que passou a adotar uma postura mais propositiva, ancorada na aliança entre *mobilização* e *negociação*, e em que sua atuação política se apresentaria, também, ao nível das disputas eleitorais. Na visão de Jácome Rodrigues (2011):

Simbolicamente esse encontro significou o fim da fase *heroica* de construção da CUT e de tudo o que ela representava para uma parte da militância cutista. Abria-se, agora, um novo patamar, em que a construção de um amplo *aparelho administrativo, institucional*, se colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade de as classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer *não* e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessava (JÁCOME RODRIGUES, 2011, p. 90).

Já na visão de Rodrigues (1990b) essa nova postura da Central, a partir de sua tendência majoritária, faria da CUT “uma central de sindicatos voltada para obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado” (RODRIGUES, 1990b, p. 23).

Com a derrota da candidatura Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 1989 e com o fim da transição democrática e com ela as bandeiras de luta que promoviam a mobilização, a CUT apontou para a necessidade de uma alteração na sua estratégia: não bastava uma estratégia de resistência, característica da década de 1980, seria necessário também negociar, apontar alternativas e disputar a hegemonia na sociedade. Essa estratégia de institucionalização gradativa e uma postura mais propositiva do sindicalismo-CUT consolidou-se em meio à reorganização das forças conservadoras – expressada nas vitórias de Fernando Collor de Mello para as eleições daquele ano e de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) nas eleições seguintes. Essa estratégia fora também resultado das disputas internas no interior da Central.

³⁵ Esse é um termo utilizado por Jácome Rodrigues (2011) e apropriado por Vêras de Oliveira (2011). Ele designa uma prática sindical, cutista, diferenciada do sindicalismo existente até 1978 e caracterizada como um campo de experiências sindicais não homogêneo perpassado por várias correntes políticas.

No IV CONCURTO realizado em 1991 uma polarização das correntes se concretizou: de um lado a *Articulação Sindical* em aliança com outras correntes majoritárias defendia essa CUT mais pragmática e institucionalizada; de outro, todas as tendências capitaneadas pela *CUT pela base* (Corrente Sindical Classista, Convergências Socialista, Força Socialista e outros grupos menores) que defendiam uma agenda anti-articulação sindical. Nesse cenário, de ascensão neoliberal, reestruturação produtiva e aprofundamento das divergências internas, um novo desafio estava colocado ao sindicalismo-CUT: manter sua capacidade de influência na cena política nacional em meio ao desmanche neoliberal no país e à emergência de uma nova central sindical, a Força Sindical.

Como corolário da opção política de proceder a liberalização financeira e comercial do país, nos anos 1990 emergiu com força a modificação na forma de organização dos processos produtivos e empresariais na indústria, com racionalização e aumento da produtividade, com impactos desfavoráveis ao movimento sindical. Como consequência, do ponto de vista do mercado de trabalho, os anos 1990 são marcados, segundo Baltar (2003), pela queda de empregos em estabelecimentos da indústria de transformação, com deslocamento de empregos das grandes empresas industriais para estabelecimentos menores, por subcontratação. A diminuição da participação dos empregos celetista e estatutário na geração total de ocupações refletiu um processo de informalização do emprego expressado no aumento dos empregos sem carteira, empregadores, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem remuneração e serviço doméstico remunerado. Por fim, como mais da metade da população ativa não foi absorvida pelo aumento da ocupação total, com o consequente aumento de pessoas desempregadas e dos que permaneceram em inatividade por desalento, pode-se “dizer que as mudanças na estrutura da economia brasileira, estimuladas pela abertura comercial e financeira e pela redução no papel do Estado na dinâmica dessa economia, acarretaram um estreitamento do mercado de trabalho assalariado” (BALTAR, 2003, p. 146).

Na era do neoliberalismo no Brasil a dinâmica da economia nacional respeitando as mudanças em curso na ordem capitalista ocasionou um profundo processo de desestruturação do mercado de trabalho, conforme descrito por Baltar (2003), bem como transformações na regulação do trabalho (KREIN, 2013). Os impactos sobre as relações de trabalho expressam-se na sua precarização e flexibilização, na redução da regulamentação por meio da negociação coletiva, passando esta a contribuir, em muitos casos, para a derrogação de direitos e para a legitimação de

práticas de flexibilização. Os anos 1990, afirma Krein (2013), tiveram uma clara orientação redutora e flexibilizadora de direitos e garantias dos trabalhadores expressando-se em medidas pontuais como a introdução de novas formas de contratação (contrato por prazo determinado), o banco de horas, o fim da política salarial *pari passu* às práticas de remuneração variável e a implementação de novas formas, especialmente privadas, de resolução de conflitos como a Comissão de Conciliação Prévia.

Com a crise sindical que havia despontado nos países industrializados na década de 1980, como mencionado na seção anterior, e diante do cenário nacional desafiador nos anos 1990:

Os sindicatos se viram diante de novos perfis de trabalhadores e novas posturas, seja da parte dos remanescentes do período anterior, seja da parte dos recém admitidos no mercado de trabalho, cuja motivação principal passou a ser ‘vestir a camisa da empresa’ e preservar o emprego, mesmo que com redução de direitos. Ao mesmo tempo, tiveram que lidar com empregadores encorajados por uma correlação de forças mais favorável e com governos mais hostis à prática sindical, tal como ficou evidenciado no episódio da greve dos petroleiros de 1995 (LADOSKY; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 161).

A greve dos petroleiros a qual os autores de referem ficou conhecida por sua longa duração (32 dias), por ter sido duramente reprimida, considerada abusiva e ter terminado sem nenhuma reivindicação atendida e com a punição e demissão de milhares de trabalhadores. Segundo Vêras de Oliveira (2011), essa greve serviu como um momento chave para a apropriação discursiva do campo semântico da esquerda pelos segmentos dominantes, a fim de esvaziar e inverter os seus sentidos. Nesta direção, pontua o autor, “sociedade civil é igualado/reduzido a mercado; política, a racionalidade técnico-administrativa; direitos, a autonomia privada de indivíduos empreendedores (quando se quer atribuir-lhe sentido positivo) ou a privilégios (quando se quer atribuir-lhe sentido negativo); cidadão, a consumidor filantropo; democracia, a governabilidade” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 262).

A crise do sindicalismo brasileiro³⁶ não pode ser atribuída inteiramente, entretanto, aos movimentos mais gerais da economia (CARDOSO, 2003; GALVÃO, 2006b). Como observa Cardoso (2003), a crise do emprego e a transformação da estrutura do mercado de trabalho

³⁶ Alguns dos indicadores dessa crise são a queda na taxa de sindicalização durante os anos 1990 (CARDOSO, 2003) e arrefecimento e estabilização do ciclo de greves, com redução da média de dias parados entre os anos 1989 e 1999 (NORONHA, 2009).

reduziram a margem de manobra dos sindicatos, mas as opções estratégicas das lideranças sindicais também tiveram papel na construção de seu destino.

Neste sentido, seguindo as proposições de sua tendência majoritária, a *Articulação Sindical*, expressas na Tese 13 apresentada no IV CONCURTO, a CUT enveredou pelos caminhos de participação na formulação de políticas públicas – sem abandonar inteiramente a estratégia que marcara a década anterior de pressionar a política a partir de fora – seguindo o diagnóstico de que sem interferir na política macroeconômica os sindicatos estariam condenados a reações defensivas. Criticando a postura da oposição refratária a qualquer forma de negociação, nesta tese a *Articulação Sindical* defende negociações tripartites para disputar, com governos e empresários, a reposição das perdas salariais, a necessidade de uma política salarial e a reversão da demissão de grevistas. Ao mesmo tempo buscava avançar na definição de propostas que ultrapassassem os limites da luta econômica imediata, propondo uma aliança com outros movimentos democráticos com vistas à construção coletiva de um projeto democrático e popular, que se expressava na candidatura Lula (TESE 13 ARTSIND, 1991).

A estratégia adotada pelo sindicalismo-CUT nesse momento foi, então, unir uma postura defensiva em nome da manutenção dos postos de trabalho a uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo. Isso não significou uma anulação de sua atuação política, como antevera Rodrigues (1990b), mas sim uma mudança de orientação dessa atuação que passou da esfera combativa, de resistência e de contestação, para a esfera propositiva e eleitoral.

Essa mudança de orientação foi interpretada por Vêras de Oliveira (2011) como a tentativa de unificação das intervenções da Central na noção de cidadania. Ao nível do discurso a condição de “trabalhador cidadão” é atribuída ao sujeito portador de direitos (VI CONCURTO, 1997). Entretanto, ao nível da prática e das justificativas necessárias para a atuação da CUT em diversos campos e espaços institucionais, a ideia de cidadania passou a ser associada a situações diversas:

a atitude de tomar como prioridade a defesa do emprego, dos direitos sociais e da própria democracia, sob ataques sistemáticos da onda neoliberal; a diversificação da agenda sindical, de tal maneira a passar a encarar os ‘trabalhadores’, não só em sentido restrito, mas como ‘cidadãos’; o crescimento e diversificação da participação sindical em espaços institucionais, em geral remetidos ao debate, fiscalização, proposição e até execução de políticas públicas, sobretudo no campo social; um envolvimento cada vez maior com iniciativas do campo do cooperativismo, da auto-gestão, dos projetos de geração de emprego e renda (na linha da economia solidária) e etc. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 363)

Além da luta por políticas voltadas à cidadania, educação e formação profissional, aparecia a necessidade de propor um Programa Nacional de Desenvolvimento que tratasse das políticas industrial, agrária e agrícola e de suas interfaces com a questão do emprego (ARTSIND, 1993). Demandas essas muito marcadas pelos setores de peso no interior da Central: metalúrgico, bancário, setor público, rural e educação. Assim, se nos anos 1980 o sindicalismo-CUT havia combinado as lutas salariais com as lutas por direitos políticos e sociais no bojo do processo de redemocratização do país, nos anos 1990 a Central construiu um novo arranjo prático-discursivo condensado na ideia de um “sindicalismo cidadão” e na necessidade de propor alternativas para disputar a hegemonia na sociedade.

Essa conformação prático-discursiva objetivava, como mostra VÉras de Oliveira (2011), a defesa de direitos, a participação institucional com vistas a influir na formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas com financiamento estatal. Ao mesmo tempo, entretanto, esse viés de ação cutista significou o reforço da ideia do “público não-estatal” como condição de exercício de uma cidadania ativa, discurso que encontrava lugar para uma atuação mais assertiva da Central na criação de espaços de criação e promoção da cidadania (promovendo, por exemplo, qualificação profissional e alargando a oferta de serviços aos sócios) e que se contrapunha à natureza privatista do Estado brasileiro. Tratava-se, portanto, de um “sindicalismo cidadão” que por vezes atuava no campo da parceria, situado entre o serviço aos sócios, a filantropia e o negócio e que nem sempre se contrapunha à ressignificação que lhes impunha a razão neoliberal (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

A atuação e concepção da CUT em torno do “sindicalismo cidadão” trouxeram novos ingredientes às divergências internas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Para a *Articulação Sindical*, essa atuação não se contrapunha ao “público”, mas buscava propor ações e projetos de política industrial, agrícola, de saúde e de seguridade social que pudessem ser apresentados à sociedade e incorporados pelo Estado. Para as correntes minoritárias, entretanto, a estratégia de resistência propositiva confundia o papel do sindicalismo com o papel dos governos, visto que não era função do primeiro administrar as crises do capitalismo, mas agudizar as contradições de classe. Além disso, a participação institucional e política da resistência propositiva canalizavam as energias para negociação, dentro do limite do possível, o que estaria retirando energia do processo de mobilização social. A defesa do “sindicalismo cidadão”, por sua vez, desviava a

problemática sindical da noção de classe, transferindo-a para a “sociedade civil”. As correntes minoritárias também criticavam o crescente processo de institucionalização e burocratização da Central, evidenciado no personalismo de seus dirigentes e no comprometimento da democracia interna³⁷. Essa mudança na atuação da CUT está relacionada também, como já apontado, à criação da Força Sindical em 1991.

FS

A Força Sindical surgiu de uma divisão na Confederação Geral dos Trabalhadores liderada por Luiz Antonio Medeiros, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e futuro presidente da Central, cargo em que permaneceu até 1999. A instituição se colocava entre o “radicalismo estéril” e o “conformismo paralisante” (FORÇA, 2000) e para isso defendia: a criação de uma organização de representação dos trabalhadores que não fosse correia de transmissão de nenhum partido político, que estivesse aberta ao diálogo com os empresários e com o governo e que demonstrasse capacidade de disputar a hegemonia do movimento sindical com a CUT (FORÇA, 2011).

Cardoso (2003), Giannotti (2002) e Trópia (2009) mostram que a Força Sindical foi uma central que defendeu, na década de 1990, os princípios neoliberais. Para Cardoso, essa atuação da FS era uma contraposição ao sindicalismo-CUT. Giannotti afirma que essas duas centrais representavam projetos políticos distintos: enquanto a CUT defendia o socialismo e migrava gradativamente para a promoção de um projeto democrático popular com bases pouco definidas; a FS referendava a necessidade do Estado Mínimo, das reformas orientadas pelo mercado e das privatizações. Para Trópia (2009), embora a Central tenha sido criada como uma iniciativa no campo do “sindicalismo de resultado” ou mesmo de um tipo de sindicalismo de negócios, tal qual o modelo americano, ativo e reivindicativo no plano econômico, seu discurso aparentemente apolítico fora desmentido por sua atuação político-ideológica conservadora, por meio da defesa da política neoliberal e da difusão dessa ideologia para os trabalhadores e também pela filiação partidária de suas principais lideranças.

³⁷ Dois episódios ilustram esses pontos. Quanto ao personalismo, destaca-se a greve de fome realizada pelo então presidente da Central, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) contra a retirada da adesão à Convenção 158 da OIT. Este gesto fora objeto de crítica por companheiros da própria *Articulação Sindical* (Ricardo Berzoini e João Vaccari Neto). Já o esvaziamento das discussões políticas e as disputas pelos cargos de direção, a exemplo do 7º Congresso da CUT, evidenciavam a burocratização da Central.

Nesse processo, a FS participou ativamente da privatização de empresas estatais, encabeçou a luta pela instituição da Participação dos Lucros e Resultados (PLR), defendeu a substituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³⁸, validando a criação de inúmeras medidas que visavam a flexibilização das relações de trabalho (a defesa da demissão temporária, contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho flexível) e apoiou a proposta de Reforma da Previdência realizada no governo FHC. Constituiu-se, assim, em alguns momentos, “como um ‘braço’ da política neoliberal no sindicalismo” e, em outros, “como ‘laboratório’ dos experimentos neoliberais no país” (TRÓPIA, 2009, p. 79).

Arrojada na inserção de novas práticas sindicais, a FS se colocava, sem ser portadora de contradições relativas a um passado combativo como no caso cutista, à disposição da negociação, da participação e da elaboração de propostas que lograssem aumentar o preço de venda da força de trabalho. Afinal, o crescimento econômico e o aumento dos lucros eram entendidos como condições fundamentais para a valorização dos salários, justificando, assim, uma postura de conciliação de interesses entre capital e trabalho:

Precisamos desenhar um novo horizonte para o país e apresentar propostas tecnicamente consistentes, por intermédio de um projeto de desenvolvimento que restabeleça o cidadão como finalidade e objetivos últimos da produção e do progresso, seja ele material ou cultural. Um projeto no qual a voluntária aliança da ciência, do capital e do trabalho poderão ser os meios de se alcançar o bem-estar individual e coletivo. (...) A modernização e o desenvolvimento do país requerem uma profunda mudança de mentalidade para a superação das dificuldades que ainda nos prendem ao passado. (...) Essa mudança de mentalidade envolve também o abandono da política de confronto sistemático entre capital e trabalho (FORÇA SINDICIAL, 1993, p. 39–40).

Além de uma postura conciliadora, há no programa fundador da Central um forte discurso contra a intervenção estatal. Se a CUT encontrava dificuldades para manejar o discurso do “sindicalismo-cidadão” com práticas ambíguas que reforçavam o caráter privatista do Estado, a FS pregava categoricamente uma redução de suas dimensões. Não se tratava de barrar a intervenção estatal, mas de mudar sua natureza, substituindo a visão do “Estado produtor” pela visão do “Estado promotor” da industrialização (FORÇA, 1993, p. 365).

Após uma década de existência, a Central ia trocando o discurso de um sindicalismo de resultados, sobre o qual fora criada, pelo discurso do sindicalismo-cidadão. O defendia sem a

³⁸ “A modernidade do mundo do trabalho: Força Sindical foi a primeira entidade a desafiar um dogma inviolável das relações de trabalho: a CLT. Hoje toda a sociedade concorda que a flexibilização é indispensável para o país”. (FORÇA, 2000, p. 14).

contradição cutista, pois estava atrelado à ideia de desenvolver a prestação de serviços como uma das funções primeiras dos sindicatos e da Central. O consolidava recebendo recursos do governo Fernando Henrique Cardoso para a realização dos cursos de qualificação profissional. Assim, a Central participava ativamente da descentralização das funções estatais, agia de acordo com seus princípios de zelar pela diminuição do tamanho do Estado e fomentava sua participação num sindicalismo de prestação de serviços.

Pelo forte discurso contra o inchaço da estrutura do Estado e contra os privilégios do funcionalismo público, a FS se fortaleceu sobretudo no setor privado, com destaque entre os metalúrgicos, comerciários, no setor de alimentação e construção civil. Segundo Duarte (1988 *apud* Trópia, 2009), esse era um dos pontos pelos quais Medeiros diferenciava-se do peleguismo tradicional, pois defendia que a intervenção do Estado nas questões salariais ou mesmo na legislação trabalhista – vide a estabilidade do emprego dos servidores públicos – acomodava os trabalhadores, seus sindicatos e inibia a concorrência. Daí que lutar pelo fim da desigualdade de renda no plano político seria um erro cometido pelas centrais. No plano prático, fora por este motivo que a Central engajara-se na defesa do PL 5.483/01 que buscava instituir a prevalência do negociado sobre o legislado.

A visão sobre a atuação estatal da Central vinha no bojo da elaboração de um “Projeto para o Brasil”, aspecto bastante divergente do sindicalismo cutista até então, tendo em vista a abstração do projeto democrático e popular e a defesa, mais velada do que aberta como afirmara Rodrigues (1990a), do socialismo. O projeto de Brasil formulado pela FS propunha um “novo modelo de desenvolvimento” que requeria reformas estruturais profundas. Ele se baseava na necessidade de modernização do parque industrial brasileiro, mediante o estabelecimento de condições para a recuperação e desenvolvimento do capital privado (FORÇA, 1993, p. 39).

No campo social, segundo Silva (2008), nos marcos do que a FS entende como o significado de uma sociedade democrática, liberal, moderna e tecnológica, o conceito de cidadania por ela defendido corresponde à imagem do sujeito portador de direitos, mas – antes de tudo – produtor, consumidor e eleitor. Isto fica evidente nos trechos abaixo em que a Central expressa a necessidade de construir mecanismos que permitam o enraizamento da democracia nos vários níveis da sociedade:

Não basta, nesse sentido, estimular práticas de participação, mas estabelecer as condições institucionais para que a vontade organizada dos cidadãos – entendidos como

produtores, consumidores e eleitores – interfira de modo importante nas grandes decisões econômicas e políticas (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 44).

Ou ainda em:

Um Estado moderno não é omissor, é um defensor intransigente das regras de interação dos agentes em sociedade. Particularmente em seu papel diante das atividades econômicas, cabe a ele garantir que o mercado não seja o universo da usurpação e do exercício puro e simples do poder econômico, mas o universo de criação de riquezas e do bem-estar dos cidadãos, entendidos como produtores e consumidores (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 270).

Embora, neste momento, as centrais possuam uma diferença no que diz respeito ao entendimento do que seja o trabalhador cidadão para a CUT, ou o “cidadão produtor, consumidor” para a FS, ambas concebem a reforma do Estado e a participação ativa dos sindicatos e centrais como mecanismos que permitem o exercício da cidadania (GALVÃO, 2006b; SILVA, 2008). A FS, entretanto, para além de defender que o sindicalismo seja executor de serviços públicos, propõe o fortalecimento da competitividade da indústria como uma dimensão do acesso à cidadania, uma vez que gera bem-estar social ao consumidor. Nesta direção afirma que é necessário criar uma “cultura da concorrência” que incorpore as noções de “cidadania e defesa do consumidor” por meio do desenvolvimento de métodos de ação antitruste que enfatizem a “cidadania e a justiça” (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 321). Mais do que isso, como demonstram os excertos acima e como pontuado por Silva (2008), o mercado é entendido como a esfera onde se dão as condições de realização da cidadania. “(...) Parece que se está diante de uma cidadania mercantil, que apenas poderá ser plena à medida que cumpra os imperativos da lógica do mercado, precisamente à medida que o trabalhador-cidadão seja produtor e consumidor” (SILVA, 2008, p. 260).

O quadro abaixo compara a concepção da CUT e FS durante os anos 1990 a respeito dos aspectos que sempre estiveram em disputa na sociedade brasileira:

Quadro 3: A plataforma das centrais sindicais nos anos 1990.

Aspectos	CUT	FS
Projeto de Desenvolvimento	Projeto democrático e popular sob o horizonte da implementação do socialismo.	Defesa de um processo de modernização econômica do país, mediante um processo gradual e coordenado de abertura comercial e de combate às altas taxas de juros.
Papel do Estado	Deixa de criticar o “Estado burguês” e passa a participar do entendimento nacional. Resiste à concepção neoliberal do Estado, defende a ampliação da esfera pública e a constituição de mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos.	O Estado deve ser o promotor do desenvolvimento econômico, incentivando o capital privado e forjando fontes de financiamento para indústria nacional. Só poderá fazê-lo mediante um profundo processo de reformas.
Política Social e Cidadania	Discurso alimentado pela defesa dos direitos sociais com uma prática que se filiava ao incentivo da cidadania ativa.	Defesa do trabalhador consumidor, produtor e eleitor. As condições de realização da cidadania se dão na esfera do mercado.
Legislação Trabalhista e Estrutura Sindical	Defesa do Sistema Democrático de Relações de Trabalho: defende a liberdade e autonomia sindical, seguindo os princípios da Convenção 87 da OIT. Defesa do direito de greve; do direito de representação dos trabalhadores no local de trabalho. Contra o poder normativo da Justiça do Trabalho, defesa do processo negociado, estabelecendo para isso uma regra de transição.	Entende que a intervenção do Estado nas relações de trabalho acomoda a classe trabalhadora e seus sindicatos. As relações de trabalho devem ser fruto da negociação direta entre trabalhadores e patrões, gerando um processo de modernização e flexibilização de seus parâmetros. Defende a livre organização sindical, com a aplicação da Convenção 87 da OIT, o fim do imposto sindical e da contribuição assistencial e manutenção de uma contribuição única.

Fonte: Elaboração própria com base em Oliveira (2002), Trópia (2009) e Vêras de Oliveira (2011).

Pela atuação das duas centrais, pode-se notar que o entrelaçamento das dimensões política e econômica da ação sindical que, ao final dos anos 1970 e durante os anos 1980, baseava-se na aliança da luta salarial, pela democracia e pela cidadania desde fora, nos anos 1990 alcança a esfera da participação institucional e propositiva. No caso da CUT, ela se materializa na confluência das demandas em torno da defesa do emprego com a luta pela cidadania, entendidas enquanto a possibilidade de vinculação dos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora com os que estavam à margem do mercado de trabalho. Isso pressupunha a participação ativa da Central na execução de políticas públicas e na prestação de serviços à população, confundindo, por vezes, um discurso de resistência ao neoliberalismo com uma

atuação prático-discursiva que reforçava a “reforma do Estado” e a resignificação da cidadania em curso. No caso da FS, a estratégia pragmática de participar do jogo político implicava a adoção de uma agenda neoliberal, contribuindo para os programas de governo e atuando nas brechas do Estado, considerado ineficiente. Note-se que mesmo atuando prioritariamente para melhorar as condições de vida da força de trabalho – o que conferia um viés economicista à atuação da central – a defesa da cidadania na esfera mercantil tanto reforça tal aceção quanto atribui à prática e ao discurso da Central um sentido político, afinal defender o esvaziamento do Estado na sua função social é uma disputa em torno do tipo de sociedade que se almeja. Mais do que isso: esse sentido político é forjado sobre a questão social.

Entretanto, Cardoso (2003) sugere que a transformação do sindicalismo-CUT de viés combativo para um sindicalismo que reforça a sua ação no campo da negociação e da participação institucional durante os anos 1990 consolidou um processo de perda de autonomia com correspondente despolitização do movimento sindical. A criação da FS, uma central que se dizia ser “apolítica” teria reforçado esse processo, uma vez que defendeu a estratégia baseada no “sindicalismo de resultados” de corte neoliberal e adepto à negociação e à parceria entre capital e trabalho nos primeiros anos de sua existência. Para o autor, nessa década os sindicatos teriam deixado “o centro da cena política”, e as centrais sindicais teriam sido esvaziadas enquanto polos de aglutinação de correntes ideológicas e de definição de planos de ação estratégica, envolvendo-se na burocracia estatal e contribuindo, assim, para “despolitizar a ação sindical centralizada” (CARDOSO, 2003, p. 305–306).

Em contraposição a essa leitura, Trópia (2009) argumenta que a chegada da FS no cenário sindical acabou por polarizar o campo político sindical, uma vez que esta Central convergiu para uma concepção política neoliberal que encontrou representatividade em suas bases, para além de ter se constituído mediante um processo de manipulação orquestrado pelas lideranças sindicais. A CUT, por sua vez, foi portadora de uma postura menos monolítica, investindo em experiências que reforçavam uma linha de conciliação com a plataforma neoliberal (câmaras setoriais³⁹, sindicalismo-cidadão, formulação e execução de políticas públicas

³⁹ As câmaras setoriais foram criadas em 1989 no governo Sarney e constituíram-se enquanto espaços de negociação entre governo, empresários e sindicatos. De fato, os trabalhadores começaram a participar somente em 1991, quando o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Vicente Paulo da Silva, contrariando a posição da CUT, entendeu que aquele poderia ser um espaço de negociação com os trabalhadores. Na opinião de Oliveira et al., esse espaço assinalou a passagem de uma relação de “anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagonista quanto aos interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornando-o agora algo como um antagonismo

promotoras de qualificação profissional) ao mesmo tempo em que não abandonou as mobilizações contra o desemprego, as privatizações e a flexibilização das relações de trabalho, reagindo ao dismantelamento de direitos e questionando as políticas neoliberais⁴⁰.

Negando a ausência de política, mas enfatizando um movimento de aproximação entre as centrais, Antunes e Silva (2015) argumentam que a atuação das centrais sindicais durante os anos 1990 não remete a um movimento de “despartidarização” ou “desideologização” da ação sindical, pois o próprio sentido de aproximação das centrais dá-se sobre o solo político: “apesar das diferenças (...), ao longo da década de 1990, a ação sindical de ambas as centrais orientou-se (...) crescentemente para a *defesa da cidadania*, aceitando a existência conflitual, mas em *última instância*, recusando o caminho da confrontação” (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 524). Na mesma direção, Galvão (2006b) afirma que houve um movimento de aproximação entre as duas centrais, seja do ponto de vista da prática (para citar alguns exemplos, a partir de 1996 as centrais realizaram greves conjuntas contra o desemprego e a política de juros altos, em 1999 ambas propuseram um contrato nacional para a indústria automobilística e realizaram o “festival de greves” e em 2001 realizaram a greve de protesto dos metalúrgicos contra o fechamento de fábricas no ABC) ou do discurso (ambas referendaram o discurso da “empregabilidade”, da prestação de serviços pelos sindicatos e da defesa da cidadania, todos esses pontos conduzindo para a privatização da política pública, o esvaziamento do papel do Estado e o abandono da noção de classe social).

Se FS e CUT aproximaram-se no que concerne à defesa de formas de gestão e participação ativa da sociedade civil em defesa da cidadania e contra os efeitos da política de juros altos, elas distanciaram-se no que se refere ao discurso pró e contra, respectivamente, o ideário neoliberal. “Enquanto a FS apoiava a maior parte das políticas neoliberais, uma parcela do movimento sindical brasileiro ligada, sobretudo, à CUT, buscava resistir a elas” (GALVÃO, 2006b, p. 3). Essas tensões *políticas* no posicionamento e na ação das centrais – a despeito da problemática concernente à aproximação ou distanciamento das mesmas – é um indicativo de que a opção pela estratégia de negociação e participação não implica um processo completo e

convergente” (OLIVEIRA et al., 1993, p. 5–6). Segundo o mesmo autor, entretanto, essa experiência – ao localizar o conflito no interior da fábrica – tentou reprivatizá-lo, sendo necessário encontrar novos meios de inseri-lo na esfera pública (OLIVEIRA, 1998).

⁴⁰ A autora identifica diferentes momentos em que a FS atuou em oposição aberta à CUT: em maio de 1991, a FS negou-se a participar e criticou abertamente a greve geral realizada pela CUT contra a política econômica do governo Collor; a FS assumiu posição contrária à greve dos petroleiros em 1995, acusando a CUT de defender os “privilégios” do funcionalismo público.

inevitável de subordinação (GALVÃO, 2015), uma vez que as centrais, mesmo apostando na estratégia da participação, a desempenharam de formas distintas.

A disposição ao diálogo não é elemento suficiente para caracterizar um processo de despolitização do agente sindical⁴¹. Neste sentido, não é a participação em si, mas a assimilação contraditória, no caso da CUT, e explícita no caso da FS, à ordem neoliberal que evoca o viés de atuação do movimento sindical na esfera política. Trata-se, assim, não da ausência de uma ação política, mas de um processo de transformação da atuação sindical e da relação que vem se estabelecendo entre essas instituições e os governos frente às modificações nas conjunturas econômica, política e ideológica, posto que ao apresentar dificuldades para pensar um projeto alternativo de sociedade e para difundir um projeto de transformação da mesma, o agente sindical tende a revelar-se cada vez mais poroso à ordem ideológica neoliberal (BÉROUD, 2014)⁴². Nesse processo, a questão social que historicamente marcou a atuação política do sindicalismo brasileiro, não se torna ausente, mas vai se modificando em consonância com o processo de ressignificação da ideia de cidadania na sociedade brasileira.

1.3 Estratégias e dimensões da ação coletiva para análise das centrais sindicais brasileiras.

A trajetória do sindicalismo brasileiro ao final do século XX demonstra que as identidades dominantes que caracterizam as duas principais centrais sindicais do país são marcadas menos pela contraposição entre a ação política *versus* a atuação econômica do que pela forma como essas duas esferas interagem e se expressam vis-à-vis às transformações no contexto nacional. Além disso, a questão social compôs os repertórios de ação sindical haja vista as

⁴¹ A adoção de uma estratégia de “conciliação” e de “parceria” também tem sido o vetor principal de atuação do sindicalismo brasileiro durante os anos 2000, como mostram Araújo e Vêras de Oliveira (2014), Lemos (2014), Cardoso (2015) e Galvão (2014a, 2016). Entretanto, a participação institucional dos anos 1990 e dos anos 2000 difere profundamente. A isso essa tese se dedicará nos próximos capítulos.

⁴² Cardoso (2003), lembrando a demissão de 2.800 trabalhadores da Ford em 1998, ilustra essa porosidade relatada por Bérour (2014). O autor mostra que a estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fora contundente em reverter as demissões ao colocar os trabalhadores demitidos diariamente na porta da fábrica com disposição ao trabalho. Ao mesmo tempo, essas conquistas deram-se às custas de salários e benefícios subsidiários, com os trabalhadores assumindo parte do risco dos negócios ao comprometerem-se com a busca de soluções para o aumento de competitividade daquela planta de produção. “Parece-me que o preço mais alto a se pagar em casos como este é a indiferenciação de interesses de capital e trabalho e a conseqüente redução da legitimidade de projetos alternativos de gestão do trabalho e mesmo de relações industriais, que não os propostos (quando não impostos) pelas empresas” (CARDOSO, 2003, p. 56).

carências sociais que historicamente cercam a sociedade brasileira. Assim, o próprio curso da história sindical no Brasil mostra o sentido que os atores vão atribuindo à luta política.

A dimensão econômica da ação coletiva tomou forma, historicamente, na defesa do emprego e na luta salarial, aspectos que num regime autoritário ou fora dele, não podem ser descolados da dimensão política em um país cuja desigualdade social e cidadania limitada são elementos fundantes da nação. Nos anos 1990, a participação institucional das duas principais centrais sindicais brasileiras abriu um novo caminho para a relação entre o político e econômico: tratava-se de, defensivamente, buscar formas de preservar postos de trabalho e salários e, ao mesmo tempo, compor novas institucionalidades capazes de disputar as definições em torno do papel do Estado.

A transformação na orientação da ação sindical e na interface que se estabelece entre as dimensões da ação coletiva ao longo da trajetória do movimento sindical no Brasil indica, assim, que divorciar as demandas econômicas de seus atributos sociais e políticos parece ser um exercício que desconsidera as características estruturais do capitalismo tardio (MELLO, 2009) e a trajetória de luta e formação do sindicalismo brasileiro.

Além disso, a dimensão política da ação sindical não se restringe à atuação na esfera eleitoral-institucional. Ela também se dá nessa esfera, mas abrange outros aspectos como a disputa por um discurso de resistência, a articulação das bandeiras da classe trabalhadora com o acesso à cidadania e aos direitos sociais e a parceria com outros movimentos sociais. Afinal de contas, a luta da organização sindical também é “uma luta pelos corações e mentes das pessoas, em outras palavras, uma batalha de ideias” (HYMAN, 1999, p. 4, tradução nossa)⁴³ e seu envolvimento com um novo discurso utilizando-se de debates ideológicos mais amplos sobre o capitalismo global contemporâneo também configura uma forma de revitalização sindical (FREGE; KELLY, 2004a).

Assim, separar as dimensões da ação coletiva oculta o processo histórico sobre o qual se fundou o sindicalismo no Brasil, um processo histórico em que a manifestação do político deu-se não somente de cima para baixo, tendo em vista a formação de uma estrutura sindical corporativista e a luta contra o Estado autoritário, mas debaixo para cima, por meio de um sindicalismo contestador das formas de produção das condições de vida do trabalhador brasileiro

⁴³ “The struggle for trade union organization is thus a struggle for the hearts and minds of people; in other words, a battle of ideas”.

que se expressou na luta pela cidadania. Dessa forma, mesmo que se considerasse a possibilidade de diferenciação do econômico ela não poderia ocorrer senão como uma diferenciação no interior da esfera política, como sugerem Wood (2000) e Hyman (1971, 1975), já que em todos os momentos da luta dos trabalhadores no capitalismo a esfera econômica descansa firmemente na esfera política entendida como o lócus do poder coercitivo que respalda o processo de exploração.

Outro aspecto diz respeito à atuação coletiva e seus desdobramentos em torno da contestação ou compactuação com a estrutura sindical corporativa que, no caso brasileiro, é fortemente influenciada pelo contexto. Neste sentido, a relação entre o poder de agência da classe trabalhadora e os condicionantes estruturais estão presentes a todo momento: a luta sindical dos anos 1980 respondeu à busca pela democracia, pela liberdade de atuação sindical e pela cidadania, bem como às consequências de um processo de industrialização tardio, à participação de um Estado autoritário em sua concepção e à experiência degradante do cotidiano da classe trabalhadora; já a luta sindical dos anos 1990 buscou a participação institucional salvaguardada pela conformação prático-discursiva do “sindicato-cidadão” como forma de responder ao desmanche neoliberal, mesmo que com contradições, e aos anseios (ainda não atendidos) dos trabalhadores.

Isso sugere que o caso brasileiro evidencia a importância dos movimentos políticos e sua combinação com a forma como as mudanças no processo global de acumulação do capital atinge a periferia capitalista (SILVER, 2005) quando se trata de entender a dinâmica e a evolução do movimento sindical (ANNER; VEIGA, 2013). Os ciclos grevistas desde a ditadura militar ilustram a complexidade na combinação das variáveis socioeconômicas e políticas que o explicam:

uma transição política para a democracia, sob forte demanda de inclusão social (e não só política), numa economia moderna, herdeira do modelo desenvolvimentista, então em crise, sob instabilidade econômica e aumento da exposição política e econômica internacional. Consideramos que, dessa perspectiva macro, que alia variáveis políticas e socioeconômicas das três últimas décadas, se explica o ciclo grevista de forma mais robusta do que a partir de variáveis econômicas ou concepções genéricas sobre a natureza dos conflitos de classes (NORONHA, 2009, p. 162).

Tal qual na explicação dos ciclos grevistas atribuir a explicação da atuação do movimento sindical às variáveis socioeconômicas, isolando, assim, a capacidade de resposta do

agente sindical não daria conta de explicar a dinâmica da ação coletiva no país. Da mesma forma, colocar a capacidade de escolha estratégica do agente sindical como premissa sob a qual se analisa a performance sindical subtrairia a importância da dinâmica política em combinação com as variáveis socioeconômicas em influenciar o movimento sindical no contexto brasileiro. Isso não quer dizer que não há margem de escolha dentro das instituições sindicais. Significa, apenas, que tais escolhas demonstram uma interação complexa e não linear com o contexto político, sendo esta interação que se pretende levar ao primeiro plano do debate.

O quadro de análise composto pelas estratégias sindicais e sua interação com as dimensões da ação coletiva proposto por Frege e Kelly (2003, 2004a) e por Behrens, Hamann e Hurd (2004) sugere o rastreamento das *interconexões recíprocas entre o contexto e a forma como os agentes sindicais tomam suas escolhas estratégicas nesse cenário*. Esse é, pois, o objetivo da análise da atuação das centrais sindicais entre os anos 2003-2014. Entretanto, a questão social, tão presente nos repertório sindical no Brasil, está ausente no quadro de análise da revitalização sindical, como destacam Krein e Dias (2017). Também para os autores a questão social é parte constitutiva dos repertórios de ação das centrais sindicais brasileiras, comportando o relacionamento que essas instituições estabelecem com a sociedade em geral seja do ponto de vista das disputas em torno do elemento ideológico, em torno do reconhecimento da sociedade, em torno dos direitos sociais ou mediante a construção de alianças com outros movimentos sociais.

Além disso, as dimensões econômica e política da ação sindical são realçadas como esferas separadas ao passo que a interconexão entre elas é um elemento fundamental que, em diálogo com os problemas sociais, atribui significado político à luta sindical numa sociedade tão desigual como o Brasil. Considerando os aspectos acima pontuados e a crescente atuação das centrais sindicais nos espaços institucionais formados pelo novo governo a partir de 2003 o quadro de análise da tese se inspira na abordagem da revitalização sindical, mas destaca que:

i) a separação analítica entre as dimensões econômica e política da ação coletiva é considerada nos termos da luta sindical pelas demandas econômicas, de um lado, e a luta sindical em torno da regulação pública do trabalho, de outro. A luta política das centrais sindicais não é reduzida à luta pelos direitos trabalhistas, mas é compreendida a partir da interação dessas dimensões da ação coletiva com os problemas sociais no país.

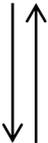
ii) a estratégia de parceria social proposta pelo quadro de análise será analisada em seu sentido mais amplo, isto é mediante a relação do ator sindical não somente com os empregadores, mas principalmente com o governo.

iii) a questão social será considerada, sobretudo em sua relação com a transformação no sentido da cidadania, uma vez que consiste no elemento que justifica a ação tanto em torno das demandas econômicas quanto de uma legislação mais protetiva ao trabalhador.

iv) a escolha estratégica dos atores sindicais será analisada em relação com os elementos do contexto entre os anos 2003 a 2014 que condicionam e/ou potencializam a atuação das centrais sindicais.

Com essas mediações em tela, o quadro de categorias para a análise da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras durante os governos petistas encontra-se abaixo:

Quadro 4: Estratégias e dimensões para análise das centrais sindicais brasileiras.

Contexto Econômico, Social e Político	<p><i>Parceria Social</i> Parceria com empregadores e com o governo</p>	<p>Pode ser entendida como uma forma de cooperação capital-trabalho entre as instituições sindicais e os patrões. Pode ser encontrada onde os sindicatos são fracos e incapazes de mobilizar os membros para uma ação coletiva ou, inversamente, onde os sindicatos são fortes e os empregadores têm um poderoso incentivo para cooperar.</p> <p><i>Pode ser entendida também como a capacidade do ator sindical estabelecer negociações com empregadores e governo, a fim de influenciar na definição de políticas públicas macroeconômicas e sociais e nas decisões de investimento das empresas.</i></p>	<p>Dimensão econômica</p>  <p>Dimensão Política</p>
	<p>Ação política na esfera eleitoral e legislativa</p>	<p>Refere-se à busca por uma <i>legislação trabalhista mais favorável</i> e por <i>acesso aos direitos sociais</i>. Essa forma de atuação é mais provável onde há um alto grau de regulação estatal da economia, de modo que os sindicatos tenham um claro incentivo para envolver o Estado no processo de negociação.</p>	
	<p>Construção de coalizões</p>	<p>Geralmente refere-se à união entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, como o movimento antiglobalização ou ambiental, a fim de ajudar os sindicatos a adquirirem recursos poder, como o acesso a indivíduos e redes chave dentro de comunidades específicas que poderiam auxiliar na organização de campanhas. Essas conexões também podem servir para ampliar a gama de interesses e as agendas que os sindicatos procuram representar e, assim, ampliar seu poder de representação de segmentos mal representados da classe trabalhadora.</p>	
	<p>Reestruturação organizacional</p>	<p>Trata-se de fusões ou reorganizações internas que visem o fortalecimento da organização sindical e o aumento de seu poder político, eliminando a competição e a divisão de correntes e/ou sindicatos.</p>	

Fonte: Elaboração própria com base em Frege e Kelly (2003, 2004b).

As dimensões econômica e política foram privilegiadas em virtude da atuação nacional dessas centrais sindicais e também por se tratar de instituições que gravitam “consistentemente no universo da política” (CARDOSO; COMIN, 1997, p. 190). Por se tratar de centrais sindicais que não visam à filiação direta de trabalhadores e sim de sindicatos, a estratégia de organização e recrutamento de novos membros também não foi contemplada. Já a estratégia de solidariedade internacional foi excluída por não figurar entre as que objetivavam potencializar a relação do movimento sindical com o governo. Por fim, a estratégia de parceria social não ficou restrita à parceria com os empregadores, já que uma das novidades dos governos petistas foi alargar os canais de diálogo com os diferentes atores sociais na arena estatal. Já os aspectos internos presente na estratégia de reestruturação organizacional são contemplados somente na medida em que auxiliam a entender os entraves que precisaram ser superados para potencializar a relação das centrais com os governos petistas⁴⁴.

A análise dessas 4 estratégias no repertório prático-discursivo da CUT e da FS permite desvendar como essas instituições buscaram disputar as demandas econômicas e a luta pelos direitos trabalhistas, isto é, a agenda do trabalho, no período em análise.

Considerando que a trajetória histórica dessas instituições foi e continua sendo profundamente marcada pela interação entre as dimensões econômica e política da ação coletiva, a investigação privilegia a interconexão entre as opções estratégicas dessas centrais e o contexto nacional, sem desconsiderar o papel das bases nesse processo. As interfaces da participação institucional como canal privilegiado de disputa das demandas econômicas e em torno da legislação trabalhista com os problemas sociais do país revelam, assim, as possibilidades e os limites dessa estratégia sindical num momento em que as tendências desfavoráveis do capitalismo contemporâneo sobre o trabalho concorreram com as oportunidades abertas por um governo disposto ao diálogo e à negociação. É essa interação que revela o sentido da atuação dessas instituições durante os governos petistas, objetivo final da tese.

Para iniciar o trajeto, o capítulo que segue analisa o padrão de crescimento da economia brasileira entre os anos 2003 e 2014 e a evolução do mercado e das relações de

⁴⁴ Conforme Galvão (2016), a relação entre o movimento sindical e a política contém diferentes aspectos: o aspecto interno dessa relação está voltado para a estrutura organizacional enquanto o aspecto externo diz respeito à relação do movimento sindical com outros movimentos sociais, com empregadores, agências governamentais e partidos políticos. É este segundo aspecto da relação que foi privilegiado nesta tese.

trabalho a fim de indicar os impactos dessa conjuntura sobre a ação coletiva. Afinal, foi nesta conjuntura que CUT e FS avaliaram suas opções estratégicas.

Capítulo 2: Emprego, consumo, flexibilização e dinâmica sindical nos governos petistas.

Dois aspectos em torno do contexto brasileiro são recorrentemente mobilizados enquanto elementos constitutivos de um ambiente propício à ação sindical durante os anos 2000. O primeiro deles é a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, cuja história está intrinsecamente ligada ao sindicalismo-CUT. O segundo aspecto é o contexto de maior crescimento econômico com melhora nos indicadores do mercado de trabalho. Assim, a eleição de um ex-sindicalista para Presidência da República, o aumento nas taxas de crescimento do PIB, a queda do desemprego e a valorização da renda teriam proporcionado um ambiente favorável à ação coletiva.

Entretanto nesse mesmo período, a taxa de sindicalização no país apresentou um movimento decrescente, sobretudo após 2006. Isso abre a questão sobre os termos em que esse cenário teria favorecido a ação sindical. É com a finalidade de analisar como os elementos desse contexto influenciaram a escolha das estratégias das centrais sindicais que se estabelece um olhar mais apurado sobre a dinâmica econômica e as transformações do mercado e das relações de trabalho no Brasil entre os anos 2003 e 2014.

Nesse período, o viés das políticas econômicas adotadas, os impactos sobre a geração de emprego e renda, o caráter da política social e a composição das frações da burguesia que compunham os governos do Partido dos Trabalhadores alimentaram um intenso debate na sociedade, seja no âmbito acadêmico ou político, sobre o grau de ruptura dessa experiência ao paradigma neoliberal. Durante os governos essa discussão se constituiu enquanto uma tentativa de disputar os rumos da política econômica a ser adotada. Hoje o debate visa a disputar politicamente o significado do legado petista bem como explicar a interrupção abrupta do segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff, destacando as razões para o posterior e célere processo de adoção de uma agenda fortemente baseada na austeridade.

Muitas são as tentativas de explicação e de caracterização dos governos petistas. O primeiro campo do debate encontra-se no espectro dos *neodesenvolvimentismos* e contém três interpretações⁴⁵. Na arena política, Boito (2012) afirma que os governos Lula e Dilma basearam-

⁴⁵ Para Fonseca (2014), tanto o novo quanto o social desenvolvimentismo ajudam a entender as políticas econômicas adotadas, pois esses conceitos preservam os principais atributos do chamado desenvolvimentismo (a prioridade do processo de industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico, a necessidade do planejamento e intervenção consciente do Estado e a existência de uma estratégia nacional), todos esses aspectos que teriam sido

se numa *frente neodesenvolvimentista* composta por uma burguesia interna dirigente e pelas classes trabalhadoras (baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal). Essa concertação teria sustentado a adoção de uma política de desenvolvimento caracterizada por um programa de política econômica e social que buscou o crescimento econômico com certa distribuição de renda, sem procurar romper os limites dado pelo modelo capitalista neoliberal.

Na arena econômica, encontram-se duas outras tentativas de caracterização dos governos petistas: o *novo desenvolvimentismo* e o *social desenvolvimentismo*. Esses são dois campos de ideias que estiveram o tempo todo à disposição dos governos e cujos pressupostos foram adotados ora reforçando um dos modelos, ora outro, com o objetivo de equilibrar interesses divergentes no seio do Estado (BASTOS, 2015). Embora a política econômica, tanto dos governos Lula quanto dos governos Dilma, não tenha se enraizado em ideologias necessariamente coerentes e “puras”, é possível identificar momentos de maior aproximação com os referidos modelos.

Neste sentido, Bielschowsky (2012) localiza os governos Lula no espectro social desenvolvimentista uma vez que a ampliação do mercado de consumo de massas por meio da redistribuição de renda, o aumento do investimento público e dos gastos sociais teriam alçado o “social” como eixo estruturante das políticas econômicas. Nos governos Dilma, Bresser-Pereira (2011, 2014) identifica a adoção de uma política novo desenvolvimentista que teria se caracterizado pelo estímulo ao investimento privado e pela mudança de preços macroeconômicos (depreciação do câmbio e redução da taxa de juros) numa tentativa de fortalecer o mercado com vistas a tornar o país mais competitivo no cenário internacional.

O segundo campo do debate versa sobre arranjos e variações da política neoliberal que teriam sido implementadas por estes governos, colocando-os em linha de continuidade com os governos anteriores. Nessa direção, Filgueiras (2014) e Filgueiras et. al (2010) defendem que essa linha de continuidade entre os governos Fernando Henrique Cardoso, por um lado, e Lula e Dilma, por outro, concretiza-se na manutenção do mesmo modelo econômico e da mesma

revisitados nos governos petistas. Além disso, tais modelos logram adicionar aspectos singulares ao supracitado núcleo comum (*core*): a disciplina fiscal para o novo-desenvolvimentismo e a distribuição de renda para o social-desenvolvimentismo (FONSECA, 2014: 66). Já para Sampaio Jr. (2012), não estando as causas estruturais do subdesenvolvimento sob ataque, não faria sentido enquadrar essas experiências no campo desenvolvimentista, pois estes não dariam conta de explicá-las e se limitariam “a elucubrações acerca das possibilidades de política econômica para administrar as estruturas dentro da estabilidade da ordem” (SAMPAIO JR, 2012, p. 685).

política macroeconômica. Os principais vetores do *modelo liberal-periférico* teriam, assim, sido reafirmados pela continuidade da abertura comercial e financeira, pelo aprofundamento da inserção passiva e regressiva do país na divisão internacional do trabalho, pela intensificação do processo de reprimarização da pauta de exportações, pela manutenção da hegemonia do capital financeiro – que somente ganhou a companhia de novas frações do capital – e pela disputa entre capital e trabalho ter permanecido fortemente favorável ao primeiro, mediante a difusão do processo de terceirização.

Uma segunda interpretação nesse mesmo campo afirma que os governos petistas não passariam de uma experiência de descontinuidade na continuidade, de um *neoliberalismo reformado* ou ainda, de um *social-liberalismo* visto que procuraram reformar o capitalismo neoliberal sem alterar o nervo central da política estatal: manutenção das metas de superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação (MARTUSCELLI, 2014). Para o autor, as descontinuidades em relação aos governos FHC consistiriam no entendimento de interesses de frações subordinadas no bloco no poder, no caso a grande burguesia interna, nas concessões aos setores populares por meio da ampliação do salário mínimo, do emprego nas baixas faixas salariais, na ampliação do financiamento da agricultura familiar, na ampliação da política de transferências de renda e na concessão de crédito para o consumo das famílias. Seriam então descontinuidades dentro da continuidade, pois impactam as condições de reprodução social dos trabalhadores e também os rendimentos dos setores ligados à burguesia interna, mas “estão muito distantes de afetarem os interesses da fração hegemônica”, isto é, do capital financeiro (MARTUSCELLI, 2014, p. 8).

Desde teses no campo dos desenvolvimentismos até formulações sobre os arranjos e variações da política neoliberal, essas abordagens mostram o hibridismo que compôs os governos petistas com diferenças relevantes entre os governos Lula e Dilma. Um elemento em comum em todas elas, todavia, é o pouco espaço dedicado à análise das relações de trabalho. Nesses modelos o centro do debate está na arena econômica, sendo as disputas políticas entre as frações do capital o aspecto preponderante a partir do qual se movem as decisões governamentais.

Juntos, esses fatores oferecem uma gama de nomenclaturas (frente desenvolvimentista, novo desenvolvimentismo, social desenvolvimentismo, modelo liberal-periférico e neoliberalismo social e reformado) cujo significado apresenta limitações quando se trata de analisar o impacto das políticas econômicas e sociais adotadas sobre o mercado e as

relações de trabalho *vis-à-vis* os desafios mais gerais que são apresentados à periferia no capitalismo contemporâneo. Além disso, de todas as interpretações apresentadas somente uma, a que caracteriza os governos petistas como neodesenvolvimentistas, se dedica a entender os impactos desse contexto sobre a ação sindical no país, como pode ser visto em Boito e Galvão (2015).

Enfatizar a questão laboral e seus impactos sobre a ação coletiva durante os governos petistas é, justamente, o objetivo deste capítulo. Para isso, parte-se do pressuposto que as características do capitalismo contemporâneo são amplamente desfavoráveis ao trabalho e à ação coletiva e que, nesse contexto, as disputas em torno da regulação do trabalho e dos direitos a ele atrelados se acirram ainda mais em países de desenvolvimento capitalista tardio e mercados de trabalho desestruturados como o brasileiro, recolocando as condições para a ação sindical. Essa discussão precede e indica a complexidade do debate acerca da caracterização da natureza dos governos petistas quando o objetivo é compreender as possibilidades de fortalecimento da ação coletiva e de ampliação da proteção social dos trabalhadores na periferia. Por este motivo não será a opção deste capítulo encontrar uma nomenclatura que reflita o grau de ruptura dos referidos governos ao neoliberalismo ou sua capacidade de aproximação às políticas desenvolvimentistas, senão discutir as contradições do modelo de crescimento econômico via indução do consumo de massas sobre os indicadores do emprego e as relações de trabalho e seus impactos sobre a ação sindical.

A hipótese apresentada neste capítulo é que em 12 anos de governo o PT promoveu um *modelo de inclusão pelo mercado de trabalho e pelo consumo com avanço da flexibilidade laboral cujas diretrizes, conectadas com as características do capitalismo contemporâneo, impuseram novos desafios à ação coletiva*. Para discuti-la, o capítulo cumpre os seguintes objetivos: *i)* analisar os desafios apresentados pelo capitalismo financeiro sob hegemonia neoliberal, relacionando-os com os aspectos históricos da formação capitalista nacional e dos consequentes problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro; *ii)* mostrar que o crescimento econômico via indução do mercado de consumo de massas, estratégia econômica preponderante nos governos petistas, logrou reduzir o desemprego e gerar empregos formais sem conseguir superar os problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro; *iii)* apontar que a melhora em diversos indicadores do trabalho foi acompanhada pelo avanço da flexibilização das relações laborais, em um contexto de ausência de mudanças estruturais na economia e de um

mercado de trabalho cada vez mais heterogêneo e, por fim; *iv*) analisar como a dinâmica econômica e social deste contexto impactou a ação sindical, particularmente, as centrais sindicais. Juntos esses elementos permitem visualizar o cenário sobre o qual CUT e FS interagiram vis-à-vis a trajetória de ideologias e identidades que as informam.

2.1 As tendências do trabalho no capitalismo contemporâneo e os desafios para a periferia.

Durante o século XX, a perspectiva relacional⁴⁶ baseada na busca do *catching-up* ou “alcançamento” da estrutura produtiva dos países centrais informou o período desenvolvimentista (1930-1980) no Brasil. Essa perspectiva alicerçava-se na ideia de que a industrialização permitiria que os países atrasados alcançassem o nível de desenvolvimento econômico e social dos países centrais. Já a regulação pública do trabalho, tal como lá ocorreu, se tornaria parte constitutiva de um processo virtuoso de homogeneização dos empregos gerados, refletindo na diminuição das diferenças de renda do trabalho e estilos de vida dos trabalhadores.

Outros, foram, entretanto, os destinos da nação. As mazelas de um capitalismo tardio no Brasil (MELLO, 2009) trataram de mostrar que o “crescimento econômico e as relações entre as classes sociais guardavam um semelhança apenas formal com aquelas observadas nos países desenvolvidos” (MELLO; NOVAES, 2009, p. 69):

As desigualdades relativas em termos de renda e riqueza eram muitíssimo maiores no Brasil. A dinâmica econômica e social se apoiou continuamente, de um lado, na concorrência desregulada entre os trabalhadores, e, de outro, na monopolização das oportunidades de vida pelos situados no cimo da sociedade (MELLO; NOVAES, 2009, p. 69).

A despeito de a indústria nacional ter logrado consolidar a instalação de setores tecnologicamente mais avançados e de as variações na estrutura social terem proporcionado a sensação de uma melhora na qualidade de vida da população brasileira (MELLO; NOVAES,

⁴⁶ Debater as possibilidades do desenvolvimento nacional numa perspectiva relacional é um movimento de comparação progressiva que remete ao século XVIII e à ideia de *Progresso* que prosperou e se enriqueceu no século seguinte. Segundo Koselleck (2006), “um impulso constante para a comparação progressiva proveio da observação de que os povos, estados, continentes, ciências, corporações ou classes estavam adiantados uns em relação aos outros, de modo que por fim – desde o século XVIII – pode ser formulado o postulado da aceleração ou – por parte dos que haviam ficado para trás – o de alcançar ou ultrapassar. Esta experiência básica do ‘progresso’, que pode ser concebida por volta de 1800, tem raízes no conhecimento do anacrônico que ocorre em um tempo cronologicamente idêntico (KOSELLECK, 2006, p. 284–285).

2009), consolidou-se no Brasil um regime fluido de relações de trabalho. Apesar do extraordinário avanço do assalariamento entre 1940 e 1980 e da existência de um modelo de relações de trabalho com ampla legislação⁴⁷, este regime é marcado por um elevado excedente estrutural de força de trabalho, uma forte instabilidade no emprego, um baixo nível dos salários, uma grande diferenciação no leque de remunerações, além de alta informalidade, heterogeneidade e rotatividade. Nesse mercado de trabalho desorganizado (SILVA, 1991), o livre arbítrio dos empregadores em estabelecer as condições de uso, contratação e remuneração da mão-de-obra é um elemento adicional que atribui ao mercado de trabalho brasileiro um caráter flexível, o que aliado às supracitadas características estabelece uma concorrência predatória entre os trabalhadores (BALTAR; PRONI, 1996; BARBOSA DE OLIVEIRA, 1998; KREIN, 2013).

Essas características históricas se cruzam com os novas tendências que o capitalismo contemporâneo impõe ao trabalho no século XXI. Desde os anos 1970, as alterações no modo de acumulação do capital sob a hegemonia da globalização financeira têm reservado possibilidades, de partida, mais limitadas no que tange ao desenvolvimento econômico, à estruturação do mercado de trabalho e sua regulação na periferia latino-americana. Neste sentido, a compreensão da evolução do mercado e das relações de trabalho nos governos do PT passa pelas características históricas de um país de capitalismo periférico que não conseguiu estruturar seu mercado de trabalho. Ela se relaciona, também, com as consequências de uma inserção subordinada à globalização financeira, a partir da adoção do ideário neoliberal e de políticas econômicas ortodoxas que atendem a uma agenda flexibilizadora no campo das relações de trabalho e à redução da proteção social aos assalariados.

A construção política de uma finança global alterou o antigo modelo de concorrência das empresas que correspondia a uma estrutura organizacional burocrática e rigidamente hierárquica. Conforme Belluzzo (2013), o padrão financeirizado de acumulação do capital permitiu uma nova etapa de “centralização” da propriedade mediante a escalada dos negócios de fusões e aquisições e a terceirização das funções consideradas não essenciais ao *core business* das empresas. Além disso, no processo de valorização dos títulos em geral independente do capital produtivo, a acumulação financeira passou a ser uma fonte de rentabilidade das empresas em detrimento do enriquecimento proveniente da demanda efetiva.

⁴⁷ Cardoso (2003) e Noronha (1998) definem o modelo brasileiro como legislado, dada a predominância da regulamentação estatal.

Assim, a capacidade de investimento produtivo de longo prazo passa a se concretizar somente diante de uma violenta redução dos custos correntes, dentre eles os gastos com mão-de-obra, acentuando a tendência de precarização dos postos que permanecem e debilitando a força dos sindicatos. Esta tendência aponta para um cenário de dificuldades para a realização do pleno emprego, para a sobrevivência dos direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência e para a criação de ocupações com proteção, não somente nos países periféricos, mas também nos países que outrora viveram a experiência histórica mais bem sucedida do desenvolvimento capitalista (RODGERS, 1989; KALLEBERG, 2011; OIT, 2015; BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017)⁴⁸.

A produção de bens e serviços em escala internacional impactou a distribuição global da produção e também trouxe consequências aos mercados de trabalho nacionais. A Ásia se tornou produtora de manufaturas baratas, conformando uma grande área manufatureira e importadora de matérias-primas, que pulsa em torno da China. O Brasil e a América Latina ficaram praticamente à margem do processo de reestruturação das cadeias globais de valor. Ao Brasil coube, predominantemente, os fluxos de capital financeiro. No âmbito produtivo, o país possui uma participação marginal nas cadeias globais de valor o que se reflete na especialização regressiva da indústria nacional cuja principal característica é a ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais e uma perda de importância dos segmentos de maior intensidade tecnológica (BELLUZZO, 2013; AREND, 2014; CARNEIRO, 2017).

Do ponto de vista do emprego esse processo implica a perda de participação relativa de ocupações na indústria de transformação com o deslocamento de empregos das grandes empresas industriais para estabelecimentos menores, e o aumento da participação relativa dos empregos nos setores de comércio e em serviços de apoio às empresas e nas atividades sociais do tipo educação, saúde, previdência e assistência social (BALTAR; KREIN, 2013).

As consequências de uma lógica de acumulação dominada pelo capital financeiro, com uma produção de bens e serviços mais internacionalizada pressiona, também, os padrões de

⁴⁸ Segundo Belluzzo (2013), mesmo os países industrializados inseridos no processo de redefinição das fronteiras de acumulação do capital apresentam desafios ao mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. Esse é o caso da economia norte-americana que hoje acena para uma nova rodada de inovações classificadas como poupadoras de mão de obra. Os novos métodos de produção (nanotecnologia, neurociência, biotecnologia) são destinados “a aumentar a produtividade social do trabalho em escala crescente”, tornando o “trabalho imediato cada vez mais redundante” (BELLUZZO, 2013, p. 10). Para uma amostra de como o capital interpreta os desafios impostos ao trabalho no século XXI ver *World Economic Forum* (2016).

regulação do trabalho na direção da flexibilização das relações laborais e da diminuição da proteção social (BALTAR; KREIN, 2013). Segundo os autores:

A globalização financeira e a internacionalização da produção de bens e serviços estão no cerne das transformações contemporâneas no capitalismo. A organização da produção se modificou com tendência à descentralização e flexibilização do trabalho. O quadro político gestado pela predominância do neoliberalismo, não somente promoveu essas mudanças, mas também ajudou a ampliar o impacto desfavorável na regulação pública do trabalho, que, em vez de moldar as mudanças de maneira a evitar a precarização das relações de emprego, reforçou esses efeitos, apoiando a liberdade de ação dos empregadores para se adaptarem ao ambiente de acirramento da competição (BALTAR; KREIN, 2013, p. 289).

As transformações no padrão de uso, contratação e remuneração da força de trabalho estão atreladas também, como apontou Belluzzo (2013), às mudanças na forma de organização das empresas, tendo em vista a disseminação dos processos de terceirização e subcontratação com consequências sobre as características que passam a ser exigidas dos trabalhadores, como a polivalência e a qualificação permanente. Para Boltanski e Chiapello (2009) trata-se de uma transição, a partir dos anos 1970, que marcou uma dinâmica de construção de um novo espírito do capitalismo baseado na busca pela colaboração dos assalariados para a realização do lucro capitalista por intermédio – não mais “da integração coletiva e política dos trabalhadores na ordem social e por meio de uma forma do espírito do capitalismo que unia o progresso econômico e tecnológico a uma visão de justiça social” – mas por meio do “desenvolvimento de um projeto de autorrealização que vincula, por um lado, o culto ao desempenho individual e exaltação da mobilidade e, por outro, concepções reticulares do vínculo social” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 239).

A pressão sobre os sistemas de regulação do trabalho não se encontra somente na esfera empresarial, mas também diz respeito às mudanças na natureza da intervenção estatal. Segundo Dardot e Laval (2016), se durante o keynesianismo essas intervenções obedeciam aos princípios de solidariedade, compartilhamento e respeito a tradições, no neoliberalismo elas compõem uma nova ordem que visa a estender a inserção do mercado, inclusive sobre a vida social, mediante certas políticas públicas que vêm proteger e apoiar o desenvolvimento das empresas capitalistas. A intervenção do Estado tem assim, um sentido contrário ao período anterior: “trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Para os autores, esse

enquadramento jurídico no âmbito laboral refere-se às mudanças na legislação social em favor dos empregadores, cuja orientação geral reside no desmantelamento dos sistemas que protegiam os assalariados contra as variações cíclicas da atividade econômica e em sua substituição por novas formas de flexibilidade. A promoção da flexibilidade é, neste sentido, um mecanismo de fomento da concorrência.

As consequências advindas da alteração do padrão de acumulação do capital sobre o mundo do trabalho apontam, também, para um processo de heterogeneização, e segmentação da classe trabalhadora. Segundo Freyssinet (2009), o resultado das políticas de flexibilização da relação salarial significou um processo de fortalecimento da segmentação dos mercados de trabalho, tendo em vista que os empregadores objetivam criar uma gama diversificada de soluções que lhes permitam otimizar as formas de trabalho em função das necessidades da empresa. Boltanski e Chiapello (2009) pontuam que as inovações organizacionais resultaram na existência de um grupo permanente de trabalhadores nas empresas que coexiste com outros mais rotativos e precários.

A menor homogeneização do mercado de trabalho também pode ser visualizada no estancamento do processo de “medianização” da estrutura social como mostra Pochmann (2014). Para o autor, desde o último terço do século XX, o esvaziamento da produção industrial combinado com a expansão do setor de serviços na economia fez regredir a estrutura de classes culminando no esgotamento do processo de diminuição do grau de polaridade entre as classes operária e burguesa e alterando o padrão de mobilidade social nos países avançados. Assim, “o ambiente de anterior homogeneização do mercado de trabalho deu lugar a situações desiguais de trajetória ocupacional e social. A passagem para um assalariamento multipolar levou, por exemplo, ao estilhaçamento da tradicional classe média não proprietária”, gerando um movimento de ruptura do modelo voltado para a sociedade de classe média (POCHMANN, 2014, p. 31).

É deste cenário que derivam os desafios para a ação sindical, tendo em vista que o aumento do desemprego, os processos de fragmentação da tradicional classe média formada no capitalismo oligopólico, a segmentação do mercado de trabalho, o crescimento de relações trabalhistas atípicas, o aumento das ocupações precárias e pouco regulamentadas e o envolvimento e participação crescentes dos trabalhadores nos problemas empresariais à luz do novo espírito do capitalismo são movimentos que possuem um potencial de deterioração do grau

de legitimação da ação sindical e de sua capacidade de buscar a equidade. Nas palavras de Ramalho e Santana:

Tais mudanças tiveram repercussão tanto no processo organizativo dos trabalhadores como na relação capital/trabalho. Os organismos sindicais, incluindo aí seus aspectos de *movimento* e de *instituição*, passaram a ter muita dificuldade em dar conta do novo cenário, que lhes reduzia grandemente os espaços de manobra, colocando em risco as práticas de ação e as conquistas desenvolvidas ao longo do século XX. Os novos tempos pareciam trazer um tipo de *sociabilidade* que se contrapunha a quaisquer possibilidades de participação de corte *coletivo e público* (RAMALHO; SANTANA, 2003, p. 12).

As tendências gerais desse capitalismo financeirizado e neoliberal possuem, entretanto, desdobramentos e especificidades nacionais. O processo de diferenciação de áreas geográficas do capital, conforme Silver (2005), também determina a oscilação periódica do capitalismo histórico entre fases que tendem à ‘mercadorização’ e outras que tendem à ‘desmercadorização’⁴⁹ do trabalho. Deste modo, a “disputa permanente não só pela definição do conteúdo do que sejam os ‘direitos’ da classe trabalhadora, mas também pelo tipo e pela quantidade de trabalhadores com acesso a esses direitos” é determinada por estratégias espaciais, isto é, por esforços para se demarcar fronteiras que delineiam quem gozará dos direitos e quem ficará de fora (SILVER, 2005, p. 36).

Isso indica que, em países como o Brasil, que em termos de emprego nunca fora uma sociedade industrial⁵⁰, que nunca assistira a taxa de formalização do emprego ultrapassar 60% da População Economicamente Ativa (PEA) e cuja cidadania mostrou-se historicamente um sistema fluido (CARDOSO, 2016) – as consequências de ocupar um papel marginal no circuito produtivo do capitalismo contemporâneo ultrapassam as dificuldades de geração de emprego e estruturação do mercado de trabalho acirrando, pois, as disputas em torno da regulação do trabalho e dos direitos a ele atrelados.

Os entraves estruturais do desenvolvimento econômico na periferia, por seus determinantes internos e externos, impactam a quantidade, a qualidade e o padrão de regulação das ocupações geradas no Brasil. Do ponto de vista externo, a inclusão marginal do país nas cadeias globais de produção confirmou seu papel subordinado no processo de acumulação do

⁴⁹ Conceitos extraídos de Polany (2000).

⁵⁰ Conforme Cardoso (2013b), o Brasil nunca fora uma sociedade industrial em termos de emprego, pois a taxa de participação do emprego industrial no emprego formal nunca fora dominante. Ela alcançou seu melhor momento em 1980, quando atingiu 44% do total do emprego formal e vem caindo desde então.

capital e plenamente inserido na valorização da riqueza financeira. Do ponto de vista interno, a “posição de resistir à inserção passiva na globalização (...) foi vencida pela posição que enaltecia os efeitos de uma abertura brusca e indiscriminada para acirrar a competição e promover a eficiência no uso dos recursos existentes” (BALTAR; KREIN, 2013, p. 274). A consequência desse padrão de inserção sobre o emprego foi o espraiamento de ocupações portadoras de baixos salários, alta rotatividade e baixa qualificação, sobretudo a partir dos anos 1990, em um mercado de trabalho já bastante desorganizado e flexível.

Isso demonstra que os anos 1990 não inauguraram a precarização e flexibilização das relações de trabalho no país, mas aprofundaram um processo de deterioração dos empregos (KREIN, 2013) que nunca foram majoritariamente considerados como bons e regulados (CARDOSO, 2013b; GUIMARÃES; PAUGAM, 2016). Isso não quer dizer que as condições de trabalho no Brasil não tenham melhorado ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, mas sim que o processo de industrialização não foi garantidor de empregos formais com um padrão de proteção amplo num mercado de trabalho flexível e cujo trânsito entre posições formais e informais é intenso.

A união entre os problemas históricos do mercado de trabalho no Brasil com as características do capitalismo contemporâneo amplamente desfavoráveis ao trabalho e à ação coletiva coloca possibilidades mais restritas ao desenvolvimento capitalista na periferia e com ele a ampliação da regulação pública do trabalho e do sistema de proteção social. Com isso em tela lança-se a questão: estaria a dinâmica de crescimento econômico com geração de emprego e renda vivenciada pelo país nos anos 2000 na contramão das tendências mais gerais do capitalismo contemporâneo? É a partir deste ponto de vista que se busca compreender as contradições do modelo de crescimento econômico via indução do consumo de massas sobre os indicadores do emprego e as relações de trabalho e seu consequente impacto sobre a ação sindical durante os governos petistas.

2.2 Os impactos do modelo de crescimento econômico com inclusão pelo consumo sobre o mercado de trabalho.

Os anos 2000 trouxeram uma nova fase de crescimento econômico com geração de emprego e valorização real dos salários para a realidade brasileira. Os indicadores de mercado de trabalho e a evolução da regulação pública do trabalho guardam, entretanto, algumas

contradições e não seria possível analisá-las sem considerar a dinâmica econômica do período.

Os anos em que o PT esteve na Presidência da República foram marcados por maior crescimento econômico conquistado, sobretudo, pela indução do mercado interno com ampliação da “sociedade de consumo de massa” (MEDEIROS, 2015). Essa trajetória foi inicialmente impulsionada por um ciclo de exportações favoráveis já presente em 2003, seguida pela adoção de políticas governamentais de valorização da renda, de impulso ao crédito e ao consumo, sobretudo a partir de 2006, com conseqüente impacto sobre a indução do investimento e o crescimento do emprego. Esse ciclo começou a ser revertido com a mudança de enfoque da política econômica e ampliação do ajuste fiscal a partir de 2011 e apesar das tentativas de redução dos ganhos financeiros e de indução do investimento privado. Com a deterioração dos indicadores econômicos e com o aumento do grau de insatisfação da população brasileira expressado nas *Manifestações de Junho de 2013* consolidou-se um rápido aprofundamento da crise econômica e política no país.

A expansão do mercado interno foi o núcleo da estratégia de crescimento do período, pois a partir do *boom* das *commodities*, uma série de políticas de indução ao consumo viabilizaram o crescimento da economia. Como se vê no gráfico 1, o consumo foi a variável que mais contribuiu para o crescimento do PIB entre os anos 2003 e 2014.

Gráfico 1: Crescimento do PIB e contribuição dos componentes da demanda ao crescimento (%), 2003-2014.



Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. Elaboração própria.

Em 2003, o PT iniciou o governo enfrentando as conseqüências econômicas do ataque especulativo que a moeda nacional sofrera durante as eleições presidenciais, quais sejam a aceleração inflacionária, a depreciação do real e a deterioração das finanças públicas. Para lidar

com este cenário, manteve o tripé macroeconômico baseado na revisão altista das taxas de inflação, no aumento da taxa básica de juros, na meta de superávit primário e na manutenção da política de câmbio flutuante. O impacto inicial dessa política foi a desaceleração do crescimento econômico em 2005, apesar do bom desempenho do setor externo.

Entre 2003 e 2005 verificou-se uma recuperação da atividade econômica resultante da situação favorável do comércio mundial, como pode ser visto no Gráfico 1. O crescimento médio do PIB no período foi de 3,4%, não tendo sido mais significativo em virtude da manutenção da visão conservadora sobre o potencial de crescimento da economia brasileira (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A dinâmica exportadora do período passou a impactar menos o crescimento do PIB nos anos seguintes. O crescimento do consumo das famílias (em magnitude significativa desde 2004) se intensificou. Desde 2004 o crescimento do consumo vinha sendo estimulado pelas políticas de ampliação do acesso ao crédito, pelo alargamento das transferências de renda aos mais pobres e pela política de valorização do salário mínimo. Entretanto, é a partir de 2006 que, com a redução das exportações, o consumo solidifica sua posição enquanto principal motor de crescimento engendrando a ampliação da dimensão de uma “sociedade de consumo de massa” no Brasil.

A partir de 2006, em meio à crise do mensalão⁵¹, nota-se uma mudança de posição do governo em relação ao crescimento econômico, como ressaltam Barbosa e Souza (2010) e Baltar et al. (2010). Segundo os autores, um sintoma dessa mudança foi a recusa do governo em aprofundar o ajuste fiscal, optando pelo alargamento da política de valorização do salário mínimo, pela restauração do quadro de pessoal e do nível de salários dos funcionários públicos e pelo aumento do investimento público, a exemplo do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O ano de 2006, neste sentido, marca a passagem para uma mudança do papel do Estado na economia.

A partir desse momento, a aceleração da taxa de crescimento responde a um padrão de crescimento sustentado, majoritariamente, na demanda doméstica (consumo e investimento) e não mais na demanda externa. Deste modo, embora as exportações, principalmente de

⁵¹ A crise do mensalão consiste na denúncia de compra de votos de parlamentares para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de projetos de interesse da Presidência da República.

commodities industriais, agrícolas e minerais, tenham exercido papel fundamental no acúmulo de reservas e no afastamento da vulnerabilidade externa, a demanda interna cumpriu o papel determinante no ciclo de crescimento, que passou a ser liderado pela retomada do consumo. Por sua vez, o aumento do consumo, sobretudo de bens duráveis e semiduráveis, a expectativa de continuidade nos elementos que favoreciam sua expansão e a retomada de políticas para coordenação do investimento produtivo e de infraestrutura passaram a ser elementos constitutivos do processo de estímulo ao investimento (SARTI; HIRATUKA, 2011), que veio a ultrapassar a contribuição do consumo para o crescimento do PIB no ano de 2010. Como resultado, entre 2006 e 2010 a taxa média de crescimento do PIB foi de 4,5% e poderia ter sido ainda mais expressiva não fosse a reversão do crescimento no ano de 2009, por conta dos impactos da crise internacional.

A ampla massificação dos bens de consumo duráveis ocorrida no período deve-se, como pontua Medeiros (2015), ao aumento do salário mínimo (seu atrelamento aos benefícios previdenciários e ao Benefício de Prestação Continuada) e do emprego assalariado formal, à expansão do crédito e à valorização do câmbio. Segundo o autor, este último foi um aspecto central na contenção do custo de vida, permitindo que a elevação do salário mínimo nominal resultasse em aumento do salário real. Tal elevação se deu na ordem de 72,31% em termos reais, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1: Reajuste do Salário Mínimo 2003-2014.

Período	Salário Mínimo(R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento real
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Total do período		262,00	110,05	72,31

Fonte: DIEESE (2014a, p. 4)

A manutenção dos níveis de consumo entre 2008 e 2009 reflete o conjunto de medidas adotadas para impedir a desaceleração do crescimento da economia. Com a crise, o governo optou por responder à queda do preço internacional das *commodities* e à contração inicial do crédito doméstico, adotando uma série de medidas monetárias e fiscais anticíclicas, tais como: a redução do depósito compulsório do sistema bancário, a intensificação do papel dos bancos públicos no aumento da concessão de crédito e na redução dos *spreads*, o alargamento do período de concessão e valor do seguro-desemprego, o lançamento do programa habitacional “Minha casa, minha vida” e a redução da taxa básica de juros da economia. Com essas medidas, em 2009 a economia recuou em 0,1%, recuperando-se rapidamente para 7,5% em 2010.

O bom momento vivenciado pela economia brasileira começa a dar indícios de esgotamento no ano de 2011. Neste ano, uma falha de avaliação do governo o levou a reduzir o nível de investimentos públicos e os estímulos ao consumo com vistas a reduzir os impactos inflacionários decorrentes da recuperação do nível de atividade econômica em 2010. Diante desta iniciativa, o crescimento do PIB em 2011 foi de 3,9% e em 2012 de apenas 1,9%, evidenciando, os problemas da estratégia de desaceleração adotada pelo governo em um contexto de aprofundamento da crise externa e de esgotamento do consumo no mercado doméstico.

Para enfrentar esse cenário, entre o final de 2011 e 2014 o governo realizou uma tentativa deliberada de implementação de uma “nova matriz econômica” baseada no estímulo ao

investimento privado. Esta, entretanto, não forneceu os resultados esperados apesar da depreciação do câmbio, da redução da taxa de juros, do conjunto de isenções fiscais fornecidas e da política de concessões públicas para aumentar a presença do setor privado na área de infraestrutura. Assim, embora os estímulos tenham sido concedidos, tal política não teve sucesso em induzir, em termos agregados, a produção e o investimento privado na indústria de transformação. Já o nível de investimentos públicos permaneceu em patamar muito baixo, sofreu queda em 2011 e em 2013 não havia recuperado a proporção do PIB que possuía em 2010 (CARDOSO JR; NAVARRO, 2014). Como resultado, a taxa de crescimento do PIB alcançou 3% em 2013, sobretudo pelo desempenho do consumo, e em 2014 ficou em 0,1%. Entre 2011 e 2014 a média de crescimento do PIB foi de apenas 2,2%.

As explicações para a reversão do ciclo não apresentam consenso na literatura. Para Singer (2015), tratou-se de um boicote do setor industrial ao ensaio desenvolvimentista que, progressivamente, foi se afastando de Dilma, “alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista de oposição” (SINGER, 2015, p. 59). Para Bastos (2015) e Hiratuka (2015), as causas da reversão relacionam-se, no campo econômico, com a estagnação da produção decorrente da desaceleração cíclica da demanda, do aumento do coeficiente importado e da estabilização dos níveis de capacidade ociosa.

Numa tentativa de aliar as explicações nos diferentes campos, Carneiro (2017) afirma que foi no plano político que os vetores econômico e social desaguaram. Para o autor, um movimento de perda de dinamismo na mobilidade social, sobretudo daqueles de média e alta rendas, gerou um crescente processo de insatisfação social e política, restringindo as possibilidades de repactuar as alianças em nome de um novo e necessário ciclo de investimentos. A deserção dos industriais, outro elemento explicativo, resultou da redução do crescimento do fluxo de caixa e do aumento das dívidas das empresas, processo que ganhou corpo entre 2011 e 2014 e se acentuou a partir de 2015 em virtude da recessão e da desvalorização cambial (CARNEIRO, 2017).

Ao lado desse processo, o endividamento crescente das famílias e as sucessivas tentativas de desvalorização do real realizadas no governo Dilma reduziram a capacidade de consumo da população. A desvalorização do real limitou a capacidade de consumo de bens importados pela classe média. Quanto ao nível de endividamento das famílias, esse cresceu de 18,5% para 46% da renda disponível entre 2005 e 2014, sendo que o grupo de tomadores de

menor renda (até 3 SMs) passou a ser o mais representativo em número de tomadores e o segundo maior em volume de crédito. Além disso, para os tomadores nessa faixa de rendimento a modalidade de crédito de maior peso no endividamento, no ano de 2014, foi o crédito imobiliário, seguido pelo crédito consignado (BCB, 2015). Neste sentido, parece ser entre as faixas de menor rendimento que se encontram os cidadãos mais endividados e dentre eles o crédito ao consumo direto desponta como uma das importantes causas do crescente comprometimento da renda, explicando, assim, a queda da capacidade de consumo dos cidadãos localizados nas menores faixa de renda.

Sintetizando a trajetória econômica desse período, é possível afirmar que a dinâmica do crescimento do PIB entre os anos 2003 e 2014 se caracteriza pelo maior crescimento econômico via indução do mercado interno com ampliação da “sociedade de consumo de massa” no país. Este trajeto foi inicialmente impulsionado por um ciclo de exportações favoráveis e posteriormente sustentado pela valorização salarial, pelo impulso ao crédito e ao consumo com consequente impacto sobre a indução do investimento e o crescimento do emprego. Essa dinâmica foi posteriormente arrefecida por uma estratégia de indução do investimento privado que não gerou os efeitos esperados.

Essa dinâmica de crescimento marcada pela indução do consumo, sobretudo de bens duráveis e semiduráveis e a expectativa de continuidade nos elementos que favoreciam sua expansão lograram estimular o investimento induzido pela demanda corrente (SARTI; HIRATUKA, 2011). Entretanto, a retomada do investimento autônomo, apoiado diretamente pelas ações do Estado e baseado sobretudo no aumento do investimento em infraestrutura, apresentou um crescimento modesto (CARNEIRO, 2017). Como observamos no gráfico 1, somente no ano de 2010, a contribuição de investimento para o crescimento do PIB ultrapassou a contribuição do consumo.

A redução do papel do investimento no crescimento econômico está atrelada à forma assimétrica com que o país se inseriu nas cadeias globais de valor e às opções de política econômica do período, pois as “condições de solvência de um país em desenvolvimento dependem tanto da ordem econômica (...) como das políticas macroeconômicas e industriais” (MEDEIROS, 2015, p. 146). Quanto ao primeiro ponto, um reflexo da posição marginal do país na produção mais internacionalizada de bens e serviços e a da consequente formação de uma estrutura produtiva nacional de caráter especializado e de baixo componente tecnológico foi o

baixo efeito de encadeamento do aumento do consumo sobre o investimento induzido (CARNEIRO, 2017) uma vez que parte da demanda de máquinas e equipamentos e insumos intermediários criada pela expansão do consumo acabou vazando para o exterior, ocasionado o aumento das importações (BALTAR, 2014; SARTI; HIRATUKA, 2017).

No que se refere às opções governamentais, “houve pouco ou nenhum avanço na política industrial brasileira”, condição fundamental para reparar o “vazamento para fora” proveniente da expansão do mercado interno (MEDEIROS, 2015, p. 165). O crescimento extensivo da indústria sem avanço nos setores e atividades de maior conteúdo tecnológico e a inexistência de uma política industrial voltada a ampliar as exportações industriais nas cadeias produtivas resultaram na manutenção substancial da estrutura da oferta. O resultado desse modelo de crescimento baseado no incremento do consumo doméstico e na manutenção do tripé macroeconômico (aumento da taxa básica de juros, meta de superávit primário e manutenção da política de câmbio flutuante) foi a ausência de mudanças estruturais na economia, pois mesmo o consumo mantendo uma trajetória ascendente até o ano de 2014, o produto industrial manteve-se estagnado de 2001 a 2013, declinando fortemente desde então, como mostram Sarti e Hiratuka (2017).

Assim, do ponto de vista da estrutura produtiva permaneceu a preponderância do setor de serviços, ao passo que a indústria de transformação perdeu espaço na composição do PIB. Destaca-se, também, o aumento da participação da indústria da construção civil e a queda na participação dos serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 2: Composição do PIB por setor econômico (%), 2003-2014.

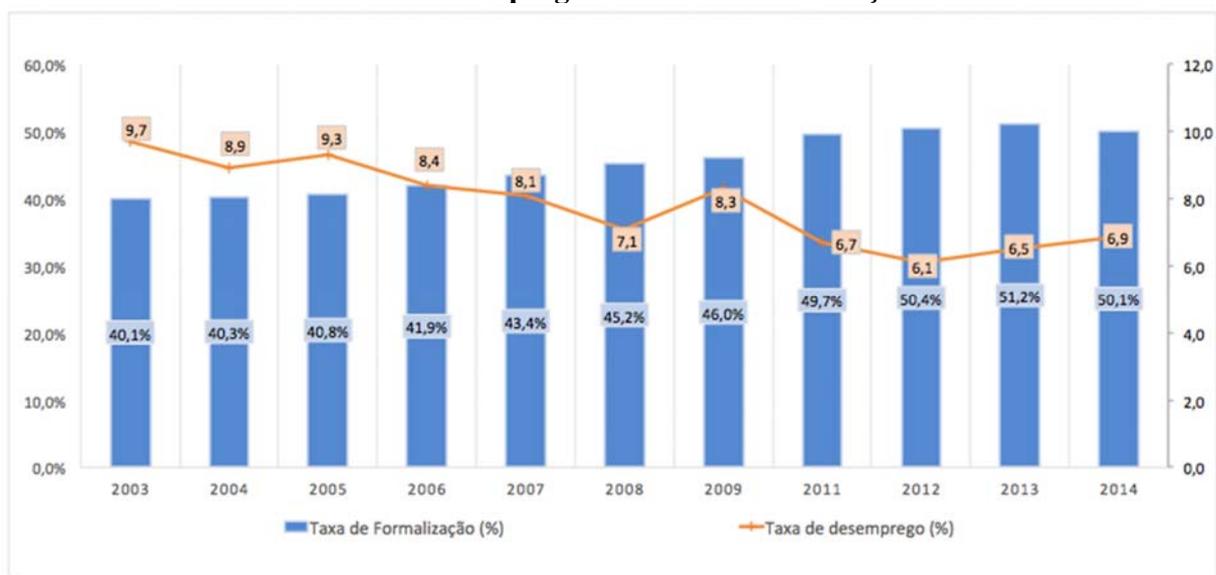
Período	Agropecuária	Indústria				Serviços	PIB	
		Ext. mineral	Transformação	Construção	Siup			
2003	7,20	2,20	16,88	4,62	3,27	26,96	65,83	100
2004	6,67	2,46	17,79	4,94	3,45	28,63	64,69	100
2005	5,48	3,15	17,36	4,59	3,37	28,47	66,05	100
2006	5,14	3,51	16,59	4,35	3,23	27,68	67,18	100
2007	5,18	2,96	16,60	4,56	3,00	27,12	67,70	100
2008	5,41	3,82	16,52	4,37	2,62	27,33	67,26	100
2009	5,24	2,20	15,27	5,43	2,69	25,59	69,18	100
2010	4,84	3,33	14,97	6,27	2,81	27,38	67,78	100
2011	5,11	4,37	13,87	6,28	2,67	27,19	67,70	100
2012	4,91	4,54	12,58	6,49	2,45	26,06	69,02	100
2013	5,29	4,16	12,31	6,42	2,05	24,94	69,77	100
2014	5,22	3,77	11,67	6,64	1,89	23,97	70,81	100

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. Siup: Serviços Industriais de Utilidade Pública: eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Essa dinâmica da economia, com crescimento econômico sem alteração da estrutura produtiva desencadeou efeitos contraditórios sobre o mercado de trabalho. Por um lado, o maior nível de crescimento econômico entre os anos 2003 e 2014 ocasionou uma queda consistente na taxa de desemprego e um aprofundamento no processo de formalização com diminuição do emprego sem carteira assinada e das pessoas ocupadas em atividades sem rendimento e por conta própria, como é possível visualizar no gráfico 2. Por outro lado, as ocupações cresceram fortemente nas ocupações de baixa remuneração e nos setores vinculados ao consumo e à construção civil.

No gráfico 2, é possível perceber que a pequena recuperação econômica do início do período causou impactos positivos, embora ainda modestos, sobre a taxa de desemprego. A aceleração do crescimento econômico em 2004 gerou um incremento dos ocupados em maior magnitude que o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), resultando em uma queda na taxa de desemprego de 9,7% neste ano para 8,9% em 2005. Mediante a rápida recuperação da economia e o temor de um novo ciclo inflacionário, a autoridade monetária optou pela elevação da taxa de juros, visando o controle dos preços. O caráter restritivo dessas políticas levou ao arrefecimento do crescimento econômico em 2005 e à diminuição no ritmo de geração de novas ocupações *pari passu* ao aumento no número de desocupados. Como resultado a taxa de desemprego passou para o patamar de 9,3% neste ano.

Gráfico 2: Taxa de Desemprego e Taxa de Formalização 2003-2014.



Fonte: PNAD. Elaboração Própria. Taxa de Formalização: Trabalhadores formais/Total de Ocupados sem considerar os empregadores. Os trabalhadores autônomos foram considerados informais. Trabalhadores formais: empregados com carteira de trabalho assinada, funcionário público e trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada.

A partir de 2006, a trajetória da taxa de desemprego apresenta uma queda mais acentuada em virtude tanto da intensificação do ritmo de crescimento econômico e da diminuição no ritmo de incremento da PEA. Este último fator foi essencial na redução das taxas de desemprego, uma vez que a diminuição no contingente de pessoas com idade ativa na faixa etária até 25 anos reduziu a pressão sobre a população economicamente ativa e sobre a capacidade de absorção do mercado de trabalho.

A partir desse ano também se intensifica o aumento da taxa de formalização, processo que já havia iniciado ao final dos anos 1990. A formalização, além dos importantes desdobramentos provenientes do maior ritmo de crescimento econômico, está vinculada principalmente, como mostram Krein et. al (2018), ao conjunto de políticas voltadas para a formalização de setores com baixo acesso à seguridade social (autônomos, pequenos negócios de Micro e Pequenas Empresas) e ao fortalecimento das instituições públicas que são responsáveis pela efetivação dos direitos. Esse movimento foi concomitante à redução do emprego sem carteira assinada e das pessoas ocupadas em atividades sem rendimento e para autoconsumo ou autoconstrução e, também, à redução do ritmo de crescimento dos trabalhadores por conta própria.

Apesar da queda do crescimento econômico e da crise política instaurada no país, as taxas de desemprego mantiveram-se em baixo patamar entre os anos de 2011 e 2014, sendo que em 2012 a taxa atingiu o menor percentual de todo o período (6,1%), mesmo com a queda do número de novas ocupações geradas. Isso se deve ao movimento de intensificação da queda no ritmo de crescimento da PEA. Esse processo está atrelado à tendência de queda no contingente em idade ativa na faixa etária até 25 anos, o que se constituiu como um fator de ampliação dos efeitos do crescimento da economia sobre o mercado de trabalho. As políticas públicas de acesso à universidade, neste sentido, também desencorajaram os jovens a pretenderem ter uma ocupação decorrente da atividade econômica. Em 2014, a taxa de desemprego começa a apresentar índices mais expressivos, quando atinge 6,9%.

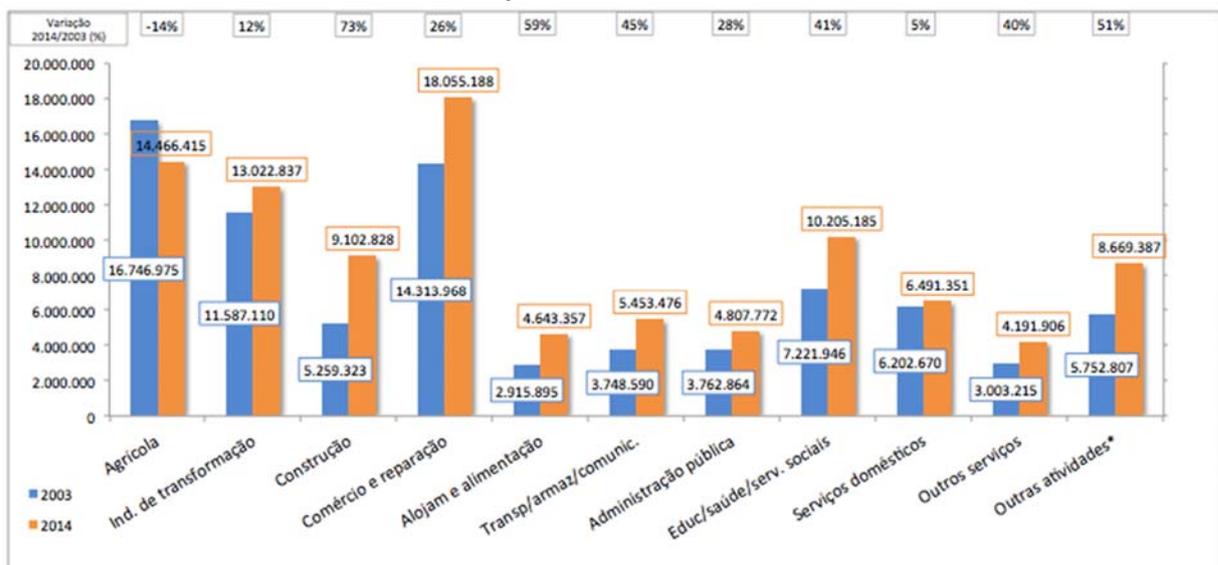
Embora os anos de 2015 e 2016 não componham o período analisado nesta pesquisa, vale ressaltar que a taxa de desemprego saltou de 9% no último trimestre de 2015 para 12% no mesmo período de 2016 (IPEA, 2017). Os processos de formalização e de diminuição das pessoas ocupadas em atividades sem rendimento, para autoconsumo ou autoconstrução também vem perdendo força ou mesmo sofrendo uma reversão de tendência a partir de 2014. Com a queda no nível de atividade e inflação elevada em 2015, o cenário de melhoria dos indicadores do mercado de trabalho demonstra seu esgotamento e a velocidade de reversão do ciclo de 2014 em diante é surpreendente pela intensidade se comparada às dinâmicas de países da América Latina, como a Argentina que, apesar da reversão do ciclo, não apresenta movimentos tão abruptos (CEPAL; OIT, 2016).

O outro lado desse processo de aumento do assalariamento e da formalização foi o tipo de emprego gerado. Embora tenha ocorrido um crescimento generalizado do emprego em todos os setores (com decréscimo somente no emprego agrícola) e em todas as faixas de remuneração (com exceção somente das ocupações com até meio salário mínimo), foram os setores vinculados ao consumo e induzidos por ações governamentais para o desenvolvimento de segmentos específicos que geraram a maior parte das ocupações.

O gráfico 3 mostra que os grupos de atividade com maior dinamismo em termos de novas ocupações foram aqueles fomentados indiretamente pelas políticas de renda e de facilitação do crédito aos mais pobres que, via consumo, impulsionaram os setores de *alojamento e alimentação* e de *transporte, armazenagem e comunicação*. Por exemplo, o setor da *construção civil*, que apresentou o maior crescimento do emprego nos anos analisados, foi beneficiado pelo

avanço do crédito imobiliário, pelo programa *Minha Casa Minha Vida* e pelo iniciativas no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento e da Copa do Mundo sediada no Brasil em 2014. Nesse setor⁵² se encontram as maiores taxas de rotatividade no país. Além disso, esses setores de atividade são, justamente, os que apresentam maior peso das ocupações de menor remuneração (entre meio e 2 salários mínimos), como mostram Baltar, Souen e Campos (2017). Isso explica porque as ocupações cresceram fortemente nas atividades de baixa remuneração, como mostra o gráfico 4. Ao mesmo tempo o crescimento dessas ocupações foi acompanhado pelo processo de valorização do salário mínimo, desencadeando uma importante redução da dispersão dos salários⁵³.

Gráfico 3: Número de trabalhadores ocupados por grupo de atividade e percentual de variação entre 2003 e 2014.

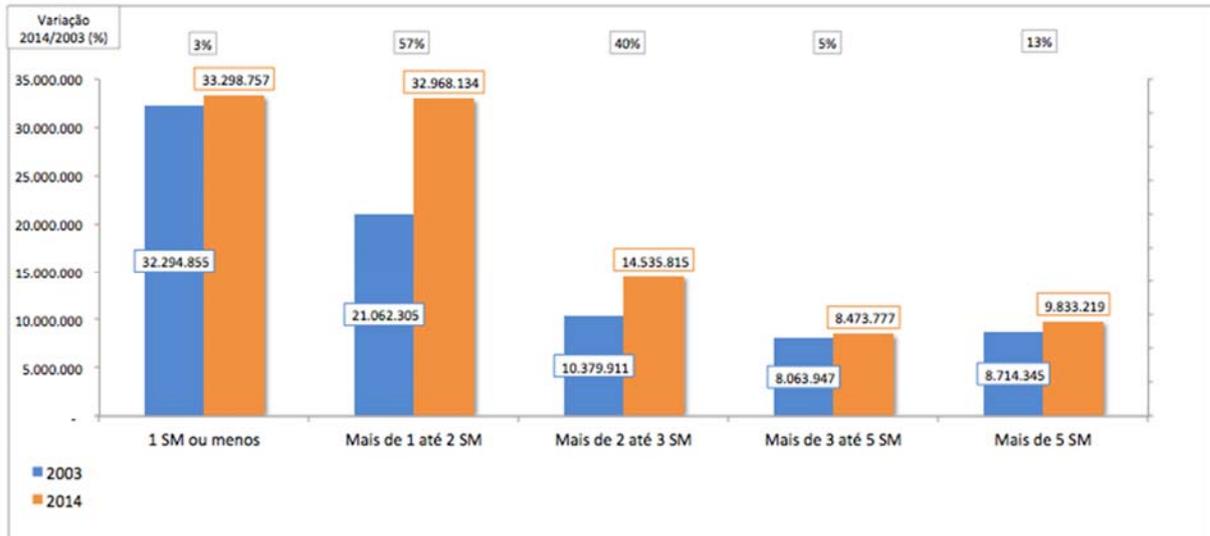


Fonte: PNAD. Elaboração Própria. *Na categoria Outras Atividades foram incluídas as ocorrências relativas às Atividades Mal Definidas ou não declaradas.

⁵² A construção civil é a primeira colocada no *ranking* da taxa de rotatividade global e da taxa de rotatividade descontada (descontados os desligamentos decorrentes de transferência, a pedido do trabalhador, aposentadoria e falecimentos): a primeira saltou de 111% em 2002 para 114,9 em 2012, a segunda de 93,7% para 87,4% no mesmo período (DIEESE, 2014c).

⁵³ A diminuição na desigualdade de rendimentos se expressa no índice de Gini que passou de 0,58 em 2003 para 0,52 em 2014 (IPEA data).

Gráfico 4: Número de trabalhadores ocupados por faixa de remuneração e percentual de variação entre 2003 e 2014.



Fonte: PNAD. Elaboração Própria.

Essa redução na dispersão dos salários foi ocasionada também pelo aumento, mesmo que em menor proporção, das ocupações com remuneração intermediária (entre 2 e 3 salários mínimos) cuja renda também foi majorada pelos ganhos salariais negociados em convenções e acordos coletivos e em virtude do aquecimento do mercado de trabalho e da valorização do salário mínimo. Enquadram-se tipicamente nesses casos o grupo de atividade em *educação, saúde e serviços sociais* cuja geração de emprego foi beneficiada pela implementação de políticas públicas inscritas na Constituição de 1988 e regulamentadas e priorizadas nos orçamentos públicos do período recente.

Já a indústria de transformação, cujo crescimento do emprego foi modesto evidencia a fragilidade desse ciclo de crescimento que ocorreu por 12 anos. Ela também revela como a inserção marginal do país nas cadeias globais de valor se relaciona com a dificuldade de promover mudanças estruturais na economia, com impactos sobre o tipo de emprego gerado. Entretanto, em termos salariais, mesmo a indústria de transformação concentra metade das ocupações formais, com remuneração média de 1,9 salários mínimos, tomando 2013 como referência (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017). Isso evidencia que o processo de desindustrialização vigente no país nas últimas três décadas (SARTI; HIRATUKA, 2017) tem impacto não somente na quantidade de empregos gerados na indústria de transformação, mas no baixo nível de remuneração desses empregos.

Por fim, a redução na dispersão dos salários foi corroborada pela geração de empregos de remuneração relativamente alta sem contrato de trabalho formalizado ou por conta própria (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017). Dessa forma, de um lado, o crescimento majoritário dos empregos com remuneração baixa e intermediária reflete o maior crescimento da economia e o próprio processo de formalização, desencadeando um processo de redução da dispersão salarial. Mas, por outro lado, essa redução também é reflexo da substituição de empregos formais por trabalho autônomo e de Pessoa Jurídica (PJ), em atividades de remuneração relativamente alta, visando esconder a relação de emprego e evitar os encargos trabalhistas.

Assim, a dinâmica de crescimento conduzida pela ampliação do mercado doméstico desencadeou um processo de crescimento generalizado do emprego e da renda. Usando a expressão de Braga (2012), nesse período se colocou a perspectiva de construção de uma cidadania salarial caracterizada pela intensificação do processo de formalização dos assalariados e com políticas de estímulo à inclusão previdenciária de segmentos autônomos e de trabalhadores domésticos. Esse processo de formalização foi acompanhado, entretanto, pelo aumento das taxas de rotatividade, o que reflete uma intensa troca entre os que estão dentro e os que estão fora de um emprego formal, assim como, expressa, afirma Cardoso (2013b), a entrada maciça de jovens nesse mercado em concomitância com a redução dos tempos médios de permanência em cada emprego e do tempo total de permanência no setor formal, além do aumento do número médio de empregos obtidos por esses trabalhadores. É esta constatação que leva o autor a afirmar que “o mercado formal de trabalho pode ser uma ‘terra dos sonhos’ para boa parte dos trabalhadores, mas não é garantia de segurança no emprego” (CARDOSO, 2013b, p. 111).

Além disso, o número dos que ainda se encontram excluídos é muito significativo e as características estruturais do mercado de trabalho pouco foram alteradas. A ausência de transformações estruturais implícita nesse modelo de crescimento evidencia, portanto, dois aspectos. O primeiro é que, apesar de sua capacidade de geração de empregos em uma economia portadora de um vasto mercado interno, ele não conseguiu alterar as características estruturais do trabalho. O segundo aspecto que essa dinâmica revela é a importância da regulação pública como condição para a estruturação do mercado de trabalho e ampliação da proteção social dos assalariados. Por este último motivo na seção seguinte analisa-se as contribuições e limites do sistema de regulação pública do trabalho para a dinâmica do emprego durante os governos do PT.

2.3 O avanço da flexibilidade laboral nos governos petistas.

O processo de espraiamento das pressões do capitalismo contemporâneo sobre os sistemas nacionais de relações de trabalho não foi interrompido nem teve sua trajetória alterada durante os anos 2000. No caso brasileiro, mesmo em um cenário de maior nível de formalização, a tendência de flexibilidade das relações laborais se expressou na ampliação das situações de heterogeneidade do mercado de trabalho com permanência das condições de precariedade de muitas experiências profissionais (GUIMARÃES; PAUGAM, 2016). Neste sentido, as relações formais de emprego criadas no período garantiram acesso aos direitos sociais, mas não podem ser entendidas como sinônimo de ocupações de qualidade.

Por flexibilidade laboral compreende-se a ampliação da liberdade das empresas determinarem as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho de acordo com as suas necessidades, deixando os trabalhadores em uma condição de maior insegurança uma vez que seus contratos de trabalho estão sujeitos às oscilações do nível de atividade (BALTAR; KREIN, 2013). Vale ressaltar, no que tange à legislação trabalhista, que as medidas aprovadas se sobrepuseram ao marco legal existente, mas não suplantaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Elas também ficaram aquém do desejado pelos setores empresariais, que pretendiam restringir ainda mais a possibilidade de interferência do Estado e dos sindicatos na regulamentação do trabalho. Além disso, as medidas introduzidas pressionaram pela flexibilização laboral, mas em alguns aspectos ampliaram a proteção social, marcando um caráter contraditório da regulação do trabalho nos anos 2000 (KREIN; BIAVASCHI, 2015)⁵⁴.

Não é somente a dinâmica de crescimento que diz algo sobre as características do emprego gerado. A regulação pública do trabalho joga, neste sentido, um papel fundamental, pois o que se vê é que, apesar de o processo de flexibilização das relações de emprego no Brasil não ser um fenômeno novo (KREIN, 2013) e ter se estabelecido com menor força ao longos dos governos petistas, este vem ganhando novos contornos num contexto de crescimento econômico, formalização do emprego e valorização da renda do trabalho.

⁵⁴ No balanço feito pelos autores, entre 2003 e 2014 foram introduzidas 15 medidas de ampliação da proteção social, tais como salário mínimo e regulamentação do emprego doméstico e 21 medidas de ampliação da flexibilização, tais como contratos especiais e redução do seguro desemprego.

Três são os aspectos que permitem visualizar a permanência do processo de flexibilização das relações de trabalho durante os anos 2000: nas formas de contratação, de remuneração e nos aspectos relativos à jornada de trabalho.

Em relação às formas de contratação, verificamos em primeiro lugar, o crescimento exponencial da subcontratação ou terceirização. Segundo Filgueiras e Cavalcanti (2015), a terceirização pode ser entendida como a

forma de contratação laboral que melhor tem se ajustado ao formato neoliberal imposto aos mercados de trabalho, concedendo às empresas uma série de benefícios, como a flexibilidade de manejar força de trabalho a um custo econômico e político reduzido. As consequências podem ser ainda mais amplas: internalizar nas mentes e corpos – e, é claro, positivar no direito – um novo valor e um novo discurso que eliminem o fundamento da regulação social anterior do capitalismo, isto é, que possam dissociar – ideológica, política e juridicamente – a empresa de seus trabalhadores; algo que possa quebrar, portanto, a noção de que há *qualquer vincula* entre os lucros auferidos e os trabalhadores necessários à reprodução dessa riqueza (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2015, p. 1).

A terceirização é um fenômeno de difícil mensuração já que nem a PNAD nem a RAIS a englobam enquanto uma modalidade de contratação. Metodologia desenvolvida pelo DIEESE (2017) (que busca se aproximar ao fenômeno e que considera, a partir dos dados da RAIS, as atividades econômicas tipicamente terceirizadas) mostra que entre 2007 e 2014 o total de vínculos formais nessas atividades cresceu de 8,5 para 12,5 milhões. Considerando o ano de 2014, as atividades tipicamente terceirizadas correspondem a um quarto do total do emprego formal⁵⁵. Em média esses trabalhadores recebem 25% e trabalham três horas semanais a mais do que os contratados diretamente (DIEESE; CUT, 2014).

Esses vínculos de emprego também possuem taxa de rotatividade descontada⁵⁶ duas vezes maior que as atividades tipicamente contratantes e o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho é maior no caso dos terceirizados (DIEESE, 2017). Assim, os dados da pesquisa realizada em parceria entre DIEESE e CUT (2014) e neste último estudo realizado por

⁵⁵ Até 2016, o crescimento da terceirização dava-se a despeito da atuação da Justiça do Trabalho, já que o Tribunal Superior do Trabalho munido da Súmula 331, reconhecia o vínculo de emprego direto com a tomadora de serviços. Não por outro motivo, os setores econômicos deslocaram a arena de sua ação para o Supremo Tribunal Federal com vistas a ultrapassar os obstáculos a sua irradiação. Com a aprovação da terceirização sem restrições no ano de 2017, a regulamentação dessa forma de contratação passa a ser um incentivo à criação de relações de trabalho ainda mais precárias. Para uma discussão apurada nesse sentido ver Krein e Biavaschi (2015) e Biavaschi, Droppa e Marques (2015).

⁵⁶ O conceito de rotatividade descontada não inclui os desligamentos a pedido do trabalhador, falecimentos, transferências e aposentadorias.

DIEESE (2017) convergem em relação às características do emprego formal terceirizado: um emprego com piores condições de trabalho e remuneração inferior às atividades tipicamente contratantes. Com a aprovação irrestrita da terceirização, a tendência é que essas diferenças e a precariedade dos empregos terceirizados se aprofundem, dando vida a um processo ainda mais intenso de mercantilização do trabalho uma vez que a terceirização priva o trabalhador dos benefícios trabalhistas.

Ainda no que se refere às formas de contratação, nos anos 2000 verificou-se a ampliação das relações de emprego disfarçadas⁵⁷ que se expressam no trabalho estágio, na contratação como pessoa jurídica e no Micro Empreendedor Individual (MEI). Segundo Krein (2013), o estágio cresceu fortemente entre 1995 e 2005. Em 2008 foi aprovada a Lei nº 11.788 que restringiu o trabalho estágio, impedindo sua proliferação. Mesmo assim, 1 milhão de estudantes estão nesta condição⁵⁸.

É difícil estimar o aumento da contratação como pessoa jurídica, mas sua ampliação se expressa na elevação do número de empresas sem empregados que passou de aproximadamente 3,6 milhões em 2003 para 4,3 milhões em 2013, segundo dados da RAIS. Essa é uma forma de contratação presente em setores mais modernos, de maior remuneração e que exigem maior qualificação, com mostra Castro (2016). Seu crescimento no período ajuda a explicar aquele movimento acima pontuado por Baltar, Souen e Campos (2017), uma vez que a substituição de empregos formais por Pessoa Jurídica (PJ), em atividades de remuneração relativamente alta, visando esconder a relação de emprego e evitar os encargos trabalhistas, contribuiu para que o aumento das ocupações formais de maior remuneração não refletisse com maior intensidade na distribuição salarial dos empregos formais. É um processo em que se vai formalizando as ocupações de remuneração média e baixa, e parte das ocupações de remuneração alta, onde a sindicalização é maior, vai “vazando” por canais de informalização (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017).

No caso do MEI o impacto foi mais expressivo⁵⁹. Ao lado do Simples Nacional⁶⁰,

⁵⁷ Esse crescimento só não foi maior, como pontuam Krein e Castro (2015) em virtude da contraposição de instituições de fiscalização (Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho) que declararam tais práticas como ilegais e também devido ao veto presidencial à emenda 3 que inviabilizaria a fiscalização da relação de emprego disfarçada.

⁵⁸ “Estatísticas”. Disponível em: <http://www.abres.org.br/v01/dados-estagiarios-estudantes-no-brasil/>. Acesso em 21 de julho de 2017.

⁵⁹ A Lei Complementar 128 de 2008 criou o MEI, estimulando a pessoa que trabalha por conta própria a se tornar “formal” na condição de “empreendedor individual”.

criado em 2007, o MEI foi um fator que ao mesmo tempo gerou formalização e estimulou a contratação disfarçada. Conforme dados apresentados por Krein et. al (2018), após a aprovação da lei, o número de microempreendedores individuais formalizados no portal do empreendedor do Governo Federal saltou de 44 mil em dezembro 2009 para 5,5 milhões em dezembro de 2015. Já o número de vínculos formais das empresas optantes pelo Simples Nacional aumentou de 7,167 milhões em 2007 para 11,372 milhões em 2014. Além desse crescimento expressivo, o ritmo de crescimento da formalização pelo Simples Nacional e pelo MEI, no período 2009-2014, foi muito maior (80%) do que o ritmo de crescimento de todo o grupo de trabalhadores (inclusive por conta própria, domésticos e sem remuneração) e empregadores ou proprietários formalizados, do setor público e privado, cujo crescimento foi de 20,3% entre 2009 e 2014. Estes dados reforçam a tese de que a formalização não esteja garantindo a geração de empregos de qualidade já que é nos pequenos empreendimentos que se encontram as piores condições de trabalho.

O propósito inicial do MEI foi assegurar o acesso à previdência social (aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio doença e auxílio maternidade) e ao crédito para trabalhadores autônomos. No entanto, essa modalidade acabou abrindo espaço para troca de uma relação de trabalho assalariado por uma prestação serviços, reforçando a tendência de relação de emprego disfarçada, que é uma fraude. Oliveira (2013a) mostra que 49,7% dos MEI eram anteriormente assalariados no ano de 2013.

Ademais, esses direitos estão rebaixados em comparação aos assalariados que atendem a outros critérios, como o trabalhador celetista ou o funcionário público que gozam de 13º salário, férias remuneradas, adicional noturno etc. Cabe destacar, também, que o MEI está presente majoritariamente nos setores reconhecidos por más condições de trabalho e alta rotatividade (setores de comércio e serviços), sendo no setor de construção civil onde seu uso vem crescendo com maior intensidade (SEBRAE, 2015).

Trata-se, portanto, de uma política pública que nivela por baixo o acesso à proteção social e coloca o empreendedorismo num patamar de “política de geração de trabalho e renda” (CASTRO, 2013, p. 46), motivo pelo qual ela deve ser analisada no campo da flexibilização das relações de trabalho. Nesta direção, ela assume uma dupla face, pois, por um lado, cria a possibilidade de substituição do emprego formal e/ou formaliza com um patamar rebaixado de

⁶⁰ O Simples Nacional ou Super Simples foi criado a partir da Lei Complementar 123/06 com o objetivo de unificar a arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas Micro e Pequenas Empresas, ampliando a possibilidade de enquadramento de novos prestadores de serviços e profissionais liberais.

direitos; e, por outro lado, permite que o trabalhador ultrapasse o estatuto passivo do assalariamento e passe a encarar sua ocupação como uma atividade essencialmente empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016).

A outra expressão de flexibilização nas formas de contratação está no próprio contrato por prazo indeterminado, pois o empregador possui liberdade para despedir sem justificar, pagando somente uma multa em caso de o contrato ultrapassar o período de experiência. Isso ajuda a explicar porque, no caso brasileiro, as formas atípicas de contratação cresceram menos que o contrato por tempo indeterminado no período (KREIN; CASTRO, 2015).

O segundo aspecto em que a flexibilização das relações de trabalho se localiza é na valorização das formas flexíveis de remuneração. Nesse aspecto Krein e Teixeira (2014) mostram que os avanços nas negociações coletivas nos anos 2000 concentraram-se na remuneração do trabalho, isto é, nos reajustes salariais e, sobretudo, nos Programas de Remuneração Variável para os setores mais estruturados economicamente e organizados sindicalmente do setor privado. Perossi (2017), ao pesquisar 217 grandes e médias empresas e analisar o salário dos trabalhadores fabris, mostra que 9% da remuneração anual total é composta pela remuneração variável e 20% por salário indireto (benefícios). No setor automotivo, o autor mostra que a parte variável corresponde a 16% da remuneração total anual. Assim, se por um lado, como já analisado, a política de valorização do salário mínimo e o reajuste das categorias acima da inflação permitiram uma elevação do poder de compra dos salários; por outro, o caráter flexível da remuneração também foi se consolidando com o avanço dos programas de participação nos lucros e resultados e o salário indireto (benefícios).

Essa política passou a ser estimulada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e foi reforçada com a aprovação da Lei 12.832 em 2013, que isenta de imposto de renda de pessoa física o recebimento de até 6 mil reais em forma de PLR. O caráter flexível desta forma de remuneração está no fato de a mesma não integrar a parcela do salário sobre a qual incidem encargos e benefícios previdenciários, o que afeta negativamente o fundo público, especialmente o financiamento da seguridade social. Nesse valor também não é computado uma série de direitos trabalhistas, dentre os quais férias, aposentadoria, 13º salário e descanso semanal remunerado.

O acréscimo nos valores recebidos em forma de remuneração variável tem ficado muito acima do incremento do valor dos pisos salariais e isso em diferentes categorias, a exemplo dos bancários (COLOMBI, 2014) e dos metalúrgicos (OLIVEIRA, 2013b). Junto com essa forma

de remuneração, as empresas atrelam o recebimento desses valores ao cumprimento de metas, alterando a forma de organização e intensificando o controle sobre o trabalho. Além disso, como destacam Dardot e Laval (2016), no momento em que as expectativas de lucratividade da empresa passam a estimular os trabalhadores já que estes podem receber uma pequena parte desses valores, uma espécie de “coerção flexível” ganha forma, interiorizando as coerções de rentabilidade financeira, as normas de eficiência produtiva e de desempenho individual nos assalariados.

O terceiro aspecto em que é possível visualizar a permanência da flexibilização das relações laborais diz respeito à flexibilização da jornada de trabalho, uma vez que ela se apresenta mais variada, adensada e fluida (DAL ROSSO, 2008, 2017; DIEESE, 2009a), a despeito da redução do número de pessoas trabalhando além de 44 horas semanais nos anos 2000 (RAO, 2013). Aos meios tradicionais de flexibilização da jornada (hora extra, trabalho em turno, trabalho noturno, férias coletivas) somaram-se novas formas, tais como a modulação da jornada anual, a liberalização dos trabalhos aos domingos, a ampliação do tempo disponível do trabalhador à empresa nos turnos de revezamento, a constituição de uma variedade de arranjos adaptados para cada segmento econômico e a jornada em tempo parcial (GIBB, 2017).

A despadroneização da jornada foi um fenômeno estimulado por algumas mudanças legislativas, tais como a Portaria do MTE que autoriza a redução do intervalo intrajornada por meio de negociação coletiva (2007) e a ratificação da possibilidade de trabalho aos feriados e domingos para os comerciários (2007), apesar da garantia de dois domingos de folga e a imposição de que a regra seja aceita em convenção coletiva. Na mesma direção, a Lei 11.442 de 2007 instituiu que não havia vínculo de emprego entre motoristas transportadores de carga e as empresas pelo fato de o mesmo ser possuidor do veículo, dele retirando os direitos que estavam atrelados à categoria. Em 2012 a regulamentação da profissão fora aprovada, mas em 2014 fora revogada, majorando a jornada de trabalho dos motoristas e reduzindo o intervalo de descanso.

Destaca-se a ampliação da jornada em empresas de processo contínuo com turnos de revezamento, em que a jornada semanal foi ampliada de 33 para 40 horas (DIEESE, 2014b). Também ocorreu, como mostra Gibb (2017), a evolução de jornadas fragmentadas e especiais em diferentes setores econômicos e até por ocupações. E, ainda, o avanço tecnológico está possibilitando diferentes mecanismos de controle da jornada, inclusive com a introdução do *home-office* que é composto por uma jornada mais intensa dada a eliminação dos tempos mortos

e os mecanismos mais sofisticados de controle. Além disso, chama atenção a negociação, referendada em geral pelo poder judiciário, de uma multiplicidade de turnos e escalas de trabalho (12x36; 12x12; 5x1; 8x2), ajustando a jornada à necessidade de cada segmento econômico, empresa ou mesmo de acordo com as exigências de um determinado setor dentro da empresa (GIBB, 2017).

Assim, nesta década, a jornada de trabalho tem apresentado uma tendência na direção de ajustar a distribuição das horas trabalhadas de acordo com os interesses das empresas por meio da introdução de novos mecanismos de controle do ritmo de trabalho, como a própria remuneração variável, dando vida a um processo de continuidade na intensificação e flexibilização da jornada de trabalho.

A valorização da remuneração variável, a flexibilização da jornada de trabalho, o fomento de modalidades de emprego disfarçadas, com destaque para a terceirização e para o estímulo ao empreendedorismo indicam que a relação de emprego formal não necessariamente significa uma relação de emprego segura, estável e bem remunerada. O intensificação da situação de flexibilidade das relações de trabalho – mesmo diante de um processo de flexibilização que se estabelece em menor ritmo se comparado aos anos 1990 – implica, ao contrário, que as empresas podem manejar a força de trabalho de acordo com suas necessidades e com menores custos, provocando o avanço da insegurança do trabalho. O crescimento do emprego em ocupações em setores historicamente pouco estruturados, de baixos salários e com baixa capacidade de organização coletiva também corrobora a permanência da precariedade em tempos de formalização do emprego, mostrando que ambas podem caminhar lado a lado.

A intensificação da situação de flexibilidade das relações de trabalho, combinada com a constituição de um mercado de trabalho cada vez mais heterogêneo e segmentado, vai, assim, indicando que a noção de risco no mercado de trabalho não mais é suprimida, necessariamente, pela existência da relação formal de emprego. Para Braga (2017) isso indica um novo ciclo de mercantilização do trabalho que, contraditoriamente se mesclou com o aumento da cobertura trabalhista proporcionada pela formalização, implicando não um processo de exclusão social, mas de inclusão mediante patamares diferenciados de direitos.

Seja pela ratificação das práticas de remuneração variável, seja pelo incentivo às formas de ajustamento da jornada de trabalho aos interesses das empresas, seja pela criação de instrumentos de formalização pela via do empreendedorismo, seja pelo espraiamento da

terceirização, paulatinamente o conjunto de empregos formais vai revelando o leque de experiências que dele fazem parte e as múltiplas dimensões que o processo de precarização pode assumir. Além disso, num contexto em que o crescimento econômico é majoritariamente gerado pela ampla difusão da posse de bens privados às formas inseguras e instáveis de emprego, mesmo que formais, cabe a tarefa de aumentar a “tolerância cultural em relação à incerteza” (STREECK, 2013) e de naturalizar o mercado enquanto locus de busca do bem estar social, cabendo ao trabalhador a “gerência” (DARDOT; LAVAL, 2016) dos riscos de sua própria existência.

A formalização de empregos por meio de instrumentos de fomento ao empreendedorismo ou via terceirização, a criação de ocupações de baixa remuneração e que apresentam más condições de trabalho colocam ao ator sindical o desafio de resistir a esse processo de espraiamento da insegurança social e diferenciação no acesso aos direitos. Nas palavras de Dal Rosso:

A flexibilização dos horários, dos empregos, dos contratos, dos salários, dos lugares de trabalho, e do que mais for possível pensar, requer a flexibilização dos trabalhadores. As empresas necessitam de trabalhadores flexíveis, que se sintam como se não fossem flexibilizados por uma força externa, mas que eles mesmos se compreendam como tais. Exige flexibilidade de corpos e mentes. E seus próprios comportamentos devem passar de rígidos para flexíveis, o que requer um novo aprendizado do que seja o trabalho e de suas especificidades flexíveis. A própria entidade representativa dos trabalhadores e trabalhadoras, o sindicato, a associação ou o movimento, enfrenta dificuldades para organizar os trabalhadores de base flexível e para quais reivindicações encaminhar a luta. O sindicato e os movimentos sociais representativos desses trabalhadores e trabalhadoras são impulsionados a repensar a ação coletiva em tais conjunturas (DAL ROSSO, 2017, p. 268).

Essas questões relativizam o quão propício foram os governos petistas para ação coletiva e também abrem questionamentos acerca do papel que o próprio ator sindical cumpriu nesse período dada as dificuldades de barrar a flexibilidade laboral e de influenciar as condições de uso, remuneração e contratação das novas ocupações.

Como analisado, a dinâmica de geração de novos postos de trabalho respondeu à natureza do crescimento econômico, sem que mudanças estruturais fossem logradas. Se, por um lado, o crescimento impulsionado pelo consumo gerou resultados positivos sobre a geração de empregos formais e sobre a redução da desigualdade de rendimentos do trabalho; por outro, as novas ocupações, mais flexíveis e inseguras, são marcadas por piores condições de trabalho e se encontram, majoritariamente, nas menores faixas de remuneração e em setores historicamente reconhecidos pela baixa capacidade de organização coletiva. Assim, a dinâmica de crescimento

econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo com avanço da flexibilidade laboral apresentou desafios ainda maiores para o ator sindical, como se analisa a seguir.

2.4 Impactos da dinâmica de crescimento econômico com massificação do consumo e avanço da flexibilidade laboral sobre a ação coletiva.

A análise do mercado e das relações de trabalho no Brasil à luz das restrições da atual fase de acumulação do capital combinada com as consequências de um processo de desenvolvimento capitalista tardio permite inferir que a dinâmica de crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo com o avanço da flexibilidade laboral experimentada entre os anos 2003 e 2014 não configura um momento de ruptura com a agenda neoliberal.

Apesar do crescimento do emprego e da renda, Nos governos do PT o processo de flexibilização, embora em menor ritmo, continuou presente, mostrando que formalização e precariedade podem ser fenômenos paralelos. Esse movimento está relacionado à opção de promover a inclusão pelo mercado de trabalho e pelo consumo, processo que não alterou a estrutura econômica, não superou os problemas históricos presentes no mercado de trabalho e tampouco barrou o processo de flexibilização laboral. Apesar das mudanças legislativas terem sido pontuais e não terem desconstruído o código do trabalho, a dinâmica do mercado de trabalho e o jogo de forças na relação capital-trabalho resultou no aprofundamento da condição de insegurança e vulnerabilidade dos trabalhadores. É neste sentido que Vêras de Oliveira identifica a flexibilização em curso como um dos principais desafios à ação coletiva:

Assim, reafirmamos que não se vislumbra outra agência que seja capaz de ocupar o lugar central na condução dessa agenda no Brasil, de modo a pôr no horizonte a possibilidade de construção de um padrão de regulação pública das relações de trabalho em um patamar civilizado. Reafirmamos, por outro lado, que o desempenho desse papel requer o enfrentamento de problemas históricos e atuais referidos à sua própria condição organizativa e política. Sobretudo, requer que se ponha em causa sobre as formas de construção de uma representação mais ampla das classes trabalhadoras no país, considerando-se seu caráter historicamente segmentado e a atualização dessa segmentação, trazida com os processos de terceirização e flexibilização em curso (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 563).

A inclusão da classe trabalhadora mediante patamares diferenciados de direitos, como

a terceirização e o MEI expressam, redimensiona os desafios para a ação sindical. Como lembra Hyman (2007), a questão que está posta é como os trabalhadores podem perceber interesses comuns e negociar tensões que muitas vezes existem entre suas próprias identidades sociais de forma compatível com o coletivismo e a despeito da diferenciação de circunstâncias e da crescente incerteza nas normas e valores sociais que os cercam. Nas palavras do autor, “como alcançar o diálogo ‘de baixo para cima, que é verdadeiramente representativo da diversidade da opinião de base, é um grande desafio” (2007, p. 206)⁶¹.

Vocalizar e reinventar amplas redes de reciprocidade entre trabalhadores inseridos em distintos níveis de acesso aos direitos e à proteção social é um desafio que tem sido dificultado na sociedade brasileira não somente pela ampliação das situações de heterogeneidade do mercado de trabalho, mas também pela tendência de mercantilização e de financeirização dos direitos básicos e pela própria percepção da sociedade acerca do processo de ascensão social que ocorrera no período em análise.

Lavinas (2013) mostra que a demanda insatisfeita por saúde, moradia e infraestrutura pública em geral foi sendo compensada pelo gasto privado das famílias, aprofundando a tendência de mercantilização dos direitos básicos. A autora também indica que o enfrentamento das carências sociais recorreu à lógica da financeirização na medida em que a política social atuou como garantia de acesso aos mercados financeiros através do crédito, facilitando um processo intenso de inclusão financeira e de aumento do endividamento das famílias em detrimento da provisão de bens e serviços públicos (LAVINAS, 2017)⁶².

Medeiros (2015) corrobora a percepção da autora ao afirmar que ocorreu (com base na comparação da Pesquisa de Orçamento Familiar dos anos de 2002/03 e 2008/09) um deslocamento do padrão de consumo na base da pirâmide social, mediante a massificação dos bens de consumo duráveis – sobretudo pela ampliação do mercado automobilístico e pelo aumento da alimentação fora do lar – acompanhado pelo aumento dos gastos das famílias com transporte privado e saúde. A moradia, por sua vez, permaneceu sendo o principal grupo de despesa. Nas palavras do autor:

⁶¹ “How to achieve ‘bottom-up’ dialogue which is truly representative of the diversity of rank-and-file opinion is a major challenge”.

⁶² O Programa Minha Casa Minha Vida, como mostra Raquel Rolnik é um exemplo desse processo na medida em que consiste em uma política de financiamento da casa própria desenhada para fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada no endividamento das famílias trabalhadoras e na espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada (ROLNIK, 2015).

(...) a ampla difusão na posse de bens privados ocorreu em meio a um contexto marcado pela elevação da parcela de renda comprometida com a moradia, os transportes e a saúde, que, com a educação, formam a base contemporânea das carências e da heterogeneidade dos padrões de consumo na sociedade brasileira (MEDEIROS, 2015, p. 51).

A expansão dos gastos das famílias com saúde e transporte se deu ao mesmo tempo que a expansão do mercado de consumo, sobretudo de bens duráveis, via aumento da renda e do crédito, ao passo que a promoção de acesso aos bens coletivos estava sendo negligenciada. Nas palavras de Anderson (2016):

(...) com a chegada do ‘crédito consignado’ – os empréstimos bancários com juros altos deduzidos diretamente dos salários – o consumo privado cresceu sem amarras e às custas dos gastos com serviços públicos, cujas melhorias teriam sido uma forma mais cara de estimular a economia. A compra de eletrônicos, bens de consumo e veículos foram estimuladas (a compra de automóveis recebeu incentivos fiscais), enquanto o suprimento de água, pavimentação, ônibus eficientes, saneamento básico aceitável, escolas decentes e hospitais públicos foram negligenciados. Os bens coletivos não tinham prioridade nem ideológica e nem prática. Logo, junto com a tão necessária melhoria nas condições de vida doméstica, o consumismo em sua forma mais deteriorada se espalhou nas camadas populares através de uma hierarquia social em que a classe média se deslumbrava, ainda que por padrões internacionais, com revistas e *shopping centers* (ANDERSON, 2016, p. 5).

Sem desconsiderar as interpretações ainda controversas e os diferentes olhares possíveis sobre os significados das *Manifestações de Junho de 2013*, importa destacar que nelas também estava contido um caldo de descontentamento social acerca das contradições presentes nos reflexos das políticas econômicas e sociais do período. Singer (2013) mostra que as manifestações comportaram um “cruzamento de classes” que continha em seu interior um novo e jovem proletariado de escolaridade mais alta que a renda que foi às ruas reivindicar melhores condições de acesso à saúde, à educação e ao transporte público.

Esse importante momento na história contemporânea brasileira também indica que a narrativa da “nova classe média”⁶³ sustentada pelo governo não era suficiente para caracterizar

⁶³ Essa expressão fora difundida por pesquisas coordenadas por Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri e usada diversas vezes pelos presidentes Lula e Dilma para designar a saída de mais de 30 milhões de brasileiros da pobreza extrema, a exemplo de uma das falas da Presidenta no CDES em 2011: “Nós sabemos também que o Brasil avançou muito, nós sabemos que nós temos toda uma população que entrou na classe média para atender e para levar a um processo de integração produtiva que eu chamaria também de educativa no Brasil. Essa nova população de classe média, ela é, sem sombra de dúvidas, uma das grandes conquistas e uma das maiores heranças e melhores heranças que eu tenho do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque produzir para um país com 190 milhões de

um cidadão, como exemplificam Nozaki e Souza (2017), que mesmo podendo ter maior acesso aos bens de consumo precisava, como sempre, enfrentar a rotina exaustiva do caminho entre sua casa e seu trabalho via transporte público, uma jornada de trabalho extenuante e, ao final do dia, encarar aulas em cursos de direito ou administração de empresas que reproduzem as lógicas do bacharelismo e repetem o mantra de que o Estado é pior do que o mercado.

Para os autores, o governo ao inserir as camadas populares nos mercados de trabalho e consumo, usando a máxima da “nova classe média”, foi incapaz de oferecer uma narrativa que conferisse sentido à mobilidade social. Nas palavras de Nozaki (2015):

Ao definir o Brasil como um país de classe média o governo reduziu cidadãos a consumidores e abriu brechas para a construção de identidades que priorizam o mercado em detrimento do Estado e que preferem crer muito mais no poder individual da meritocracia do que no impacto coletivo das políticas públicas. Com isso não conseguiu perceber o que acontecia diante dos seus olhos: o surgimento de uma nova experiência da classe trabalhadora. Essa nova classe trabalhadora, ocupada no comércio e nos serviços, não se concentra mais na planta produtiva das fábricas, não se tratam mais de operários alinhados ombro a ombro, essa nova classe trabalhadora se encontra dentro dos ônibus, nas filas do banco, nos corredores dos *shoppings*, nas salas de espera dos aeroportos, sua sociabilidade passa menos pela vida fabril e muito mais pela vida urbana, na cidade (NOZAKI, 2015).

Por mais que a dinâmica de crescimento econômico com geração de empregos estivesse potencializando as disputas econômicas da classe trabalhadora, que vieram a se concretizar via aumento do salário mínimo e reajustes salariais⁶⁴ majoritariamente acima da inflação, as condições de trabalho e as restrições de acesso à cidadania reafirmavam diariamente as carências sociais ainda tão presentes na sociedade brasileira.

Além disso, a reafirmação cotidiana do poder individual da meritocracia difundido na mídia e propagado nos bancos escolares (NOZAKI; SOUZA, 2017) não contribuiu para o fortalecimento dos ideais de solidariedade que legitimam a ação coletiva. Um indício disto é que concomitante ao melhor momento econômico do país e da classe trabalhadora, há um enfraquecimento da percepção social acerca da necessidade da instituição sindical, como mostra o Índice de Confiança Social relativo aos sindicatos medido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

peças é, eu acredito, não só o grande desafio, mas a grande conquista de um país continental” (Dilma, 37^a Reunião do Pleno do CDES, 26 de abril de 2013, p. 37).

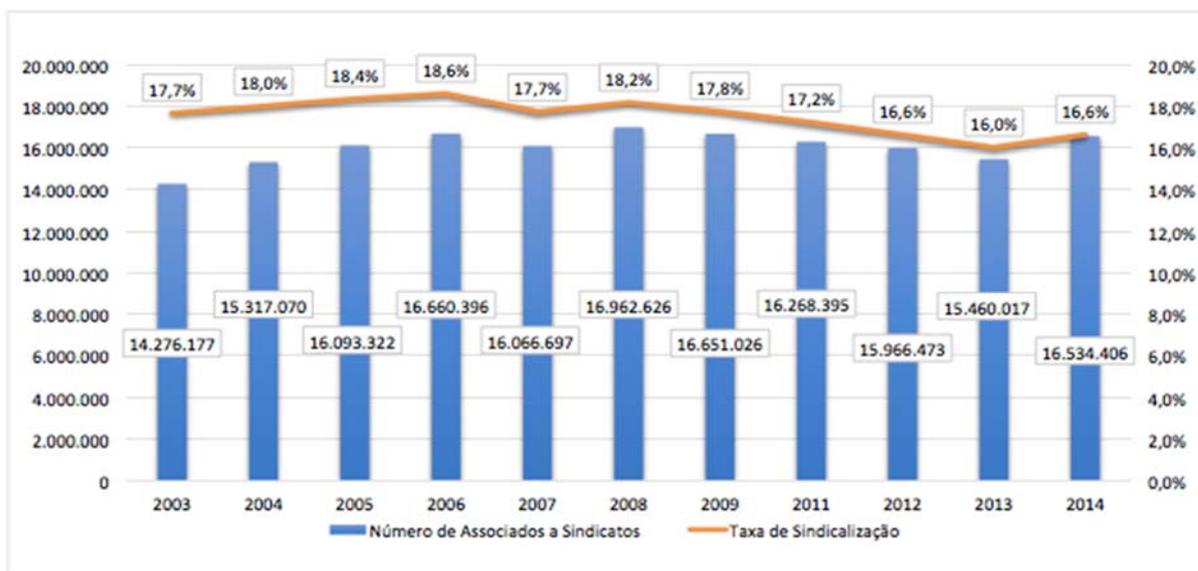
⁶⁴ Segundo levantamento realizado pelo DIEESE (2015b) em 2003 somente 51,5% das unidades de negociação haviam recebido reajuste salarial acima da inflação ao passo que 86,3% e 91,5% das unidades de negociação conquistaram reajustes salariais reais nos anos de 2006 e 2014, respectivamente.

De acordo a pesquisa este índice – que varia de 0 a 100, sendo que 0 significa nenhuma confiança e 100 significa muita confiança – caiu de 46 para 41 pontos entre 2009 e 2015, com destaque para o ano de 2013 quando atingiu 37 pontos. Com isso evidencia-se que se a disposição dos trabalhadores para agir coletivamente é um recurso de poder fundamental para o ator sindical (KELLY, 1998), a percepção que eles possuem sobre as causas da mobilidade social e da melhora em suas condições econômicas é um componente vital para o direcionamento dos processos de mobilização e negociação (HYMAN, 1971).

Assim, a proliferação do mercado de consumo de massas sem correspondente desenvolvimento dos serviços públicos acabou por corroborar a percepção de ascensão individual tão corrente na sociedade neoliberal, desfavorecendo a noção de coletividade que subjaz a ação sindical.

Essas contradições estão ligadas também ao tipo de emprego que foi gerado, predominantemente no setor de serviços, como reflexo das tendências do capitalismo contemporâneo e das limitações impostas ao desenvolvimento capitalista na periferia. À valorização da remuneração, seguiu-se a proliferação da terceirização, do microempreendedor individual, de jornadas de trabalho mais intensas configurando um processo de alargamento das situações de heterogeneidade do mercado de trabalho com permanência das condições de precariedade de muitas experiências profissionais. Esses são traços que visam ao acesso diferenciado aos direitos e à fragilização da solidariedade entre os grupos, levando os trabalhadores a se inserirem numa lógica permanente de risco e de insegurança.

Essa tendência de embutir a noção de risco e insegurança nas condições de contratação e remuneração do trabalho e, ao mesmo tempo, tornar os trabalhadores cada vez mais responsáveis, no campo individual, pelo acesso à proteção social – tendência que Dardot e Laval (2016, p. 230) intitulam de “privatização da conduta” – ocorre em detrimento dos princípios de solidariedade, afetando negativamente a percepção social acerca da necessidade da instituição sindical. Um indício das dificuldades enfrentadas pelos sindicatos foi o pequeno intervalo de variação na taxa de sindicalização no período que atingiu seu maior nível em 2006 (18,6%) e seu menor nível em 2013 (16%), como é possível observar no gráfico 5. Dos mais de 18 milhões de trabalhadores que entraram no mercado de trabalho entre os anos 2003 e 2014, o sindicatos lograram atrair somente 2.2 milhões de novos sindicalizados.

Gráfico 5: Número de Ocupados Associados a Sindicatos e Taxa de Sindicalização.

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

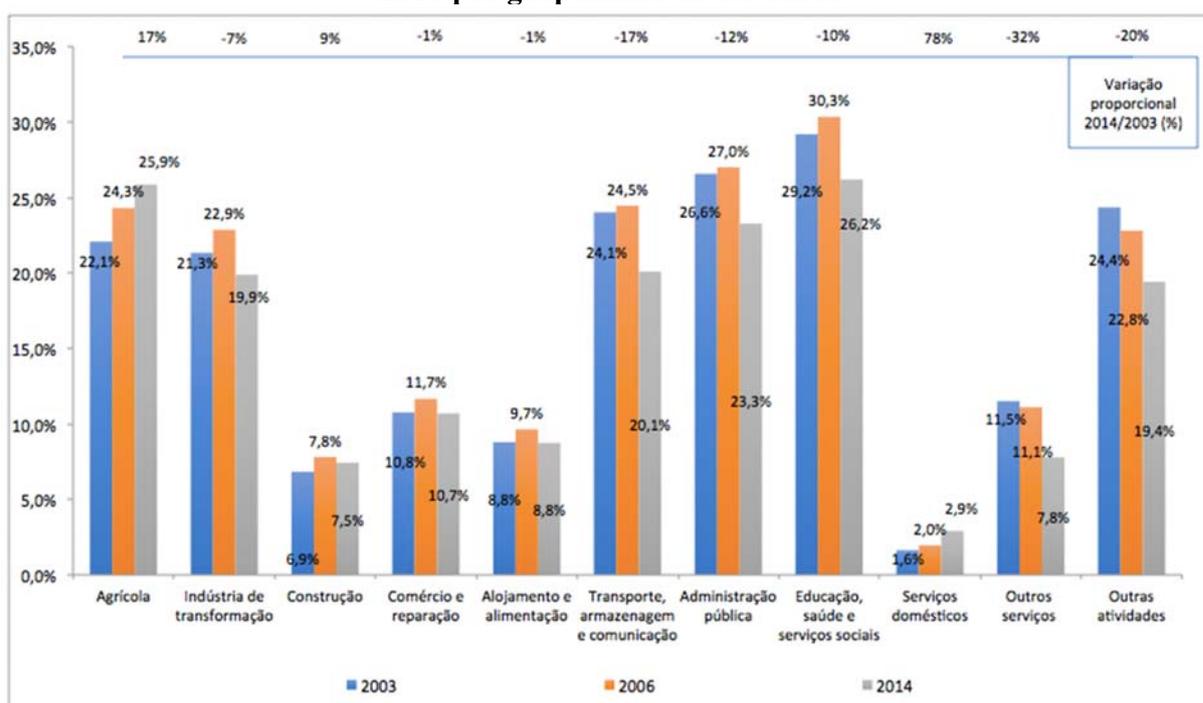
Apesar do crescimento do emprego formal (aproximadamente 17 milhões foram incorporados) e do fortalecimento de categorias com capacidade de negociação coletiva, como químicos, bancários, metalúrgicos e servidores públicos, a taxa de sindicalização entre os formais também apresentou queda a partir de 2006, atingindo seu menor nível em 2013.

Gráfico 6: Trabalhadores Formais associados a Sindicatos e Taxa de Sindicalização.

Fonte: PNAD. Elaboração própria. Trabalhadores formais: empregado com carteira, militar, funcionário público e doméstico com carteira.

Os dados também mostram que a tendência a maior sindicalização não está nos setores em que foram criados mais empregos no período, o que ajuda a entender a queda geral da taxa. Por exemplo, no setores *industrial, administração pública, educação, saúde e serviços sociais* – em que a tendência à associação é historicamente maior – a taxa de sindicalização caiu entre 2006 e 2014. Entre os setores em que as ocupações mais cresceram no período (*construção civil; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação*), somente no primeiro ocorreu uma variação percentual positiva entre os anos 2003 e 2014. Para os demais, a proporção de trabalhadores sindicalizados no início do período era maior que a proporção dos trabalhadores sindicalizados no ano final, indicando uma baixa capacidade de atração dos novos trabalhadores pelos sindicatos.

Gráfico 7: Taxa de Sindicalização (2003, 2006, 2014) e variação proporcional entre 2003 e 2014 por grupamento de atividade.

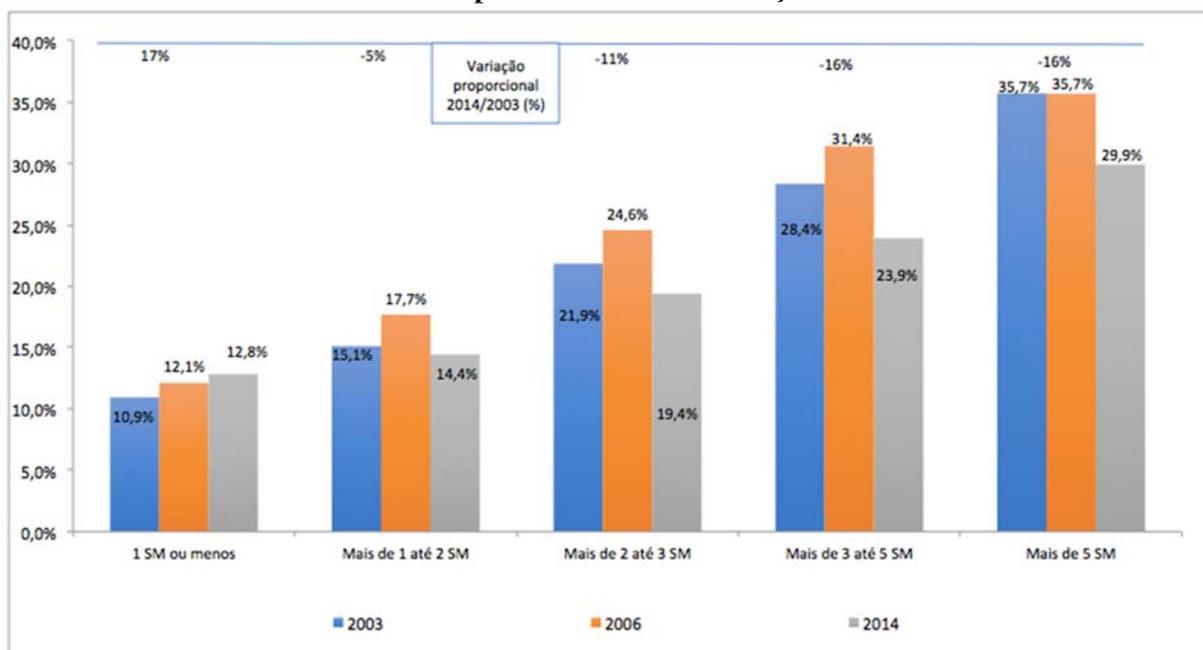


Fonte: PNAD. Elaboração Própria. *Na categoria Outras Atividades foram incluídas as ocorrências relativas às Atividades Mal Definidas ou não declaradas.

O mesmo ocorreu com o número de trabalhadores sindicalizados por faixa de remuneração. Os trabalhadores com maior tendência à sindicalização são os melhor remunerados. Nessa faixa ocorreu uma queda na taxa de sindicalização. Nas faixas em que o emprego mais

creceu (entre 1 e 3 SM) a taxa de sindicalização também caiu. A variação proporcional negativa da taxa de sindicalização no período indica que, apesar do expressivo crescimento dos trabalhadores nessas faixas de renda, a proporção de trabalhadores sindicalizados em 2014 era menor que 2003. Novamente, os dados mostram que há uma baixa capacidade de atração dos trabalhadores nas menores faixas de renda pelos sindicatos.

Gráfico 8: Taxa de Sindicalização (2003, 2006, 2014) e variação proporcional entre 2003 e 2014 por faixa de remuneração.



Fonte: PNAD. Elaboração Própria.

Esses números apontam para 3 movimentos. O primeiro é de uma queda generalizada nas taxas de sindicalização, principalmente a partir de 2006 e inclusive entre os trabalhadores formais. Essa queda só não foi maior por conta do crescimento da sindicalização no campo. Isso se deu, sobretudo, por conta de programas governamentais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O acesso aos recursos deste Programa exige do agricultor familiar uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que pode ser emitida pelo sindicato, associação e/ou cooperativa que represente o trabalhador, o que acaba incentivando a sindicalização, como apontam Rodrigues e Ramalho (2014). O segundo movimento diz respeito à queda na taxa de sindicalização dos trabalhadores pertencentes aos grupos de sindicalização mais expressivos (como na *indústria* e nas maiores faixas de

remuneração). O terceiro movimento se relaciona com a baixa taxa de associação dos trabalhadores nos setores e nas faixas de renda em que mais foram geradas novas ocupações. Essas taxas não apresentaram uma elevação expressiva no período, a despeito da incorporação massiva de novos trabalhadores, o que demonstra uma baixa capacidade de atração desses trabalhadores a suas instituições de representação.

Relacionando esse movimento com o retrato do mercado e das relações de trabalho realizado nas seções anteriores, percebe-se que a perda de representatividade do sindicalismo urbano foi acompanhada pelo crescimento dos empregos formais de má qualidade. O aumento nas taxas de rotatividade que corresponde, num período de crescimento econômico, à substituição de trabalhadores mais velhos por jovens entrantes no mercado de trabalho (CARDOSO, 2015), o estímulo ao empreendedorismo e o espraiamento da terceirização são tendências que auxiliam a compreender a dificuldade dos sindicatos atraírem novos membros. Entretanto, como assinalou Vêras de Oliveira, os sindicatos necessitam colocar em causa a representação desses trabalhadores. Harvey corrobora:

Aqueles que trabalham no setor “informal” do trabalho intermitente dos becos das fábricas, nos serviços domésticos ou no setor de serviços em geral e o vasto exército de trabalhadores empregados na construção civil ou nas trincheiras (...) da urbanização não podem ser vistos como secundários. (...) Esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. Sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tornar mais difícil a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização (HARVEY, 2011, p. 196).

Embora não seja possível mensurar o impacto da percepção social a respeito das causas na melhora da sensação de bem estar durante os governos petistas, a reafirmação cotidiana do poder individual da meritocracia reproduzidos pela mídia, a leitura governamental acerca da ascensão da classe média mediante o alargamento da capacidade de consumo dos trabalhadores, a mercantilização e a financeirização dos direitos básicos e a difusão da lógica permanente de risco e de insegurança que gere as relações trabalhistas indicam o espraiamento de um tipo de sociabilidade baseada na generalização da concorrência e da forma empresarial como normas de conduta (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016). Essas condições, mesmo em um momento de maior crescimento econômico com geração de emprego e renda, pouco contribuem para processos de organização de corte coletivo, solidário e público.

Mesmo as greves realizadas nesse período, de caráter mais ofensivo, concentraram-se

em reivindicações na esfera econômica (KREIN; TEIXEIRA, 2014; DIEESE, 2015a). Somente a partir de 2011, com números expressivos para o ano de 2013, é que o ciclo de normalização das greves que prevaleceu entre os anos 1998 e 2007, como pontua Noronha (2009), parece estar dando lugar ao surgimento de um novo ciclo de maior intensidade (LINHARES, 2015). Esse novo ciclo, com a volta das reivindicações de caráter defensivo, relaciona-se com “a ampliação da deflagração de greves entre categorias mais frágeis – tanto do ponto de vista remuneratório quanto do ponto de vista de suas condições de trabalho, saúde e segurança” (DIEESE, 2015a, p. 40). A normalização das greves, a predominância de demandas econômicas nas negociações coletivas, o caráter surpreendente das *Manifestações de Junho de 2013* e a timidez da participação sindical nesse evento indicam a dificuldade do movimento sindical dialogar com a sociedade a respeito das degradantes condições de trabalho e das permanentes carências sociais.

Embora as centrais sindicais sejam instituições de cúpula que não respondem diretamente pelos movimentos grevistas, tampouco pela taxa de sindicalização dos trabalhadores brasileiros, os movimentos acima pontuados também as impactaram.

As centrais sindicais não têm conseguido aumentar a média de trabalhadores filiados e têm engendrado um processo de concorrência acirrada na disputa pelas bases, como mostra Cardoso (2015). Essa disputa leva a um processo de fragmentação da representação sindical na base, pois as centrais forçam a criação de novos sindicatos. Na opinião do autor, esse é um processo de criação de “gigantes com pés de barro”, pois a cúpula do movimento se vê fortalecida financeiramente mesmo diante desse processo de fragmentação das bases. Trata-se, assim, mais de uma disputa pelas antigas entidades do que um movimento de luta por novos adeptos com o objetivo de manter o índice de representatividade necessário para o enquadramento na Lei 11.648 que versa sobre o reconhecimento das centrais sindicais. Essa luta renhida entre as centrais parece se justificar não somente na busca de hegemonia, mas no montante de recursos por elas recebido⁶⁵.

O índice de representatividade da CUT para o ano de 2014 é o menor do período de apuração, ao passo que a FS possuía nesse ano índice ligeiramente superior ao ano de 2008, como é possível visualizar na tabela:

⁶⁵ Conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2008 CUT e FS receberam R\$ 22,09 e R\$ 17,1 milhões, respectivamente. Esse valor alcançou R\$ 56,9 milhões e R\$ 48,18 milhões no ano de 2014. Vale ressaltar que as centrais não precisam prestar contas acerca do uso desses recursos, pois Lula vetou o artigo 6 da Lei 11.648 que determinava a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Tabela 3: Índice de representatividade¹ das Centrais Sindicais 2008 a 2014 (%).

Centrais Sindicais	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CUT	35,84	36,79	38,23	38,32	36,70	35,60	34,39
FS	12,33	13,10	13,71	14,12	13,70	13,80	12,59
UGT	6,29	7,19	7,19	7,89	11,30	11,20	11,92
CTB	5,09	6,12	7,55	7,77	9,20	9,20	9,33
NCST	6,27	5,47	6,69	7,04	8,10	8,10	8,01
CGTB	5,02	5,02	5,04	7,02	-	-	-

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) com base no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). ¹O índice é elaborado com base no número de trabalhadores filiados aos sindicatos de cada central sobre o número total de trabalhadores sindicalizados.

A dificuldade de angariar novos filiados se expressa assim na queda das taxas de representatividade das duas maiores centrais sindicais brasileiras, ao passo que as centrais criadas nos anos 2000 têm seus índices acrescidos. Essa tendência de queda entre as duas maiores centrais e de crescimento do índice de representatividade da UGT, da CTB e da NCST se confirmou entre os anos 2014 e 2016. Nesse último ano a UGT ultrapassou a FS. Mesmo assim, a CUT e a FS possuem cada vez mais sindicatos filiados. Conforme dados fornecidos pelo MTE, em 2008 a CUT possuía 1.630 sindicatos filiados, número que passou para 2.248 em 2014. Já a FS possuía 842 sindicatos em 2008, passando a ter 1.630 em sua base no ano de 2014. Isso indica que o aumento do número de sindicatos filiados está ocorrendo sem que os novos trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho se associem aos sindicatos. Como explicou Cardoso (2015), a fragmentação sindical não implica a representação de novos trabalhadores e a competição entre as centrais está ocorrendo mesmo num ambiente de baixa filiação sindical.

A disputa com as demais centrais ajuda a explicar a dificuldade da CUT e da FS aumentarem seus índices de representatividade. Outra questão é a permanência de categorias tradicionais e com grande capacidade de organização coletiva nessas instituições com pouca presença de trabalhadores do setor de serviços e da construção civil.

A CUT possui baixa participação nos setores que mais geraram emprego nos anos 2000. Ela representa, majoritariamente, trabalhadores do setor rural, seguidos por servidores públicos ao passo que os trabalhadores do setor industrial, de comércio e serviços possuem baixa participação na entidade (JÁCOME RODRIGUES, 2015)⁶⁶. Levando em consideração a participação de delegados sindicais por ramo nos congressos nacionais como uma aproximação

⁶⁶ Considerando o ano de 2015, cerca de 45% dos trabalhadores filiados pertenciam ao setor rural, seguido por 27% de servidores públicos, 17% no setor de serviços e comércio e somente 10% no setor industrial (JÁCOME RODRIGUES, 2015).

das categoriais mais relevantes no interior da Central, verifica-se, conforme Tabela 4, uma queda do ramo metalúrgico e um fortalecimento do ramo da educação e da administração pública. Esses dois últimos possuem alta propensão à sindicalização, mas não tiveram suas taxas acrescidas entre 2003 e 2014, como analisado acima.

Tabela 4: Distribuição dos delegados por ramos mais representativos - CUT

Ramos	9º CONCUT (2006)	10º CONCUT (2009)	11º CONCUT (2012)	12º CONCUT (2015)
Educação	23,4%	25,2%	26,5%	28,3%
Rural	18,9%	18,0%	14,3%	15,1%
Administração Pública	8,8%	8,1%	7,2%	12,4%
Financeiro	7,1%	7,5%	7,2%	7,0%
Metalúrgico	7,1%	6,6%	6,9%	6,3%
Comércio e Serviços	6,2%	6,0%	5,1%	5,5%

Fonte: Resoluções de Congresso, Carvalho (2014) e Rede Brasil Atual.
(<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/10/educacao-e-rurais-tem-maiores-delegacoes-no-concut-mulheres-sao-43-9294.html>)

A queda do número de delegados do setor rural no ano de 2009 está atrelada à formação da CTB, o que contribuiu para a desfiliação de sindicatos deste ramo, sobretudo após a desfiliação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no início de 2009. O ramo, entretanto, não deixou de ser representativo por conta dos setores ligados à agricultura familiar que buscaram a sindicalização com vistas a facilitar o acesso aos programas governamentais. Embora os metalúrgicos, ramo protagonista no processo de constituição do novo sindicalismo, venham perdendo espaço e tenham hoje uma participação relativamente pequena no interior da central, seu poder político dentro da instituição (ao lado dos bancários) continua de extrema importância. A categoria emplacou três dos seis sindicalistas que já presidiram a Central (Jair Meneguelli, Vicente Paulo da Silva e Luiz Marinho) como mostra a composição da Direção Nacional. Além disso, nela prevalece a força política e econômica de São Paulo e as disputas de cargos envolvem os principais dirigentes da maior corrente que compõe a central, a *Articulação Sindical*, como analisado no capítulo 1, com peso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, do Sindicato dos Professores do ensino Oficial do Estado de SP (Apeoesp) e do Sindicato dos Bancários de São Paulo (CARVALHO, 2014).

Já a FS tem grande participação junto ao setor industrial, com destaque para os metalúrgicos, trabalhadores do setor do ramo de alimentação e químicos, conforme tabela abaixo.

A Central vem perdendo participação no setor de serviços e comércio, sobretudo pela migração de sindicatos importantes para a UGT, como o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, cujo presidente Ricardo Patah também comanda a Central e do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, e vem aumentando sua participação entre os servidores públicos municipais.

Tabela 5: Distribuição dos delegados por ramos mais representativos - FS

Ramos	1º CONGRESSO NACIONAL FS (1991)	6º CONGRESSO NACIONAL FS (2009)	7º CONGRESSO NACIONAL FS (2013) ²
Indústria	60,3%	46,9%	53,9%
Metalúrgicos	25,6%	19,7%	22,2%
Alimentação	11,7%	7,7%	10,8%
Químicos	1,5%	5,0%	7,5%
Serviços¹	28,5%	20,9%	21,3%
Turismo	-	5,3%	4,9%
Transporte	-	4,4%	3,5%
Saúde	-	2,9%	4,4%
Comércio	-	12,8%	11,8%
Funcionalismo Público	2,9%	8,3%	14,6%
Rural	3,5%	2,9%	4,1%
Profissionais Liberais	-	0,9%	1,8%
Aposentados	-	7,3%	1,9%
Outros Setores	4,8%	-	-

Fonte: DIEESE (2009b, 2013a). Perfil dos delegados sindicais do 6º e 7º Congresso da Força Sindical. ¹ Para o ano de 1991 o setor de serviços contém os delegados desse setor e também do setor de comércio. ² Para o ano de 2013, diferentemente dos anteriores, foram computadas as respostas dos que assinalaram mais de uma alternativa.

Os dados mostram que o sindicalismo cutista está presente sobretudo nos setores que apresentaram um menor crescimento relativo do emprego entre os anos 2003 e 2014, a exemplo da *administração pública e indústria*. Já a FS, que conquistou seu espaço representando os trabalhadores metalúrgicos, químicos e comerciários, acabou perdendo espaço entre estes últimos em virtude da criação da UGT. Nesse sentido, o perfil das bases das duas maiores centrais sindicais brasileiras pouco expressa as características dos novos trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho majoritariamente localizados nas ocupações de menor remuneração e em setores historicamente reconhecidos pelas más condições de trabalho.

Metalúrgicos, químicos, servidores públicos e bancários são categorias que gozam de um patamar de direitos relativamente melhor e cuja condição de trabalho é entendida enquanto privilegiada se comparada com os terceirizados ou diretamente contratados no setor de serviços e

na construção civil. Nesse sentido, as transformações no mercado de trabalho têm surtido pouco efeito sobre o índice de representatividade dessas centrais, o que não significa um esvaziamento da atividade organizativa já que essas instituições ocuparam espaços privilegiados de diálogo com o Governo Federal e têm recebido vultosos volumes de recursos. Mas, se a atividade organizativa da cúpula do movimento continuou operante, sobretudo ao nível institucional, ao passo que as transformações do mercado e das relações de trabalho resultaram em novas ocupações, mais flexíveis e inseguras, desprovidas de um novo patamar de direitos e marcadas por piores condições de trabalho, qual foi o papel desempenhado pelos duas principais centrais sindicais durante os governos petistas?

O movimento sindical e, notadamente as centrais sindicais, viu-se desafiado diante desse contexto. Por um lado, a eleição de Lula coroou a estratégia cutista de eleger representantes do movimento sindical como forma de readquirir poder para enfrentar o desmonte dos direitos trabalhistas que vinha sendo colocado em prática desde os anos FHC. Apesar da manutenção de uma política econômica ortodoxa nos primeiros anos do governo Lula, esse cenário parecia ser propício para a Força Sindical, Central que sempre defendera que a criação das condições de acumulação do capital privado configurava como porta de entrada para a melhoria das condições materiais de vida dos trabalhadores brasileiros.

Por outro lado, o apoio político dessas centrais ao governo e com ele a possibilidade de disputar ganhos econômicos para a classe trabalhadora questionava o grau de autonomia do movimento sindical para o enfrentamento das condições de precariedade, da flexibilização das relações de trabalho e das consequências do consumismo e da mercantilização dos direitos sociais que se fizeram presentes durante esses 12 anos de governo petista. Se para a FS esse cenário não trazia maiores controvérsias visto que nos anos 1990 a Central consolidou-se como baluarte do sindicalismo de resultados favorável ao necessário processo de “modernização” das relações de trabalho, para a CUT formava-se um cenário cheio de contradições. Por um lado, a instituição se colocou no papel de defender os governos que havia ativamente ajudado a eleger, atraindo, inclusive, a FS para esse bloco de apoio político. Por outro, a CUT deveria conduzir as reivindicações da classe trabalhadora em nível nacional, isto é, em negociação direta de seus interesses nos agora ampliados espaços de participação institucional.

São essas questões que os Capítulos 3 e 4 procuram discutir. Não se trata apenas de reafirmar a já difundida tese de moderação das duas principais sindicais brasileiras frente ao novo

cenário e ao novo governo, mas de investigar os termos em que essa moderação ocorreu no bojo das disputas de classe travadas nos espaços de participação social. Afinal essa moderação exigiu uma participação ativa das duas maiores centrais tanto para a execução do movimento de aproximação entre todas as centrais sindicais reconhecidas quanto para a realização de parcerias com o governo e com frações do setor empresarial com o intuito de formular políticas públicas.

As estratégias utilizadas pela CUT e pela FS e as contradições envolvidas em suas escolhas mediante o novo contexto são os elementos que os capítulos seguintes escrutinam.

Capítulo 3: As demandas econômicas na atuação da CUT e da Força Sindical durante os governos do PT.

A eleição de um Chefe do Executivo proveniente do movimento sindical e que se dispôs a dialogar com as diferentes tendências que dele fazem parte afetou tanto os repertórios de ação do sindicalismo praticado pela CUT quanto pela FS, uma vez que transformados pela consolidação dos canais e espaços de negociação. Se na busca pelos ganhos econômicos, a CUT aliou-se a uma plataforma política com evidente identificação partidária, a FS o fez sob o discurso do pluralismo e da independência partidária. Como mostra Bérout (2014), esse embate em torno da autonomia do campo sindical – como parte dos discursos dos atores – serve tanto para ativar divisões internas, como no caso da CUT, quanto para aglutinar militantes cujas sensibilidades políticas vão da direita à esquerda, como no caso da FS.

Neste capítulo discute-se quais estratégias foram utilizadas pela CUT e pela FS com o objetivo de ampliar a inclusão econômica e financeira dos trabalhadores brasileiros perante o novo momento do país. As disputas internas à cada instituição também são levadas em consideração, com destaque para o caso cutista, uma vez que os embates que se travaram ajudam a definir pontos de inflexão e a compreender as alterações nas trajetórias dessas centrais sindicais.

Com essas questões em tela, procura-se evidenciar que a justa combinação entre as estratégias de *parceria social*, de *ação ativa na arena legislativa* e de *coalizão entre as centrais sindicais* criaram as condições para a formação de um amplo bloco sindical de apoio aos governos petistas, que só foi desfeito no governo Dilma, e para a melhoria das condições salariais dos trabalhadores. Neste sentido, a disposição à negociação com o setor empresarial e com o governo, a atuação parlamentar – com destaque para a Força Sindical cujos dirigentes podem acumular cargos políticos com a função que exercem na instituição – e a aproximação e unificação de pauta das centrais sindicais sob a articulação cutista resultaram no alargamento da participação institucional dessas entidades e na criação das condições para negociação dos interesses econômicos da classe trabalhadora em nível nacional e supra corporativo.

Por um lado, a estratégia de participação social potencializou o papel desempenhado por esses atores na articulação de uma política nacional de valorização do salário mínimo reforçando, assim, o vínculo entre a dimensão econômica e política da ação coletiva, pois a luta distributiva visou atenuar as desigualdades de renda que historicamente assolam a sociedade

brasileira. Por outro lado, a subordinação das demais demandas econômicas (notadamente a implementação do crédito consignado e a isenção de cobrança tributária sobre a divisão de lucros e resultados) ao encontro de interesses entre os trabalhadores, o setor industrial, a fração bancário-financeira e o governo marcou uma estratégia de participação social ancorada na *institucionalização do consenso*, fragilizando a capacidade crítica do ator sindical ao capitalismo neoliberal e dominado pelas finanças.

3.1 As reivindicações econômicas na concepção e prática CUTistas.

A atuação da Central Única dos Trabalhadores nos anos 2000 possui uma larga conexão com o novo momento político vivenciado pelo país e com os desdobramentos desse cenário sobre as disputas internas da Central. Como discutido nos capítulos anteriores, foi no III CONCURT que a *Articulação Sindical*⁶⁷ despontou como corrente majoritária capaz de hegemonizar a concepção e prática sindical da CUT e foi ao longo dos anos 1990 que as divergências políticas se acirraram internamente mediante a consolidação da perspectiva negociadora em detrimento da visão confrontacionista encabeçada pelas tendências minoritárias.

A disputa de duas perspectivas de atuação sindical revelava dois projetos distintos que, apesar de toda a fragilidade e generalidade, também estavam em jogo no interior da CUT: em linhas gerais, um deles era representado pela corrente majoritária e defendia a Central como “um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores dentro do regime capitalista” e de mudanças sociais de tipo reformista ou social-democrata com um horizonte de combate radical à miséria e à exclusão produzidas pelo capitalismo; o outro era encabeçado pelas correntes minoritárias e à esquerda da *ArtSind* e defendia a Central enquanto um “instrumento de luta revolucionária pelo socialismo” (JÁCOME RODRIGUES, 1994, p. 57). Nos anos 1990 essa visão da *ArtSind* vai conquistando cada vez mais espaço no interior da CUT e, na ausência de um projeto de sociedade que dispute os rumos do país, a Central passa a coadunar a estratégia de resistência ao neoliberalismo – o que unia as tendências em torno de um objetivo comum – com a atuação nas esferas eleitoral e institucional que, por sua vez, gerava fortes divergências.

Qualquer tentativa de exercer uma estratégia de participação social por parte da CUT nos anos 1990 esbarrava na própria ascensão neoliberal, motivo pelo qual a *ArtSind* encontrara

⁶⁷ Daqui em diante a nome da tendência *Articulação Sindical* será usado por *ArtSind*, sigla usada pela própria corrente.

dificuldades para articular um Acordo Nacional que unisse trabalhadores, governos e empresários naquela década (BOITO JR, 1999). Nos anos 2000, a eleição de Lula significou a possibilidade concreta de implementação dessa estratégia. Assim como na economia planificada do pós-guerra difundiu-se a concepção – com origem na socialdemocracia cristã – de que os *social partners* poderiam travar compromissos em nome do desenvolvimento nacional. A abertura do novo século trazia a promessa de que um modelo alternativo ao neoliberalismo seria implementado pelos governos petistas, reabrindo as possibilidades para a *estratégia da parceria social* no interior do sindicalismo cutista.

As condições inauguradas com o governo Lula reforçavam a hegemonia da *ArtSind*, pois o novo momento representava, de um lado, a possibilidade de efetivação dessa concepção sindical e, de outro, a oportunidade de executar o projeto democrático e popular baseado na promoção do desenvolvimento com inclusão social proposto pela candidatura petista e endossado pela CUT. Dentro desse projeto, a crítica à mercantilização das políticas públicas e ao esvaziamento do Estado ficariam em segundo plano perante uma plataforma de governo que elegia o social como eixo do desenvolvimento econômico (PROGRAMA, 2002).

Combinando mobilização, negociação e participação nos espaços institucionais a CUT consolidaria sua ação propositiva que, não sem tensões e deserções, veio a reafirmar a hegemonia da corrente majoritária como corolário e ao mesmo tempo como condição para a efetivação da plataforma de governo do Partido dos Trabalhadores. A reorganização interna da Central com o aumento do peso político da *ArtSind* no interior da CUT conformou-se como condição para a execução das propostas governamentais na medida em que a maior central sindical do país fora a organizadora de um polo de sustentação sindical, composto por todas as instituições reconhecidas, que integrou a frente de apoio ao governo de coalizão engendrado pelo PT (BOITO JR; GALVÃO; MARCELINO, 2015). Concomitantemente, a deserção de correntes minoritárias e à esquerda da *ArtSind* desaguou na atenuação das heterogeneidades de posições que historicamente compunham a Central, dando vida ao acirramento das disputas internas no interior da própria corrente majoritária.

Ao contrário do que veio a ocorrer no bojo do processo de cisões no interior da CUT, a possibilidade de implementação de um projeto de desenvolvimento alternativo representava *a priori* a abertura de um canal de resolução dos conflitos internos mediante a possibilidade de democratização das relações de trabalho. Representava, também, a possibilidade de recuperação

da base de sustentação que havia sido comprometida com o esgotamento das condições históricas que forjaram o novo sindicalismo e a própria CUT e com as consequências degradantes para o mundo do trabalho provenientes das políticas neoliberais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Com essas expectativas e confirmada a vitória de Lula, duas discussões ganharam centralidade dentro da CUT. A primeira dizia respeito ao papel que deveria ser exercido pela Central perante aquele novo governo, isto é, que estratégia de atuação adotaria naquele momento. A segunda, que não estava desconectada da primeira, girava em torno da pauta de reivindicações que a instituição elegeria como objeto de disputa prioritário naquelas circunstâncias.

A necessidade de disputar os rumos do governo era ponto de acordo entre todas as tendências internas. A questão em voga era como fazê-lo. A corrente majoritária defendia uma clara estratégia de parceria social, em que a CUT participasse do *Pacto Social* proposto pelo novo governo sem deixar de exercer uma “autonomia propositiva e com responsabilidade” como consta na transcrição das intervenções realizadas durante a segunda etapa da conferência nacional da *ArtSind* em 2002. Tendo clareza que o novo cenário seria de disputa acirrada em torno das reformas que poderiam ser encaminhadas, a *ArtSind* propunha a priorização da negociação e a defesa do governo, preservando a autonomia da Central para, com “responsabilidade e maturidade, divergir quando a conjuntura assim o exigir” (CONARTSIND, 2002).

A *CUT Socialista e Democrática* (CSD) propunha que a Central se posicionasse sobre cada ponto apresentado e de acordo com a correlação de forças de cada momento, entendendo as contradições e os tensionamentos do governo como uma capitulação à lógica neoliberal, posicionando-se, nesses casos, como oposição. A corrente *Articulação de Esquerda* era favorável à negociação com o governo, mas sem que nenhuma limitação ou imposição prévia pudesse ser imposta à Central (Caderno de Teses, 8º CONCUR, 2003). Para a *Corrente Sindical Classista* (CSC) vivia-se uma nova etapa cheia de possibilidades, mas também cheia de armadilhas. O governo seria palco de disputas e a CUT precisaria “exercitar, num patamar ainda mais elevado, a sua concepção e prática de autonomia na defesa dos anseios dos trabalhadores” (Caderno de Teses, 8º CONCUR, 2003, p. 28). A Central deveria, então, defender o projeto de desenvolvimento econômico e distribuição de renda proposto pelo governo, evitando as armadilhas da burocratização, priorizando a mobilização e forjando uma ampla aliança no campo sindical. Por fim, com uma concepção contrária ao *Pacto Social* outros setores minoritários

ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) afirmavam que a CUT não deveria participar do mesmo, o que significava não integrar os espaços tripartites.

As posições das correntes mostram que duas eram as perspectivas em debate no que diz respeito à maneira como a Central deveria disputar os rumos do governo: de um lado, a defesa de uma atuação autônoma e com responsabilidade baseada na participação institucional capitaneada pelas correntes *ArtSind*, *CSD*, *CSC*, *Articulação de Esquerda e Esquerda Marxista*; de outro, a defesa de uma postura independente e autônoma concretizada na negação à participação nos espaços institucionais e no uso prioritário da mobilização como forma de conquistar as reformas necessárias para o país como proposto pela *CUT Independente*, *Classista e de Luta* e por correntes menores ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao PSTU.

No que se refere à pauta de reivindicações que deveria ser priorizada naquele momento as proposições das correntes giravam em torno de dois eixos. O primeiro era a necessidade de recolocar o tema das reformas estruturais necessárias e dentre elas estava a reforma sindical, como mostra a fala de Artur Henrique, que em 2003 era Secretário de Organização Sindical da Central:

“Em 2003 nós aprovamos na CUT, no Congresso, uma plataforma do movimento sindical com aquilo que a gente considerava prioritário: reforma agrária, reforma tributária, reforma política e reforma sindical” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

O segundo eixo girava em torno da questão econômica, sem a qual seria impossível retomar o crescimento com distribuição de renda e geração de empregos:

“A gente queria rediscutir a política econômica (...). Nós dizíamos: ‘o Banco Central não pode só discutir taxa de inflação. Não, nós queremos que o Banco Central seja obrigado a analisar, não só a questão da inflação, mas a questão do emprego’ (...) Pois bem, chegamos a conclusão de que nós tínhamos duas tarefas importantes: fazer a reforma sindical (...) e a questão do salário mínimo” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Os dois eixos prioritários de ação da CUT figuravam entre a reforma sindical e a interferência na política econômica, sem a qual seria impossível recolocar a pauta do salário mínimo e da distribuição de renda. Todas as correntes dedicavam atenção aos dois temas. A CSC, em particular, mostrava receio em relação à reforma sindical por ser contra o fim da unicidade e do imposto sindical. A CSD, por sua vez, destacava a necessidade de desencadear uma discussão

sobre o projeto de desenvolvimento e relacioná-la com a agenda trabalhista. Para esta corrente a “reforma sindical é um capítulo importante mas dentro de uma campanha mais geral pela reconquista de novos e mais altos patamares de dignidade para a classe trabalhadora” (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005, p.55).

A tensão interna se dava sobre como esses eixos seriam disputados, isto é, com a Central privilegiando a mobilização ou a participação institucional. Essa divergência foi aparentemente solucionada na 8ª Conferência Nacional da CUT em 2003, quando a Central se declarou “no mesmo campo político que as forças que lideram o governo” eleito (8º CONCURT, 2003, p. 3), mas rejeitou qualquer tipo de subordinação a este ou ao Partido dos Trabalhadores. Diante disso a CUT indicava uma mudança de atuação:

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 marca um novo e promissor período histórico na política brasileira, após mais de uma década de governos neoliberais que impingiram fortes derrotas ao sindicalismo combativo, através de privatizações, retirada de direitos trabalhistas e sociais, entre outras medidas. *A estratégia de atuação da CUT no governo Lula, portanto, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores* (8º CONCURT, 2003, p. 3, grifos nossos).

Essa mudança se pautaria pela disposição ao *diálogo e à negociação* com um governo que, diferentemente do anterior, consideraria os interesses dos trabalhadores. Ela se apoiaria na aliança da estratégia de *negociação* com a capacidade de *mobilização* como instrumento para pavimentar o campo de pressão popular e se contrapor ao cerco que as elites neoliberais armariam ao governo. Optando por esta estratégia, a CUT não se isentava da tarefa de se inserir “fortemente na disputa de rumos da sociedade e, neste sentido, incidir sobre os rumos do governo, rejeitando um alinhamento automático, como a defesa das políticas do *nosso governo*” (8º CONCURT, 2003, p. 9). Além da ação negociadora, outro ponto estratégico na atuação propositiva da Central baseava-se na intenção de construir novas coalizões, protagonizando a unificação das centrais sindicais para a organização de mobilizações e a construção de uma pauta ampla de reivindicações que refletisse majoritariamente a agenda da CUT.

A Central colocava-se, assim, no papel de apoiar as medidas que correspondiam aos interesses da classe trabalhadora sem se subordinar ao governo eleito ao mesmo tempo em que assumia a posição de apoio ao projeto político democrático e popular que havia ganhado as eleições. Projeto esse que seria implementado, na visão da Central, mediante a mudança da política econômica e o encaminhamento das reformas necessárias ao país, com destaque para a

reforma sindical, aspecto fundamental da democratização das relações de trabalho historicamente reivindicada pela CUT. Essas reivindicações foram catalisadas pela Central sob a defesa de um *projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda e valorização do trabalho*. Essa bandeira de luta foi sendo construída ao longo dos anos, atingiu sua forma mais acabada entre os anos 2006 e 2010 e perdeu aplicabilidade no ano de 2015, quando a agenda da CUT voltou-se para a defesa da democracia e dos direitos num contexto de aprofundamento das crises econômica e política no país (KREIN et al., 2017).

No campo econômico, a plataforma de proposições da Central aproximava-se da plataforma do governo eleito, cujo eixo fundamental era o estímulo ao crescimento via ampliação da massa salarial e do consumo popular para o fortalecimento do mercado interno (PROGRAMA, 2002). Em reunião da Direção Nacional (DN) em 2003 a Central afirmava que mediante a democratização do Estado promovida pelo governo (a exemplo da participação dos diferentes atores sociais no CDES, nos diversos conselhos de políticas públicas e no FNT), a instituição teria a oportunidade de pautar a mudança do modelo econômico, tornando a “luta pelo desenvolvimento socioeconômico, com geração de empregos, distribuição de renda e salários” o eixo prioritário de ação da Central (DN, 2003).

A retomada da atividade produtiva e do consumo com aumento do investimento em infraestrutura, a ampliação da oferta de crédito para a classe trabalhadora e a correção das distorções da tabela do imposto de renda (IR) seriam, na visão da Central, medidas que deveriam ser enfrentadas pelo novo governo. Nessa questão, a reunião da DN em 2003 já reconhecia o esforço do governo no que concerne à ampliação da oferta de crédito para a classe trabalhadora. E em diálogo com essa diretriz propunha a adoção do crédito consignado com desconto em folha e o estímulo aos Programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) por setor de atividade como frentes de ação necessárias para aumentar o poder de compra dos trabalhadores (DN, 2003). A redução da taxa de juros e a remodelagem do Sistema Financeiro Nacional (SFN) também seriam condições imprescindíveis para o redirecionamento do crédito na economia ao passo que uma política tributária de viés progressivo impulsionaria a recuperação de salários necessária para o crescimento do mercado de consumo no Brasil.

A redução da jornada, por sua vez, poderia proporcionar o aumento da capacidade produtiva – ao gerar mais empregos – e assim incorporar milhões de trabalhadores no mercado de trabalho. A ênfase estava na ideia de que não havia contradição entre esse modelo de

desenvolvimento e uma política de valorização do trabalho. Ao contrário, a valorização do trabalho seria o fundamento dessa política econômica, pois “os interesses dos trabalhadores estão em harmonia com o progresso e podem favorecer o crescimento sustentado da economia e do nível de emprego com base no engrandecimento do mercado interno” (DN, 2003, p. 14). Na visão da Central:

a política econômica nacional, além de fortalecer instrumentos para a maior distribuição de renda, deve implementar mecanismos para o incremento da produção e alavancar o consumo de massa no país, através do desenvolvimento industrial e do setor de serviços. Um potencial importante é o investimento nos setores de bens de consumo de massa e o fortalecimento de setores que utilizam intensivamente mão-de-obra. (8º CONCURTO, 2003, p. 15).

Com esses elementos e lapidadas as divergências internas estava colocada, no âmbito do plano de lutas e da prática sindical previamente definidas, a linha de atuação da Central frente ao governo do Partido dos Trabalhadores. A vitória eleitoral de Lula mostrava a possibilidade de execução de um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo em cujo cerne estaria a distribuição de renda e a valorização do trabalho. Esse novo contexto potencializava a estratégia de parceria social, notadamente defendida pela *ArtSind*, e colocava a perspectiva de disputar melhores condições de trabalho e de remuneração para a classe trabalhadora, recurso que havia sido comprometido durante a década de 1990 tanto pelo baixo nível de crescimento da economia e do emprego, quanto pela natureza conflitante da relação com o governo.

Nesta direção a CUT vislumbrava a possibilidade de reivindicar a valorização dos salários, uma reforma tributária progressiva e outros instrumentos capazes de aumentar o poder de compra da classe trabalhadora, todos esses elementos que buscavam, ao mesmo tempo, promover o crescimento e incluir a classe trabalhadora no mercado de trabalho e no mercado de consumo. Para tanto, a parceria social foi a estratégia de ação privilegiada pela Central. O prática sindical cutista baseada na *resistência propositiva* durante os anos 1990 saía, assim, de cena e dava lugar a uma atuação ancorada na *participação social*.

3.1.1 O primeiros passos da participação social e os impasses da política econômica no primeiro governo Lula

No caso da CUT, uma central que, majoritariamente, desde sua formação compartilhara da visão de país defendida pelo PT, a chegada desse partido ao Poder Executivo abria um novo portfólio de opções para a atuação da Central, seja do ponto de vista das estratégias a serem utilizadas, seja do ponto de vista da pauta trabalhista a ser reivindicada. De partida, a eleição de uma plataforma política que defendia um “projeto de desenvolvimento alternativo” e que se constituiria na promoção do crescimento do emprego, na geração e distribuição de renda e na ampliação da infraestrutura social (PROGRAMA, 2002, p. 2) indicava a possibilidade de maiores ganhos para os trabalhadores. Os temas que incidiam diretamente sobre a classe trabalhadora e que, ao mesmo tempo, se inseriam na plataforma de desenvolvimento com distribuição de renda defendida pelo governo e pela CUT eram: a geração de empregos e o aumento do poder de compra dos trabalhadores.

A geração de empregos era ao mesmo tempo condição e resultado do crescimento econômico e exigia uma mudança de rota da política econômica com redução da taxa de juros e do superávit fiscal e com uma política industrial ativa. Já o aumento do poder de compra da classe trabalhadora coadunava com a valorização do salário mínimo, com a instauração de um regime progressivo de tributação, com o incentivo à remuneração variável e com o aumento da oferta de crédito para os trabalhadores. Além disso, do ponto de vista da política econômica, o aumento do poder de compra da classe trabalhadora passava pela atribuição de um outro papel ao sistema financeiro: “um sistema financeiro que leve crédito mais barato para quem precisa e atenda melhor a população, em vez de ser usado pelos banqueiros para especular e aumentar os seus lucros já astronômicos” (8º CONCURTO, 2003, p. 6).

O que estava colocado era a necessidade de uma ampla articulação entre os diferentes setores econômicos, governo e trabalhadores em busca da realização de uma estratégia de crescimento baseada no fomento do mercado interno. Essa articulação que seria concretizada mediante a realização de um Acordo Nacional entre esses atores era a mesma estratégia que a *ArtSind* buscou efetivar, mas foi impedida, nos anos 1990, dado o caráter neoliberal do Estado brasileiro. Vale aqui reproduzir o argumento de Boito Jr. (1999) em que o autor explicita a intenção estratégica da CUT naquela década:

A direção da CUT queria importar a tática do sindicalismo social-democrata europeu, mas num ambiente político muito diferente e sem dispor da força necessária. O quadro partidário brasileiro, que priva o sindicalismo de um forte braço parlamentar, a relativa debilidade organizativa do conjunto do sindicalismo brasileiro, a autonomia de movimentos de que dispõe o Executivo Federal, que pode governar por medidas provisórias, as características do capitalismo dependente, que estreitam as margens de concessão do governo, tudo isso conspirava contra a tentativa da Articulação Sindical de obter um acordo nacional (BOITO JR, 1999, p. 147–148).

Se nos anos 1990 não havia espaço para a classe trabalhadora compor essa aliança nacional, nos anos 2000 ela cumpriria um papel fundamental dentro da plataforma de geração de emprego e renda que estava sendo proposta pelo governo Lula. Na concepção da corrente majoritária as políticas de recuperação da renda e geração de emprego eram elementos de uma “ampla articulação de setores representativos da sociedade brasileira (governo, centrais sindicais e empresariado)” liderada pelo governo em torno da construção de um “Acordo Nacional” (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005, p.19). Essa ampla articulação comporia um “projeto de entendimento nacional em torno das variáveis chave da economia capaz de garantir o crescimento econômico sustentável para a economia brasileira”. (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005, p. 8).

Os primeiros sinais de concretização dessa ampla articulação e da execução da estratégia de participação social podem ser vistos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que era considerado pelo movimento sindical cutista um espaço privilegiado de disputas em torno das medidas necessárias para a realização do processo de crescimento econômico prometido pelo governo. Alguns dos pontos da pauta cutista demonstravam ampla conexão com a plataforma de governo que vinha sendo articulada nesse Conselho.

Já na segunda reunião do pleno do CDES realizada em 10 de abril de 2003 com a presença de 86 conselheiros dentre os quais personalidades ligadas ao movimento sindical (o então Presidente da CUT, Luiz Marinho e o Presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva), ao empresariado industrial (Paulo Skaf⁶⁸) e ao setor bancário e financeiro (Fernando Roberto Moreira Salles⁶⁹ e Roberto Egydio Setúbal⁷⁰), foi deliberada a “Segunda Carta de Concertação” em que constavam os “pontos de unidade estratégica” sob os quais repousavam a

⁶⁸ Ex-empresário do setor têxtil e presidente da Federação das Indústrias de Estado de São Paulo (FIESP).

⁶⁹ Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participação S. A. (Holding controladora da Unibanco Holdings).

⁷⁰ Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú. Trabalhou no Citibank (1983- 1984).

“contratualidade social renovada” que inspirava o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Ata 2ª reunião do Pleno do CDES, 10 de abril 2003, p. 15). Dentre eles constavam:

C - a defesa de um novo modelo de desenvolvimento, no qual seja enfatizado o papel do sistema financeiro como agente da produção e do desenvolvimento.

E - o Brasil precisa de uma política industrial sustentada por um projeto científico-tecnológico que fortaleça a produção para o consumo interno e, igualmente, induza o surgimento de fortes empresas de expressão multinacional, garantindo competitividade aos produtos brasileiros no mercado externo. Essa política deve também agregar o processo industrial à produção primária, valorizando os produtos industrializados, a geração de empregos e o surgimento de um forte mercado interno de massas (Ata 2ª reunião do Pleno do CDES, 10 de abril 2003, p. 15-16).

Os trabalhadores eram contemplados nesse projeto pelo acesso ao emprego e enquanto consumidores que dariam vida ao surgimento de um forte mercado interno de massas. Era sobre essa diretriz que compunha o projeto pactuado entre o governo e o empresariado que a CUT assentava os dois eixos principais de sua plataforma de lutas: geração de empregos e aumento do poder de compra da classe trabalhadora.

Por mais que os atores sociais estivessem dispostos a ceder com a finalidade de buscar o consenso em nome do desenvolvimento do país, algumas barreiras pareciam intransponíveis, a começar pela manutenção do perfil ortodoxo da política econômica praticada nos primeiros anos do governo Lula. Isso demonstrava a dificuldade de acordo em torno das variáveis-chave da economia, ponto de partida dos primeiros embates. Certas reivindicações da CUT, como a redução da taxa básica de juros e a democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN) reiteravam a necessidade de mudança de rota da política econômica já que qualquer política de desenvolvimento com distribuição de renda passava pelo enfrentamento do caráter ortodoxo das medidas econômicas.

Por estes motivos, os rumos da política econômica dominavam os debates das reuniões do CDES em seus anos iniciais, quando Antônio Palocci era Ministro da Fazenda. Na 4ª reunião do pleno do Conselho em 04 de setembro de 2003, as centrais sindicais apresentaram uma carta de reivindicações dentre as quais estava a necessidade de uma drástica redução da taxa de juros. Lula, naquela ocasião, fez um pronunciamento chamando atenção para essa reivindicação das centrais e pedindo uma certa moderação do discurso:

“Eu estava vendo aqui, companheiros sindicalistas, uma frase, na primeira página de vocês, que eu lembro de uma história. Aqui está dizendo assim: ‘Redução, é necessária

uma redução drástica dos juros'. E eu fico me perguntando por que a palavra drástica. Se não bastaria falar: redução da taxa de juros. Eu lembro isso porque, uma vez, eu estava numa comissão em que a Benedita era candidata, acho que a prefeita do Rio de Janeiro ou governadora, e eu fui fazer um discurso sobre reforma agrária. E eu falei com tanta força o discurso de reforma agrária, e gritando tanto que, quando eu descí, uma velhinha falou assim para mim: 'Lula, dá para você falar mais devagar? Você pode dizer as mesmas coisas: eu vou fazer reforma agrária. Eu entenderia. Agora você gritou tanto que você me assustou.' Então, eu acho que, que vai acontecer vai, mas talvez não tão drástico como alguns querem. (...) Então eu prefiro dizer a verdade, mesmo quando doa. A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do Palocci, do meu sonho, do sonho do Tarso ou do Guido e de vocês. Mas é a política econômica que nós temos consciência que é possível fazer nesse momento" (Lula, Ata 4ª Reunião do Pleno do CDES, 4 de setembro, 2003, p. 4).

A queda da taxa de juros não era defendida somente pela CUT, mas também pela bancada empresarial e encontrava resistência na equipe econômica e nos representantes do capital financeiro, como a expressão “a política econômica que é possível fazer nesse momento” deixa transparecer. No âmbito do CDES – que se tornara, para empresários e sindicalistas, “meio e guarida eficaz de propagação e alardeamento da pauta em questão, que rapidamente tomou *status* de prioridade nacional em sua conversão em demandas gerais, justificado pela necessidade de afrouxamento do torniquete imposto pela equipe econômica” (GUIOT, 2015, p. 185) – o Conselheiro Luiz Cláudio Marcolino⁷¹ anunciara uma campanha nacional pela ampliação do CMN a ser realizada pela CUT, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias de Estado de São Paulo (FIESP). Nessa campanha defendiam que o CMN fosse ampliado para um total de 10 representantes, sendo 5 do governo, 5 da sociedade (2 representantes do empresariado, 2 da classe trabalhadora e 1 do meio acadêmico). Os presidentes das respectivas instituições assinaram uma carta pública requerendo o pleito e que foi entregue ao Presidente da República.

Outro canal de disputa dessa demanda foi a tentativa de aprovação de uma moção apresentada pela Conselheira Sônia Fleury⁷² na 11ª reunião do pleno do CDES em que também propunha a alteração da composição do CMN incluindo, além dos membros atuais, ministros e representantes dos setores produtivos, empresariais e trabalhadores. Em agosto de 2005, na 12ª reunião do pleno do CDES, a moção foi ao debate. Não havendo consenso em torno da mesma, sobretudo pela contrariedade dos representantes do setor bancário e financeiro, sob o argumento de que este gesto representaria uma politização da política monetária, ela foi aprovada como uma

⁷¹ Então secretário geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

⁷² Professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas EBAPE da Fundação Getúlio Vargas.

“recomendação” (e não como um “consenso”) e nessa condição foi entregue ao Presidente da República – que nunca dera uma resposta a respeito para o referido Conselho.

Ainda em 2004, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, sempre contrário a essa proposta, defendeu o ajuste fiscal, pois ele estaria logrando diminuir as despesas públicas, e a política monetária, que estaria mantendo o processo inflacionário sob controle (Ata 7ª reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004). Luiz Marinho, à época presidente da CUT, manifestou desacordo com as palavras do Ministro e disse que a política de distribuição estava em descompasso com a política econômica do governo:

“O Ministro falou de ousadia, ousadia de preservar o superávit para o equilíbrio das contas e a sustentação dos indicadores macroeconômicos, com os quais nós também concordamos. Mas, é preciso, também, ousadia no aspecto da distribuição de renda. (...) Há um grave problema no mercado interno, há um grave problema na queda da renda das famílias. Há uma queda no consumo de semiduráveis que é a expressão cabal, da queda da renda das famílias, particularmente, do poder aquisitivo dos salários mais baixo. Portanto, a discussão do valor do salário mínimo é uma discussão essencial para fazermos. O conselho deve discutir esse assunto. O salário mínimo não é um indicador insignificante, ele corresponde a 42 milhões de pessoas que ganham até dois salários mínimos no país. (...) O indicador de renda das pessoas é fundamental para fortalecermos o mercado interno” (Luiz Marinho, Ata 7ª reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 13).

O então presidente da CUT criticava a política econômica, pois o caminho adotado pelo governo ia na direção contrária ao que tinha sido prometido na plataforma eleitoral. Entretanto, mesmo em oposição ao prometido, Luiz Marinho mantinha a percepção de que havia possibilidade de disputar os rumos daquela política e nesta direção continuou apostando na estratégia de negociação como condição para se ter um olhar de longo prazo sobre as necessidades do país:

“O Ministro Palocci apresenta o seu olhar, através dos indicadores selecionados, com muita competência. Há distância entre o olhar do empresariado e o olhar dos trabalhadores. *Mas, é preciso que nos debrucemos sobre os três olhares para sabermos qual é o olhar do Brasil*, como convergir esses olhares num processo de negociação apontando para o longo prazo” (Luiz Marinho, Ata 7ª reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 14, *grifos nossos*).

A aproximação das demandas trabalhistas aos pontos de interesse comum com frações do capital se expressa na fala de Luiz Marinho que diante do dissenso zela pelo encontro de interesses possível entre os “três olhares” para convergi-los em nome do “olhar do Brasil”. O

Ministro então responde à provocação de Luiz Marinho e afirma que apesar de a reivindicação por um maior salário mínimo ser legítima, a política de transferência de renda já estaria causando uma melhora na distribuição de renda e seu impacto sobre esse processo seria maior que o impacto do salário mínimo. Diz, também, não haver política mais eficaz para o aumento da renda do que o combate à inflação:

“Não há medida mais eficaz para o aumento da renda do que o combate à inflação. Os maiores ganhos para os salários nos últimos um ano e quatro meses não foram os dois aumentos que o Presidente Lula fez e sim a sua determinação de derrubar a inflação” (Antônio Palocci, 7ª Reunião do Pleno do CDES, 2004, p. 17).

As dificuldades para alcançar os reajustes do salário mínimo, esperado já para o primeiro ano de governo, se relaciona, portanto, com o viés da política econômica adotada. Afinal, em uma política econômica cuja estratégia era garantir o alicerce da estabilidade macroeconômica para somente depois buscar um crescimento econômico consistente, não havia espaço para a valorização da renda do trabalho. Assim, apesar de o anúncio sobre o novo salário mínimo às vésperas do 1º de Maio de 2003 ser amplamente esperado pelo movimento sindical⁷³, o reajuste não ocorreu nem naquele ano nem no ano seguinte. É nesse momento que a CUT percebe, diz Artur Henrique, que sem mobilização os necessários reajustes do salário mínimo não iriam ocorrer:

“O Dieese sempre nos ensinou (...) que nós tínhamos que ter renda e a renda está diretamente ligada ao nosso salário. E então a gente falou: ‘uma forma de a gente colocar mais gente no mercado de trabalho mas, principalmente, aumentar a renda dos trabalhadores, é fazer uma política de valorização do salário mínimo’ (...). Em 2003 e 2004 a gente já estava discutindo isso. Então o Lula, a equipe econômica, o Marinho, eu de vez quando ia em algumas reuniões, a gente discutia. Em 2004 nós começamos a perceber que se não fizesse pressão esse troço ia ficar no [papel]. Então teve um papel importante que foi convencer os sindicatos de que salário mínimo era importante. Porque, veja, nós estamos falando de sindicato de bancário, metalúrgico, químico que são categorias que ganham mais de um salário mínimo. Aí o cara fala: ‘pra que eu tenho interesse em discutir salário mínimo, Artur?’. ‘Porque isso faz bem pro país, é importante para o país, é importante pra renda e principalmente pras categorias que ganham muito próximo [do salário mínimo] puxar a renda para cima’ (...). A equipe econômica não aceitava isso de jeito nenhum: ‘vai quebrar as prefeituras, vai quebrar a previdência, as prefeituras não vão ter dinheiro para pagar, vocês são um bando de loucos’. E a gente: ‘tá errado, claro que não, ao contrário, vai aumentar a renda, vai

⁷³ “A expectativa era grande às vésperas do anúncio sobre o novo salário mínimo, que até então acontecia sempre no 1º de Maio. De um lado, entre todos que desejaram a eleição de um governo capitaneado por Lula, a maioria, muito provavelmente, não esperava nada que não fosse um consistente aumento a partir da decisão presidencial” (HENRIQUE, 2012, p. 11).

“aumentar o crescimento econômico” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

As falas de Luiz Marinho e Artur Henrique deixam perceber que a redução da taxa de juros e o aumento do salário mínimo eram reivindicados pelo movimento sindical cutista sob o argumento de que ambos iriam destravar os mecanismos para o crescimento econômico, quais sejam o investimento e o aumento do poder de compra da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, essa pauta angariava o apoio de parte do setor empresarial⁷⁴ na medida em que a indução do poder de consumo da classe trabalhadora aumentaria as margens de lucro dos produtores e que a redução dos juros tornaria o crédito mais acessível ao setor industrial. Por fim, os próprios ramos mais organizados da Central, como os metalúrgicos e bancários, admitiam extrapolar as demandas corporativas, por meio da luta pelo salário mínimo, pois, como defende Cardoso (2015), se entendiam enquanto parte do governo e estavam aptos à gestão do Estado capitalista nos governos do PT. Ademais, essas são as categorias com maior força política no interior da CUT e da *ArtSind*, que mais aderiram à proposta de eleger Lula e para quem o sucesso do governo representava a vitória do próprio projeto político defendido pela Central.

A fala de Sérgio Nobre – ex-presidente do Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, que ocupou a Secretaria Geral da CUT Nacional entre 2011 e 2014 e que continuará no cargo até 2019, em seu segundo mandato –, fornece a real dimensão de como essa categoria se entende como parte de um projeto de país que passava pela construção de uma base industrial forte. Nesse projeto há clareza por parte do sindicalista que o aumento da renda é condição fundamental para o aumento do consumo e para o crescimento do país. Quando perguntado sobre o que a CUT elegeu como pauta prioritária a ser disputada nos governos do PT, ele afirma:

“Foi influenciar o projeto de governo (...) influenciar os rumos da economia. Em parte, nós fomos bem sucedidos nisso. Em especial nos dois mandatos do presidente Lula, porque o país tinha que ter uma política industrial. Por que isso é importante para CUT? Porque nenhum país do mundo conseguiu oferecer serviços públicos de qualidade, como a gente quer – educação, saúde – se não tem uma base industrial forte que cria as condições para isso. Então o Brasil não vai conseguir se estruturar e dar o padrão de vida que o povo precisa exportando minério e comprando máquina de alta tecnologia. Então o Brasil tem que ter uma política industrial e isso a gente conseguiu fazer estimulando através de compras governamentais. Por exemplo: a decisão simbólica da Petrobrás de não comprar navios em Singapura e fazer os navios no Brasil, aquilo fez reacender uma parte importante do setor industrial. (...) Então isso foi uma coisa muito importante que é

⁷⁴ Boito (2012) afirma que essa parcela do empresariado é representada pela burguesia interna. Nela estão presentes diversos setores da economia: mineração, construção pesada e indústria de transformação, dentre outros.

influenciar as políticas de inclusão. Porque a CUT sempre defendeu o tempo inteiro que a pobreza é um grande problema do país mas pode ser uma solução também à medida que essas pessoas tem uma renda para consumir” (Sérgio Nobre, entrevista realizada em 10/08/2017).

Estar ou sentir-se no poder não dava ao movimento sindical cutista poderes irrestritos, sobretudo num governo de coalizão. Por entender que a composição do Acordo Nacional poderia ora beneficiar a classe trabalhadora, ora desconsiderá-la, é que o caminho da mobilização e iniciativa de aproximação com as demais centrais complementaram a ação da Central a exemplo das *Marchas da Classe Trabalhadora*. Lançar mão das mobilizações ao lado das demais centrais, inclusive a FS, não colocava a CUT em oposição ao governo, pois essa estratégia não tinha outro fim senão fornecer maior poder de pressão para retornar aos espaços de diálogo e negociar os pontos reivindicados, dentre eles a recuperação do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda, como se pode ver na pauta das 3 primeiras *Marchas*:

Quadro 5: Primeiras Marchas da Classe Trabalhadora

EVENTO	PARTICIPAÇÃO	BANDEIRAS	CONQUISTAS
1ª Marcha Nacional do Salário Mínimo - 2004	CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT	Recuperação de salário mínimo e correção da tabela do imposto de renda	Em 2005: - Salário Mínimo de R\$ 300,00 (aumento de 8,23% acima da inflação) - Correção da tabela do IR em 10%
2ª Marcha Nacional do Salário Mínimo - 2005	CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT	Política de valorização do salário mínimo e correção da tabela do imposto de renda	Em 2006: - Salário Mínimo de R\$ 350,00 (aumento de 13,04% acima da inflação) - antecipação do reajuste para o dia 1º de janeiro de todo o ano (o que começaria a valer em 2010) - Correção da tabela do IR em 8%
3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo - 2006	CUT, Força Sindical, CGTB, CGT, SDS, CAT e NCST	Reajuste e política de valorização do salário mínimo	Em 2007: - Salário Mínimo de R\$ 380,00 (aumento de 5,10% acima da inflação) - fórmula de reajuste que corresponderia à inflação do ano anterior acrescida do índice de crescimento do PIB e que ficaria vigente até 2010 e seria aplicada por meio de medidas provisórias - Correção da tabela do IR em 4,5% entre os anos de 2007 e 2014

Fonte: Elaboração própria. SDS: Social Democracia Sindical e CAT: Central Autônoma dos Trabalhadores.

A realização das mobilizações levava o movimento sindical para mesa de negociação com a equipe econômica do governo em que a CUT na figura de Luiz Marinho exercia um papel

fundamental. Ele não somente havia articulado a ideia com o Presidente da República, como buscou seu apoio para o convencimento da equipe econômica, como Artur Henrique relata:

“(…) Outra [tarefa] que deu resultado fantástico e que foi uma ideia brilhante do Marinho em conversa com o Lula e tudo o mais foi a questão do salário mínimo. (...) Pra você ter uma ideia esse processo de negociação foi até 2:30 da manhã. Eu participei como presidente da CUT e o Marinho – que tinha sido presidente da CUT – era Ministro do Trabalho” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Artur se refere a uma reunião que ocorreu em 20 de dezembro de 2006 com a equipe econômica do governo e com a presença do então Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Em livro síntese sobre as conquistas da classe trabalhadora durante sua gestão à frente da CUT, Artur diz que essa reunião durou mais de 8 horas e que ela somente se deu por encerrada quando Marinho ligou para o Presidente Lula para pedir sua ajuda na solução do processo. Foi então que o Presidente autorizou o valor de R\$ 380,00 reais para o salário mínimo e a abertura de negociação em torno de uma fórmula de reajuste anual, que veio a ser aprovada em 2007.

Os reajustes no salário mínimo, a correção da tabela do imposto de renda e a redução da taxa de juros eram bandeiras que aproximavam a Central do setor produtivo. Já a defesa de menores patamares para taxa de juros colocava a CUT em oposição aos setores bancário e financeiro. Entretanto, as políticas de incentivo ao crédito aproximavam a Central desses setores.

Neste sentido, a CUT iniciou um processo de negociação com instituições financeiras a fim de conquistar taxas de juros diferenciadas para os trabalhadores e propôs ao Governo Federal a adoção de medidas que possibilitassem a reestruturação de suas dívidas. Diferentemente do salário mínimo, essa reivindicação estava de partida alinhada com a política econômica do governo, como mostra a fala do Presidente Lula em reunião do CDES, ainda no ano de 2003:

“Porque tudo, tudo que pode ser feito do ponto de vista de colocar dinheiro no mercado para ver se a gente aumenta o consumo a gente vai fazer. Vai ser em linha de crédito com o movimento sindical, vai ser linha de crédito com os aposentados. Estamos discutindo a questão da liberação do Fundo de Garantia; se for necessário vamos discutir mais acordos como os automotivos enquanto setor da economia; vamos abrir linha de crédito para todos aqueles setores que nós entendemos que podem comprar alguma coisa” (Lula, Ata da 4ª Reunião do Pleno do CDES, 4 de setembro, 2003, p. 7-8).

A reivindicação da CUT foi, então, atendida via regulamentação do crédito consignado (Lei 10.820 de 2003), modalidade que autoriza empréstimos a trabalhadores mediante desconto salarial e que foi estendida para os servidores públicos e aposentados e pensionistas do

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (Lei 10.953 de 2004). No âmbito do CDES, essa medida fora, inclusive, objeto de elogio por parte de Antônio Palocci:

“Mas o desenvolvimento mais especial que tem ocorrido no país em termos de crédito é sem dúvida no crédito consignado em folha de pagamento, que mostrou uma evolução grande em termos de volume, muito favorável ao sistema financeiro e, principalmente, aos trabalhadores porque o volume aumentou trazendo, como mostra a próxima figura, a taxa de juros do crédito à metade da taxa de juros pagas pelos trabalhadores há um ano atrás. A taxa do crédito consignado está muito próxima do financiamento de veículos que, é a taxa de juros mais baixa que existe no país, atingindo, portanto, o nível mais favorável para os trabalhadores, para as famílias, mostrando que esses instrumentos de crédito voltados para a inclusão social, voltados para instrumentos que deem segurança aos contratos e permitem que os atores sociais atuem de forma efetiva buscando instrumentos mais efetivos, tem tido um resultado bastante grande” (Antônio Palocci, Ata da 11ª Reunião do Pleno do CDES, 10 de novembro de 2005, p. 11).

O objetivo de buscar ganhos econômicos para a classe trabalhadora, para além da base de trabalhadores representada pela CUT, nos pontos em que havia harmonia de interesses com o governo, com o setor industrial e com o setor bancário e financeiro por meio de negociações e acordos que aconteciam no âmbito institucional denota a ideia que a própria estratégia de parceria social comporta, qual seja a existência de uma “reciprocidade funcional entre capital e trabalho” (HYMAN, 2001, p. 49). Esta estratégia buscava colocar o movimento sindical como partícipe do processo de construção das medidas econômicas que promoveriam o crescimento, o aumento do emprego, do poder de compra da classe trabalhadora e a atenuação da concentração de renda no país. Esse é um caso, já citado por Hyman (2001), em que a parceria social promove uma mudança de arena da barganha coletiva – praticada pelos sindicatos – para o nível nacional – praticada pelas centrais –, gerando maiores ganhos econômicos para a classe trabalhadora.

Com base nesse argumento, o crédito consignado e a valorização do salário mínimo poderiam ser lidos na mesma chave, pois ambos aumentam a capacidade de consumo dos trabalhadores. Entretanto, no caso do crédito consignado, há três aspectos que precisam ser levados em consideração. O primeiro deles é que ao prever um desconto no salário, esta modalidade afronta o princípio da intangibilidade salarial, colocando um terceiro na relação entre o empregador e o empregado com a finalidade de “penhorar” parte do salário e torná-lo fonte de rentabilidade garantida das instituições financeiras (KREIN; BIAVASCHI, 2015). Esta questão nunca foi pontuada pela CUT, e a Central também não se propôs a debater as implicações dessa medida. Ao contrário considera esse um marco significativo, pois projeta a defesa do trabalhador

enquanto cidadão e expressa uma capacidade de atuação sindical que extrapola o conflito capital/trabalho :

A negociação do projeto de lei de empréstimos pessoais com desconto em folha foi também um marco significativo do primeiro ano de gestão. Ela projeta a Central como negociadora dos interesses dos *trabalhadores concebidos como cidadãos e atores de conflitos que vão além da contradição clássica capital/trabalho*. (...) São políticas de defesa do trabalhador, enquanto cidadão, que constituem uma dimensão de sindicalismo ainda pouco explorada pela Central. (DN, 2004, p. 6, grifos nossos).

O segundo ponto diz respeito a visão liberal da economia que encontra guarida em medidas desse tipo. As políticas de crédito consignado visam combater as “falhas de mercado” derivadas da assimetria de informações, neste caso, entre prestatários e prestamistas, reduzindo o risco de *default* e, conseqüentemente, o custo final do crédito para o setor financeiro. Além disso, defender o acesso ao crédito enquanto direito oculta o fato de que o país possui taxas de juros excessivamente altas, podendo levar os trabalhadores a um processo de endividamento crescente. Tal endividamento se dá às expensas da segurança que provém do recebimento do salário visto que a folha de pagamento torna-se a garantia do empréstimo, como ressaltou o Presidente Lula:

“Também estamos anunciando algumas medidas que eu acho importantes, sobretudo, para os representantes do comércio, aqui, presentes. Vocês estão acompanhando o sucesso da política de crédito feita entre o sistema financeiro brasileiro e as centrais sindicais, emprestando dinheiro para os trabalhadores e tendo como garantia a folha de pagamento” (Lula, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 6).

E aqui reside a terceira questão, pois a cidadania, neste caso, é expressada por meio do direito ao consumo. Esse aspecto se baseia na justa combinação entre as lutas do cidadão e do consumidor mediante o reconhecimento de que o “desenvolvimento da sociedade de consumo globalizada, nos moldes neoliberais, com o desmonte do Estado, as privatizações dos serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho, tornou a defesa dos direitos dos trabalhadores, enquanto consumidores, cada vez mais complexa e mais urgente” (9º CONCURT, 2006, p. 64-65). A CUT se coloca, assim, como uma instituição prestadora de serviços ao cidadão-consumidor:

A prestação de serviços da CUT ganhou força a partir de uma perspectiva de negociação destes serviços. A negociação do projeto de lei do empréstimo pessoal com desconto em folha foi um marco significativo desta nova orientação. O acordo assinado pela CUT no final de 2003, com dezenas de instituições bancárias, permitiu derrubar as taxas de juros

do crédito pessoal de cerca de 10% ao mês para patamares inferiores a 3% ao mês, favorecendo milhões de trabalhadores em todo o país. O fato ganha importância diante de seus reflexos sobre o volume da carteira de crédito consignado, que dobrou nos últimos doze meses, atingindo ao final de 2004 um saldo de R\$ 12 bilhões. Mais que isso o empréstimo com desconto em folha foi uma das principais alavancas do crescimento econômico registrado no ano. A iniciativa projeta a Central como negociadora dos interesses dos trabalhadores (as) concebidos também *como cidadãos consumidores* (as) (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005, p.13, grifos nossos).

Medidas desse tipo abarcam a contradição de, por um lado, aumentar a renda presente dos trabalhadores e, por outro, corroborar a tendência de transferência dos valores da igualdade e da cidadania para a esfera do mercado sob o argumento da democracia econômica. Este último aspecto ganha relevância ao se considerar que o endividamento crescente das famílias nos governos petistas (LAVINAS; FERRAZ; VEIGA, 2010) se deu em paralelo ao aumento do gasto privado com saúde, moradia e infraestrutura pública em geral (MEDEIROS, 2015). O aumento do gasto familiar com bens e serviços que deveriam ser amplamente fornecidos pelo Estado indica que em países como Brasil, que não constituiu um Estado de Bem Estar Social, a criação de linhas de crédito especiais não somente incentiva o acesso a esses bens e serviços na esfera privada, como estimula um processo de financeirização da política social já que o endividamento torna-se o canal de acesso ao que antes era considerado um direito.

Na medida em que o governo e a própria Central atuavam enquanto fomentadores do consumo e do endividamento sem o concomitante e necessário alargamento da rede de proteção do Estado, um movimento de transmissão do risco do Estado para o cidadão ia se consolidando na sociedade brasileira. Em paralelo à flexibilização das relações laborais e à disseminação de formas inseguras e instáveis de emprego, como analisado no capítulo anterior, o fomento ao endividamento compõe um movimento paulatino de aumento da tolerância cultural à incerteza, transferindo ao trabalhador a gestão dos riscos de sua própria existência.

Com os desdobramentos da ação cutista nos primeiros anos do governo Lula, é possível perceber que a estratégia de parceria social vislumbrada pela CUT esbarrou, num primeiro momento, na política econômica ortodoxa do governo. Foi costurando consensos possíveis com o setor industrial e com o setor bancário e financeiro e utilizando o canal de diálogo com o próprio Presidente que a Central conseguiu abrir negociação em torno dos reajustes do salário mínimo, da correção da tabela do imposto de renda e das condições de implementação do crédito consignado.

Os pontos não contemplados dentro dessa estratégia de aliança, esbarraram nos

interesses inegociáveis do capital financeiro que encampava um dos lados na disputa de visões sobre a economia dentro do primeiro governo Lula. Nos três primeiros anos de governo, a visão neoliberal foi predominante nas ações de política econômica (BARBOSA; SOUZA, 2010). Nessa visão, não havia espaço para a democratização do Conselho Monetário Nacional e, tampouco, para uma redução da taxa de juros. Já a aprovação de uma fórmula de reajuste do salário mínimo se deu num momento de inflexão na postura governamental em relação às possibilidades de crescimento econômico do país e que pode ser visualizada na recusa do governo em aprofundar o ajuste fiscal, optando pela valorização do salário mínimo e pelo aumento do investimento público a partir de 2006.

Aprofundar a participação social era um passo estratégico para a CUT tanto em relação à disputa de visões que compunha o governo quanto para a formação de um campo de resistência capaz de barrar as forças conservadoras que, na visão da Central, estavam tentando impedir a reeleição de Lula. Para aprofundar a estratégia de participação social, duas frentes de ação precisaram ser mobilizadas. A primeira foi vencer as disputas internas à Central, dando mais espaço para a visão cutista defendida pela *ArtSind*. A segunda foi buscar uma aproximação com as demais centrais com a finalidade de formar um amplo bloco de coalizão sindical que fortalecesse a sustentação política do governo.

3.1.2 *As disputas no interior da CUT e os impactos da reorganização interna sobre a Articulação Sindical*

Nos anos iniciais de governo, as correntes minoritárias apresentaram críticas à prática sindical defendida pela *ArtSind*. De um lado, a *CSC* criticava a concepção de um “sindicalismo de prestação de serviços” que procurava compreender e abordar o trabalhador não como explorado mas enquanto “cidadão” e “consumidor” (Caderno de Teses, 9º CONCUR, 2006, p.61). Do ponto de vista da prática sindical, afirmava que como o governo ainda não havia reunido as condições para implementar um novo projeto de desenvolvimento e continuava executando uma política econômica ortodoxa, a CUT deveria inverter as prioridades, levando a mobilização política dos trabalhadores e não a negociação com o governo ao centro de sua atuação e, assim, abandonar uma postura pragmática que se ajusta às questões conjunturais⁷⁵.

⁷⁵ É importante esclarecer que a análise dos embates internos à CUT baseou-se nos Cadernos de Textos apresentados antes de cada Congresso Nacional. Esses cadernos trazem as contribuições de cada corrente a fim de levantar

Nesse mesmo campo, a *CSD* reafirmava que os rumos da mudança política não estavam claros dentro do modelo econômico adotado pelo governo e o projeto democrático popular estaria sendo submetido ao continuísmo nas políticas monetária e fiscal. “Os movimentos sociais – e a CUT entre eles – expressaram em vários momentos suas divergências com esse rumo geral, mas suas iniciativas não conseguiram galvanizar um momento político de pressão que fizesse avançar a correlação de forças na sociedade com reflexos dentro da institucionalidade” (Caderno de Teses, 9º CONCUR, 2006, p.71). Neste sentido, se a combinação entre mobilização e negociação mostrou resultados para o reajuste do salário mínimo, o mesmo não se poderia dizer sobre os rumos da política econômica e da reforma da previdência⁷⁶ quando a CUT privilegiou seu papel negociador em detrimento das mobilizações. Na visão dessas correntes, ainda havia espaço para disputar os rumos do governo e isso deveria ser feito com mais mobilização em busca da alteração da política econômica e a consequente democratização da distribuição de renda no país.

De outro lado, as demais correntes minoritárias se contrapunham a essa leitura, sendo intituladas por seus adversários como um *esquerdismo infantil*. Dentre elas estavam a *Convergência Socialista* ligada ao PSTU e a *Frente de Esquerda Sindical e Socialista* (FES). Essas correntes afirmavam que a manutenção das políticas neoliberais por parte do governo eleito estava aprofundando a crise brasileira marcada por baixo nível de crescimento, com desemprego e um nível ainda baixo do salário mínimo ao passo que o lucro dos bancos e a voracidade do capital internacional continuavam altos. Para a FES, sendo o papel de uma Central que se reivindique classista a “defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” caberia à CUT exigir do governo eleito “o cumprimento dos direitos e o atendimento de suas reivindicações” (Caderno de Teses, 9º CONCUR, 2006, p. 108). Afirmavam que o campo majoritário da Central estava renunciando a esta tarefa e isso exigia do movimento sindical uma recomposição da aliança estratégica das oposições combativas para forjar uma alternativa real. Mostrando a possibilidade concreta de deixar a Central, essa corrente afirmava que era necessário abrir um espaço de diálogo e ação intersindical que “forje uma nova prática sindical, resgate

elementos para a construção das diretrizes de ação da Central para o triênio seguinte. Vale ressaltar que os textos das correntes minoritárias se dedicam – majoritariamente – a críticas à corrente majoritária. As contradições de cada corrente (com exceção da *ArtSind*) não aparecem nesses documentos. A análise aqui elaborada também não privilegiou essa perspectiva já que o objetivo é compreender a corrente hegemônica, pois é ela que reflete as linhas gerais de atuação da Central.

⁷⁶ Essa questão é discutida no próximo capítulo.

bandeiras históricas e os princípios da central” como forma objetiva de dar respostas aos dilemas e ataques sofridos pela classe trabalhadora (Caderno de Teses, 9º CONCUR, 2006, p. 102).

No mesmo campo, as correntes CUT *Independente, Classista e de Luta, Esquerda Marxista, Articulação de Esquerda e Sindicalismo Socialista Brasileiro* criticavam a permanência da política econômica neoliberal dos primeiros anos de governo e a posição da CUT que acenava para o *Pacto Social* em detrimento da mobilização social:

Alianças com empresários para pressionar o governo por alterações pontuais na política econômica (juros, crédito, câmbio), sob a etiqueta de ‘pacto produtivo’ ou ‘acordo nacional’, transformariam a CUT em massa de manobra dos patrões, que são os mesmos que rejeitam os aumentos salariais, a redução da jornada sem redução de salários, o fim do ‘banco de horas’, e outras reivindicações urgentes da classe trabalhadora” (Caderno de Teses, CUT *Independente, Classista e de Luta*, 9º CONCUR, 2006, p. 135).

O que unia essas correntes minoritárias era o combate à visão da corrente majoritária que estaria cada vez mais se aproximando dos setores conservadores do sindicalismo, que tentava “impor o seu projeto” internamente e que “ignorava a existência de outras candidaturas vinculadas aos setores que militam dentro da CUT”, passando um “rolo compressor sobre as tendências minoritárias, impondo o apoio ao candidato do seu partido, o PT” (Caderno de Teses, 9º CONCUR, 2006, p. 148). O que as separava, todavia, era a discordância da visão sectária de correntes divisionistas, sobretudo a FES e a *Convergência Socialista*, que em nome de combater a corrente majoritária da direção da CUT pregavam a desfiliação de sindicatos da Central. Dentro do seu próprio campo, essa parte do chamado *esquerdismo infantil* assumia a feição de um *esquerdismo inconsequente*, como eram intitulados, por estarem se movimentando para deixar a CUT. As ameaças divisionistas se confirmaram em 2004 quando a *Convergência Socialista*⁷⁷ se retirou e em 2006 quando a FES⁷⁸ deixou a Central, formando respectivamente o Conlutas e a Intersindical.

Sem adotar uma postura antagonista diante da CUT, a CSC também se retirou no ano de 2007. A saída se deu após desentendimentos na formação das chapas que disputariam o comando da Central em 2006. Segundo o candidato da *ArtSind*, Artur Henrique, a vice-

⁷⁷ Outras correntes menores ligadas ao PSOL também integraram o CONLUTAS, dentre as quais o *Movimento de Esquerda Socialista* (MÊS), o *Movimento de Ação Sindical* (MAS) e o *Movimento Terra, Trabalho e Liberdade* (MTL) (TRÓPIA; GALVÃO; MARCELINO, 2013).

⁷⁸ Os principais dirigentes dessa corrente eram ligados às correntes *Alternativa Sindical Socialista* (ASS), *Unidade Classista* (corrente sindical do Partido Comunista Brasileiro/PCB) e correntes do Partido Socialismo e Liberdade/PSOL (*Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL*) (TRÓPIA; GALVÃO; MARCELINO, 2013).

presidência havia sido oferecida à Wagner Gomes da CSC antes da definição das chapas, mas os classistas preferiram montar uma chapa própria e quebrar a aliança com a *ArtSind*⁷⁹. Já a posição da CSC de encabeçar chapa própria baseava-se na acusação de que a corrente majoritária havia “fabricado” maioria a favor de seu grupo político nas eleições ocorridas durante o Congresso Estadual da CUT-Bahia, importante reduto desta corrente⁸⁰. Afirmavam que após a vitória de Artur para Presidência da Central, a tendência majoritária se recusava a manter o cargo de vice-presidente da CUT com a CSC. Esse impasse só foi resolvido com a divisão do cargo na executiva nacional, criando duas vice-presidências, uma delas ocupada por Wagner Gomes e outra por Carmem Foro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ligada à *ArtSind*.

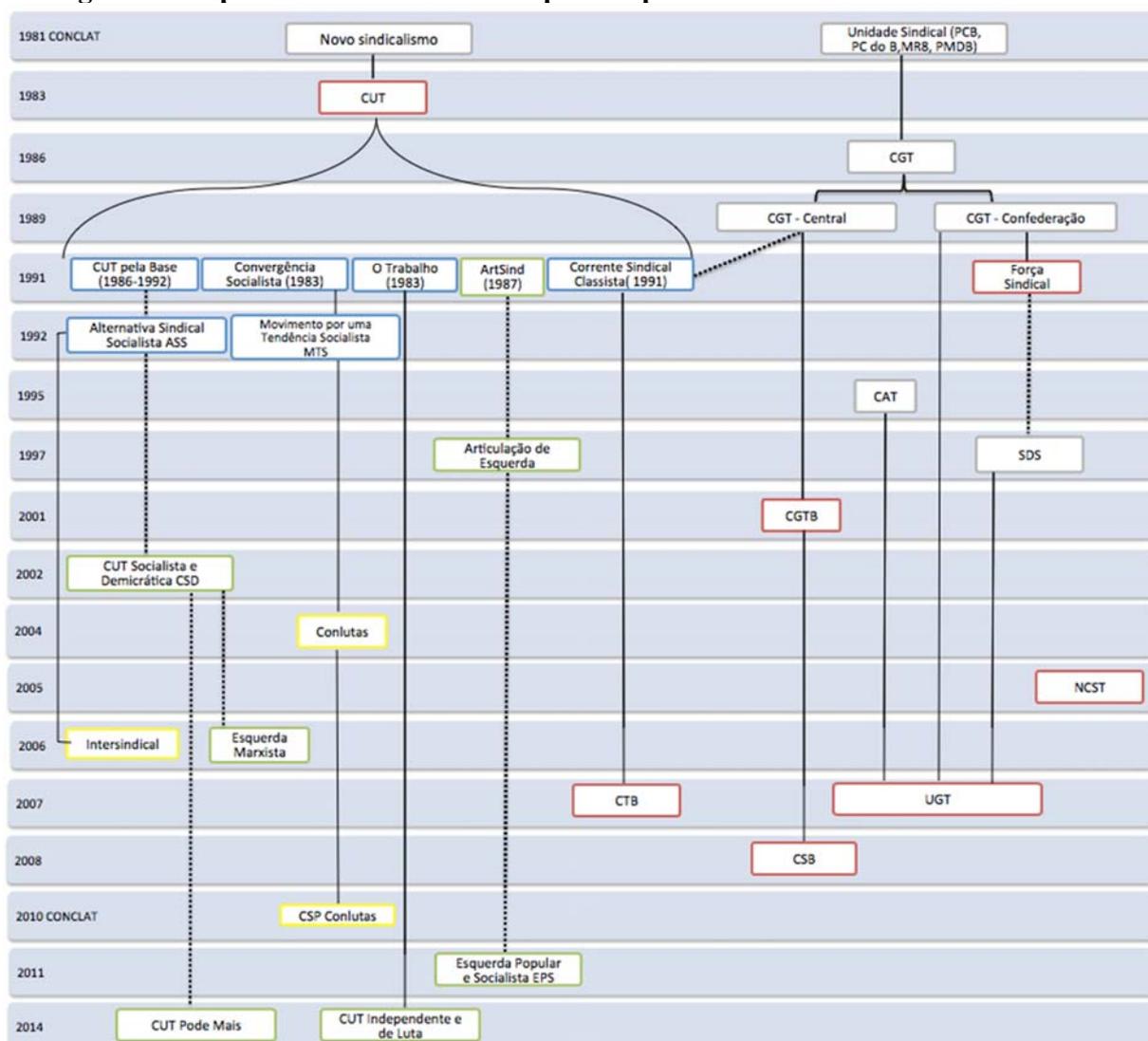
A permanência dos classistas, nesse primeiro momento, não foi suficiente para gerar um quadro real de pluralismo no interior da Central. Eles criticavam a ausência de democracia interna, as práticas exacerbadas de hegemonismo da *ArtSind*, o apoio da CUT ao fim da unicidade sindical e o crescente processo de burocratização e institucionalização da entidade (BORGES, 2008). Impulsionados, também, pela oportunidade de se estabelecer como central sindical reconhecida mediante a iminência da aprovação da lei 11.648 que sancionou o reconhecimento das centrais e de formar um campo político de esquerda alternativo ao PT no cenário eleitoral, a CSC deixou a CUT, formando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A figura 2, abaixo, contém uma mapa atualizado das principais correntes que compõem a CUT, suas atuais cisões e a consequente criação de novas centrais sindicais.

⁷⁹ “Disputa interna impede CUT de montar nova diretoria, apesar do apoio de Lula”. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/509739/disputa-interna-impede-cut-de-montar-nova-diretoria-apesar-do-apoio-lula>. Acesso em 10 de julho de 2017.

⁸⁰ “Como a CUT Nacional derrotou sindicalismo baiano”. Disponível em: <http://vermelho.org.br/go/noticia/2669-8>. Acesso em 10 de julho de 2017.

Figura 2: Mapa atualizadas correntes que compõem a CUT e das Centrais Sindicais.



Fonte: Atualização a partir de Lemos (2014), Rodrigues (1990) e Revista da Articulação Sindical (2014).

* Em vermelho: centrais sindicais reconhecidas. Em amarelo: centrais sindicais não reconhecidas. Em cinza: movimentos e centrais que deram origem às centrais hoje reconhecidas. Em azul: correntes da CUT que deram origem a outras correntes e centrais. Em verde: correntes cutistas vigentes. ** A Conlutas foi formada a partir de correntes da CUT: Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e à Convergência Socialista e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre elas o Movimento de Esquerda Socialista (MÉS), o Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Em 2010 passou a se chamar CSP-Conlutas, após uma tentativa de fusão com o Intersindical. *** A Intersindical foi criada a partir de correntes da CUT: Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES), cujos principais dirigentes eram ligados às correntes Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (corrente sindical do Partido Comunista Brasileiro/PCB) e correntes do Partido Socialismo e Liberdade/PSOL. Em 2008 dividiu-se em “Intersindical: Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora” e “Intersindical CCT: Central da Classe Trabalhadora”.

**** Identificação partidária das centrais sindicais: (CUT: Partido dos Trabalhadores; FS: Solidariedade, Partido Democrático Trabalhista e Partido da Social Democracia brasileira; UGT: Partido Social Democrático; CTB: Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro; NCST: sem identificação partidária, criada a partir de federações e confederações; CGTB: Partido Pátria Livre; CSB: Partido do Movimento Democrático brasileiro).

Em 2002, conforme documento da Conferência Nacional da *ArtSind*, alguns dirigentes sindicais já manifestavam que a CUT deveria agir de forma diferenciada no governo Lula a começar pelo rompimento com o sectarismo. Apesar de haver falas no sentido do rompimento, os documentos indicam que essa não era uma estratégia deliberada da Central. Mas havia um objetivo claro de ampliar o campo hegemônico da *ArtSind*, podendo assim percorrer o caminho necessário de reformulação da Central. Este objetivo estava baseado no fato de que se as chapas concorrentes no Congresso de 2003 não atingissem 20% dos votos, elas não poderiam integrar a direção nacional⁸¹.

Em 2006, foi exatamente isso que ocorreu com a FES, quando durante o 9º CONCURT, conforme relata Gilson Reis (2006), pertencente à CSC, os delegados do congresso excluíram a corrente da direção da Central diante do argumento de que não poderia haver quebra de proporcionalidade mínima para o ingresso na direção. Nos relatos da segunda etapa da conferência nacional da *ArtSind* também aparece o seguinte trecho: “hoje temos claramente dois campos na Central. Um que vai contribuir com o governo e outro que não vai. Nós temos que nos aliar com quem está comprometido com as mudanças propostas pelo governo Lula”. Esses relatos e os trechos da corrente *Tendência Marxista* no texto base da 12ª Plenária Nacional da CUT em 2008 indicam que a *ArtSind* pouco fez para evitar a saída dessas correntes já que sua concepção seria fortalecida com a saída das correntes minoritárias, gerando menos tensões em torno da estratégia da parceria social.

Como possibilidade construída ao longo dos embates internos, a reorganização interna da CUT veio a corroborar a concepção e prática sindical da *ArtSind* no interior da Central. Como Kelly e Frege (2003) argumentam, essa estratégia por eles intitulada de reestruturação organizacional (*organizational restructuring*) pode ter o impacto de aumentar o poder político, eliminando competições e divisões internas às instituições. Esse foi justamente o caso da *ArtSind*, na medida em que as deserções tornaram a CUT, cada vez mais, uma Central composta por militantes do Partido dos Trabalhadores e minimizaram o campo de resistência ao projeto da corrente majoritária.

O pluralismo político que sempre fora uma marca constitutiva do sindicalismo-CUT, assim nomeada por Jácome Rodrigues (2011) justamente por sua composição heterogênea, foi

⁸¹ Segundo o estatuto da Central a soma dos votos das chapas minoritárias deverá atingir no mínimo 20% do total dos votos computados no congresso, para que essas chapas possam participar da composição da Executiva da Direção, da Direção e do Conselho Fiscal.

sendo gradativamente substituído pela concepção e prática sindical da corrente majoritária que a partir de então encontrava menos resistência para a afirmação de seu projeto. Mas, ao mesmo tempo, a *ArtSind* ia encontrando resistências no interior da própria corrente, menos em relação ao projeto que defendia e mais no que tange à forma de se relacionar com o governo, como destaca Manoel Messias Melo⁸²:

“Antes de assumir o governo e logo depois a Articulação Sindical sofreu grandes tensões nas sucessões da CUT. Então, isto, na minha visão, vai crescer ao longo dos governos do PT em função dessas disputas, dessas divisões, dessas visões diferentes, *mais de método* (...) Mas também ao longo do processo vai adquirindo uma certa nuance *de como deve ser o relacionamento com o governo*” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017, grifos nossos).

As tensões na sucessão à presidência da CUT a que Messias se refere aconteceram entre os anos 2003 e 2006. Em 2003 as tensões se expressaram no veto à reeleição de João Felício para presidência da Central com a interferência direta do Presidente Lula na indicação de Luiz Marinho, que veio a assumir o comando da CUT⁸³. Em julho de 2005, Luiz Marinho aceitou a nomeação para o Ministério do Trabalho – postura fortemente criticada pelas correntes minoritárias, pois esse gesto reafirmava a leitura da Central como uma “central chapa-branca” – e seu cargo foi assumido por João Felício. Nas eleições do ano seguinte novamente a disputa se colocou entre dois grupos: de um lado, a força dos metalúrgicos e bancários capitaneada pelo nome de Artur Henrique que sinalizava para uma concepção sindical de alargamento da parceria social praticada até então pela CUT; de outro lado, João Felício representante dos ramos da educação e petroleiros e que preconizava a necessidade de acentuar a autonomia da CUT frente ao governo e aos partidos, combater o burocratismo e propiciar maior democracia interna. Gilson Reis (2006) relata as diferenças que estavam em jogo na disputa entre esses dois nomes:

A disputa entre João Felício e Artur Henrique não tem precedentes nas clássicas disputas travadas em outros congressos no interior da *ArtSind*. A disputa entre os dois candidatos é a sedimentação, no interior da Articulação, de duas concepções sindicais que evoluíram para posições muito distantes (...) De um lado João Felício que representa uma posição mais social democrata na relação da CUT com o Estado e os patrões, com postura mais de luta e classista. O grupo propõe

⁸² Messias foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores de Informática de Pernambuco e durante os governos petistas atuou na CUT Nacional como Secretário de Saúde do Trabalhador e como Secretário de Relações de Trabalho, tendo assumido o cargo de Secretário de Relações de Trabalho do MTE entre 2012 e 2016.

⁸³ “Luiz Marinho é eleito presidente da CUT”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0806200317.htm>. Acesso em 11 de julho de 2017.

também uma prática sindical mais autônoma e independente em relação ao governo Federal e aos patrões. (...)

Já o dirigente Artur Henrique, aproximou-se desde o início de sua carreira sindical ao núcleo dirigente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, os principais formuladores da política sindical da Articulação. O dirigente é vinculado ao pequeno sindicato dos eletricitários de Campinas no interior paulista. Ao longo de toda a gestão, que encerrou neste sábado, ou mesmo quando dirigente da CUT-SP, Artur e seu grupo vêm rompendo com posições históricas da CUT. (...) Ainda em relação ao novo Presidente da Central⁸⁴, pesa a falta de uma estrutura sindical forte, transformando-o em mero porta voz dos metalúrgicos e bancários, portanto sem autonomia na relação com os dois principais sindicatos que financiaram sua eleição⁸⁵.

As entrevistas realizadas com esses dois dirigentes também evidenciam os pontos de tensão entre esses diferentes campos no interior da corrente majoritária. Suas falas expõem diferenças sobre como a CUT deveria se relacionar com o governo e com o PT. São diferenças de método e não de projeto, como declarou Messias e fica evidente na fala dos entrevistados. Para João Felício a defesa da autonomia é um conceito extremamente importante e que precisa ser o tempo todo reafirmado pela CUT:

“A CUT quando ela foi fundada ela já abraçou a ideia, com muita radicalidade, da autonomia. A autonomia pra nós sempre foi um conceito extremamente importante: nem o PT manda na CUT e nem a CUT manda no PT. Não somos nós que definimos a política do PT e também não é o PT que define a política da CUT. Eu sei disso porque eu fui secretário sindical do PT. Eu era dirigente da CUT e era secretário sindical do PT e nunca me pediram - e se pedissem eu diria não - para transformar a CUT num braço do partido” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017).

Para Artur Henrique a independência e autonomia são aspectos que devem considerar quem está no governo:

“Você tem que manter e preservar a independência e autonomia do movimento sindical, mas o movimento sindical também tem lado. Não é uma independência e autonomia como se fosse uma coisa: ‘independente de quem esteja no governo nós vamos continuar brigando, lutando do mesmo jeito que a gente sempre fez’. É muito difícil essa linha que divide entre a independência e autonomia e o lado, porque eu tenho lado, quem tá agora no governo são pessoas que eu apoiei. Portanto eu não posso chegar na minha base - que é o principal pra um sindicato - e dizer o governo fez isso... o governo fez aquilo’ se há uma semana atrás eu falava pras pessoas ‘olha... nós temos que ter um governo mais democrático... mais popular e tal’” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

⁸⁴ Essa divisão não resultou na indicação de duas chapas, já que Artur Henrique encabeçou a chapa da *ArtSind* que veio a ganhar as eleições com 69% dos votos.

⁸⁵ “A CUT diante de um futuro incerto”. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=190&id_coluna=22. Acesso em 15 de março de 2017.

Vale examinar também a transcrição das intervenções da segunda etapa da Conferência Nacional da *ArtSind* que ocorrera ainda em 2002. Nelas a posição do campo capitaneado por Artur é expressada, sobretudo, por João Vaccari Neto, para quem a CUT era autônoma de governo, mas não de projeto, o que os levava a assumir a responsabilidade histórica de defender o projeto que havia ganhado as eleições, o que significava, também, não continuar com a política de resistência e garantir a reeleição do PT.

Para João Felício aquele era o momento de a CUT recuperar alianças com os movimentos sociais para alcançar conquistas, pois era sabido que “o governo Lula em alguns momentos não atenderá nossas reivindicações” (CONARTSIND, 2002). Neste sentido, seria função da Central ir à Brasília pressionar ao governo e também ir às ruas, se preciso fosse (CONARTSIND, 2002).

Diante das contradições do primeiro governo Lula, as distintas concepções sobre a postura da CUT nos governos petistas se acentuaram com um racha na *ArtSind* que não se efetivou nas disputas de chapas mas se refletiu na atuação da Central. Se o III CONCUT (1988) marcara o início de um período na trajetória da Central marcado pela adoção de uma postura mais propositiva e pela transição de uma CUT-movimento para uma CUT-instituição, o 9º CONCUT (2006) representou um novo ponto de inflexão no sindicalismo cutista. A condução hegemônica da Central pelo setor representado por Artur significou a possibilidade de aprofundar a estratégia de participação social, como foi reafirmado no 9º Congresso Nacional:

Um dos principais elementos da estratégia para o próximo período reside na ampliação do papel negociador da Central. A ampliação e aprofundamento de novas dimensões para as negociações coletivas bipartites (com os patrões do setor privado ou com os gestores do setor público) e tripartites (empresariado privado, Governo e representações sindicais), possibilitam novas conquistas e direitos e permitem uma inserção mais significativa da Central nas pautas gerais de luta dos trabalhadores (9º CONCUT, 2006, p. 46).

Com essas deserções e embates, a corrente majoritária da CUT passou a ser mais influenciada pelo relacionamento PT-CUT-Governo, como relata Messias:

“Eu não diria que a articulação sindical tem a mesma argamassa que tinha lá no início do processo em 2002, 2003. Ela é mais plural, ela é menos consistente do ponto de vista de ideais, ela foi mais contaminada por esse relacionamento PT-CUT-Governo. Sem dúvida ela foi mais contaminada. (...) Contaminada aqui não quer dizer – usar o termo contaminada não deixa de ter uma conotação negativa né. Digamos assim, ela foi influenciada – usando um termo mais positivo – mais influenciada ela diluiu um pouco

seus ideias, seus métodos em função dessa necessidade de relacionar-se com o governo constantemente. Ela sim a principal responsável por tentar esse conflito entre governo e central sindical e ter que equilibrar-se nisso. Influenciar não quer dizer que eu faço uma leitura negativa de como a Articulação sobreviveu a esse processo todo, como a CUT sobreviveu a esse processo todo. Eu digo apenas que ela foi a mais afetada” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017).

Estava em andamento, desde 2003, um processo de apaziguamento das heterogeneidades internas da Central e de consolidação da hegemonia dos setores metalúrgico e bancário dentro da corrente majoritária. A leitura da Central, encabeçada por este campo preponderante dentro da *ArtSind*, era que embora o governo Lula estivesse identificado com um projeto de “desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social” em contrariedade a um projeto de caráter “neoliberal e excludente”, estava presente na sociedade uma forte disputa de projetos que se comprovava na manutenção de uma política macroeconômica de viés conservador durante o primeiro governo Lula. A ampliação do emprego, o aumento do salário mínimo e a criação de diversos canais de diálogo com os atores sociais eram medidas que confirmavam o compromisso do governo com o desenvolvimento, mas diante da política econômica marcada pela manutenção do superávit primário, juros altos e câmbio valorizado e da penalização dos investimentos em políticas sociais, a CUT se via no papel de disputar os rumos da política econômica, aprofundando, para isso, sua participação propositiva e consensuada no segundo governo Lula e buscando uma aproximação com as demais centrais sindicais.

3.1.3 *A coalizão sindical e participação propositiva no segundo governo Lula*

Na visão da corrente majoritária, o embate dentro e fora do governo entre uma visão mais desenvolvimentista e outra mais neoliberal estava refletindo na manutenção da política econômica ortodoxa e nos consequentes limites impostos à pauta da classe trabalhadora. As disputas em curso exigiriam, assim, uma “sólida visão da conjuntura e da correlação de forças” (Caderno de Teses, 11^a Plenária da CUT, 2005, p.9), num momento em que as forças conservadoras se uniam para barrar a reeleição de Lula. A atuação da CUT, nesta conjuntura, seria continuar manifestando seu apoio ao projeto democrático popular representado pelo Presidente Lula e “recolocar” o tema do desenvolvimento no centro do debate da agenda sindical e nacional (10^o CONCURT, 2009, p.14).

Para tanto a CUT aprofundaria a estratégia de atuação definida no 9º Congresso Nacional baseada na participação institucional, visando o fortalecimento da democracia e a ampliação do controle social sobre o Estado por meio do aumento da participação sindical nas instâncias de poder. Essa proposta também dialogava com o cenário de crise política que atingiu o Governo Federal e a ameaça de o Presidente Lula não poder concorrer às eleições em 2006.

Do ponto de vista das reivindicações, dois eram os eixos de atuação redefinidos e ampliados pela CUT. O primeiro era continuar a luta em defesa de um *projeto de desenvolvimento* que redefinisse o papel do sistema financeiro e que permitisse alterar a condução das políticas monetária e fiscal com o objetivo de ampliar o crescimento econômico e a geração de empregos. O segundo era aprofundar o processo de *distribuição de renda e valorização do trabalho*⁸⁶ o que incluía como principais aspectos: a campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o combate à informalidade, a manutenção do processo de valorização do salário mínimo e o incentivo aos Programas de Participação nos Lucros e Resultados, sobretudo para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. A pauta da valorização do trabalho aparece como um elemento novo e se concretiza na necessidade de combate à informalidade e geração de empregos, aspectos que poderiam ser conquistados por meio da redução da jornada de trabalho.

A luta pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho como eixo central da atuação cutista a partir de 2006 seria disputada mediante duas estratégias de atuação: a primeira, como acima descrito, se refere à participação nos espaços institucionais. O elemento novo seria a estratégia de *formação de uma ampla coalizão com as demais centrais sindicais reconhecidas*, aspecto considerado fundamental para reafirmar o protagonismo da CUT na construção e condução de uma agenda que apontasse as diretrizes de um projeto de longo prazo e de desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora. Esse é também um aspecto que reflete uma mudança no perfil das coalizões que a CUT historicamente construiu, pois ela passa a priorizar a aproximação com outras centrais, em detrimento das ações conjuntas com os movimentos sociais, como forma de viabilizar novos canais de pressão que pudessem avançar a correlação de forças na sociedade com reflexos dentro da institucionalidade. Uma das correntes cutistas, a CSD, identificava a falta de atenção que a Central estava dedicando à Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) como um erro, pois essa atuação poderia dar mais alcance à pauta da

⁸⁶ A pauta relativa à legislação trabalhista disputada pela Central é discutida no próximo capítulo.

redução da jornada sem redução de salários, por ser de interesse da população em geral, com destaque para o movimento estudantil e os movimentos de mulheres (12^a Plenária, Texto base e contribuições ao debate, 2008). Mas, a estratégia da CUT estava menos voltada ao diálogo com a sociedade e mais direcionada ao aprofundamento de sua capacidade de negociação com o empresariado e com o governo dentro dos espaços de diálogo criados pelo aparato governamental e pelas próprias centrais.

Com essa estratégia a CUT continuaria negociando ganhos econômicos para classe trabalhadora em nível nacional e, com as possibilidades abertas com a reeleição de Lula, buscava propor medidas que promovessem o crescimento econômico e a geração de empregos. O poder de compra da classe trabalhadora vinha sendo alargado por meio das políticas de incentivo ao crédito, de valorização do salário mínimo e de correção da tabela do imposto de renda. Mas a geração de empregos em si ainda apresentava números modestos, sobretudo do emprego formal, o que exigia uma outra postura da CUT. É neste sentido que a cooperação da Central com o governo e com os empregadores ganhara, nesse momento, outra dimensão, pois era no incentivo ao investimento produtivo e no estímulo ao consumo que residiriam, na visão desses atores, as possibilidades de crescimento econômico e a consequente geração empregos.

Com a crise política que colocara em risco a reeleição de Lula e com as ainda modestas taxas de crescimento econômico do primeiro governo, a retirada de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda em março de 2006 já sinalizava a mudança de rota do segundo mandato. Essa mudança ancorou-se na perspectiva de “avançar mais aceleradamente no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento” (PROGRAMA, 2006, p. 5). As diretrizes dessa plataforma foram debatidas, avaliadas e construídas no CDES como um espaço de “construção ativa na busca da produção de uma ‘vontade coletiva’, derivada não de seu caráter popular, mas de seu conteúdo e direção claramente empresarial” (GUIOT, 2015, p. 274). O movimento sindical se viu como parte integrante desse processo na medida em que o Conselho promovia a democratização dos espaços de poder e disseminava uma proposta pró-desenvolvimento da qual os trabalhadores eram parte constitutiva, mas cuja lógica de negociação passava pelo entendimento de que a ampliação dos mercados era condição *sine qua non* para a expansão do emprego, da renda e para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Dentre as principais frentes de expansão do capital naquele momento estavam o setor da construção civil e a consecução de projetos de investimento na área de petróleo e gás, com

destaque para a área de biocombustíveis e para modernização e ampliação do parque de refino. Ambos objetivos compunham os eixos estratégicos do Programa de Aceleração do Crescimento que fora lançado em 2007. Mas as primeiras movimentações em torno da construção de consensos para o destravamento do investimento nessas áreas começaram a ser projetadas no CDES, como deixa transparecer a fala do Ministro Tarso Genro:

“O diálogo ocorrido neste Conselho produziu medidas concretas implementadas pelo governo. (...) O Conselho apresentou também ao Presidente os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento com propostas para destravar a economia e melhorar a distribuição de renda no país. O Presidente tem usado muito essa palavra destravar, no final do ano passado ele dedicou praticamente 90% do seu tempo em relação à busca do destravamento. Focou esse esforço no PAC, o Programa de aceleração do Crescimento, para criar as condições necessárias para que o país possa decolar, tanto na infraestrutura quanto na energia” (Ministro Tarso Genro, Ata da 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio, 2007, p. 4).

Os empresários entendiam que o CDES era o espaço privilegiado para o debate destes que eram os grandes desafios do país, como exemplifica a fala de Paulo Safadi Simão, conselheiro e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC):

“E qual será o papel desse Conselho para os próximos dois anos? Eu acho que vai ser de grande relevância, principalmente em função dos grandes desafios que estão hoje colocados pelo governo. Começa pelo PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, esse programa, esse belo plano de obras muito bem articulado, muito bem estruturado, de 503 bilhões de reais para os próximos quatro anos com uma ênfase muito grande nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura, que é uma solicitação da sociedade brasileira, sem o que nós teremos muitas dificuldades em avançar de desenvolver de maneira consistente, de maneira sustentável. E o PAC se dispõe a isso. O grande desafio do PAC, senhor ministro Walfrido, é exatamente a atração e a participação da iniciativa privada. Dos 503 bilhões de reais do PAC, 200 bilhões de reais estão alocados à iniciativa privada. Eu acho que isso é um grande desafio, porque na parte das estatais e da parte do governo, eu vejo muito pouco problema que a coisa seja viabilizada. A parte que me parece mais delicada e que é o maior desafio é de fato a atração desses 200 bilhões de Reais, claro, dentro da velocidade e dentro do volume que se espera da iniciativa privada. E aí eu acho que o Conselho pode fazer um grande papel, o Conselho pode dar uma grande contribuição ao país no momento que ele estudar, opinar, trabalhar as medidas e os projetos que poderão destravar, que poderão facilitar o encaminhamento de cada projeto daquele do PAC, que claro, cada um vai ter seu problema, cada um vai ter o seu obstáculo, mas eu acho que o esforço conjunto poderá ajudar muito e eu acho que esse é um papel relevante do nosso Conselho” (Paulo Simão, Ata da 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio, 2007, p. 6).

O movimento sindical cutista se viu como parte integrante desse processo, pois participou ativamente dos espaços elaborados no CDES, coordenando iniciativas junto ao setor empresarial. Em 2006, Artur Henrique participou e liderou ao lado de Antoninho Marmo

Trevisan⁸⁷ e Paulo Godoy⁸⁸ as reuniões para construção do *Termo de Referência sobre a Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento*. Nessa agenda, eles estabeleceram pontos que deveriam ser enfrentados pelo governo com a finalidade de viabilizar a agenda do desenvolvimento. Dentre eles figuravam: a necessidade de restabelecer a capacidade de investimento do setor público, estimular o investimento privado, elaborar estratégias para resolução de conflitos de natureza sindical e ambiental, incentivar as parcerias público-privadas e, por fim:

“Garantir uma atividade empresarial saudável, num ambiente de negócios estimulante para, justamente, atrair capitais. Proceder a rearranjos institucionais com contrapartidas sociais, para incorporar as demandas dos trabalhadores. O Artur da CUT foi muito enfático nesse tema” (Antoninho Trevisan, Ata da 20ª Reunião do Pleno do CDES, 5 de dezembro, 2006, p. 6).

Artur fez então uma intervenção com a finalidade de esclarecer o ponto:

“A agenda da infraestrutura passa necessariamente por um processo de concertação, ou seja por um processo de debate, de diálogos e de construção de consensos do ponto de vista dos gargalos a respeito da necessidade de se restabelecer a capacidade de investimento do poder público. Mas também a necessidade de se colocar claramente no debate, a partir desta agenda que está sendo proposta de construção, aperfeiçoar mecanismos de participação da sociedade civil nos processos e instrumentos de planejamento e de alocação de recursos públicos. (...) A outra questão que eu queria reforçar diz respeito à necessidade das contrapartidas sociais. Nós entendemos no grupo, e foi colocado no relatório, que é fundamental em qualquer investimento público em infraestrutura ensejar o crescimento do emprego, a qualificação da mão-de-obra, a formalização e o respeito à legislação trabalhista como contrapartidas necessárias a qualquer tipo de investimento criado e discutido para as condições do financiamento, bem como fortalecer e criar mecanismos em instituições públicas diversas para garantir a participação dos trabalhadores, usuários e sociedade civil no planejamento e na gestão da infraestrutura. (...) Propostas para acordar soluções para os conflitos na área de infraestrutura, sempre trabalhando com *a visão da necessidade da concertação*. É preciso levantar aquilo que são conflitos existentes dos atores sociais, debater e construir uma agenda possível de estabelecer quais são os consensos, e portanto, dar passos em direção ao necessário desenvolvimento com distribuição de renda” (Artur Henrique, Ata da 20ª Reunião do Pleno do CDES, 5 de dezembro, 2006, p. 7, grifos nossos).

O objetivo do governo naquele segundo mandato era manter uma média de crescimento econômico de 5% a.a., o que geraria emprego e renda para a população brasileira. Esse objetivo contemplava frações do setor empresarial, como a construção civil, a indústria de transformação e o agronegócio, e os trabalhadores; premissa a partir da qual a CUT julgava ser

⁸⁷ Diretor Presidente da Trevisan Escola de Negócios.

⁸⁸ Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base.

possível construir consensos com o patronato. A questão era, a partir desses consensos, criar um ambiente de negócios no país que fosse capaz de destravar o investimento e tentar negociar as contrapartidas sociais desse processo.

Neste mesmo sentido, em 2007 o Conselheiro e Presidente da CUT, Artur Henrique, propôs a criação e coordenou, no âmbito do CDES, o *Grupo de Trabalho: Bioenergia, Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel*. A preocupação central desse grupo de trabalho era avaliar as cadeias de produção dos biocombustíveis e da bioenergia a fim de propor recomendações para a viabilização de investimentos públicos e privados nessas cadeias. As sucessivas crises do petróleo e a necessidade de alteração da matriz energética passavam então a figurar entre as preocupações da maior central sindical brasileira, visto que os impactos sobre o meio ambiente e as relações de trabalho também deveriam ser dimensionados.

Essas duas iniciativas do movimento sindical cutista dentro do CDES possuem impactos sobre as relações de trabalho nos setores em questão, o que será analisado no próximo capítulo. Por ora cabe destacar que a agenda sindical cutista dentro do CDES buscava conciliar as soluções para a realização do investimento nesses setores com a pauta trabalhista centrada na necessidade de geração de empregos. Essa estratégia encontrada pela CUT para pautar os temas do crescimento e do emprego coadunava com a concepção sindical da *ArtSind* baseada na construção de um grande acordo nacional. Ela também aproximava a CUT da FS à medida que os interesses do patronato e da classe trabalhadora não eram colocados em oposição.

Essa visão auxiliou na unidade entre as centrais, dentre elas CUT e FS que haviam ocupado campos políticos opostos nos anos 1990, em torno da elaboração de uma agenda do desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora baseada na busca pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho. Essa agenda formulada no âmbito da *Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho* e composta pelas centrais (CUT, CAT, CGT, SDS, CGTB, Força Sindical e NCST) se baseava na ideia de que era possível conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social. Em seu primeiro eixo (Desigualdade e Concentração de Renda) a principal proposta das centrais era a manutenção do processo de valorização do salário mínimo, seguida pela necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura. Seu segundo eixo (Desemprego e Informalidade) previa que o processo de crescimento econômico com fortalecimento do mercado interno precisava intensificar a geração de empregos formais (AGENDA, 2007).

O protagonismo da CUT na formulação dessa agenda expressa-se, como afirma a própria instituição, em seu esforço para construir a unidade entre as centrais e no fato de o documento conter a “nossa concepção” e a “maioria significativa das nossas propostas” que são “fruto das deliberações congressuais da CUT e dos ramos” (DN, 2007, p. 5). Nas diretrizes dessa agenda é que a CUT visualizava a possibilidade de “enraizar sua ação propositiva e de pressão” (DN, 2007, p. 4).

A realização dessa ação conjunta marcou não somente a aproximação das centrais sindicais, como também expressou a criação de um espaço de diálogo, apresentação de propostas e construção de consensos entre o empresariado e o movimento sindical. Quando da realização da *Jornada* representantes do empresariado nacional foram convidados a participar, dentre os quais Paulo Safadi Simão, Presidente da CBIC e Conselheiro do CDES, que naquela ocasião disse que já havia passado a “fase da relação de confronto e conflito. O confronto vai continuar, mas de outra forma. Queremos o projeto para fazer o país crescer”. Para o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo, também presente no evento, apesar de haver diferenças entre trabalhadores e empregadores, os objetivos seriam “semelhantes”, sendo necessário “identificar as divergências e trabalhá-las com afinco para alcançarmos o desenvolvimento sustentável” (AGENDA, 2007, p. 10).

A aproximação entre CUT e FS e delas com o setor industrial estava alicerçada na ideia de que somente soluções consensuadas seriam analisadas e contempladas pelo governo. Essa foi uma constatação muito presente nas entrevistas com os dirigentes sindicais cutistas que compõem a *ArtSind* mas mantém críticas ao setor majoritário, sob o argumento de que o governo Lula era um governo de conciliação e não um governo de “esquerda” ou de “luta de classes”:

“O governo Lula ele não foi um governo de ruptura né?. Ele não foi um governo de ‘ah... vamos fazer aqui... é luta de classe... rompeu... foi os trabalhadores que assumiram’. Foi um governo de coalizão, inclusive não com a esquerda mas com setores da direita, setores da meia... enfim...” (Graça Costa, entrevista realizada em 23/06/2017).

“Eu acho que o Lula nunca foi – e ele nem se propôs a ser – um governo totalmente de esquerda. (...) Ele fez determinadas concessões para poder gestar esse governo e essas determinadas concessões não o colocou num patamar ou.. as opções políticas que ele tomou não o colocaram num patamar de fazer as transformações que a sociedade brasileira queria” (Rosane, entrevista realizada em 22/06/2017).

Com a clareza das condições que estavam colocadas para que as demandas fossem atendidas é que a estratégia de coalizão com as demais centrais se estabeleceu. Ela se apresentou

como mais um instrumento capaz de ajudar a CUT a adquirir recursos de poder na medida em que fornecia o acesso a uma rede de indivíduos dentro da comunidade – neste caso setores politicamente opostos no mundo sindical – com o objetivo de ampliar o leque de consensos. Kelly e Frege (2003) identificam essa atuação como um processo estratégico de construção de coalizões. Para os autores ela geralmente ocorre quando o movimento sindical objetiva ampliar sua interlocução com outros movimentos sociais e sua agenda de reivindicações. Nesse caso, a CUT privilegiou sua interlocução com as demais centrais, tendo em vista seu objetivo de fazer reverberar o poder de influência do movimento sindical sobre as pautas em debate nos espaços institucionais e de construir um bloco sindical de apoio ao governo. Há uma forte interação, neste sentido, entre a estratégia de aproximação das centrais sob o protagonismo cutista com a estratégia da participação social.

A aproximação das centrais com as instituições empresariais de destaque no cenário nacional (dentre as quais, CNI, CBIC, FIESP, CNC) fora dos espaços institucionais promovidos pelo governo, por sua vez, revelava a busca de uma relação de cooperação com as associações patronais do setor industrial e do comércio em nível nacional. Iniciativa, aliás, que atraía a FS, por sua predisposição em negociar com o empresariado. Essa pode ser lida como um estratégia de parceria social entre trabalhadores e empregadores, tal qual entendida por Fitcher e Greer (2004), para quem a parceria social consiste em relações de cooperação entre instituições sindicais e empregadores portadoras de uma agenda política que implique ganhos mútuos, como metas de política social que se estendem para além dos dois parceiros sociais (como integração do mercado de trabalho, igualdade de oportunidades e desenvolvimento econômico regional). No caso em questão, o objetivo mútuo estava ancorado na promoção das condições necessárias para o destravamento dos impasses aos investimentos nesses setores, gerando emprego e renda para a classe trabalhadora. É nesse encontro de interesses, manejado pelas estratégias de construção de coalizões e parcerias com empregadores e com o governo, cuja arena privilegiada foram os espaços institucionais, que os ganhos econômicos para os trabalhadores foram viabilizados.

Com a chegada da crise internacional de 2008 a percepção sobre a necessidade de destravamento das condições de investimento que figurava entre os objetivos comuns do empresariado, do governo e do movimento sindical foi fortalecida. A necessidade de uma solução consensuada que priorizasse a manutenção das condições de crescimento da economia e a capacidade de compra da população se fazia ainda mais presente e foi no CDES, como uma

célula de gestão dos efeitos da crise (GUIOT, 2015), que os interesses dos atores encontravam seus pontos de convergência. Lula cobrava que a postura dos atores fosse justamente essa e sinalizava, em alinhamento com os empresários, que o governo faria todo o esforço necessário para o restabelecimento das expectativas e da oferta de crédito na economia:

“Só serão mantidos os postos de trabalho se as empresas continuarem produzindo, e só vão continuar produzindo se tiver mercado para elas venderem. Se a gente permitir que por medo as pessoas deixem de comprar a sua casinha, que por medo as pessoas deixem de fazer a reforma na sua casa, que por medo a pessoa deixa de financiar o seu sonho mágico de ter um carro, que por medo a pessoa não queira trocar a sua televisão, que por medo a pessoa não queira utilizar o primeiro sutiã...se a gente...é que eu lembrei de uma propaganda... Se a gente permitir que o pânico tome conta da sociedade, o que vai acontecer Artur? Aquilo que vocês têm medo vai acontecer de verdade. Aí a primeira atitude que a empresa toma é mandar o trabalhador embora, a segunda atitude que a empresa toma é tentar fazer um ajuste maior, diminuir a produção, o comércio vai vender menos, as casas não vão acontecer, as lojas não vão vender, e parece que tem gente que está querendo que isso aconteça, isso é que é mais grave. Isso que é mais grave. Parece que tem gente que está torcendo para isso acontecer. E é exatamente contra esses Gerdau, que eu me insurjo todo santo dia vendendo otimismo.

Estou vendo os aposentados querendo tomar dinheiro emprestado ali ó, sabe? A Dona Zilda quer um pouquinho de dinheiro emprestado e se não tiver, meu filho, vai tudo pro vinagre. Então eu quero que vocês saibam o seguinte: eu sou o mais otimista dos brasileiros. Aonde eu puder falar para ninguém deixar de comprar o que estava pensando em comprar, eu vou dizer. Vou dizer porque esse país passou tanto tempo sem o povo poder comprar as coisas, que agora que ele tem o direito de sonhar em ter o seu carrinho, em ter o seu computador, sabe, em trocar a televisão, agora todo mundo quer um diabo de uma televisão de plasma não sei das quantas, uma televisão desta grossura, as outras eram com uma caixa deste tamanho... O meu papel é incentivar as pessoas a comprarem isso, porque é prazeroso a gente saber que o trabalhador com seu salário no final do mês comprou uma coisa para melhorar a vida da sua família. Esse é o meu papel. E somente assim é que este país não vai diminuir o seu crescimento” (Lula, Ata da 28ª Reunião do Pleno do CDES, 6 de novembro, 2008, p. 23 - 26 - 27).

Para isso seria necessário alargar as condições de financiamento da economia, fosse para o investimento ou para o consumo da população. Para os empresários a escassez de crédito era o principal problema a ser enfrentado pelo governo, como mostra a fala de Abílio Diniz:

“Tem certos momentos, como diria Friedman - todos nós somos keynesianos - tem que intervir mesmo, tem que entrar, tem que fazer, tem que assumir a responsabilidade. É Governo ou não é Governo? Tem que assumir. Ah! Porque vai estatizar banco! Que horror! Tem que fazer! Porque isso dá, traz confiança. Eu acho que é importante nós olharmos pra isso. O importante é que se a gente olhar pra trás, vai ver o que a gente já fez, vai ver o momento atual e o que a gente vai fazer pra frente. Temos que ter confiança. Não pode faltar crédito, crédito é vital, não pode faltar crédito, inclusive para a indústria automobilística” (Abílio Diniz, Ata da 28ª Reunião do Pleno do CDES, 6 de novembro, 2008, p. 18).

Para o movimento sindical cutista o cenário de crise era uma oportunidade para exigir o aprofundamento do modelo econômico que vinha sendo implementado, já que as políticas anticíclicas poderiam vir na direção de aprofundar a ampliação do mercado interno e, assim, abririam ainda mais espaço para o país consolidar essa dinâmica de crescimento, a exemplo do alargamento do período de concessão e valor do seguro-desemprego. A ideia central seria não cobrar do governo apenas uma estratégia para enfrentar a crise, mas para recuperar o crescimento econômico e dar vazão àquela trajetória de crescimento. Para isso a Central pressionaria o governo para implementar medidas de “ampliação de crédito, redução de juros e dos *spreads* bancários e desonerações tributárias momentâneas e específicas para os setores mais atingidos pela crise, condicionadas a contrapartidas de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores” (10º CONCUR, 2009, 9).

Para dar visibilidade a essa agenda ao final de 2008 a CUT e as demais centrais entregaram ao Governo Federal em audiência com o Presidente Lula uma pauta anti-crise com destaque para o pedido de extinção do superávit primário como forma de manter e ampliar os investimentos públicos. Em dezembro daquele mesmo ano, a então Ministra-chefe da Casa Civil e futura Presidenta, Dilma Rousseff esteve na reunião da Diretoria Nacional da CUT realizada no Sindicato dos Bancários de Brasília para ouvir as propostas da Central para o enfrentamento da crise. Esses dois momentos mostram o acesso e a proximidade que o movimento sindical cutista possuía junto ao governo. Além disso, a CUT também realizou uma série de mobilizações com as demais centrais, algumas com a participação dos movimentos sociais:

Quadro 6: Movimentações da CUT para barrar os efeitos da crise

Dezembro de 2008	<i>V Marcha Nacional da Classe Trabalhadora</i> , organizada por todas as centrais, cujo mote central era “Os Trabalhadores e Trabalhadoras não pagarão pela Crise”
Fevereiro de 2009	<i>Dia Nacional de Lutas</i> . Em 12 regiões metropolitanas, paralisações, atraso na entrada de turnos e passeatas de rua reivindicam responsabilidade social dos empresários e dos governos, cobrando alternativas às demissões. Na opinião da CUT, todos os setores de atividade acumularam muito lucro nos últimos períodos
Março de 2009	<i>Dia Nacional de Luta em Defesa do Emprego</i> , em diversas localidades do país. Em São Paulo, no principal ato do dia, mais de 30 mil manifestantes reúnem-se na Avenida Paulista. Um dos aspectos que se destacam nessa ação é a unidade de todas as centrais. No mesmo dia 30, o governo atende as centrais e, ao anunciar mais três meses de isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros novos, estabelece que as empresas do setor ficam obrigadas a manter o nível de emprego. Ato Unificado com outras centrais (FS, CGTB, UGT, CTB e NCST).

Agosto de 2009	<i>Jornada Nacional Unificada de Lutas</i> com a participação das demais centrais e entidades dos movimentos sociais.
Novembro de 2009	<i>VI Marcha Nacional da Classe Trabalhadora</i> organizada por todas as centrais cuja principal pauta é a redução da jornada semanal para 40 horas semanais sem redução de salário, e com hora extra remunerada em 75% a mais que a hora normal.

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisas nas mídias sindicais.

Havia um afinamento entre a posição da CUT e dos empresários do setor produtivo e do comércio dado o reconhecimento de que era preciso manter o ritmo de crescimento da economia – inclusive com possíveis desonerações fiscais ao setor produtivo. As discussões em torno da necessidade de uma Reforma Tributária como forma de aumentar a competitividade das empresas era uma agenda que já vinha sendo discutida num grupo de trabalho específico dentro do CDES, mas como cada setor queria a sua própria reforma, como dizia Lula, ela acabou não sendo encaminhada. A partir de 2008, ela foi pontualmente mobilizada em nome da aprovação de desonerações fiscais para setores muito afetados pela crise e acabou se concretizando por meio da prorrogação da desoneração de vários itens na aquisição de bens de capital pela redução do IPI, suspensão de tributos para a indústria petroquímica (IPI, PIS, COFINS) no norte, nordeste e centro-oeste e pela desoneração de PIS e COFINS incidentes sobre a venda de computadores.

A estratégia de participação social ancorada na busca de consensos estaria, assim, funcionando como um mecanismo de resolução dos problemas que travavam o investimento privado, aspecto que o movimento sindical cutista entendia ser fundamental para a manutenção dos empregos. É com esta mesma orientação que Artur Henrique propõe, em consonância com os interesses do setor bancário, que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aceitem oferecer contas correntes com isenção de tarifas e taxas de juros reduzidas a trabalhadores filiados a sindicatos cutistas como medida de incentivo ao consumo num momento de crise. Essa ideia fora proposta no CDES e aceita pelos representantes dos bancos.

O apoio da Central às desonerações fiscais ao setor produtivo e sua proposta de abertura de novas contas correntes com juros e tarifas mais baixas mostrava que a Central buscava elaborar proposições ancoradas na harmonia de interesses entre os diferentes setores do capital. Ao mesmo tempo, a CUT orientava seus sindicatos a intensificar as lutas e negociações para que a lucratividade das empresas fosse “repassada aos trabalhadores e trabalhadoras na forma de aumento real de salários e maiores parcelas na Participação nos Lucros e Resultados” (6º CONCUR, 2009, p. 24). Duas dessas iniciativas – as desonerações e o incentivo à PLR –

diminuiriam as contribuições para o fundo público e a última ainda estimularia a luta por uma forma de remuneração variável com consequências sobre o ritmo, a intensidade e o controle do trabalho. Seus efeitos negativos sobre a classe trabalhadora, entretanto, eram menos importantes do que a apresentação de propostas que tivessem alinhadas à estratégia nacional de incentivo ao consumo e ao investimento produtivo com contrapartidas na geração de emprego e no aumento do poder de compra para os trabalhadores. A fala de Artur Henrique na 28ª Reunião plenária demonstra a conexão entre a pauta da classe trabalhadora e a continuidade do processo de crescimento e a importância da manutenção dessa articulação para o enfrentamento da crise:

“Para os trabalhadores, o enfrentamento dessa crise passa pela valorização do trabalho, pela ampliação do crédito e pela manutenção dos investimentos, mais e melhores empregos e menos juros, mais crédito para quem quer produzir, para quem quer gerar emprego, e menos juros na especulação ou no controle da inflação, porque ninguém quer a volta da inflação. Por isso a nossa posição é de que as ações devem ser focadas para a continuidade desse processo de crescimento econômico, com a manutenção e ampliação das políticas públicas e dos programas sociais, a exemplo do PAC, do Bolsa Família, do Territórios da Cidadania, do Programa de Desenvolvimento Produtivo e do desenvolvimento sustentável, com investimentos na produção e no mercado interno, assim como do papel que as centrais sindicais tiveram para garantir o aumento do salário mínimo, a renda e portanto o consumo das famílias, que fazem com que esse ciclo virtuoso permaneça ativo e positivo na Economia. (...) Eu fico feliz, Presidente, em saber que o mundo está cheio de keynesianos agora, só agora, mas o mundo está cheio de keynesianos. (Artur Henrique, Ata da 28ª Reunião do Pleno do CDES, 6 de novembro, 2008, p. 22).

As pautas consensuadas em torno do enfrentamento dos impactos da crise foram então efetivadas. A fala do Conselheiro Antoninho Trevisan elucidada como as decisões acordadas no CDES foram essenciais para a tomada de decisão do Presidente da República, mostrando, ao mesmo tempo, que solucionar os problemas do setor industrial significava gerar empregos. O fato de este ser o último ponto de sua fala, reflete seu lugar subordinado na lista de problemas identificados pelo setor empresarial:

“Eu quero enfatizar que o momento histórico desse Conselho foi quando no dia 14 de outubro de 2008, o Comitê Gestor, de posse desse documento aprovado neste plenário, se reuniu com o Presidente Lula para apresentar a ele as conclusões deste Conselho acerca da crise que estava se instalando e já se instalara nos Estados Unidos e na Europa e na Ásia. Aí apresentamos ao Presidente quatro pontos: *juros* - deveriam ser compatíveis com a rentabilidade do setor produtivo. A gente descobre que se os juros cobrados no setor produtivo são maiores do que a rentabilidade do setor produtivo ele só tem um resultado, a empresa vai quebrar, como 2 e 2 são 4. E o Presidente Lula incorporou essa visão. Segunda visão, o *crédito*. O Conselho de Desenvolvimento afirmou para o Presidente que era a hora de manter a economia aquecida e o Presidente

decidiu não aderir a crise, como muita gente fez. Como é que você faz a adesão a crise? Fácil. Suspende o crédito e aumenta os juros e suspende os investimentos. Essa é a maneira de aderir, não é Ministro? É a maneira de aderir à crise e o Presidente Lula decidiu e falou: “à crise, o Brasil não vai aderir”. Teve país que aderiu e que estão aí vivendo a crise, não é Ministro Velloso que nos assessorou enormemente nesse documento. O terceiro ponto, o *câmbio*. O câmbio não podia ficar solto e o Presidente também incorporou essa visão. Naquela manhã daquela quinta-feira, e eu não me esqueço a data quando me encontro com gente importante, mas de jeito nenhum, como é que eu vou me esquecer do dia em que me reuni com o Presidente da República? Foi numa manhã de uma quinta-feira, desse dia 14 de outubro de 2008. Afinal, a gente não se encontra todo dia com o Presidente da República. E, finalmente, a questão do *emprego*. O Presidente incorporou esses quatro pontos e transformou isso em ação. E aí, então, vai a minha saudação aos bancos públicos brasileiros, na pessoa do Presidente do Banco do Brasil, que seguramente deu uma aula de como é que se faz uma gestão na crise, graças e esse Conselho, Ministro” (Antoninho Trevisan, Ata da 31ª Reunião do Pleno do CDES, 27 de agosto, 2009, p. 9).

Tal harmonia entre os interesses do capital e do trabalho mostrou-se tão promissora para o sindicalismo cutista nesse momento que outras estratégias apresentadas pela FS foram rechaçadas não somente pela CUT, mas por parte do setor empresarial e pelo governo. A FS fez algumas negociações com a FIESP no sentido de propor a redução da jornada com redução de salários como medida de enfrentamento da crise. A Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e a CUT foram à Associação Nacional Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) propor que essa agenda negativa não fosse aceita, já que o governo poderia aprovar medidas que iriam reativar o consumo, sendo desnecessário a redução de salários. A fala de Artur Henrique conta o episódio e traz a dimensão da sinergia de interesses entre a CUT, o CDES e o setor empresarial:

“2008, auge da crise, o Paulinho vem e conversa com o Paulo Skaf e resolve fazer um acordo de chamar um ato contra as demissões (...): ele propõe redução de jornada com redução de salário e acordos globais. Então as centrais negociariam um acordo. Ele fez essa conversa com o presidente da FIESP e o presidente da FIESP conversou com o presidente da CNI. Quem me liga num belo dia na CUT?. O Paulo Skaf me convidando pra uma reunião com este debate. Só que o Paulinho já tinha avisado a Folha de São Paulo e aí eu simplesmente falei: ‘olha, não vou, sou contra a proposta que vocês estão fazendo’. (...) Eu fui contra e a gente foi pra cima. Vencemos porque o Lula chamou depois as centrais sindicais pra discutir como enfrentar a crise de 2008 e ele mesmo disse: ‘tá errado, essa agenda é agenda negativa, nós temos que pegar os bancos públicos, arrumar dinheiro, jogar crédito’. A reação - digamos assim - do conselho [CDES] à proposta do Paulinho da Força que depois a imprensa não deu ou também escamoteou. (...) O conselho aprovou e a gente começou a fazer reunião com a ABIMAQ, nós fizemos reuniões com algumas empresas ligadas aos metalúrgicos. Então a gente falava ‘tá errada essa agenda, vai ter três milhões de desempregados por conta da crise?, vamos derrubar salários, derrubar não sei o que. Não, queremos fazer o contrário’. E conseguimos o apoio de alguns empresários, quando chegou no conselho

foi que o Lula aprovou reduzir juros, aprovou usar os bancos, as políticas anticíclicas” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Esse trecho também mostra o protagonismo da CUT dentro do CDES, pois mesmo Paulinho da FS tendo alinhavado um acordo com a FIESP, a proposta de redução de jornada com redução de salários fora vencida. O depoimento mostra, ainda, a força dos metalúrgicos – tanto do lado empresarial quanto sindical – na articulação de propostas que pudessem ser consensuadas no Conselho para o enfrentamento da crise. Embora CUT e FS tenham atuado no mesmo campo, sobretudo entre 2006 e 2012 (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015), as tensões ainda existentes entre elas expunham o protagonismo cutista na condução dos processos de articulação de interesses com o setor empresarial, papel que nos anos 1990 era desempenhado pela própria FS.

Estava, assim, sendo colocada em prática a concepção sindical defendida pela *ArtSind* e baseada na promoção de um Acordo Nacional pelo crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo. Neste sentido, a Central exercia um sindicalismo baseado no consenso e no encontro de interesses entre capital e trabalho possibilitados pelos espaços de concertação criados pelo novo governo. Com essa estratégia de atuação baseada na participação social, a CUT aprofundava a contradição em que o movimento sindical, como um todo, está imerso e que se refere a busca de ganhos econômicos para os trabalhadores mediante o incentivo da acumulação capitalista.

A Central aprofunda esta contradição na medida em que altera sua trajetória de atuação transitando de um discurso e prática de oposição entre capital e trabalho, para um postura de complementação, pois alcança uma posição de gestão do Estado capitalista, colocando-se como proponente de mecanismos e políticas que favoreçam a acumulação. Esta contradição já estava presente no sindicalismo-CUT durante os anos 1990, mas se intensifica à medida que a própria participação institucional da Central migra da esfera da parceria na formulação de políticas para a participação nas diretrizes que guiarão o desenvolvimento do país.

O problema não reside aí, já que a dimensão política da luta sindical cutista também se expressa em sua capacidade de gerar melhores condições de vida para os trabalhadores numa sociedade cujo padrão de desenvolvimento capitalista fora constituído sob a marca da desigualdade de renda. A dificuldade está em aliar-se aos atores na busca da intensificação do processo de acumulação do capital, inclusive financeiro como deixa perceber a proposta do crédito consignado, sem chamar atenção para as consequências da financeirização sobre a vida

dos trabalhadores. Ao contrário, a eles se alia como parte integrante do sistema de acumulação, na busca de maiores ganhos para a classe trabalhadora. A Central, assim, vai perdendo a capacidade de se opor aos interesses do capital – o que prejudica seu poder de pressão no campo da legislação laboral, como será discutido no próximo capítulo – e busca lançar-se enquanto representante dos trabalhadores pela sua função de prestação de serviços.

Mais do que isso, na medida em que o sistema de proteção social se via ameaçado pela própria lógica da financeirização que atingiu o sistema previdenciário, habitacional e educacional (LAVINAS, 2017) e que os traços flexibilizadores das relações de trabalho continuavam ganhando espaço, o sindicalismo cutista mostrava menor disposição ao questionamento do modelo neoliberal em nome da sobrevalorização de iniciativas redistributivas no campo econômico. O fez sempre tensionado, como as entrevistas demonstram, pela necessidade de manter o apoio ao governo e de articular uma base de sustentação composta por todas as centrais reconhecidas.

Essa dinâmica de crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo logrou aliviar as carências materiais dos trabalhadores brasileiros, aspecto sobre o qual a CUT procurou justificar seu apoio aos governos Lula. Entretanto, em nome da defesa desse campo político e apesar das deserções internas que isso causou à CUT, a atuação da Central não contestou a timidez das medidas governamentais no que tange ao alargamento da tela de proteção social e à interrupção de práticas flexibilizadoras do mercado de trabalho, impulsionando a obtenção dos direitos da cidadania salarial para a esfera do mercado e da parceria entre capital e trabalho.

3.1.4 O governo Dilma e os desafios para a permanência da estratégia de participação social

A vitória de Dilma, com o apoio de todas as centrais reconhecidas, significou a possibilidade de intensificar o processo de crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo. Naquele momento, a estratégia da cúpula do movimento sindical estava voltada ao objetivo de aumentar seu poder de influência “no âmbito político e governamental” para que “os trabalhadores tenham voz e vez”, como afirmam as cinco centrais sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical e NCST) na segunda *Agenda da Classe Trabalhadora* resultante da realização da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora

(CONCLAT) em 2010 (AGENDA, 2010, p. 12).

Novamente a formação de uma coalizão político-sindical expressava-se como iniciativa estratégica para intensificação da participação nos espaços de diálogo. A unificação da pauta e a aproximação das centrais também figurava como condição fundamental para a continuidade do projeto petista no governo.

Para a CUT esse era o momento de combinar “reivindicações econômicas com uma ativa participação no processo político-eleitoral” (DN, 2010, p. 9) na defesa da continuidade do processo de crescimento econômico e dos governos petistas, afinal eles teriam promovido uma transição do “neoliberalismo para um modelo de desenvolvimento que prioriza o avanço de políticas de emprego, no campo e na cidade, com robustas políticas sociais” (11º CONCUR, 2012, 15). Como o país estaria diante do “limiar de um novo período político mais favorável aos trabalhadores e às forças populares” (11º CONCUR, 2012, 16), esse seria um momento histórico importante para que a CUT não somente continuasse sua estratégia de luta econômica, mas também lançasse novas abordagens que redirecionassem o papel do Estado: “um Estado que desempenhe o papel de indutor desse novo modelo e, para isso, é necessária a constituição de esferas públicas, cada vez mais estruturadas por processos de democracia direta e participativa” (11º CONCUR, 2012, 17).

Para conquistar um Estado democrático a CUT priorizaria ampliar sua participação nos diversos espaços institucionais, buscando aprimorar sua capacidade de formulação e deliberação (11º CONCUR, 2012). A Central entendia que essa estratégia de atuação baseada na participação social a levaria a ampliar sua capacidade de formulação sobre as políticas públicas e com isso ela estaria unindo o universo da luta econômica com a luta política:

Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão. É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. (...) Por isso, devemos priorizar e ampliar a participação da CUT nos diversos espaços institucionais, como conselhos, fóruns, Comissões, Grupos de Trabalho (GTs), etc., nos âmbitos nacional, estadual e municipal, além da atuação CUTista nas conferências de políticas públicas e nos fóruns internacionais - tarefas que buscam ampliar o controle social sobre o Estado, com a institucionalização das Conferências Nacionais e ampliação da capacidade de formulação e deliberação dos diversos conselhos sobre as políticas de Estado (11º CONCUR, 2012, p. 21).

Essa era a necessidade de ação política vislumbrada pela Central, que já estava refletida em sua atuação desde o primeiro governo Lula e cujo aprofundamento expressava a consolidação da hegemonia da *ArtSind*. Diante das “robustas políticas sociais” adotadas, numa posição de moderação crítica às consequências do processo de provisão e acesso aos bens públicos mediante a intermediação do mercado, a atuação política da CUT centrava-se no âmbito institucional com vistas a ampliar o controle social sobre o Estado e a disputar a permanência da trajetória de crescimento econômico.

Durante o governo Dilma, a capacidade da Central de negociar ganhos econômicos para a classe trabalhadora se expressou na aprovação de uma política permanente de valorização do salário mínimo em 2011 e da Lei 12.832 que isenta de imposto renda de pessoa física o recebimento de até 6 mil reais em forma de PLR em 2013. Importante notar que esta última regulamentação incentiva a remuneração variável, fortalecendo um processo de deterioração das condições de trabalho dado os mecanismos sofisticados de controle que esse sistema possui. Ela também é fruto do interesse de categorias de grande peso político dentro do sindicalismo cutista, como bancários e metalúrgicos (COLOMBI; KREIN; GEHM, 2014; COLOMBI; KREIN, 2016).

A defesa da CUT em torno desse tipo de remuneração está baseada em dois argumentos. O primeiro é que a PLR funcionaria como um mecanismo de distribuição de renda; o segundo, é que essa quantia alimenta o fluxo de consumo na economia, gerando crescimento econômico. Aqui não é o caso de chamar atenção apenas para o pragmatismo da ação sindical em aceitar reproduzir essa prática, sem mediações, mas também para a ausência de preocupação da Central com o financiamento do fundo público, cuja função seria alimentar os mecanismos de acesso aos direitos sociais refutando uma lógica de consumo curto-prazista que é o tempo todo elogiada pela instituição:

A presidenta Dilma Rousseff sancionou nesta quinta (20) a Lei nº 12.832/2013, que isenta de Imposto de Renda (IR) o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com valor até R\$ 6 mil. A isenção foi uma importante vitória da classe trabalhadora, fruto de uma forte campanha da CUT e seus sindicatos que se uniram em muitas mobilizações – numa delas, 20 mil metalúrgicos pararam a Via Anchieta, que liga a Baixada Santista à capital paulista. (...) O imposto que deixa de ser arrecadado para os cofres do governo volta para a economia pelas mãos dos trabalhadores (as), que podem investir na compra de bens, na reforma de suas casas, na melhoria da qualidade de vida, em qualificação profissional ou pagamento de dívidas⁸⁹.

⁸⁹ “Sancionada isenção de Imposto de Renda para PLR até R\$ 6 mil”. Disponível em: <https://cut.org.br/noticias/sancionada-isencao-de-imposto-de-renda-para-plr-ate-r-6-mil-901f/>. Acesso em 25 Julho de 2017.

A melhoria de qualidade de vida na concepção cutista aproxima-se das condições privadas de acesso aos bens, seja pela valorização salarial, pelo estímulo a formas complementares de remuneração ou pelo acesso ao crédito. Esse discurso e o empenho da Central em negociar parâmetros para a inclusão econômica e financeira dos trabalhadores traz alívios importantes e imediatos para as condições materiais de vida dos trabalhadores. Entretanto, se ele não estiver aliado à defesa intransigente dos direitos sociais, pode dificultar a crítica à mercantilização dos direitos da cidadania. E é neste segundo ponto que a atuação da CUT tem mostrado fragilidades.

Nas resoluções dos congressos nacionais realizados pela CUT nos anos 2000 aparecem a defesa do Sistema Único de Saúde, da Educação pública, gratuita e de qualidade e da Previdência Social pública, universal e solidária. A CUT, neste sentido, não se mostrava alheia a esse processo de mercantilização, como o trecho retirado do Caderno de Resoluções do 11º CONCURT realizado em 2012 indica:

Lutamos por um Estado forte que, através do investimento público, retire do setor privado a intermediação do acesso aos direitos. Significa substituir o predomínio dos planos privados de saúde e de previdência, bem como a educação privada por um ousado fortalecimento do setor público através do SUS, SUAS, da Seguridade Social e do Sistema Nacional Articulado de Educação, conforme proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), e uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST). Trata-se da luta pela desmercantilização das políticas e dos direitos sociais, fomentando a geração do trabalho decente, de estímulo à produção, ampliando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras (11º CONCURT, 2012, P. 17).

Mas, na prática, a Central tem demonstrado apoio a iniciativas governamentais que visam à ampliação do acesso aos direitos pela esfera do mercado como a criação dos fundos de previdência complementar, como mostram Jardim (2009) e Sória (2012). Pelas limitações da pesquisa, esta tese não se propôs a analisar as contradições envolvidas na atuação cutista em torno da luta pelos direitos sociais a não ser quando eles se relacionavam diretamente com os direitos trabalhistas⁹⁰.

Mas foi possível perceber que as questões associadas ao acesso aos bens públicos não apareceram nas entrevistas como aspectos fundamentais da agenda cutista a serem disputados nos governos petistas. Vale ressaltar que uma das primeiras perguntas realizadas durante a entrevista

⁹⁰ Este ponto será discutido no próximo capítulo.

dizia respeito aos pontos fundamentais de disputa que a Central havia privilegiado durante esses governos. Rosane Bertotti, atual Secretária Nacional de Comunicação da CUT e que já atuara como Secretária de Formação da CUT Santa Catarina, ressaltou em entrevista a baixa participação dos trabalhadores na elaboração de políticas públicas na área de educação:

“Então você vê hoje o tema da educação, por exemplo, que é uma política importante e estratégica na transformação e no desenvolvimento do Brasil. Você vê hoje com muito pouca interferência do mundo do trabalhadores nessa política. Você vê a Confederação dos Trabalhadores da Educação fazendo essa interferência, mas qual é a discussão que os metalúrgicos, que os agricultores intervêm nessa política? Então eu acho que infelizmente nós – digamos assim – teve um *break* – digamos assim – uma parada. Acho que a gente não conseguiu fazer todo um processo de elaboração. (...) Eu tô fazendo essas constatações – digamos assim – do que quanto nós poderíamos ter melhorado e ter avançado mais” (Rosane, entrevista realizada em 22/06/2017).

Outro entrevistado que tocou no tema foi João Felício, atual Secretário de Relações Internacionais da CUT e que pertence ao ramo da educação pública. Para ele a participação do mercado no alargamento do acesso à educação é bem vinda como política momentânea num país em que os jovens mais pobres não conseguem acessar a universidade pública:

“Como é que você atende reivindicações imediatas da população, especialmente a população mais carente... Não tem rico dentro do Prouni, não tem classe média alta dentro do Prouni... O que tem ali são pobres que querem... que na cabeça deles ‘eu quero fazer um curso superior, se o Estado brasileiro me oferece condições pra fazer um curso superior agora, eu não vou ficar questionando se é numa universidade pública’. Se fosse seria melhor, mas como não dá tempo de você... Porque o sujeito, se ele perde a oportunidade de estudar agora, ele vai estudar quando tiver trinta anos? Quando tiver universidade pública sem ter essa garantia, essa certeza? (...) No que se refere à previdência não é muito diferente. Eu vou dar um exemplo pra você. Quando o Lula enviou aquele projeto ao congresso nacional, de reforma da previdência no começo do mandato dele, a CUT se colocou contra muitos aspectos daquele projeto, mas teve um que causou muita polêmica que nós não nos colocamos contra (...) que é o seguinte: a CUT defendia na época teto de vinte salários mínimos, *não importa se seja público ou privado*” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017, grifos nossos).

As falas revelam dois aspectos. O primeiro é a baixa participação do movimento sindical na elaboração das políticas sociais o que reforça a importância da pauta econômica na agenda cutista ao longo dos anos 2000. O segundo é a moderação política da Central na crítica aos limites de iniciativas governamentais que se, por um lado, atacam emergencialmente problemas sociais, por outro, fragilizam a função social do Estado e criam mecanismos que permitem o acesso diferenciado aos direitos. Assim, o sindicalismo cutista foi debilitando, com o

aprofundamento da estratégia de participação social e com um repertório prático-discursivo voltado para a inclusão econômica e financeira, a capacidade de vocalizar as consequências da participação crescente do mercado na provisão dos bens públicos:

A prioridade à ação institucional e a disposição à parceria social, num contexto ainda marcado pela ideologia neoliberal, favorece a moderação política. O sindicalismo de parceria faz críticas aos governos petistas, mas procura moderá-las; apresenta demandas políticas, mas procura compatibilizá-las com os interesses patronais; defende os direitos dos trabalhadores, mas não se furta a negociá-los ou a aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; fala em nome de uma cidadania “ampliada”, mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contenta-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo (GALVÃO, 2014b, p. 111).

Tal inclusão pelo consumo encontrava guardida no encontro de interesses entre o sindicalismo cutista, o setor produtivo, a fração bancário-financeira e o governo. Entretanto, durante o governo Dilma as mudanças no objetivo da política econômica acabaram interferindo na sustentação dessa coalizão de interesses.

Em 2010 foi lançada a *Agenda para o Novo Ciclo do Desenvolvimento* elaborada pelo CDES sob a coordenação de um Comitê gestor do qual Artur Henrique, ainda presidente da CUT, fazia parte. Ela trazia como elemento novo a necessidade de preparar a economia brasileira para uma transição para a sociedade do conhecimento, da inovação e da tecnologia mediante a necessidade de promoção de políticas capazes de promover um crescimento mais sustentado (AGENDA, 2010).

O governo Dilma, em acordo com esta proposta, elegeu como eixo fundamental da política econômica no bojo do Programa “Brasil Maior” a indução ao investimento privado mediante o diagnóstico de que o crescimento do consumo estava “acima dos patamares adequados” (Ministro Guido Mantega, Ata da 37ª Reunião do Pleno do CDES, p. 9). Colocando-se enquanto ator apto a influir na trajetória dessa política econômica, a CUT, FS, FIESP, CNM e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – num evidente aprofundamento da estratégia de parceria social entre trabalhadores e empregadores (FICTHER; GREER, 2004) – realizaram em 2011 um seminário conjunto que resultou no lançamento do documento *Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego* cuja preocupação primeira é a manutenção da trajetória de crescimento da economia brasileira em um contexto de encolhimento da participação da indústria no PIB. No mesmo ano CUT, FS,

UGT, CTB, CGTB, CNM, Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e de São Paulo, FIESP e ABIMAQ também se uniram na formação de um movimento chamado “Grito de Alerta” com o lançamento de um manifesto⁹¹ e dois dias de manifestação (27 de março e 4 de abril de 2012) com o objetivo de propor um conjunto de medidas emergenciais para a retomada da indústria nacional. Dentre elas estava o incremento das desonerações tributárias como forma de incentivar o investimento produtivo.

A política de desonerações já vinha sendo implementada desde o segundo governo Lula. Após a crise de 2009 ela passa a compor aquilo que Jardim e Silva (2015) chamaram de uma “mudança cognitiva” baseada em uma reconfiguração do conceito de desenvolvimento e de suas possibilidades de financiamento. Essa mudança é caracterizada pela atuação do Estado na produção de crenças e de alianças entre mercado e Estado, “criando laços de solidariedade entre os cooperadores desse processo (membros do mercado, membros do governo e sindicalistas)” (JARDIM; SILVA, 2015, p. 78). Ao atingir o sindicalismo cutista, aproximando-o de um discurso de cooperação e de indução da indústria nacional ela ganha um viés de contraposição ao capital financeiro, como mostra a fala de Artur no CDES:

“Temos que buscar soluções para que esses recursos que hoje migram para os rentistas dirijam-se para produção de mercadorias e serviços, gerando renda e emprego, é preciso, pois, desonerar os investimentos e onerar a especulação financeira. O patamar de juros praticado no Brasil é, provavelmente, a maior anomalia na economia brasileira, uma política de redução de juros pode nos ser favorável porque, ao reduzir a SELIC, podemos gerar excedentes fiscais que auxiliam no combate à inflação e podem ser usados para ampliar investimentos e estabilizar o câmbio” (Artur Henrique, Ata 37ª Reunião do Pleno do CDES, 26 de abril de 2011, p. 29).

A defesa das desonerações estava atrelada às disputas em torno da reforma tributária e fora apresentada pelo empresariado, com o apoio da CUT e da FS, como forma de encaminhar medidas de redução da carga tributária com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas. Mas, no governo Dilma, a pauta das desonerações excedeu a questão fiscal caracterizada pela postergação do recolhimento de impostos e contribuições fiscais, tais como PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), e atingiu a folha de pagamentos. Esta última referia-se a uma medida de desoneração que permitia a substituição da contribuição

⁹¹ “Grito de alerta em defesa da produção e do emprego brasileiros”. Disponível em: http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/manifesto_centrais_empresarios.pdf. Acesso em 17 de julho de 2017.

previdenciária patronal em valor equivalente a 20% sobre a folha salarial, sendo esta substituída por um valor de 1,5% sobre a receita bruta. A medida foi efetuada em agosto de 2011, por intermédio da Medida Provisória 540, convertida na Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei no 12.715/2012, Lei no 12.794/2013 e Lei no 12.844/2013).

O argumento que justificava a necessidade de desoneração da folha de pagamentos era o alto custo do trabalho no Brasil. O governo alegava que a desoneração da folha viria, assim, como uma medida para reduzir o custo da mão-de-obra e impulsionar a competitividade da empresa brasileira:

“Também a desoneração das folhas de pagamentos, que já está entrando em vigor para vários setores, que é uma maneira de reduzir o custo da mão de obra, sem afetar o salário dos trabalhadores, muito pelo contrário, à medida que reduz o custo do INSS, incentiva as empresas a contratarem mais trabalhadores e tem um espaço para que os trabalhadores possam ter mais aumentos de salários. Portanto, é uma medida extremamente benéfica para os trabalhadores” (Guido Mantega, Ata da 39ª Reunião do Pleno do CDES, 30 de agosto de 2012, p. 5).

A CUT era favorável, como a fala se Artur acima veiculada demonstra, às desonerações sobre o investimento, como a redução do IPI, por exemplo, mas não endossava as desonerações que incidiam sobre a contribuição previdenciária.

A CUT afirma sua posição contrária à desoneração da contribuição previdenciária em curso, que não garante a compensação das perdas da Previdência com a clara definição de fontes vinculadas de financiamento (11º CONCURT, 2012, p. 36).

Cabe perceber que o argumento do governo em defesa da medida era justamente o mesmo que a CUT utilizava para defender as iniciativas de indução ao consumo e ao setor produtivo, qual seja a necessidade de destravar o investimento para promover crescimento econômico e geração de empregos. A questão era que essa medida, em específico, incidia sobre as fontes de financiamento da seguridade social, mostrando que o mesmo instrumento de conciliação de classes que permitira ganhos econômicos para os trabalhadores poderia limitar as condições de financiamento dos direitos sociais. A Central estava lidando, assim, com a contradição de ter diluído o conflito capital/trabalho pela estratégia de participação social o que impunha, a partir de então, dificuldades de apresentar qualquer pauta que contrariasse o próprio processo de acumulação. Além disso, colocar-se contra uma medida que buscava destravar o

investimento soava como uma rachadura na coalizão política de sustentação dos governos petistas que a própria CUT fazia parte.

No primeiro governo Lula, a arbitrariedade da equipe econômica na manutenção do tripé macroeconômico também havia limitado o campo de negociação da CUT. Entretanto, naquele momento, o setor industrial e o movimento sindical ocupavam um espaço comum na defesa da democratização do CMN e da redução da taxa de juros básica da economia. No governo Dilma, a promoção da competitividade da empresa brasileira implicava algumas iniciativas (como a política de desoneração da folha de pagamento) que colocavam os interesses, novamente, em lados opostos.

As condições criadas pelo Estado brasileiro não geraram o efeito esperado sobre a taxa de investimento⁹². O menor ritmo de crescimento econômico e as mudanças nas condições de diálogo com o governo Dilma colocaram, assim, dificuldades para a manutenção da estratégia de participação social.

Em primeiro lugar, as menores taxas de crescimento e o arrefecimento do consumo foram paulatinamente comprometendo o lugar da classe trabalhadora nessa coalizão de interesses. Em segundo lugar, o governo adotou uma postura de imposição da política econômica voltada para a geração de competitividade sem atentar para a forma de inclusão da classe trabalhadora. O questionamento do Presidente da CUT em uma das reuniões do CDES e a resposta da Presidenta Dilma mostram o descompasso entre os objetivos da estratégia de indução do investimento e da competitividade e o lugar subordinado da classe trabalhadora nesse processo:

“Mas nós temos vários desafios. Nós não podemos perder o rumo e a estratégia tão importante que foi alcançada nos últimos anos. Nós temos que, olhando para a conjuntura, fazendo as adaptações necessárias, nunca perder o olhar estratégico para eliminar as desigualdades, a fome e a pobreza. Nós todos no Conselho consideramos que é absolutamente fundamental realizar a reforma política e a reforma tributária, como reformas estruturais para a sociedade brasileira. É importante e fundamental, companheiro Trevisan, investir em infraestrutura, desonerar investimentos. É fundamental e importante investir em inovação e tecnologia. Mas para quê? Para aumentar a competitividade? Para aumentar a disputa? Para aumentar a concentração de renda? Ou para melhorar a vida das pessoas? Ou fazer tudo isso para ter qualidade de vida? Ou fazer tudo isso para eliminar a miséria e a pobreza? Ou fazer tudo isso com o sentido claro de que nós temos que ter cada vez mais trabalho decente, emprego decente e eliminar a pobreza” (Artur Henrique, 39ª Reunião do Pleno do CDES, 30 de agosto de 2012, p. 10)

⁹² Para uma discussão sobre os motivos que explicam a baixa efetividade da política econômica, ver capítulo 2 desta tese.

“Senhoras e senhores, nós sabemos que entre várias palavras – como inclusão, distribuição de renda, crescimento – *competitividade é uma palavra-chave* para que o Brasil se desenvolva, para que o Brasil seja um país rico capaz de distribuir renda. Elevar a competitividade é condição para que a gente garanta, de forma sustentável, os níveis de emprego, de renda, a prestação de serviços sociais de qualidade a todos os brasileiros e brasileiras. Nem sempre a competitividade significa isso, mas é impossível ter isso sem competitividade. Nós não seremos um país justo se não formos capazes de ser um país competitivo. Nós precisamos disso para avançar para a segunda etapa. (...) Por isso, eu gostaria de dizer para os senhores que o governo vai apoiar, vai estimular, vai dar suporte à competitividade em todas as atividades produtivas. (...) Neste momento, uma das nossas maiores preocupações é ampliar o nível de investimento do nosso país, principalmente em logística e energia, ou seja, infraestrutura. O *governo e a iniciativa privada* devem se unir para dotar o Brasil de uma infraestrutura capaz de reduzir os custos de produção, e tornar o país mais competitivo em todos os mercados. E torná-lo significa mais lucro, melhores empregos e maior renda, como eu já disse (Dilma Rousseff, 39ª Reunião do Pleno do CDES, 30 de agosto de 2012, p.14-15, grifos nossos).

O discurso do dirigente cutista indica que os objetivos de distribuição de renda e de aumento imediato do poder de consumo da classe trabalhadora estavam sendo subordinados à estratégia de gerar competitividade ao passo que a Presidenta enfatizava que a competitividade era condição para a formação de um “país justo”. Ao falar da combinação de forças necessária para a geração dessa dinâmica de crescimento, governo e iniciativa privada são os atores privilegiados, cabendo à classe trabalhadora não a gestão e participação, mas somente os frutos do processo. São muitos os exemplos das intervenções da Presidenta que deixam transparecer seu objetivo de pactuar uma estratégia de crescimento entre o setor privado e o setor público, sem incluir os representantes dos trabalhadores nesse processo. Vale a pena citar mais uma passagem em que se percebe que a parceria não inclui o movimento sindical:

“Nós queremos aumentar a competitividade e aumentar investimentos. Eu acredito que esse desafio é um desafio do *governo, dos empresários, da agricultura, dos serviços, do setor de educação brasileiro e do setor de ciência e tecnologia*. E ele precisa de vontade política, de diálogo franco e precisa de parceria. Nós temos de romper com algo que é muito característico do nosso país, é muito característico do nosso país e que eu acho que é uma contradição falsa. A contradição entre o público e o privado” (Dilma Rousseff, 40ª Reunião do Pleno do CDES, 27 de fevereiro de 2012, p.18, grifos nossos).

A mudança na visão do governo a respeito da participação da classe trabalhadora no processo de formulação da política econômica também se expressa em uma alteração institucional, pois havia um desinteresse do governo Dilma de fazer do CDES um espaço de negociação, tornando-o um espaço para a apresentação das decisões já tomadas pelo governo. Isso está relacionado com uma mudança institucional ocorrida em 2011 que foi a transferência da

coordenação da Secretaria Executiva do CDES (SEDES) da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) para a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Com a vinculação do CDES à SAE e o afastamento da coordenação política do governo, é perceptível um esvaziamento da pauta, sendo que políticas estratégicas do governo Dilma não tiveram no Conselho um fórum privilegiado de debate. Além disso, houve um distanciamento maior entre as reuniões plenárias, que deixaram de ocorrer a cada dois meses. Nesse sentido, o afastamento do núcleo político acarretou o esvaziamento da pauta e a diminuição da periodicidade das reuniões plenárias (SANTOS; GUGLIANO, 2015, p. 14).

Entretanto, essa não era somente uma questão de desenho institucional, mas de postura de negociação do governo Dilma com o movimento sindical, como mostram as falas de dirigentes sindicais entrevistados:

“Então foi acertado o apoio que a CUT deu, aliás não só a CUT, o movimento sindical inteiro na gestão do presidente (Lula) e nós também demos apoio à gestão da presidenta Dilma. Porque embora o governo da presidenta Dilma seja um governo que acumulou erros (...) acumulou erros e o pior foi a perda da popularidade. Perder a popularidade exatamente por conta disso, porque dialogou pouco. O movimento sindical reclamava disso o tempo inteiro né: que tinha pouco diálogo. A própria bancada de senadores e deputados reclamava da ausência de diálogo com o governo, de medidas que eram tomadas de maneira unilateral, sem negociação” (Sérgio Nobre, entrevista realizada em 10/08/2017)

“O governo Dilma sempre teve uma ENORME dificuldade pra negociação. Vou dar alguns exemplos pra você: a política de desonerações. Foi um desastre, você diminui impostos, facilita a vida do capital, a vida dos empresários, a vida das empresas, sem nenhuma contrapartida. (...) Naquele período a Dilma tomou – quando eu digo ‘a Dilma’, não é personificar, é o governo Dilma, vamos dizer assim – algumas medidas que não levou em consideração as opiniões do movimento sindical” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017).

Essa dificuldade de diálogo mostra que não é apenas a ausência ou arrefecimento do ciclo de crescimento que compromete ou fortalece a capacidade do movimento sindical negociar ganhos econômicos para os trabalhadores. Os pilares que sustentaram a estratégia de participação social no período (a aproximação das centrais e a harmonia de interesses) também começaram a ruir num cenário de arrefecimento do crescimento econômico e de fortalecimento da crise política.

No caso da CUT, a principal estratégia de atuação para influenciar as diretrizes da políticas econômica e conquistar ganhos para a classe trabalhadora durante os governos Lula e Dilma foi a *participação social*. Para uma atuação desse tipo durante os governos petistas, a Central passou por uma *reorganização interna* que permitiu o fortalecimento da hegemonia da

ArtSind, com destaque para a linha de atuação defendida pela força política dos setores bancário e metalúrgico. Além disso, a CUT foi protagonista na *construção de uma coalizão sindical* destinada a criar um polo de sustentação política dos governos e a unificar uma agenda econômica da classe trabalhadora em consonância com a proposta governamental. Por fim, a *efetivação de parcerias no plano corporativo*, principalmente com o setor industrial, foi mais um componente da atuação cutista que guiou a estratégia de buscar ganhos econômicos para os trabalhadores a partir de demandas que coadunassem com o encontro de interesses entre capital e trabalho. Para efetivar essa estratégia de participação social baseada na busca pelo consenso, a aproximação da FS à CUT e ao polo de apoio governamental foi em aspecto fundamental.

3.2 A agenda econômica na concepção e prática da Força Sindical

Atendendo ao compasso de um novo momento político, a Força Sindical foi adquirindo maior capacidade organizativa durante os anos 2000, respondendo ao rápido crescimento de sua base depois de mais de uma década de fundação. Sendo a central sindical que mais crescia no país, a disposição ao diálogo e à negociação e o caráter reivindicativo da Central no plano econômico não foram alterados com a eleição de Lula. Assim, a origem do atual governo, nascido nas trincheiras de um discurso classista e de resistência ao neoliberalismo, não levou a FS a exercer um sindicalismo de confronto.

Ao contrário do que se poderia imaginar tendo em vista a plataforma política que a Central defendeu nos anos 1990 lado a lado com os governos FHC, a instituição buscou dialogar com vistas a encaminhar pautas históricas no período petista. A partir de 2003, estar ou não na arena neoliberal não parecia ser a questão fundamental em jogo, pois buscar um melhor preço de venda da força de trabalho, demanda elementar do sindicalismo de resultados, também poderia ser um objetivo possível dentro da plataforma política que vencera as eleições em 2002 e que dizia perseguir o caminho do “desenvolvimento econômico com inclusão social”. Além disso, o próprio desgaste das políticas neoliberais haviam sido um componente da vitória eleitoral de Lula, exigindo um reposicionamento prático-discursivo da Central.

Assim como a Força Sindical não abriu mão de seu perfil intervencionista capitaneado pela agenda distributiva no novo governo, seu novo presidente, Paulo Pereira da Silva, eleito em 1999 e conhecido como Paulinho da Força, não destoou da ação pragmática de

seu antecessor, embora tenha trilhado novos caminhos em uma nova conjuntura política. Se Luiz Antônio de Medeiros baseava sua “disposição para soluções” (REVISTA DA FORÇA, 2000, p. 21) numa certa leitura do real que preconizava a necessidade de o ator sindical abandonar a luta pela transcendência do capitalismo em nome da “maquininha de somar no fim do mês” em parceria e não em oposição aos patrões (CARDOSO, 1992, p. 176), Paulinho da Força exaltava na parceria com o empresariado e com os governos, independente da matiz política a qual pertenciam, a possibilidade de transcender a arena corporativa, defendendo os interesses da classe trabalhadora com base em um “bom acordo e não em uma boa briga”⁹³.

O pragmatismo que alimentou a disposição à parceria social da FS nos anos 2000 vai assim extrapolando o campo em que os “empresários e trabalhadores se entendem, ou seja, o campo da distribuição justa do valor produzido pelo trabalho” (CARDOSO, 1992, p. 176) e busca coadunar-se com uma ação consensuada na esfera governamental em nome da distribuição de renda.

3.2.1 *A inflexão prático-discursiva da FS na defesa da agenda econômica*

A Força Sindical ocupou um papel de oposição durante os primeiros anos do governo Lula sem, entretanto, se negar a participar do diálogo.

A disposição à negociação emanava da atitude do governo de priorizar as reformas que a própria FS vinha definindo como fundamentais para o país e sem as quais não seria possível promover um processo de fortalecimento do Estado, dentre elas: a reforma da previdência, tributária, sindical e trabalhista. Em especial, as reformas previdenciária e tributária eram consideradas essenciais para o enfrentamento do processo de enfraquecimento pelo qual o Estado havia passado em virtude das privatizações cujo resultado “não contribuiu para tornar o Brasil competitivo diante do mundo, na área do comércio e das finanças” (4º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 2001, p. 21). A Central atribuía a estagnação econômica pela qual o país passava à não realização dessas reformas:

Medidas de contenção e de emergência podem e devem ser tomadas. No entanto, a fonte desses males reside na estagnação do país. Essa estagnação tem várias raízes. Duas delas, fortíssimas, são o rombo das contas públicas causado por uma Previdência Social

⁹³ “Ex-lavrador, Paulinho diz que aprendeu a falar com poderosos”. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1105200809.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

ineficiente e injusta, e os empecilhos criados por um emaranhado de impostos exagerados, confusos e que atuam inibindo a produção e os salários. Ou seja, há dois obstáculos densos travancando o caminho do Brasil. São duas reformas, que classificamos como as mais urgentes, que já vêm sendo propostas e reivindicadas pela Força Sindical desde a época de sua fundação, em 91 (Jornal da Força, 2003, n. 30, p. 2).

A postura de enfrentamento da Central, por sua vez, decorria das opções de política econômica que o governo vinha tomando. Tal política estava na contramão da plataforma programática da candidatura Lula e, ademais, a manutenção do tripé macroeconômico feria a luta contra a alta taxa de juros praticada no país, pauta histórica da FS. Se a CUT optou por uma agenda positiva baseada na necessidade de elevação do poder de compra da classe trabalhadora diante da dificuldade de recriminar o governo que ajudara a eleger, a FS não via problemas em criticá-lo:

“Para nós, trabalhadores, o espetáculo do crescimento passou ao largo das fábricas, das lojas, e dos trabalhadores rurais. O presidente Lula, vacilante, atende somente o FMI e os banqueiros, usando a riqueza produzida no País para pagar juros abusivos. Temos um presidente bom de marketing, mas péssimo na condução da economia. Lula não tem projeto para o desenvolvimento do país, não tem preparo, não tem sonhos, não tem vontade política. Pratica uma política vulgar” (Paulinho da Força, Jornal da Força, 2004, n.34 p. 2).

A política econômica adotada era considerada pela Central como nefasta para os trabalhadores, pois seguia as mesmas diretrizes do governo anterior. Apesar de a Central ter apoiado os governos FHC e ter sido entusiasta da privatização e de medidas flexibilizadoras no campo laboral (TRÓPIA, 2009), Paulinho aproveitava o novo momento político para se distanciar dessa agenda e mostrar os limites implicados na continuidade da política econômica. Segundo o presidente da Central, a Força vinha de um “desgaste muito grande com Fernando Henrique Cardoso devido à sua política voltada para o setor financeiro, de altos juros, que beneficiava aqueles que queriam ganhar sem trabalhar” e o Lula manteve a mesma linha (20 ANOS DE LUTA...FORÇA, 2011, p. 76), o que fez a FS assumir um discurso oposicionista:

“Quando o PT assumiu, de certa maneira, passamos a ser oposição ao governo e a CUT [passou a ser] governo. Então a CUT defendia tudo e a gente falava mal. Mesmo participando das negociações a gente foi para um enfrentamento ali. E isso fez com que a Força pudesse ganhar mais legitimidade, ganhar mais força” (Paulinho da Força, entrevista realizada em 07/08/2017).

Os debates em torno dos limites da política econômica adotada estavam ocorrendo no CDES, espaço em que a FS fora convidada a participar. Mas, após as primeiras reuniões, Paulinho se retirou⁹⁴ do Conselho em virtude de uma denúncia veiculada pela revista VEJA⁹⁵. A partir desse episódio, outros representantes da FS, dentre os quais Jorge Nazareno Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e filiado ao PT, e Nair Goulart, Presidente da Força Sindical Bahia tiveram uma participação tímida e com poucas intervenções naquele espaço.

No CDES a equipe econômica do governo, como já analisado, apresentava resistência a iniciativas que visassem à distribuição de renda em nome do equilíbrio macroeconômico necessário para a criação das condições de crescimento sustentado. Diferentemente da CUT que ocupara um papel intervencionista e ativo naquele espaço, a FS chegou a esboçar uma posição reivindicativa no plano econômico, como a fala do representante da Central abaixo deixa transparecer, mas não elegeu esse como o espaço privilegiado de enfrentamento à política econômica.

“O Ministro disse que não aumentou a carga tributária. A dos trabalhadores aumentou, porque não está sendo corrigida a tabela do imposto de renda. Nós gostaríamos de saber quando é que vai ser feita a correção da tabela do imposto de renda? Com relação ao empréstimo consignado em folha, as empresas são obrigadas a atender aos trabalhadores que procuram os bancos, se não fizerem sofrem punição. Normalmente, não aceitam o financiamento com o banco que o trabalhador quer, mas, sim, com aquele do seu relacionamento. Muitos bancos não querem fazer o empréstimo ou não o fazem com as pequenas empresas” (Jorge Nazareno Rodrigues, 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 21).

Enquanto a CUT buscava por meio do diálogo nos espaços institucionais e do acesso direto a líderes do governo manter uma postura de negociação e convencimento da necessidade de alterar a política econômica, a FS privilegiava o enfrentamento a esta pauta por fora dos

⁹⁴ Outro fator que explica o abandono daquele espaço diz respeito às ambições de Paulinho que, como explicou Sérgio Leite em entrevista, deixou o CDES não somente por conta da denúncia então veiculada pela VEJA, mas também em virtude de suas pretensões pessoais de disputar a prefeitura de São Paulo no ano de 2004, distanciando-o da plataforma governista. Mesmo assim Paulinho continuou participando de outros espaços, a exemplo do FNT como se discute no capítulo 4.

⁹⁵ A reportagem “Paz, Amor e Guerra” publicada pela revista VEJA em outubro de 2003 diz que um grupo^[1] de petistas teria trabalhado, durante a campanha presidencial^[2], para divulgar acusações e dossiês contra adversários de Lula - inclusive contra Paulinho, que era candidato a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes (PPS). As acusações contra Paulinho envolviam o suposto uso indevido de recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). Após as acusações Paulinho deixa o CDES. Disponível em: <http://clippings-artigos.blogspot.com.br/2006/09/veja-paz-amor-e-guerra.html>. Acesso de 21 de novembro de 2017.

espaços institucionais, optando por realizar atos contra o governo. O quadro abaixo mostra que essas manifestações concentravam-se na luta por emprego e valorização salarial e contra a política econômica que vinha sendo adotada:

Quadro 7: Manifestações da FS no primeiro governo Lula

Janeiro de 2003	Carreata pelo reajuste da tabela do IR	Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizam uma carreata na avenida Paulista para exigir que o governo reajuste a tabela do Imposto de Renda.
Fevereiro de 2004	Atos contra o fechamento dos bingos	Manifestações em 10 cidades de país pediram a revogação da Medida Provisória que proibiu o funcionamento dos bingos, acabando com milhares de empregos.
Março de 2004	Dia Nacional da Luta contra o Desemprego	Além de protestar contra o desemprego, os manifestantes também exigirão a redução da taxa básica de juros e mudanças nos rumos da política econômica, que tem levado o país ao aumento do desemprego, queda do PIB e da renda dos trabalhadores.
Março de 2005	Luta contra os juros altos	Manifestação em Brasília no dia da reunião do Copom pela redução dos juros

Fonte: Elaboração própria.

Enquanto a pauta econômica do governo não mostrava avanços, impedindo a geração de novas ocupações, a FS tentava barrar medidas pontuais que restringiam a criação de empregos. Lançando mão da estratégia de atuação na esfera parlamentar por meio da presença de Luiz Antônio Medeiros, então Deputado Federal, a Central se mobilizou, como mostra o quadro acima, contra a aprovação da Medida Provisória 168/04 que proibia o funcionamento de caça-níqueis, bingos e cassinos no país. Essa MP havia sido uma resposta do Presidente Lula à denúncia envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, acusado de pedir propina e dinheiro para campanhas políticas à bicheiros. Paulinho da Força argumentava que esse era um problema maior relativo à regularização e fiscalização da atividade e não poderia ser resolvido com o fechamento arbitrário dos bingos, causando a demissão de 320 mil trabalhadores entre empregos diretos e indiretos. Além dos atos contra a medida, Paulinho, junto com Luiz Antônio Medeiros se reuniu com o Ministro do Justiça, Márcio Thomaz Barros e com o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, logrando a revogação da medida.

Como o esperado e prometido aumento do salário mínimo também não se concretizava naqueles anos iniciais, a FS buscou aprofundar a estratégia de parceria social com o empresariado visando outras frentes que pudessem garantir ganhos aos trabalhadores. Aliás, a negociação direta com os empregadores é uma característica do sindicalismo praticado pela Força

e que não foi relegada a segundo plano mesmo com a abertura do diálogo com o governo Lula.

Nesta direção, se a CUT detinha protagonismo entre as centrais sindicais nas negociações do CDES com pautas propositivas como a criação do crédito consignado, a FS não tardou em se engajar nos resultados desse processo e em aprofundar outras iniciativas junto às categorias para promover o aumento da renda por meio da transformação dos trabalhadores em investidores. No caso do crédito consignado, assim que lançada a medida provisória que regulamentava a modalidade, a FS foi a primeira Central a fechar um acordo com o banco Santander Banespa para prover empréstimo com desconto em folha para 1,2 milhão de trabalhadores metalúrgicos⁹⁶. Em 2004, a Força também fechara um acordo com a Caixa Econômica Federal para provimento de crédito destinado à compra de material de construção com condições facilitadas para construir, concluir, ampliar ou melhorar imóveis residenciais urbanos dos trabalhadores.

A Central também foi pioneira num acordo com a Bovespa, realizado em 2002 (que posteriormente foi seguido pela CGT e pela CUT) para promoção de cursos que visavam treinar os trabalhadores para operar na Bolsa de Valores. Desde então a FS incentiva a transformação dos trabalhadores em investidores, alegando que não são somente os ricos que podem ganhar dinheiro com ações⁹⁷. A partir de 2003 a FS inovou, deixando de levar os trabalhadores à Bovespa e passando a levar a Bovespa ao local de trabalho, numa iniciativa intitulada “Bovespa vai à Fábrica”. Além disso, a Central criou no Palácio do Trabalhador (que no momento era a sede da Força) um escritório de relacionamento com uma equipe de especialistas voltados para o esclarecimento de dúvidas dos trabalhadores e para explicar o funcionamento do mercado acionário.

Práticas desse tipo reforçam a proposta da FS que desde sua fundação busca exercer um sindicalismo como fator de mercado cuja função é ser alavanca da distribuição de renda (CARDOSO, 1992). Mas, cabe ressaltar, que criar mecanismos de majoração da renda presente pela inclusão financeira também atende à estratégia cutista que visa promover a dinamização do mercado de consumo. A distribuição de renda, objetivo central do sindicalismo praticado por

⁹⁶ “Sai primeiro acordo de crédito abatido em folha”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200326.htm>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

⁹⁷ “Queremos acabar com a ideia de que só rico pode ganhar dinheiro com ações”. Essa é uma afirmação que Paulinho da Força deu no momento de fechamento da primeira turma de trabalhadores que participou do curso sobre como funciona o mercado acionário. O dirigente ainda disse acreditar que em “breve as empresas poderão colocar ações como opção nas negociações coletivas, como forma de aumento salarial” (Revista da Força, julho 2001, p.21).

ambas instituições, pode, assim, ser promovida tanto na esfera pública mediante a negociação direta com o governo, como a CUT promoveu no caso do crédito consignado, como pela esfera privada por meio da articulação junto às instituições financeiras, a exemplo das iniciativas da FS. Embora habitem terrenos distintos o que as aproxima é o objetivo comum da inclusão econômica e financeira como porta de acesso à democracia econômica e à cidadania mediante a eleição do mercado como universo de criação do bem-estar dos trabalhadores.

Essa reunião de interesses entre trabalhadores, mercado financeiro e setor produtivo era o objetivo do próprio governo e nele se assentava o processo de transição dos valores da cidadania para a esfera do mercado. Em uma das falas em que Lula procura elogiar a existência do CDES, o Presidente ressalta tanto a presença dos representantes dos trabalhadores como do capital financeiro naquele espaço e evidencia como seu governo estava permitindo o crescimento da Bolsa de Valores, chegando a mencionar a existência de parcerias entre essa instituição e as organizações de representação dos trabalhadores:

“Estou feliz porque tem uma maior representação, também, dos trabalhadores, estava um pouco desbalanceado. No Conselho, o Feijóo vai aprender a vir de gravata, algumas vezes que forem necessárias. Vocês também. O Artur⁹⁸ já está equilibrado. Então, eu estou feliz, gente. Eu tenho tentado passar para a sociedade brasileira o momento que o Brasil vive. Eu tenho tentado passar esse otimismo 24 horas por dia. Estou vendo aqui a Bolsa de Valores. Vejam como as coisas mudaram. Para eu passar na frente da Bolsa de Valores, na campanha de 2002, era preciso conversar com o Sérgio Roger, com o Berzoini, com os bancários, para juntar um pouco de gente, porque o medo que eles tinham de mim era um negócio maluco. Até que, um dia, me levaram lá. Depois de muita labuta, eu consegui entrar na Bolsa de Valores. Hoje, a Bolsa de Valores deve, publicamente, sempre que puder, agradecer tudo o que foi feito neste governo para chegar à situação extraordinária em que está hoje. Hoje, ela está parecendo uma bolsa mesmo, porque tem volume. Não é aquela bolsa pequenininha, que parecia um enfeite. Hoje você pode falar ‘Bolsa de Valores’ porque ela tem grandeza para isso. E, também, venceu os preconceitos que tinha. Eu não sei se as parcerias com os trabalhadores foram feitas” (Lula, 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio de 2007, p. 21).

Diante do desconhecimento do Presidente a respeito da efetivação do acordo que as centrais haviam realizado com a Bovespa, Antônio Carlos dos Reis (Salim), Presidente da CGT e o primeiro sindicalista a ser conselheiro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores explicou:

“Uma coisa eu queria deixar registrada a todos os conselheiros, conselheiras e ao

⁹⁸ Aqui o Presidente se refere à José Lopes Feijóo, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Diretor da Executiva Nacional da CUT e à Artur Henrique então Presidente desta Central.

Ministro. Primeiro, que o Presidente da República disse que seria interessante se houvesse uma parceria da Bolsa de Valores com os trabalhadores. Eu quero deixar registrado aqui que a Bolsa de Valores de São Paulo, a BOVESPA, tem parceria com a Força Sindical, com a Central Única dos Trabalhadores, com a Confederação Geral dos Trabalhadores, da qual sou Presidente e sou conselheiro, representando as pessoas físicas da Bolsa de Valores. Eu sou o único sindicalista, eu digo que é do Brasil, o Presidente da Bovespa, Raimundo Magliano, diz que é do mundo, o primeiro sindicalista a fazer parte de uma Bolsa de Valores. Eu queria deixar bem claro que a parceria entre Bovespa e trabalhadores existe” (Salim, 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio de 2007, p. 22).

Esse objetivo de transformar os trabalhadores em investidores do “sindicalismo de resultados” praticado pela Força emergira já ao final dos anos 1990 e sob o entusiasmo de Ricardo Patah, então vice-presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e representante da Central no Conselho Curador do FGTS. Sob o argumento de que os investimentos em ações renderiam mais que o Fundo de Garantia, a Central criou um *Fundo de Investimento da Força* em que os trabalhadores poderiam destinar seus recursos do FGTS para que consultores financeiros pudessem investi-lo em ações. Além disso, o processo de privatização era entendido naquela década como uma oportunidade de os próprios trabalhadores adquirirem ações das estatais.

Considerando que, além dessas iniciativas, a Central sempre atribuiu relevância à necessidade de qualificação profissional por entender que a cidadania que se realiza no mercado pressupõe a inserção dos trabalhadores do mercado de trabalho, é notório a responsabilidade que a FS atribui ao próprio cidadão (produtor e consumidor) na capacidade de gerenciamento de sua carreira e de seus rendimentos. Assumir as responsabilidades do Estado, como no caso da prestação de serviços pela Central com a finalidade de formação profissional e intermediação de mão-de-obra e estimular o trabalhador a gerenciar sua carreira e seus rendimentos eram iniciativas que coadunavam com o ideal de “Estado Mínimo” e com a ideia de que a desigualdade social não deveria ser enfrentada no campo da política, como a FS defendia nos anos 1990 (TRÓPIA, 2009).

Entretanto, o baixo crescimento econômico e o desemprego resultantes das políticas neoliberais adotadas nos governos FHC e a própria insatisfação da base de sindicatos da FS com esta conjuntura impunha a necessidade de mudanças no repertório discursivo que sustentava a proposta de inclusão financeira da Central. Nos anos 1990, apesar de ter realizado iniciativas junto aos governos (como a proposta de regulamentação da Participação nos Lucros e Resultados e medidas contra as perdas sobre os rendimentos do FGTS), a FS priorizou as negociações entre capital e trabalho como forma de promover uma maior apropriação da renda gerada. Na virada do

século e diante de um novo momento político, não se tratava de abandonar o objetivo de promover ações no plano privado com a finalidade de colocar *dinheiro no bolso do trabalhador*, mas de redimensionar o papel do Estado e as arenas de disputa na definição da distribuição da riqueza gerada. Alguns sinais dessas mudanças sobre o papel do Estado e sobre a esfera em que deve se dar a luta contra as desigualdades podem ser visualizados nas resoluções programáticas do 4º Congresso Nacional da FS. Nas resoluções do 5º Congresso elas ficam ainda mais evidentes. Já o 6º Congresso realizado em 2009 marca uma inflexão na concepção sindical em consonância com novas frentes de ação que já vinham sendo praticadas, sobretudo a partir de 2006, em virtude da adesão da FS à plataforma política defendida pela CUT e pelo governo.

No 4º Congresso, realizado em 2001, as resoluções congressuais consistem em uma revisão do livro-programa lançado em 1993 e trazem mudanças que podem passar incólume ao leitor, mas que apresentam alguns sinais de que a FS também expressava o desgaste com as políticas neoliberais adotadas nos governos FHC. Como os trechos abaixo evidenciam, a defesa do processo de modernização econômica pressupunha não mais um Estado mínimo, mas um Estado forte; o neoliberalismo passa a ser visto como uma experiência que apresentou limites; e, por fim, a privatização não teria gerado os resultados esperados:

A derrota do socialismo real, burocrático e autoritário, fortaleceu o capitalismo, mas nem *por isso poderíamos nos deixar levar pela corrente que apregou os benefícios do neoliberalismo*. A experiência nestes últimos anos mostra que precisamos de um Estado menor e mais ágil, mas *também forte e eficiente* para orientar os investimentos de um mercado livre e aberto, porém sem selvageria. O Estado tem que prover a Nação de infraestrutura básica, *com seus recursos ou em parceria com a iniciativa privada*; e deve ser o grande agente promotor, *mas não o executor do desenvolvimento*. (...) A privatização de setores não estratégicos foi feita sem a desejável pulverização de ações, o que resultou na transferência de empresas estatais para empresas privadas, com a participação minoritária apenas dos empregados destas empresas, e não dos cidadãos (4º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 2001, p. 8).

Assim, a agenda econômica da Central começa a ganhar novos contornos. Se nos anos 1990 a ineficiência produtiva do “falido” modelo desenvolvimentista deveria ser superada pelos processos de desestatização, desregulamentação e pela ampla redução do tamanho do Estado (FORÇA SINDICIAL, 1993), na nova década que se abria o desafio seria elaborar um “novo padrão de desenvolvimento” nacional. Esse novo padrão deveria passar pelo aumento da produtividade por meio da ampliação da capacidade profissional dos trabalhadores e criação de uma indústria forte e competitiva num mercado de consumidores capaz de mantê-la. Política

industrial, incentivo ao mercado consumidor e promoção da capacitação profissional com o aumento da produtividade dela resultante figuravam enquanto elementos fundamentais para a independência material dos agentes sociais, para o aumento do volume do gasto social somente nas áreas necessárias, evitando desperdícios estatais indesejáveis, e por fim, para uma apropriação mais equitativa do valor agregado em benefício da renda salarial. O Estado – que deveria passar pelas reformas tributária e a previdenciária – ainda não é requerido como um ator que executa senão que coordena e incentiva o desenvolvimento (4º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 2001).

São com essas premissas que a FS adentra ao primeiro governo Lula. Apesar dos limites do neoliberalismo, enquanto o Estado não fosse fortalecido pelas reformas estruturais necessárias, a arena privada continuaria sendo privilegiada na disputa pela melhor distribuição dos ganhos entre capital e trabalho. Já a CUT privilegiava a esfera pública, diante de um governo que se mostrava sensível à causa dos trabalhadores, como afirmam Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014).

Assim, a análise da pauta econômica da CUT e da FS nesses anos iniciais deixa transparecer o distanciamento das estratégias de ação mobilizadas para angariar ganhos econômicos para a classe trabalhadora. Enquanto a CUT privilegiava a esfera pública, mediante a negociação com o governo nos espaços institucionais e fora dele, a FS privilegiava a esfera privada mediante a negociação direta com o setor financeiro e bancário, visando ações pontuais que lograssem majorar a renda presente dos trabalhadores brasileiros. Ambas, todavia, seja sob a modalidade do crédito consignado ou sob o incentivo à adesão dos trabalhadores ao mercado acionário, visavam ao alargamento da democracia econômica como porta de acesso ao consumo e à cidadania.

Essa diferença nas arenas privilegiadas de atuação se desfez com a aproximação entre CUT e FS a partir dos anos finais do primeiro governo. Mediada pelo Presidente cutista à época, a aproximação das centrais permitiu um engajamento da Força às pautas mais amplas que coadunavam com o programa de governo. Foi, então, em virtude da aprovação de demandas históricas da FS no âmbito da reforma da previdência, da abertura das negociações no FNT⁹⁹, da proximidade de objetivos entre as duas maiores centrais – embora com estratégias de ação distintas até aquele momento – e do interesse do governo em atrair as centrais num grande bloco

⁹⁹ Essa discussão encontra-se no capítulo 4.

de apoio que a CUT e o governo buscaram, sob a articulação de Luiz Marinho, se aproximar da FS.

A participação de Luiz Marinho nesse processo é destacada por Juruna, Secretário Geral da FS. Ele relata como a Central passou a se engajar em lutas mais gerais após essa aproximação e como a CUT “se abriu” à Força dada a importância de constituir um bloco de apoio ao governo:

“Eu lembro que assim que acabou a eleição [2002] nós fomos conversar com o Dulci [Luiz Dulci, um dos coordenadores da campanha de Lula] e aí o Dulci falou: ‘e aí?’. Nós falamos: ‘olha, a eleição acabou hoje e nós apoiamos o Lula¹⁰⁰, mas agora você vai conversar com o Presidente da Força Sindical. Isso que eu acho que deu uma transparência à nossa Central de se aproximar do debate com o Presidente da República. Na época o Presidente da CUT era o Marinho. Era o Marinho que trabalhava. Bem, tinha uma boa relação com o Paulinho aqui, porque foram presidentes, os dois dos sindicatos de metalúrgicos mais importantes do país. Pessoas que se davam bem pessoalmente e que souberam conduzir a política mesmo com as suas diferenças. Foi nesse momento que a central se aproximou mais assim de ações unitárias, de manifestações em Brasília, aquelas marchas do salário mínimo, marcha depois pra constituir a questão da previdência. Enfim, a nossa negociação passou por aí via o Marinho. (...) *Eu creio que a própria CUT se abriu a nós também porque ela viu que era possível e era necessário ter a Força perto do governo, ter a Força fazendo acordos*, entendeu? E as coisas pessoais do Marinho e do nosso presidente Paulinho que afunilaram essa relação. (...) A política das centrais modificou a CUT, que se aproximou da Força, como eu falei com o Marinho, e a FS teve que se abrir também para fazer unidade de ação nas lutas gerais do salário mínimo, da previdência. Eu acho que apareceram mais lutas gerais sabe? Antes acho que ficava muito no econômico das categorias aí dava conflito entre metalúrgico e metalúrgico. Acho que na hora que você começa a afunilar as coisas pra negociação mais geral as centrais tiveram uma postura melhor (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017, grifos nossos).

Importante destacar que essa aproximação também não fora inviabilizada pela contraposição das concepções sindicais das centrais, já que a “modificação da CUT” – como relata Juruna – estava em consonância com a estratégia de conciliação de interesses entre capital e trabalho proposta pela FS desde os anos 1990¹⁰¹. A reorganização interna pela qual a CUT passou durante o primeiro governo Lula, a reafirmação da hegemonia da *Articulação Sindical* e a vitória do campo político em seu interior representado pelos setores bancário e metalúrgico

¹⁰⁰ Juruna e outros dirigentes da FS apoiaram a primeira eleição de Lula sobretudo no segundo turno, pois no primeiro o próprio Paulinho concorrera na chapa de Ciro Gomes à posição de Vice-presidente.

¹⁰¹ “O conflito capital e trabalho é um dado natural da relação entre esses dois atores sociais em uma economia de mercado. Desta forma, o importante é criar mecanismos que administrem este conflito e não tentar reprimi-lo ou suprimi-lo. (...) As organizações de trabalhadores e empresários devem ser fortes e representativas. Somente organizações realmente fortes são capazes de negociar responsabilmente e sem demonstrações desnecessárias de força. Somente organizações fortes podem induzir à cooperação e não ao conflito, ao aumento da produtividade e não ao desinteresse pelo trabalho” (Revista da Força, 2001, p. 25).

foram elementos fundamentais para a aproximação da Central à FS com vistas à composição de um campo sindical que reforçasse o apoio político ao governo e estivesse disposto à engajar-se no Acordo Nacional com o setor empresarial, de corte, notadamente, industrial. Assim, a estratégia de participação social praticada num governo aberto ao diálogo com diferentes tendências do movimento sindical e a aproximação da FS à CUT reforçava a arena estatal como espaço privilegiado de negociação.

Juruna relata a importância da abertura de Lula aos setores mais conservadores e o “leque de alianças” realizado por seu governo como uma diferença em relação ao período FHC:

“A Força sempre teve boas relações com o Fernando Henrique Cardoso, com o seu governo também. Foi com ele que nós tivemos aqueles cursos de qualificação profissional, tivemos participação nos conselhos. Foi no governo do Fernando Henrique que se abriu conselhos do fundo de garantia, do FAT, do BNDES e assim por diante. Mas no governo Lula eu acho que foi interessante porque o leque de alianças que o governo do PT fez possibilitou isso. Eu lembro que aqui, na Força, sempre fomos assim: nós nunca fechamos as portas para um candidato. (...) Muita gente do PT não entende hoje ou não entendeu na época também essa abertura que o Lula fez aos setores – digamos assim – mais conservadores da sociedade, mais liberais.. palavra da moda. Mas é isso que fez o governo ganhar eleição e tentar governar. Porque o nosso país não é assim: *ganhou e leva*. Tem o Congresso, você tem que ter uma composição, são jogos políticos que só entende quem tá dentro mesmo, às vezes a gente, de fora, quer tudo do nosso jeito, mas não é assim” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017, grifos nossos).

A aceitação das regras e a participação no jogo político, como a fala de Juruna e a crescente participação da FS no governo Lula demonstram, são também elementos cada vez mais presentes no sindicalismo cutista. Nesse caso, esse pragmatismo político se expressa na aproximação à FS, uma antiga rival no campo sindical, em nome do apoio e da criação das condições de governabilidade do segundo governo Lula. Como afirma Juruna, aquela rivalidade que se dava entre as centrais nas figuras de seus presidentes, como “Medeiros *versus* Meneguelli ou Medeiros *versus* Vicentinho” não se reproduziu entre Paulinho e Marinho. Vale também reproduzir um trecho da entrevista com Sérgio Leite, 1º Secretário da Força Sindical, que não somente reafirma o respeito de Marinho perante os dirigentes da FS, mas mostra a importância das articulações entre o movimento sindical, Marinho e Lula na aprovação da política de valorização do salário mínimo e no reajuste da tabela do imposto de renda, processo ao qual a Força também se engajou:

“Então, assim, essa relação era muito boa. Construir, por exemplo, pela primeira vez a política nacional de salário mínimo. [Ela] não foi construída com o Ministério da Fazenda, foi construída com o Ministério do Trabalho! Foi a última vez que o Ministério do Trabalho teve poder nesse país, com o Luiz Marinho. Lula tem uma passagem que eu posso contar porque é pública: o Lula foi falar no nosso congresso depois que ele deixou de ser Presidente. Congresso dos químicos. Aí ele foi e eu fui buscar ele de carro, que ele desceu de helicóptero lá em Praia Grande e eu fui pegar ele de carro. Aí tava o motorista, o Paulo Okamoto, eu e o Lula e ele falou: ‘não, não, chama o Marinho também’. Que tinha uma outra van. ‘Marinho vem cá’. Aí eu fiquei no meio, apertadinho, aí ele perguntou: ‘Serginho, Manoel Dias é meio fraco pra ministro do trabalho né?’. Falei: ‘olha Lula é relativo né porque o último ministro do trabalho que teve algum tipo de força é esse daqui que tá do meu lado, o Marinho. Porque o Presidente da República, que no caso era você, dava força pra ele, se não der, acabou’. Aí o Paulo Okamoto: ‘toma na cara... Lula’. Na brincadeira assim, mas é verdade. Aí o Lula deu poder pro Marinho e ele fez a política de salário mínimo, corrigiu a tabela do imposto de renda. [Ela] foi discutida com o Luiz Marinho e na época nós aceitamos quatro e meio por cento por ano” (Sergio Leite).

Um primeiro sinal dessa aproximação foi a realização da *1ª Marcha da Classe Trabalhadora* em 2004 em torno da elaboração da política de valorização do salário mínimo e do reajuste da tabela do imposto renda, que se repetiu por 6 anos consecutivos (até 2009) com a participação de todas as centrais. Além disso, apesar de engajar-se no discurso contra corrupção, a Central declarou apoio à Lula em relação à crise política que se instalou com as denúncias de compra de votos no Congresso Nacional durante seu governo¹⁰². Em 2005, CUT e FS também realizaram uma campanha salarial unificada cuja pauta fora entregue à FIESP, reivindicando reajuste salarial, redução da jornada sem redução de salários e ampliação da PLR. Mais tarde, já no segundo governo Lula, Carlos Lupi, pertencente ao PDT, partido de Paulinho, passou a ocupar o Ministério do Trabalho e Luiz Antônio Medeiros assumiu a Secretaria de Relações de Trabalho (2007), selando a união entre a Central e o governo. Além disso, Luiz Marinho, já como Ministro, compareceu em inúmeros eventos da FS, como o 5º Congresso Nacional em 2005 e a inauguração do Centro do Idoso em 2008. O próprio Presidente Lula também passou a prestigiar alguns eventos, como a comemoração de 20 anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) em 2008 e a festa do 1º Maio de 2010 promovida pela Central.

Essa aproximação entre as centrais e também da FS ao governo, bem como a melhora dos índices de crescimento e emprego em 2004 contribuíram para a alteração na concepção sindical da Central que já havia sofrido algumas inflexões no 4º Congresso. No 5º Congresso,

¹⁰² “Repudiamos qualquer tentativa golpista, qualquer tentativa de derrubar o Presidente Lula. Nele depositamos todas as nossas esperanças, especialmente porque ele é nosso irmão de classe. Estamos dispostos a ajudá-lo e a lutar pelo país. Esperamos a convocação do Presidente” (Jornal da Força, n. 35, maio de 2004, p. 2).

realizado em 2005, a Central continuou criticando o plano econômico “monetarista que tem por objetivo unicamente controlar a inflação”, mas passou a caracterizar a nova ordem econômica necessária para o país como a busca pelo “desenvolvimento com distribuição de renda” em consonância com a plataforma política do governo petista e da CUT (5º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 2005). Entusiasta da política de fomento ao mercado interno e defensora de uma política macroeconômica que privilegiava o setor produtivo, a FS também abraçou a estratégia que já vinha sendo implementada pela CUT de, por meio da adoção de uma agenda positiva, representar os interesses do “conjunto da população”:

Não bastam as lutas restritas ao campo da defesa das categorias que representam. É preciso alterar o sentido da política econômica e social do país, visando o *desenvolvimento com distribuição de renda*, na busca de promover o *bem estar do conjunto da população*. Para tanto, precisamos discutir os principais entraves do modelo econômico e uma *agenda positiva* na perspectiva da sua reorientação, de forma a *fortalecer o mercado interno* e como consequência o emprego e renda da população brasileira (5º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 2005, p. 34, grifos nossos).

Assim, a luta econômica travada pela FS e que nos anos 1990 e início dos anos 2000 ancorava-se na busca por um *melhor preço de venda da força de trabalho* passa a privilegiar a arena do Estado mediante a promoção do necessário processo de *desenvolvimento com distribuição de renda* como condição de acesso ao bem-estar. Exemplos nesse sentido são o engajamento da FS na luta e elaboração de uma política de valorização do salário mínimo e pelos reajustes na tabela do imposto de renda como mecanismos de indução do crescimento econômico e da distribuição de renda via negociação direta com membros do governo.

Além disso, nesse novo momento, a Central junta-se à CUT na tentativa de alterar a política econômica do governo com a finalidade de liquidar os entraves à capacidade de investimento do setor industrial. Nos anos 1990 a FS já havia se disposto a integrar a conciliação de classes em nome da necessária modernização do parque produtivo, mas o fazia mediante a crítica ao Estado intervencionista (TRÓPIA, 2009). A partir do segundo governo Lula e sobretudo no bojo da crise de 2008, a FS passa a requerer a intervenção do *Estado indutor do desenvolvimento*, passando a corroborar o processo de “mudança cognitiva” (JARDIM; SILVA, 2015) a partir do qual a aliança entre os setores público e privado garantiria as condições de desenvolvimento e financiamento do setor produtivo.

A intervenção de Nadir Goulart, Presidente da Força Sindical Bahia no CDES

explicita que os elementos fundamentais para a geração do crescimento econômico com distribuição de renda na visão da Central são investimento produtivo, interrupção da política econômica de corte monetarista e educação profissional com destaque para a participação da classe trabalhadora na geração e nos frutos desse processo:

“Os desafios do crescimento com *investimentos produtivos*, incorpora a necessidade de uma *política de juros baixos*, reforma tributária ampla e investimentos em infraestrutura. (...) Nós pensamos também que o *desenvolvimento deve estar vinculado à distribuição de renda* com consequente redução da pobreza. Aliado ao desenvolvimento econômico, devemos melhorar o desenvolvimento social, focando em dois aspectos, para nós fundamentais, que é a questão da melhoria da educação formal nos níveis fundamental e médio e da *educação profissional*. Sem esses dois elementos eu penso que é muito difícil afirmar que o crescimento econômico realmente privilegiará e alcançará os trabalhadores. Uma segunda questão: eu quero dizer que nós trabalhadores desejamos pensar o desenvolvimento como *parceiros e usufruir dos seus resultados*. Esses resultados devem se assentar numa melhor distribuição de renda e, no incremento da massa salarial dos trabalhadores brasileiros. Nós podemos pensar em muitos países, inclusive o Brasil, que já cresceu e não distribuiu a renda, então, portanto, crescimento para que e para quem? Portanto a visão do crescimento econômico tem que ser fato gerador para distribuição da riqueza. *Nós queremos ser parceiros desse processo de desenvolvimento, pensamos que isso é uma questão chave*” (Nair Goulart, 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio de 2007, p. 7, grifos nossos).

Assim, no caso da FS, seu discurso não mais pregava a retirada do Estado, mas aceitava uma modificação de suas modalidades de intervenção em nome da indução do investimento produtivo, da geração de emprego, da distribuição de renda e da luta contra a pobreza. A inclusão econômica, financeira e ao mercado de consumo atraía, assim, tanto a FS quanto a CUT que se tornariam ativas, junto ao governo, na promoção da democracia econômica. Como tal ela corroborava os objetivos da plataforma política do governo de gerar crescimento econômico, da luta cutista pelos direitos do cidadão consumidor e da ação da Força Sindical voltada à promoção da qualificação profissional e da distribuição de renda como garantia da cidadania aos trabalhadores enquanto produtores e consumidores.

Como a fala de Nair demonstra, a questão da qualificação profissional nunca deixou de ser uma ampla frente de ação da Força Sindical. Aderindo ao discurso da empregabilidade, a Central considera que a “qualificação profissional torna-se a principal arma que sindicatos (na condição de formadores) e os próprios trabalhadores dispõem para enfrentar as mudanças tecnológicas, as novas formas de contratação e o desemprego” (TRÓPIA, 2010, p. 8). A atuação na esfera da cidadania, para a Central, dava-se através de um sindicalismo de prestação de

serviços (GIANNOTTI, 2002)¹⁰³ que buscava oferecer as condições de empregabilidade, dando ao trabalhador a possibilidade de conquistar, via mercado, o acesso ao bem estar.

Em 1998 a FS inaugurou o Centro de Solidariedade ao Trabalhador (CST), uma agência integrada de serviços de combate ao desemprego numa parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Ministério do Trabalho. Com recursos do FAT, a Central oferecia, além dos cursos de qualificação profissional e seguro-desemprego, a realização da intermediação de mão de obra e o fornecimento de crédito às micro e pequenas empresas. Nos governos do PT, essa não deixou de ser uma frente de atuação com o oferecimento, por meio do CST, de cursos de profissionalização para trabalhadores desempregados, exercendo assim o chamado sindicalismo cidadão e de prestação de serviços que ajuda a inserir o trabalhador no mercado de trabalho¹⁰⁴.

A inflexão prático-discursiva nas diretrizes de defesa da agenda econômica da Central não resultou somente de fatores externos, como a mudança do ambiente político e econômico e a aproximação à CUT. Internamente, a estadual do Paraná da FS vem se organizando com o objetivo de angariar poder para influenciar as escolhas da Central que estão sempre afinadas com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (de onde se originaram os dois presidentes da Força Nacional). A partir de 1997, a estadual foi sendo organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, que naquele mesmo ano havia tentado uma filiação à CUT sem sucesso¹⁰⁵. Até o ano 2000, a região conseguiu reunir 132 sindicatos que representavam 800 mil trabalhadores sempre buscando “reeducar uma parte do movimento sindical no Estado que ainda tem uma visão imediatista do sindicalismo”, sendo necessário “pensar no longo prazo, ampliando a participação dos trabalhadores nos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Trabalho, além de reforçar as

¹⁰³ Segundo Paulinho, “não brigamos mais pelos nossos ideais de forma isolada e atenta apenas a questões menores. Agora, a preocupação não é só com o trabalhador de cada categoria e a necessidade de uma greve ou não; a Força Sindical e seus filiados tratam de assuntos que dizem respeito a todos os trabalhadores e cidadãos brasileiros, empregados ou não, e se intromete em áreas até então intocadas pelos sindicatos, como a educação formal e profissional” (Paulinho da Força, Revista da Força, 2000, ano 9, n. 2 p. 3).

¹⁰⁴ Essa atividade tem perdido espaço na Central pelo contingenciamento dos recursos do FAT a partir de 2007, o que levou o CST a ser administrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos em 2009. Sérgio Leite que é o representante da Central no CODEFAT tem reiterado, naquele espaço, a importância de o país investir em qualificação profissional em parceria com as centrais como pode se ver em: “Brasil precisa de um programa emergencial de qualificação profissional” (Jornal da Força, ano 20, 2011, p. 4).

¹⁰⁵ Jamil Dávilla, secretário geral do sindicato explicou em entrevista que chegou a ser marcada uma cerimônia de filiação desse sindicato e outros inúmeros da região à CUT, “só que aí houve uma ciúmeira do pessoal que era da direção da CUT lá no Paraná. Se não me falha a memória era o pessoal dos bancários de Londrina e eles vetaram a entrada dos metalúrgicos porque eles tinham a preocupação de que o sindicato dos metalúrgicos não ia se filiar sozinho (...) e eles iriam perder o controle da central no Paraná”. Depois do ocorrido, os sindicatos preteridos pela CUT entraram em contato com a FS, atraídos pela pluralidade partidária que a Central contempla, e “30 dias depois o sindicato dos metalúrgicos e os sindicatos do interior estavam filiados à Força Sindical (Jamil, entrevista realizada em 15/06/2017).

grandes propostas da Força, como qualificação”, como explicou Sérgio Butka, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, da Federação dos Metalúrgicos do Paraná e da Força Sindical nesse Estado¹⁰⁶. Ano a ano os metalúrgicos da região vêm se destacando pela conquista de reajustes reais, abono, adicional noturno e PLR, alcançando valores maiores que os conquistados em São Paulo.

A partir de 2007, sob a articulação do Paraná, os estados da região sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) começaram a promover ações unificadas formando a Força Sindical Região Sul (*Força Sul*). A partir de então as plenárias estaduais são realizadas em conjunto com o objetivo de levar reivindicações convergentes para os congressos nacionais e retirar do eixo Rio-São Paulo o debate acerca dos rumos da Central. Em 2009 eles aprovaram um *Caderno de Temas para o Debate*, nos mesmos moldes dos cadernos apresentados pelas tendências políticas que compõem a CUT, em que se declaram contrários ao neoliberalismo, à precarização das condições laborais, à desregulamentação do direito do trabalho e à terceirização, sendo favoráveis à promoção governamental da desoneração dos investimentos produtivos.

Miguel Torres, Vice-Presidente da FS, reconheceu em entrevista a rapidez e a importância da *Força Sul* no questionamento de algumas posições da Central. Em sua fala também é marcante a questão da identificação partidária que os representantes dos Estados possuem, o que invalida o discurso apartidário e reforça a identificação plural da Central no plano político:

“A Força Sul se organizou muito rápido. É uma região bem politizada, uma região muito ativa e muito participante. Tem formação política, é diferenciada nesse ponto. Tem núcleos fortes de produção e isso também ajuda: *Curitiba hoje são os melhores acordos de PLR do Brasil*. De cinco anos pra cá é Curitiba, desbancou São Bernardo e outros lugares. O Sul muito forte porque ali tem aquela tradição do setor, da briga lá entre metalúrgicos da CUT e da Força que também eles têm né. E Santa Catarina é um setor de alimentação que é muito forte. Eles têm um posicionamento e são, por exemplo, os *três Estados têm lideranças muito envolvidas na questão partidária*. No Rio Grande do Sul o *Janta* [Cláudio Guimarães, Presidente da Estadual] é vereador mas é um cara que militou muito no MR8. Vem de lá. Em Santa Catarina Osvaldo Mafra também era militante, acho que do PDT na época. E Curitiba, Paraná o Sérgio Butka do PMDB. Histórico, então eles fecharam. Agora isso ajudou a central também a prestar atenção e eu achei ótimo isso porque eles vem com posições, discutem, brigam. Esse ano [2017] não teve briga. O congresso anterior [2013] teve, era cadeirada pra todo quanto é lado. Então acho que foi interessante e por isso que eu acho que é importante os Estados, as regiões fazerem” (Miguel Torres, entrevista realizada em 07/08/2017, grifos nossos).

¹⁰⁶ “Força Sindical do Paraná envolve sindicatos progressistas e já é a estadual que mais cresce no país”. Revista da Força, ano 9, 2000, p. 33.

Os embates que se travaram no 7º Congresso Nacional realizado em 2013 aos quais Miguel faz menção dizem respeito ao descontentamento do *Força Sul*, reduto crítico à figura de Paulinho, aos posicionamentos políticos adotados pelo Deputado Federal em oposição às deliberações da Força Sindical. Jamil Dávila, Secretário Geral da Força Sindical Paraná explica que o pluralismo é um ponto positivo na Central, mas que também traz contradições que se refletem nos posicionamentos políticos de Paulinho:

“A Força sindical, esse é o ponto positivo que nós entendemos, é essa questão da pluralidade. Nós temos lá no Paraná na Força Sindical dirigentes de vários partidos, tem gente do PMDB, tem gente do Solidariedade, tem gente do PSDB, certo? Tem gente do PSB. Então são várias siglas (...). O pessoal da Força aqui em São Paulo tem uma proximidade grande com o governo do PSDB de São Paulo – inclusive eles têm participação no governo aqui – e aí é óbvio, se tá mais próximo eles acabam defendendo algumas, eu vejo assim, algumas políticas aí do PSDB. Eu me lembro que eu vim num encontro aqui em São Paulo, foi quando a Força comemorou, foi em 2011, a Força tava comemorando vinte anos e quem estava aqui neste encontro aqui em São Paulo? Veio o Geraldo Alckmin, veio – se não me falha a memória – o Aécio Neves. (...) Então a Força Sindical tem muito essa questão da pluralidade, eu acho que isso faz com que tenha muitos sindicatos ainda que permaneçam, porque não tem uma certa cobrança de tá alinhado a um determinado partido. Claro que também isso gera uma certa contradição porque como tá na Força Sindical você coloca lá que você é contra o neoliberalismo. Mas ao mesmo tempo você tá num partido político como o PSDB ou como o DEM que defende aí abertamente a questão do liberalismo. Então há uma contradição: ‘ah, a bandeira que eu tô na central é essa mas a hora que eu vou discutir um projeto no parlamento eu tô defendendo proposta contra a central sindical’. Então há uma certa contradição com relação a isso né” (Jamil, entrevista realizada em 15/06/2017)¹⁰⁷.

Sua fala demonstra que o pluralismo é um aspecto que só pode ser entendido enquanto a reunião de dirigentes dos mais diversos campos políticos. Entretanto, a Central como instituição acaba sendo refém das opções partidárias de seu Presidente, fazendo cair por terra o discurso de que a FS não funciona como “joguete e instrumento de partidos e pessoas”¹⁰⁸.

Todos esses elementos, internos e externos, selam uma inflexão na concepção sindical da FS que se reflete nas resoluções do 6º e do 7º Congresso Nacional da Central. Não somente a crítica aberta ao neoliberalismo, mas o apoio explícito ao novo projeto de desenvolvimento resumem bem a mensagem desses documentos. Numa formulação muito próxima à defesa da CUT de um projeto democrático e popular, alternativo ao neoliberalismo, a

¹⁰⁷ Jamil se refere, como será discutido no Capítulo 4, à defesa de Paulinho à regulamentação da terceirização, aspecto que a Central havia concordado em combater no 7º Congresso Nacional da FS.

¹⁰⁸ Declaração de João Carlos Gonçalves. “Juruna pede saída de Paulinho após apoio à Cunha”. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/194125/Juruna-pede-sa%C3%ADda-de-Paulinho-ap%C3%B3s-apoio-a-Cunha.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

FS propõe a necessidade de “forjar o programa da alternativa democrática e uma aliança democrática e popular” como forma de alcançar o desenvolvimento sustentado e o trabalho decente (6º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL p. 3).

Vale lembrar que o 6º Congresso Nacional se realiza após a *Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho* ocorrido em 2007. Já o 7º Congresso Nacional ocorre em 2013 em uma conjuntura econômica menos favorável, mas também após a construção da *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento* que resultou do acúmulo das centrais na construção de uma plataforma política em consonância com os governos do PT. As resoluções congressuais estão, assim, informadas pelo ambiente de dificuldades da agenda econômica em virtude dos desdobramentos da crise internacional, mas também pelas diretrizes da *Agenda*. Daí que a condenação do “Estado Mínimo” e do neoliberalismo e a necessidade de uma nova regulamentação do Estado migrem para o primeiro plano da crítica:

“A crise atual é resultado direto do predomínio do capital especulativo sobre o produtivo, marcado pela plena liberdade de circulação dos capitais e por um sistema financeiro desregulado. Marca, ainda, o *esfacelamento de todo o aparato teórico-prático do que convencionamos chamar de ‘neoliberalismo’*, jogando por terra, ou melhor, colocando no devido lugar, o mito de que os mecanismos de mercado são os mais eficientes para alocar os recursos econômicos das sociedades. As privatizações, mercados financeiros desregulados, a desestatização da economia, as privatizações, os privilégios ao capital especulativo, a flexibilização da legislação trabalhista e a precarização das relações de trabalho, dentre outros, todos partes fundamentais do programa do ‘*Estado Mínimo*’ demonstraram-se, mais cedo do que tarde, como meros mecanismos para se concentrar ainda mais a riqueza e a renda (evidente nos casos brasileiro e latino-americano) e para centralizar e concentrar ainda mais os capitais (como no caso da economia globalizada)” (6º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL p. 1, grifos nossos).

Para lutar contra o capital especulativo e o mito do “Estado Mínimo”, a participação do movimento sindical nos espaços institucionais seria, então, um aspecto fundamental para a promoção do desenvolvimento com distribuição de renda. Se no 9º CONCUR em 2006 a vitória de Artur havia selado o objetivo da *ArtSind* de “ampliar o papel negociador da Central”, “ampliar o controle social sobre o Estado” e aprofundar as negociações tripartites, a FS numa direção análoga defendia¹⁰⁹:

“O movimento sindical deve disputar socialmente uma concepção de *democracia*

¹⁰⁹ No caso do 7º Congresso, além da crise econômica, o colapso do neoliberalismo e a desindustrialização, as dificuldades de acesso ao governo Dilma e a falta de protagonismo do MTE também estavam na pauta.

política e econômica, e lutar para construir um novo ambiente onde os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores e da maioria do povo sejam respeitados e promovidos. Para isto é fundamental impulsionar, no âmbito sindical e no âmbito político, alianças que representem, nos diferentes níveis da administração do Estado, nos governos e parlamentos, tais concepções” (6º CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL p. 4).

No âmbito institucional, a Força Sindical privilegiou a negociação direta com representantes governamentais. Para isso Paulinho utilizava a estratégia de convidar membros do governo para realizarem palestras em eventos da Central. Em setembro de 2007, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Luciano Coutinho, esteve na sede da FS em São Paulo. Nesta ocasião, Paulinho reiterou o interesse da Central de aumento dos recursos do FAT para o BNDES com a finalidade de financiar as obras de infraestrutura, pedindo, como contrapartida, a inserção de cláusulas sociais nos contratos de financiamento firmados pelo Banco. Paulinho também propusera uma parceria ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que esteve na sede da FS em outubro de 2007, para utilizar a mídia sindical da Central para divulgar informações de combate à dengue. Em 2009, Dilma como Ministra da Casa Civil, mas já em campanha eleitoral, fora a evento da Força em São Paulo para prestar contas das frentes de ação do PAC e das iniciativas governamentais para o enfrentamento dos efeitos da crise internacional.

Além disso, representantes da FS participavam ativamente das reuniões em que a presença do movimento sindical era requerida, como Sérgio Leite lembrou em entrevista ao lamentar a saída de Paulinho, por motivos pessoais – reitera – do CDES. Os dirigentes da Central quando entrevistados lembram que os consensos que o governo Lula buscava costurar a fim de lançar medidas que ativassem a economia sempre pressupunham a participação do movimento sindical, como no caso das negociações em torno da desoneração da folha de pagamentos ou mesmo em outras medidas de combate à crise de 2008:

“Eu lembro até hoje que ele chamou nós com o Guido Mantega. Aí o Mantega foi lá e [disse]: ‘olha, nós temos que fazer a desoneração aqui, vamos diminuir previdência porque é o momento ... vai gerar emprego e vai melhorar’. Aí dissemos: mas quem vai pagar o rombo da previdência? Depois não vai ter que fazer uma reforma de previdência não? Qual o compromisso do empresariado de pegar esse dinheiro e fazer remessa de lucro pro exterior, igual fez quando você reduziu IPI? Ali foram as maiores remessas de lucros das multinacionais. instaladas no Brasil pra fora, então quais os compromissos pra isso?’. Aí o Lula virou [e disse]: ‘companheiro Mantega, você não combinou com os meninos esse negócio? Então nós vamos aguardar um pouco e não vamos fazer’. E não

fez, as desonerações [da folha de pagamentos] não foram feitas no governo Lula” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

“Uma coisa legal que eu gosto de lembrar é que o tête-à-tête com o Lula era uma coisa muito boa, entendeu? Em 2008 quando tava aquela crise dos Estados Unidos, setembro, outubro nós encontramos ele, entendeu? Na casa dele lá, assim, numa conversa como eu estou com você aqui, tomando uns negócios e aí o *Paulinho, os meninos da CUT* e nós: ‘Presidente, nós temos que sair dessa, tem que investir aqui’. Debates muito a questão de ele não abandonar o mercado interno entendeu? Não entrar naquela coisa da crise, crise, crise. E eu acho que ele apostou nisso, foi uma coisa legal (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017, grifos nossos).

Para Juruna, não somente a abertura de Lula para dialogar com a Força Sindical, mas a unidade entre as centrais foi fundamental para as conquistas durante esse período:

“Nossa central sempre apostou, aqui no nosso debate, na unidade de ação, principalmente com a CUT. Eu defendi sempre isso aqui internamente e de vez em quando dava problema. Porque na hora que você debate isso abertamente assim sempre tem problemas, porque as duas centrais são as duas maiores e elas se confrontam muito na base. Na hora de eleições sindicais tem essas coisas assim que quando você pensa no macro... Mas você é questionado pela turma que vive mais o dia a dia na sua cidade, na sua região. Então pensar a coisa do país era uma coisa meio difícil, mas nós conseguimos. Unidade de ação sempre saiu com a CUT. Passamos uma a respeitar a outra do ponto de vista mais geral e isso eu acho que foi um passo importante. Acho que essa estratégia da unidade de ação foi fundamental pra gente trabalhar” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

Miguel Torres corrobora:

“Acho que melhorou muito a relação da CUT com a gente, muito, muito, muito, muito. Tanto é que fazemos muitas coisas juntos. Muito, muito. Primeiro a gente conversa e vamos. Hoje mesmo tinha uma reunião com o Sérgio Nobre, que é secretário geral. Então a gente faz muitas coisas conjuntas. (...) Acho que um dos principais pontos foi trabalhar muito na unidade das centrais. Tinha muita encrenca, muita guerrinha interna. Então acho que esse foi um ponto fundamental que fez com que as centrais conseguissem sentar, ter pauta unificada, trabalhar na organização conjuntamente” (Miguel Torres, entrevista realizada em 07/08/2017).

Além de atuar pela unidade das centrais, de travar negociações diretas com o governo e de se engajar nas Marchas e Atos Unificados durante o final do primeiro e, principalmente, segundo governos Lula, se colocando, ao lado da CUT, como interlocutora dos interesses econômicos da classe trabalhadora em nível nacional e supra corporativo, a FS também privilegiou a estratégia de ação política no Parlamento nos seus repertórios de ação.

Se a CUT tinha muito espaço perante o governo, a Força avaliava que seria seu papel

buscar maior poder de influenciar o Congresso Nacional. Luiz Antônio Medeiros já havia sido eleito como Deputado Federal nas legislaturas 1999-2003/2003-2007. Paulinho, após a derrota para as eleições presidenciais em 2002, candidatara-se, novamente sem sucesso, à prefeitura de São Paulo em 2004, sendo finalmente eleito para Deputado Federal em 2006. Acumulando esse cargo com a presidência da Força, ele afirma que é essencial para a Central ter influência no Parlamento, já que esse tipo de instituição trata de questões nacionais que dizem respeito aos trabalhadores:

“A central sindical, do meu ponto de vista, ela é primeiro pra negociar as grandes questões nacionais. (...) A central sindical é pra tratar dos problemas nacionais e os problemas nacionais passam nos governos estaduais, talvez numa prefeitura e tal – mas muito pouco – mas passa muito em Brasília. Só se dá em Brasília: ou no governo ou no Congresso. E no Congresso – modéstia parte – eu sei onde aperta todos os botões, certo? Então tenho uma relação lá dentro que poucos têm. Tenho desde a direita até a esquerda, tenho com todos, mesmo no PT eu tenho boas relações no PT, com companheiros antigos lá, entendeu?” (Paulinho da Força, entrevista realizada em 07/08/2017).

A fala de Juruna vai além e mostra que essa estratégia da FS acabou definindo diferentes espaços privilegiados de negociação para as duas maiores centrais sindicais:

“Na época do Lula a CUT fazia bem isso [a negociação] com o governo executivo, mas no Congresso Nacional eu acho que a gente tinha mais aproximação com os partidos – PMDB, PSDB – os partidos mais, digamos assim, de oposição naquela época. (...) A força que o Presidente e Deputado Federal tem no Congresso é baseada também no fato de ele ser presidente da Força Sindical, entendeu? Presidente de uma central, que poderia ser uma tradição pras demais centrais também” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

Como deputado, Paulinho atuou fortemente sobre a pauta trabalhista, sendo eleito 8 vezes pelo DIAP (até 2014) como um dos 100 “Cabeças do Congresso Nacional”¹¹⁰ com destaque para sua capacidade de formulação naquele espaço. Enquanto a CUT era protagonista ao contribuir para as medidas de política econômica dentro do CDES e liderava as negociações em torno da valorização do salário mínimo diretamente com a equipe econômica e com Lula, a FS privilegiou a atuação conjunta com as demais centrais em negociações diretas, a mobilização

¹¹⁰ Para o DIAP, um “cabeça” é aquele parlamentar que possui “capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade” e que, ainda, possui facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão”. Disponível em: http://www.diap.org.br/images/stories/metodologia_da_pesquisa.pdf. Acesso de 11 de novembro de 2017.

unificada e a ação no Congresso, onde protagonizou a luta pela valorização das aposentadorias.

Em uma negociação direta entre os sindicatos dos aposentados, as centrais e o governo, selou-se um acordo que previa o reajuste de 6,5% para os aposentados que ganham acima do mínimo. Desse acordo surgiu a Medida Provisória 475/09. Respondendo ao peso desses trabalhadores dentro da Central¹¹¹, o Deputado e Presidente da FS apresentou uma emenda à MP concedendo o reajuste no valor de 7,7%, isto é, acima do que havia sido acordado. Com o apoio de Michel Temer a MP fora aprovada e encaminhada ao Senado. Antes de ser aprovada no Senado sob a articulação do Senador Paulo Paim (PT), ocorreu a festa da FS em comemoração ao dia do trabalhador e neste momento o Presidente Lula, por pressão da equipe econômica e do Ministro da Previdência, pediu para Paulinho retirar a emenda, como conta Sérgio Leite em entrevista:

“No governo Lula o Paulinho fez uma emenda no reajuste dos aposentados – acho que era no último ano do governo Lula, do segundo mandato – dando aumento real pros aposentados. Eu me recordo até hoje: o Lula foi no primeiro de maio da Força e levou a Dilma, que era candidata sucessora, aí ele pediu, primeira coisa que ele pediu, falou: ‘Paulinho, tira aquela emenda, você vai estragar tudo’. E o Paulinho: ‘Lula, me peça qualquer coisa, não vou tirar e você vai perder lá’. [Lula responde] ‘mas eu vou vetar aquela emenda’. [Paulinho]: ‘faz o que você quiser, se queima aí, eu não vou tirar e vou ganhar de você no voto lá e você vai sancionar e não vai vetar. Lula... pede qualquer coisa, isso eu não vou fazer’. (...) E o Paulinho aprovou a emenda, o Lula tinha prazo pra vetar, não vetou e sancionou. Foi a primeira vez que aposentado teve aumento real e isso não quebrou a previdência social” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

A abertura ao diálogo com o governo e a atuação ativa no Congresso Nacional não anulou a disposição da Central à negociação direta com instituições financeiras e empregadores, a exemplo da proposição de Paulinho junto à FIESP acerca da redução da jornada com redução de salários como medida de enfrentamento da crise. Outro exemplo foi que em 2009 a FS assinou um acordo diretamente com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABRAN). Conforme este convênio, sempre que um acordo coletivo de trabalho para redução ou suspensão temporária de salário fosse realizado, os pagamentos das prestações do crédito consignado poderiam ser reduzidas ou suspensas pelo mesmo período com o intuito de ajudar os trabalhadores penalizados pela crise.

¹¹¹ No ano 2000 foi criado o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical. No início a Central custeava a entidade e a abrigava em uma sala do Palácio do Trabalhador. Somente em 2003 é que Ricardo Berzoini, Ministro da Previdência, autorizou o sindicato a descontar a mensalidade diretamente na folha de pagamentos dos sócios, passando a viabilizar financeiramente o sindicato. Desde então, os aposentados têm se tornado uma das categorias mais expressivas dentro da Central.

Enquanto a CUT detinha uma atuação protagonista nos espaços de negociação com o governo, a FS aliava a estratégia da parceria social (com governo e empregadores) à ação política ativa na arena legislativa. Ambas objetivavam, todavia, “colocar dinheiro no bolso do trabalhador”, seja pela valorização salarial ou pelo aumento da renda presente via setor bancário:

“Resolvemos lutar por aumento real de salários, e *colocamos mais dinheiro nas mãos dos trabalhadores* para aumentar o *consumo* e fazer a economia girar. Se existiu milagre, o santo foi o salário do trabalhador” (Paulinho da Força, Revista da Força, ano 18, 2009, p. 10).

Já Artur, quando da aprovação do acordo entre Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal com a finalidade de oferecer contas correntes com isenção de tarifas e taxas de juros reduzidas como medida de enfrentamento da crise, afirma:

“Este acordo *significa mais dinheiro no bolso dos trabalhadores*, contribui para *manter o nível do consumo no mercado interno*, e conseqüentemente, ajuda a manter empregos”, afirma o presidente da CUT (Artur Henrique, Jornal da CUT, ano 2, n. 13, abril de 2009).

Priorizar os objetivos econômicos por meio da conciliação de interesses não figurava enquanto uma novidade no sindicalismo praticado pela Força Sindical, tampouco o era a tentativa de inclusão financeira da classe trabalhadora. Os elementos novos para a FS nos governos Lula eram outros. A partir de então a luta pelos ganhos econômicos se coadunam com o objetivo maior e compartilhado pelo governo de fomentar o mercado interno de consumo de massas em nome da promoção da democracia econômica. Neste quadro, para a Força a novidade era aceitar, inclusive do ponto de vista do discurso, a intermediação do Estado na disputa distributiva em nome da inclusão financeira e econômica dos trabalhadores. Além disso, o encontro de interesses entre capital e trabalho passou a ser articulado sob o protagonismo cutista, papel anteriormente desempenhado pela FS durante os governos FHC. As centrais conseguiram assim fazer imperar aquilo que Juruna intitula de um “bom sindicalismo”:

“Todo mundo quer resultado, mas aí é um resultado econômico e o outro quer um resultado político do ponto de vista do avanço do conhecimento, da ideologia das massas... e o discurso vai longe. Mas aquela conquista ali amigo, o que ele conquistou ele não esquece nunca. Então acho que às vezes as pequenas conquistas fazem também com que o trabalhador se organize na base. Aí o trabalho nosso é ganhar os caras pra ir pros partidos, pra manter aquela concepção de vida e de camaradagem que ele aprendeu numa greve, não é? Muito mais do que só pensar no resultado. Então eu sinto assim que

a Força Sindical manteve essa tradição, não é? Mas não é só nós não, acho que em todas as centrais tem essa visão. No bom sindicalismo sempre impera a conquista e resultado real, não é?” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

O “bom sindicalismo” praticado pela FS extrapolou nos governos petistas as trincheiras da luta por categoria, angariando maior espaço na arena pública na disputa dos ganhos econômicos da classe trabalhadora. A participação da Central nesse processo fora articulada pela aproximação à CUT e pela disposição do Presidente Lula de abrir diálogo com diferentes setores do sindicalismo. Foram exatamente essas condições – aliadas a uma conjuntura de crescimento econômico – que começaram a ruir no governo Dilma Rousseff.

Os trechos de entrevista de Sérgio Leite e Juruna demonstram a maneira como se travou a relação da Presidenta Dilma com o movimento sindical (como os próprios dirigentes da CUT também já apontaram):

“Então, eu sinto que com ele [Lula] era bom. Com a Dilma não foi legal sabe? Desde o começo não foi legal e nós não tivemos muita chance de dialogar com ela não” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

“A Dilma não tem diálogo. Acho que um Presidente da República, um governo, a primeira coisa que ele tem que ter como princípio é diálogo. Conversar com todo mundo. Se ele já tiver isso ele já tem cinquenta por cento de chance de errar menos...não de não errar, de errar menos né. Que a gente sabe que jamais qualquer governo vai atender totalmente as reivindicações desse ou daquele setor, sindical, sem terra, social, enfim... Mas o diálogo é importante” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

Uma das primeiras medidas do governo da Presidenta Dilma foi vetar o artigo da Lei de Diretriz Orçamentária para 2012 que previa o reajuste real para os aposentados que ganham acima do mínimo, medida que o Deputado Paulinho da Força e o Senador Paulo Paim haviam conquistado ainda no último ano do governo Lula. Na ocasião o Senador deu uma entrevista também indicando a falta de “sensibilidade política” da Presidenta e sua pouca disposição ao diálogo¹¹².

Também no primeiro ano de governo, o valor do salário mínimo ficou abaixo do proposto por Paulinho da Força. De acordo com a fórmula de reajuste, o aumento do salário mínimo contaria apenas com a reposição da inflação, dada a ausência de crescimento econômico no ano de 2009. Nesses termos, o governo propunha um salário mínimo na ordem de R\$545.

¹¹² “Veto retira de aposentado aumento recorde”. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,veto-retira-de-aposentado-aumento-real-em-2012,80276e>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

Paulinho usou de sua função no Parlamento, mobilizou o apoio do Partido Democratas (DEM) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e protocolou uma emenda propondo o valor de R\$580. As centrais sindicais também se reuniram com a equipe econômica do governo na tentativa de negociar o valor, mas a proposta de R\$545 por parte do governo se manteve e foi relatada na Câmara pelo Deputado Federal Vicente Paulo da Silva, ex-presidente da CUT. Após a aprovação do valor proposto pelo governo, Vicentinho deu uma entrevista criticando o papel de Paulinho nessas negociações e dizendo que essa parte da sindicalismo não representava os metalúrgicos do ABC e os bancários da CUT que têm o perfil histórico de “cumprir acordos”:

“O fato de defender uma proposta negociada e construída com o movimento sindical me deu muita honra. Primeiro porque acreditamos no governo da Dilma, no projeto para o Brasil e também no acordo feito com as centrais sindicais. Não existe coisa pior do que parte deste movimento sindical quebrar este acordo. Quem estava no Congresso vaiando não era o movimento sindical, e sim parte de um sindicalismo, que foi o mesmo que me vaiou quando eu propus o fim do imposto sindical. Esse grupo não representa os metalúrgicos do ABC, dos bancários e da CUT. É um sindicalismo conservador, cujos dirigentes não têm essa postura ligada ao verdadeiro movimento sindical. (...) O Paulinho da Força teve um papel muito feio. Na verdade, neste debate ele foi o grande desmoralizado, pois buscaram apoio do DEM e do PSDB. Além disso, o resultado da votação foi muito expressivo, o que mostrou que o Congresso votou com a razão. Ganhou a razão neste grande debate. Antes da votação tive a honra de receber estímulos de pessoas como o José Lopez Feijóo, vice-presidente da CUT e do Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, falando que a nossa história é baseada na honra e no cumprimento de acordos”¹¹³.

Apesar de Paulinho ter apoiado a candidatura Dilma, a afinidade entre a CUT, a FS e o governo começava a apresentar sinais de ruptura. Em entrevista o Presidente da FS explica que os embates em torno do reajuste do salário mínimo iniciaram um desgaste em sua relação com a Presidenta:

“Eu apoiei a Dilma, então tudo bem, devido a todo esse processo de aproximação com o Lula, ele me pediu e eu apoiei a Dilma. O meu problema com a Dilma foi exatamente a Medida Provisória do salário mínimo. Eu briguei com a Dilma dois dias após que ela assumiu porque ela se comprometeu, nós entregamos uma pauta pra ela e ela não cumpriu. E na pauta tava a questão do salário mínimo!” (Paulinho da Força, entrevista realizada em 07/08/2017).

Além da baixa disposição do governo à negociação, esses episódios evidenciam a facilidade de Paulinho de migrar entre a base aliada e os partidos de oposição, justamente o

¹¹³ “Vicentinho critica quebra de acordo”. Disponível em: <http://www.vicentinho.com/wp/?p=280>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

aspecto que a *Força Sul* critica. No caso dos aposentados, a aproximação com o Senador Paulo Paim foi fundamental para pressionar o governo a não vetar o reajuste. No caso do salário mínimo, a articulação com os partidos de oposição foi o instrumento encontrado pelo Deputado Paulinho para tentar aprovar um reajuste que excedia o valor garantido pela fórmula anteriormente negociada. Em entrevista, o próprio Paulinho reafirma seu pragmatismo político ao explicitar sua facilidade de migrar entre base aliada e oposição com a finalidade de encaminhar suas propostas no Congresso:

“Dentro do Congresso, de 2006 pra cá eu virei deputado. Então dentro do Congresso eu trabalho muito com o centro do Congresso e não com a esquerda né. Então eu tenho uma relação, digamos assim, com a turma que manda na Câmara né? Mesmo no governo Lula esse grupo era muito influente. Então a gente tinha uma organização dentro do Congresso que atuava com essa turma: PP, PR, PMDB e essa turma normalmente decidia...se o PT queria votar alguma coisa que essa turma não queria, a gente juntava com a turma da oposição PSDB e DEM e aprovava. Se a turma lá também quisesse votar alguma coisa que nós não queríamos a gente se juntava ao PT e aprovava. Certa maneira a maioria da Câmara tava nesse grupo que eu atuei sempre e eu continuo atuando com essa turma até hoje” (Paulinho da Força, entrevista realizada em 07/08/2017).

A Força Sindical Rio Janeiro, região que apoia as recomendações do Presidente da Central, vê nessa capacidade de trânsito de Paulinho sua maior qualidade já que ele colocaria os interesses da classe acima dos interesses políticos, como demonstra trecho de entrevista com Marcelo Peres Gomes, Secretário de Imprensa e Comunicação da Força Sindical Rio de Janeiro e um dos fundadores de uma corrente interna da FS, criada em 2011 e intitulada *Frente Sindical Trabalhista* que apoia Paulinho:

“A Força Sindical é uma central tão pujante porque ela é plural, então você tem o direito de discordar, você tem o direito de opinar, entendeu? E por que tem essa pluralidade? Porque na Força não é um partido político que manda aqui na central, nós somos plurais: tem gente do PDT, do PSDB, do PSOL, do PRB, várias, todas as frentes partidárias. Por quê? Porque nenhum partido político manda aqui. Aqui quem manda é a classe trabalhadora. (...) A CUT foi uma ferramenta de construção do projeto vitorioso do PT da chegada à presidência da república. Eu respeito isso mas o que diferencia a Força Sindical da CUT? Enfrentamento dos dirigentes da central. Porque a Força Sindical é uma central em si, então tudo que tá em volta da Força Sindical é acessório. Enquanto que pra essas centrais, que a gente também tem respeito, CUT, CTB, a central sindical é uma ferramenta basilar de construção do projeto político do partido (...) Ela [Dilma] chegou até a falar uma vez assim: ‘Paulinho... você é muito brigador’. Mas pô, papel dele. Inclusive chegou – eu lembro como se fosse hoje – uma informação. Não sei se vocês sabem disso: quando o Paulinho – ele era do PDT, ele era líder da bancada né – e tava sendo o reajuste do salário mínimo. Como o governo tava tendo um aumento do PIB e o registro do salário mínimo é o percentual da inflação mais o aumento do crescimento do PIB. Como o crescimento do PIB não tinha sido muito alto o Paulinho

tava trabalhando uma antecipação do aumento do PIB, pra aumentar um pouquinho mais da inflação pra ter um ganho real do salário mínimo. Só que o governo foi contra, aí ele brigando no congresso e tal, o presidente do partido – tem que falar isso – o presidente do partido chegou pra ele e falou assim: ‘Paulinho, você não pode brigar com o governo, nós somos governo’ Ele falou assim: ‘cara, eu sou governo mas eu sou sindicalista, sou trabalhador, eu não posso esquecer minhas raízes’. Ele falou assim: ‘então vou ser obrigado a tirar você da liderança do PDT’. Ele respondeu: ‘cara, então você faz o que você quiser mas não vou mudar minha posição. O que o Paulinho fez? Se você pegar a história você vai ver, ele foi tirado da liderança do PDT na Câmara, foi aí que o Paulinho reuniu em todo Brasil os sindicalistas e falou: ‘Nós temos que montar o nosso partido, porque não dá pra ficar com um partido que deveria defender a classe trabalhadora e tá fechado com o governo’” (Marcelo Peres, entrevista realizada em 15/06/2017).

Essa também fora a estratégia política utilizada por Paulinho quando da aprovação da Medida Provisória que isentava do Imposto de Renda a PLR de até R\$ 6.000. No momento da votação da Câmara, Paulinho se aliou ao PSDB para apresentar destaque que estendia a isenção para trabalhadores que ganhassem até R\$ 9.000, mas que fora derrubada pela maioria. Tentando mais uma vez se diferenciar da proposta do governo, Paulinho tenta, novamente, se colocar como porta-voz dos direitos dos trabalhadores, dizendo não ser justo que “a gente isente apenas R\$ 6 mil, se a “participação nos lucros é um esforço conjunto dos trabalhadores”¹¹⁴.

Esse tipo de estratégia política causa a admiração de alguns, como no caso da Força Sindical Rio de Janeiro, e rejeição de outros, como no caso da Força Sul. Mas ela indica, acima de tudo, o perfil pragmático do Presidente da Central. Como Deputado Federal ele se utiliza do jogo político para, no quadro da luta pelo possível, negociar tanto a perda de direitos (como no caso da terceirização¹¹⁵) quanto a majoração de ganhos econômicos (como no caso do salário mínimo), a depender da correlação de forças política em cada momento. Em ambos, ações desse tipo na arena política são expressão do processo de interiorização das regras do jogo (BÉROUD, 2014), gerando um discurso especializado no campo sindical que só adquire sentido dentro das relações profissionalizadas da arena legislativa e governamental.

Os embates que Paulinho travava no Parlamento contra a bancada governamental indicam também a pouca disposição do Presidente da FS em manter a coalizão política que compunha a base de sustentação do governo. A partir de 2010 as *Marchas da Classe Trabalhadora* foram interrompidas. Além disso, após o 2º CONCLAT, as centrais sindicais

¹¹⁴ “Câmara aprova isenção de imposto de renda para PLR de até R\$ 6 mil”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/camara-aprova-isencao-de-imposto-de-renda-para-plr-de-ate-r-6-mil.html>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

¹¹⁵ Essa discussão se encontra na seção 4.2.1, do capítulo seguinte.

começaram a realizar as comemorações do 1º de Maio de maneira unificada¹¹⁶ (a partir de 2011) defendendo a *Agenda da Classe Trabalhadora pelo Desenvolvimento*, mas sem a participação da CUT. Ainda em 2011, essas mesmas centrais ao lado do MST e da UNE realizaram a *Passeata nos 80 mil* na capital paulista a fim de chamar a atenção do governo para a pauta trabalhista e de requerer uma mudança radical nos rumos da política econômica, novamente sem a participação cutista.

Nesse e em outros espaços, a FS lançava críticas ao governo. Apesar de entender como acertado o objetivo do “Plano Brasil Maior” de tornar o Estado “indutor, orientador, regulador e fomentador do desenvolvimento” e de apoiar as medidas de desoneração como instrumento de incentivo ao setor produtivo, a FS criticava a falta de participação do movimento sindical no processo de elaboração do Plano, o avanço das importações diante de um câmbio valorizado, o aprofundamento do processo de desindustrialização e medidas de desaquecimento do consumo em virtude da ameaça inflacionária. Importante ressaltar que mesmo a desoneração da folha de pagamentos foi publicamente apoiada por Paulinho da FS, a despeito das críticas sofridas por setores internos da Central, como os aposentados, em virtude do efeito dessa medida sobre o financiamento do Previdência Social¹¹⁷.

Ao realizar críticas ao governo Dilma, como no trecho abaixo, a Central se distanciava da CUT:

O dado positivo^[1] é que pela primeira vez nas ^[1]últimas décadas o governo^[1] toma a iniciativa de recolocar^[1] o *Estado brasileiro como indutor, orientador, regulador^[1] e fomentador do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro*. Na visão de dirigentes da Força Sindical, os problemas detectados no plano de industrialização são decorrentes da postura autoritária do governo federal de excluir as centrais sindicais das negociações. “Foi um erro estratégico, pois as centrais já vinham discutindo estas questões com entidades empresariais e apontavam para a necessidade de implementar medidas duras para conter o avanço dos produtos industriais importados, além de mudanças no câmbio, redução dos juros e diminuição do “Custo Brasil”, critica o presidente da Força-SP, Danilo Pereira da Silva (Jornal da Força, n. 71, 2011, p. 14, grifos nossos).

Depois de o governo acenar para o setor industrial e para os trabalhadores com

¹¹⁶ Esses eventos contaram com as demais centrais reconhecidas: Força Sindical (Central conhecida pelos megaeventos que promove nesse dia, com shows e sorteios de carros e apartamentos para os trabalhadores), CTB, UGT, Nova Central e CGTB).

¹¹⁷ “Governo propõe desonerar folha de pagamento e centrais cobram garantia de recursos para previdência”. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/05/governo-propoe-desonerar-folha-de-pagamento-e-centrais-cobram-garantia-de-recursos-para-previdencia>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

medidas de redução da taxa de juros e do *spread* bancário, com a desvalorização do câmbio, com a desoneração da produção e com a tramitação da Medida Provisória que isentaria de IR a PLR de até R\$ 6.000, o movimento sindical voltou a se unir na realização da 7ª Marcha da Classe Trabalhadora em março de 2013. Com as *Manifestações de Junho de 2013* e pressionadas pela dificuldade de se juntarem aos protestos que surgiam pelo país, as centrais se unificaram novamente, desta vez com a participação da CSP-Conlutas, em torno do Dia Nacional de Lutas (Julho) e do Dia Nacional de Mobilização (Agosto). Ainda em Julho, a Presidenta chamou os representantes das centrais sindicais para negociação da pauta trabalhista e o resultado do encontro, na opinião de Paulinho foi este:

“Chegamos ao Palácio do Planalto crentes de que iríamos debater com a presidenta itens como o combate à inflação, redução da jornada de trabalho, revogação do Fator Previdenciário, regulamentação da terceirização, valorização das aposentadorias, melhorias no transporte público, recursos para a educação e a saúde e a proposta para acabar com os leilões do petróleo. Mas a presidenta nada falou sobre os nossos pleitos. Levantou-se e foi embora. Foi uma reunião em que ouvimos somente os planos mirabolantes, mas nada de solução para os problemas dos trabalhadores. Aliás, em todas as reuniões que tivemos com o governo até hoje, nada foi resolvido. E nesta reunião foi pior, porque ela nem deu andamento a nossa pauta. Nos sentimos enganados” (Paulinho da Força, *Jornal da Força*, 2013, n. 83, p. 2).

Descontente com o governo Dilma, nas eleições de 2014 Paulinho chamou os candidatos de oposição, Aécio Neves e Eduardo Campos para discursarem no evento em comemoração do Dia do Trabalhador. Ao final de 2013 ele também havia se afastado da presidência da FS, para dedicar-se à formação do Partido Solidariedade, que apoiou a candidatura do PSDB em 2014. Miguel Torres assumiu, então, a presidência da Central.

Com as denúncias de corrupção que atingiram o governo, Paulinho assumiu um discurso de críticas à Presidenta aliando-se à Eduardo Cunha em 2015 a fim de apoiá-lo no encaminhamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. No mesmo momento, Miguel Torres definira que a Central defenderia uma posição de neutralidade diante da questão, discordando da postura de Paulinho de que Dilma não tinha mais nenhuma condição política de aprovar medidas no Congresso Nacional. Suas declarações públicas e seu posicionamento político causaram duras críticas de dirigentes da Força Sindical. Juruna chegou a publicar uma

carta¹¹⁸ pedindo a saída de Paulinho pela sua incapacidade de desvincular sua atividade política dos rumos da Central. Outros dirigentes também o criticaram, pois ele estaria ferindo a maior qualidade da FS: seu distanciamento do debate político-partidário ¹¹⁹. Ao perceber o descontentamento interno, Paulinho retornou e reassumiu a presidência da Central em 2016.

Entre 2003 e 2010, a FS transitou da posição de oposição ao primeiro governo petista para integrar a base de sustentação política do segundo governo Lula. Essa transição contou com a reformulação do repertório prático-discursivo da Central que passou a fomentar a participação do Estado nas disputas distributivas. Em uma conjuntura de crescimento econômico e geração de emprego, a disposição política do governo e da CUT foi fundamental para atrair o engajamento da FS na estratégia de parceria social. Além do diálogo direto com o governo e empresários, a FS atuou estrategicamente no Parlamento.

Assim, a FS continuava praticando o sindicalismo que “funciona para o trabalhador” como uma Central que “topa conversar com os patrões e empregadores, topa conversar com o Estado e trabalhar em conjunto” (Revista da Força, 2005, ano 12, p. 45). O elemento novo era a aceitação do protagonismo cutista na articulação desse amplo Acordo Nacional e a disposição do governo em dialogar com diferentes tendências do sindicalismo em nome da promoção do crescimento econômico com inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo.

3.3 Reflexões acerca da atuação sindical baseada na participação social nos anos 2000.

A parceria social com empresários e governo e a ação na arena legislativa foram as estratégias privilegiadas de atuação da CUT e da FS durante os governos do PT, com destaque para a atuação cutista nos espaços de diálogo e da Força Sindical na arena parlamentar. A elas somou-se a aproximação entre essas instituições manejada pela própria CUT, dessas com as demais centrais e da cúpula sindical ao governo. A justa combinação entre essas estratégias, a abertura dos canais de diálogo com o governo e o ambiente de crescimento econômico e geração

¹¹⁸ “Juruna pede saída de Paulinho após apoio à Cunha”. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/194125/Juruna-pede-sa%C3%ADda-de-Paulinho-ap%C3%B3s-apoio-a-Cunha.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

¹¹⁹ “Paulinho reassume Força, promete pluralismo e ouve pedidos de moderação”. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/01/paulinho-reassume-forca-garante-pluralismo-e-ouve-pedidos-de-moderacao-4195.html>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

de empregos permitiu que as principais instituições de cúpula do sindicalismo brasileiro alcançassem, sob o protagonismo cutista, a capacidade de discutir as diretrizes de política econômica dos governos, ainda que com restrito grau de influência, e de disputar ganhos econômicos para a classe trabalhadora em nível nacional, sobretudo entre os anos 2006 e 2010.

No caso da CUT, o papel de ampliação da agenda sindical que o combate à inflação cumprira nos anos 1980, que com a estabilização da economia compusera um dos motivos do refluxo da atividade sindical nos anos 1990 (CARDOSO, 2003), fora cumprido pela luta em torno da valorização do salário mínimo nos anos 2000. No caso da FS, engajar-se na defesa da recuperação salarial em nível nacional reforçou sua atuação na esfera estatal, sem que a negociação direta com os empregadores deixasse de compor seus repertórios de ação. Em torno da luta pela inclusão econômica e financeira dos trabalhadores, a estratégia de parceria social aproximou os repertórios prático-discursivos dessas centrais que alçaram a defesa da democracia econômica via valorização salarial e acesso ao crédito ao centro da agenda sindical.

Existe aí um significado político evidente da luta econômica travada pelas centrais sindicais ao longo dos governos petistas. Ao permitir uma distribuição mais equitativa da renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a agenda econômica figura enquanto elemento fundamental do campo sindical, estando as instituições de representação da classe trabalhadora destinadas a disputar os interesses materiais dos trabalhadores (HYMAN, 2001). Ademais, como discutido no capítulo 1, o significado político da pauta econômica também é atribuído em função das características históricas do desenvolvimento capitalista na periferia, o que, no caso do Brasil, confere à luta pela distribuição de renda uma conotação ainda mais atrelada à busca de justiça social. Por este motivo não faria sentido que as centrais sindicais brasileiras negassem a primazia do econômico na vida do trabalhador moderno.

A conquista da valorização salarial na arena estatal também mostra que o movimento sindical pode demonstrar capacidade de negociar, via negociação bi e tripartite, melhores condições salariais para a classe trabalhadora, indicando que a estratégia de participação social não implica uma subordinação completa ao Estado, como alega a tese da cooptação sindical (DRUCK, 2006). Tampouco a disposição ao diálogo implica, necessariamente, uma postura de consentimento que integra de maneira homogênea as direções sindicais ao aparelho de Estado, como argumentam Braga (2012) e Antunes e Silva (2015). A estratégia de participação social, ao abrir espaços de negociação e dar legitimidade ao ator sindical pode resultar na conquista de

benefícios para os trabalhadores. No caso analisado, esses benefícios concentraram-se, sobretudo, na esfera econômica. Nem por isso, entretanto, uma atuação desse tipo está isenta de contradições.

Buscar a aproximação de interesses entre o setor industrial, a fração bancária e o governo foi uma estratégia que permitiu, por um lado, o encontro de espaços para disputar ganhos econômicos para os trabalhadores, mas, por outro, reforçou a contradição em que o movimento sindical como um todo está imerso:

Los sindicatos son una parte esencial de una sociedad capitalista porque encarnan la diferencia entre capital y trabajo, que define a la sociedad. Como escribió Gramsci una vez, los sindicatos son 'como un tipo de organización proletaria específica del período en que el capital domina la historia... una parte integrante de la sociedad capitalista, cuya función es inherente al régimen de la propiedad privada' En este sentido, los sindicatos son, dialécticamente, tanto opuestos al capitalismo, como componentes del mismo. Porque a la vez que se oponen, mediante sus demandas salariales, a la distribución desigual de la renta dentro de la sociedad, ratifican una distribución desigual con su propia existencia, que implica la existencia de la administración como su contrapartida complementaria (ANDERSON, 1968, p. 114).

Além de aprofundar a histórica contradição entre a busca de ganhos econômicos para os trabalhadores mediante o reforço das condições favoráveis à acumulação capitalista (CARDOSO, 2013a, 2015), a estratégia de participação social desencadeou um processo de maior porosidade da CUT e de contínua aceitação da FS ao neoliberalismo. Ambas expressaram a crítica a esse modelo no que tange à defesa de um programa alternativo de desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e valorização do trabalho. Entretanto, na prática, a defesa do crédito consignado e a centralidade dada à democracia econômica como instrumento de promoção do consumo e da cidadania reforçaram a ideia de que o acesso ao bem estar pode ser conquistado via mercado e endividamento, demonstrando uma séria de contradições. A primeira delas é vocalizar um discurso combativo ao setor financeiro, mas propor uma ferramenta de acesso ao crédito que revolucionou sua forma de acumulação. A segunda é defender o fortalecimento do papel social do Estado e a universalização do acesso aos bens e serviços públicos e, ao mesmo tempo, moderar as críticas à participação do mercado na provisão desses bens, como no caso previdenciário e da educação, mediante o argumento de que os problemas emergenciais precisam ser enfrentados, mas sem atentar para a lógica de desconstrução da solidariedade intergeracional e da coesão social que subjaz essa tendência.

Assim, a defesa de demandas econômicas que extrapolaram a questão da valorização

dos salários (como o crédito consignado, o estímulo ao alargamento da bancarização da classe trabalhadora, a articulação de benefícios em empréstimos bancários, a inserção do trabalhador no mercado acionário e a participação crescente dos trabalhadores nos resultados do lucro capitalista) propiciaram, por um lado, o aumento da renda presente dos trabalhadores e de seu consequente poder de compra, mas, por outro, expressaram e reforçaram a forma de organização do sistema de acumulação capitalista neoliberal e dominado pelas finanças.

Além disso, a perspectiva de conciliação de interesses que guiou a estratégia de parceria social ao longo dos governos petistas pressupôs uma moderação política – como Galvão (2006a, 2010, 2014a, 2016) já havia apontado – da cúpula sindical, sobretudo da CUT, em relação ao governo eleito e uma disposição ao diálogo com o patronato. A moderação política não é fruto, como esclarecem Boito e Galvão, da simples participação das centrais nos espaços institucionais, mas de um “arranjo político que favorece a cautela para que as conquistas atribuídas a esses governos não sejam ameaçadas” (2015, p. 213). Assim, a defesa de demandas que pudessem ser contempladas nesse encontro de interesses que sustentava politicamente o governo abarcou a contradição de melhorar as condições materiais de vida dos trabalhadores e ao mesmo tempo difundir uma ideia de cidadania que se conquista via democracia econômica e acesso ao consumo enquanto a luta pela ampliação dos direitos sociais, como as entrevistas mostraram, não figurou entre os elementos centrais da pauta das centrais sindicais analisadas.

A defesa dessa coalizão política ancorada na estratégia sindical de participação social que visa extrapolar o campo de conflito da relação capital/trabalho, encontrando ganhos que possam favorecer ambos os lados também fragilizou as fronteiras de classe e criou barreiras para o fortalecimento do papel social do Estado. Os interesses do setor bancário e financeiro e do setor industrial passaram a figurar enquanto oportunidades de acesso aos direitos ao crédito e ao consumo, corroborando a tendência de reafirmação da esfera do mercado enquanto espaço de realização de cidadania e impulsionando a propaganda governamental de que uma nova “classe média” estava nascendo no país. Um outro exemplo neste sentido, foram as dificuldades encontradas pela CUT para se opor às medidas de desoneração previdenciária em nome do direito à aposentadoria dos trabalhadores, negando o próprio argumento de indução do investimento como condição para geração de emprego e renda.

A participação protagonista de dirigentes sindicais, como o ex-presidente cutista, na coordenação de grupos de trabalho no âmbito do CDES cujo objetivo principal era avaliar as

cadeias de produção dos biocombustíveis e da bioenergia a fim de propor recomendações para a viabilização de investimentos públicos e privados também contribuiu para essa sobreposição de papéis de um representante sindical que, nesse cargo, cumpria a função dos empresários do setor do agronegócio. A superposição da função de dirigente sindical com cargos que pressupõem a gestão do Estado e o engajamento ativo na criação das condições para a realização dos investimentos tanto no setor industrial, como na construção civil e do agronegócio indicam que a disposição ao consenso se sobrepôs à uma estratégia de parceria ancorada no conflito, como a fala de João Felício corrobora:

“O governo Lula e o governo Dilma - pelas suas características - só abraçavam a ideia que era consensuada. ‘Tem acordo de todos?’ ‘Tem’. ‘Então vamos em frente, se não tem acordo não vai, entendeu?’ E eu acho que a gente perdeu - em função disso - determinadas mudanças que *você tem que criar um conflito. Não tem como você achar que você vai - dentro do capitalismo - fazer mudanças importantíssimas sem ter conflito. E às vezes conflito de classe.* Mas como o governo Lula não era um governo que ... como é que diz? vamos dizer assim entre aspas que ‘impulsionasse a luta de classes’. Entendeu? Era um governo de conciliação. Os conflitos eram... como é que eu diria?... amordaçados, entendeu?” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017), grifos nossos).

Na visão de Galvão (2014b), a estratégia de parceria social da cúpula sindical nos anos 2000 também tem um forte viés de cooperação em detrimento do conflito. Para a autora, essa estratégia que fora vislumbrada pela CUT já nos anos 1990 é distinta da que se difundiu na Europa ocidental sob a social-democracia. Naquela experiência, a política do compromisso havia promovido a institucionalização do conflito. Além disso, ela se dava em um momento em que o Estado cumpria importante função na provisão universal de acesso aos bens públicos. No caso brasileiro atual trata-se “de institucionalizar a cooperação: os acordos não resultam mais do reconhecimento do conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores mas, antes, de sua negação”, o que não significa que a desigualdade de poder entre os atores deixe de existir, mas que sua negação altera a compreensão das condições e perspectivas de luta (GALVÃO, 2014b, p. 110).

Therborn (1992) afirma que existem dois tipos de parceria social. Uma denota a institucionalização da parceria e do consenso com órgãos e espaços de negociação determinados para uma tomada de decisão conjunta; a outra se inclina para outro extremo e se refere a uma forma de “ritualização do conflito” em que capital e trabalho não são vistos como “parceiros sociais”, mas como atores aos quais o aparato institucional garante a autonomia e o direito ao

conflito (THERBORN, 1992, p. 36). Dahrendorf (1982) afirma que a institucionalização do conflito não busca sua supressão, mas sim a criação de instrumentos que permitam a sua manifestação, implicando a continuação – mesmo após sua regulação – da existência de antagonismos de interesses.

Todas essas contradições relativas ao reforço das condições de acumulação do capital (seja na construção civil, na indústria, no setor financeiro ou no agronegócio), à disseminação do acesso à cidadania pelo consumo, à sobreposição de funções sindicais com cargos de coordenação de espaços destinados a destravar as condições de investimento e à moderação crítica em relação à provisão privada de serviços e bens que deveriam ser amplamente fornecidos pelo Estado são elementos que demonstram como a formação dessa ampla coalizão política de apoio ao governo pressupôs uma negação do conflito de interesses em nome dos consensos possíveis. Assim, a moderação e dificuldade de realizar críticas que abalasses a coalizão política reforçou o caráter harmônico e consensual da parceria social em detrimento do perfil conflitivo que pode estar contido nessa estratégia. A *institucionalização do consenso* marca um novo momento na trajetória da cúpula sindical, potencializado pela vitória eleitoral de Lula, símbolo e personificação desse projeto, pelo processo de ratificação da hegemonia da corrente majoritária no interior da CUT e pela aproximação das demais centrais à coalizão política de sustentação governista.

A estratégia de parceria social somente comporta a manifestação do conflito perante o reconhecimento da divergência sistemática para encontrar pontos de interesses e não mediante a premissa de que os “interesses comuns” devem ser colocados acima das causas dos oponentes, como argumenta Dahrendorf (1982). Esse segundo aspecto parece ter prevalecido no caso em análise já que a estratégia de parceria social permitiu que a CUT e a FS reivindicassem a criação de empregos, a valorização salarial e a inclusão financeira dos trabalhadores somente enquanto aspectos constitutivos da promoção do crescimento econômico e da competitividade nacional mediante a premissa de que o melhor para o país, o “olhar no Brasil” na visão de Marinho ou a “visão da necessidade da concertação” nas palavras de Artur, deveria ser perseguido em detrimento das diferenças de interesses. O reconhecimento de que a melhoria salarial e das condições de trabalho figura enquanto elemento que define o marco civilizatório não constituiu o parâmetro sobre o qual se assentou a estratégia da parceria social já que, diferentemente das

demandas econômicas, muitos foram os entraves encontrados para disputar a regulamentação pública do trabalho.

Capítulo 4: A luta pela regulamentação pública do trabalho na atuação da CUT e da Força Sindical durante os governos do PT.

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao Poder Executivo, um ex-sindicalista e candidato depositário de enormes expectativas de mudança, foi tomada pelo movimento sindical como uma oportunidade de valorização dos salários e de reversão da tendência de precarização do trabalho, desemprego e flexibilização ocorrida nos anos 1990.

A disputa dos atores no campo laboral ocorreu em outros espaços, para além do CDES. As reformas sindical e trabalhista foram destinadas ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT) criado, primeiramente, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A reforma previdenciária ocorreu, a partir de 2007, no âmbito do Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS). E, a partir de 2010, as discussões no campo trabalhista migraram para Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CRT), que se originou da própria experiência do FNT.

Além da criação desses espaços, a presença crescente no Parlamento brasileiro de quadros provenientes do movimento sindical endossava as expectativas em torno da ampliação dos direitos trabalhistas e sociais durante os governos petistas. O quadro abaixo, elaborado a partir das Radiografias do Congresso Nacional realizadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), mostra o aumento da bancada sindical no Parlamento quando da primeira posse do Presidente Lula. Mostra também que figuras históricas do movimento sindical, como Ricardo Berzoini, Cláudio Magrão, Vincentinho e Paulinho da Força ganharam proeminência na política nacional. Além disso, vale notar que as categorias mais tradicionais dentro do sindicalismo cutista, como professores, metalúrgicos e bancários, compunham a maioria da bancada sindical.

Quadro 8: Bancada Sindical¹ no Parlamento: 1999-2015.

Legislatura	Bancada sindical	Deputados	Senadores	Bancada por Partido		Bancada por categoria (mais representativas)		Principais nomes	
								CUT	FS
1999-2003	44	40	4	PT	38	Professor	10	Jair Meneguelli e Ricardo Berzoini	Luiz Antônio Medeiros
				PCdoB	3	Metalúrgico	6		
				PDT	1	Bancário	5		
				PPB	1	Médico	4		
				PFL	1	Servidor Púb	2		
2003-2007 ²	60	55	5	PT	49	Professor	15	Ricardo Berzoini, Vicentinho, Paulo Paim	Luiz Antônio Medeiros, Cláudio Magrão
				PCdoB	7	Metalúrgico	8		
				PPS	1	Bancário	8		
				PDT	1	Médico	6		
				PPB	1	Servidor Púb	2		
				PFL	1	Trab. Rural	3		
2007-2011	60	55	5	PT	45	Professor	15	Ricardo Berzoini, Vicentinho, Paulo Paim	Paulinho da Força
				PCdoB	7	Metalúrgico	7		
				PDT	3	Bancário	6		
				PSOL	2	Médico	5		
				PPS	1	Servidor Púb	6		
				PV	1	Trab. Rural	3		
				PMDB	1				
2011-2015	72	64	8	PT	54	Professor	19	Ricardo Berzoini, Vicentinho, Paulo Paim	Paulinho da Força
				PCdoB	10	Metalúrgico	6		
				PDT	2	Bancário	9		
				PV	2	Médico	6		
				PPS	1	Servidor Púb	2		
				PSOL	3	Trab. Rural	7		

Fonte: Elaboração a partir das “Radiografias do Congresso Nacional” produzidas pelo DIAP.

¹Entende-se por bancada sindical, para efeito deste levantamento, apenas os deputados e senadores que tiveram militância ou mandato sindical e possuem fortes vínculos com suas categorias de origem. ²O relatório do DIAP fornece esses números para a legislatura de 2003-2007. Nas radiografias seguintes, entretanto, o Departamento lança o número 74, sendo 69 deputados e 5 senadores para o referido período.

Além da maior presença de parlamentares, quadros históricos do movimento sindical passaram a compor os governos. Sete ex-dirigentes sindicais cutistas assumiram cargos como ministros: Antonio Palocci (Fazenda), Jaques Wagner (Trabalho), Luis Gushiken (Secretaria de Comunicação), Luiz Dulci (Secretaria Geral), Ricardo Berzoini (Previdência Social), Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) e Olívio Dutra (Cidades). Já a FS passou a ter maior proximidade com o governo e a manifestar seu apoio a partir do segundo mandato do Presidente Lula, quando o Ministério do Trabalho e Emprego foi cedido para Carlos Lupi do PDT, reduto partidário da Força Sindical à época.

Pesquisa realizada por D’Araújo (2009) mostra que entre os cargos de direção e assessoramento e os cargos de natureza especial¹²⁰ 45% dos ocupantes no primeiro e 42,8% no

¹²⁰ “Os cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 5 e 6, assim como os de Natureza Especial (NES), têm sido considerados pela literatura especializada como postos de direção comandados por dirigentes públicos. Pela posição que ocupam no organograma da administração pública federal, logo abaixo dos ministros e

segundo governo Lula eram filiados a sindicatos de trabalhadores, sendo que 10,6% e 12,3%, respectivamente, eram filiados a centrais sindicais. Quando se considera o quantitativo total de ocupantes de cargos nos dois governos e que compuseram a pesquisa (505 pessoas), a taxa de filiação sindical passa para 40,8% (206 pessoas) e a adesão a centrais sindicais entre esses sindicalizados vai para 24,3% (50 pessoas). Esse grupo de sindicalizados que ocupou cargos de confiança nos governos Lula provém, majoritariamente, do serviço público (63,1%, 130 dos 206), sendo que 82,5% (170 dos 206) é vinculado ao PT. Dentre os sindicalizados que possuem filiação a alguma central sindical, quase a totalidade, 92% (46 das 50 pessoas) era vinculado à CUT.

Esses números mostram a presença de quadros do movimento sindical em posições de formulação de políticas públicas e corroboram a expectativa de que esses governos poderiam, em tese, ser mais favoráveis aos trabalhadores, alargando as possibilidades de aprovação da reforma sindical – bandeira histórica e fonte de acirradas disputas no sindicalismo brasileiro – e da reforma trabalhista em prol da extensão da tela de proteção dos assalariados.

No alvorecer dessas novas oportunidades, diferentes autores se perguntaram sobre os resultados do alargamento dos canais de diálogo do movimento sindical: seria a forte presença sindical nos quadros da administração pública e nos espaços de concertação social um elemento constitutivo do projeto de manutenção, e não de revisão das relações de trabalho e das relações sindicais? (D'ARAÚJO, 2009). Vêras de Oliveira (2004) coloca a mesma questão em diferentes termos, perguntando se esses novos espaços de atuação institucional favoreceriam o diálogo social como base de constituição de um novo contrato social ou causariam o efeito inverso, propiciando legitimidade social à razão técnica.

Diferentes estratégias de atuação foram lançadas pelo movimento sindical com o intuito de aproveitar a engenharia institucional para disputar a regulamentação pública do trabalho. Como analisado no capítulo anterior, tanto a CUT quanto a FS apostaram na *participação social* (na efetivação de parcerias no plano corporativo e com o governo), na *atuação parlamentar* e na *convergência de pauta e mobilizações conjuntas*. Essas estratégias levaram as centrais a negociar ganhos econômicos para os trabalhadores em nível nacional e supra corporativo e a influenciar as diretrizes da política econômica dos governos petistas, com

secretários de Estado, e por seu escopo funcional, esses cargos configurariam, conceitualmente, um espaço gerencial afeito à eficiência e à racionalidade no âmbito do serviço público brasileiro. Na prática, o nível gerencial desses postos depende do perfil de seus ocupantes, das práticas institucionais de gestão pública seguidas pelos órgãos governamentais nos quais estão inseridos, e do tipo de comando exercido pelos ministros e secretários na chefia de seus órgãos” (D'ARAÚJO, 2009, p. 15).

vistas a apoiar a dinâmica de crescimento baseada na inclusão da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho e pelo consumo. Não sem contradições, a institucionalização do consenso resultante dessas estratégias de ação jogou um importante papel na viabilização das conquistas econômicas dos trabalhadores durante os governos petistas, como discutido no capítulo 3.

O mesmo não se pode afirmar sobre as disputas em torno da legislação trabalhista. As estratégias de aprofundamento da *participação social*, de reforço da *ação política no Parlamento*, e de *coalizão entre as centrais sindicais* não resultaram na reversão da tendência de flexibilização das relações de trabalho tampouco no significativo alargamento da tela de proteção dos trabalhadores, corroborando o aumento das situações de heterogeneidade do mercado de trabalho e da insegurança social na sociedade brasileira, como discutido no capítulo 2¹²¹.

Considerando, entretanto, que o mesmo espaço de diálogo e negociação que fora aberto para as conquistas econômicas esteve à disposição para as disputas em torno da regulamentação pública do trabalho, este capítulo se dedica a responder por que a estratégia de participação social e de atuação política na esfera legislativa das centrais não resultou no alargamento da legislação trabalhista e da tela de proteção social dos trabalhadores brasileiros.

A resposta para essa questão se relaciona com os limites implicados na aposta das centrais na *institucionalização do consenso* que buscava atrelar os ganhos econômicos da classe trabalhadora com a dinâmica de crescimento econômico promovida pelas medidas governamentais e com o estímulo do setor produtivo. Levada ao limite, uma atuação ancorada nos pontos de encontro entre os interesses de frações do capital e o trabalho deixou pouco espaço para a negociação de pautas históricas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o fim da terceirização, restando às centrais sindicais exercer seu poder de veto sobre as ameaças de retirada de direitos promovidas pelo setor patronal e pelo próprio governo.

¹²¹ O caso brasileiro é distinto, nesses aspectos, ao caso uruguaio. Como mostra Silverman (2014), após a chegada da *Frente Amplio* ao poder em 2005 no Uruguai, o país não somente logrou alcançar taxas de desemprego mais baixas e a valorização dos salários, mas a legislação laboral foi profundamente alterada. Além da convocatória de negociações coletivas multi-setoriais obrigatórias no chamado *Consejos de Salarios* (CS), o governo Tabaré Vázquez aprovou a *Ley de Fueros Sindicales* para proteger a atividade dos líderes sindicais envolvidos nas negociações do CS e expandiu a institucionalização dos processos de negociação coletiva para categorias de trabalhadores anteriormente excluídas. Ainda, para além das leis relativas à negociação coletiva e à proteção a líderes sindicais, o governo da FA propôs mais de 40 diferentes projetos referidos a temas laborais, como mostra a autora, que foram aprovados no Legislativo uruguaio entre os anos 2005 e 2010, dando a esse período a distinção de ter produzido mais legislação laboral do que qualquer outro da história do país.

Uma radiografia dos temas debatidos nesses espaços e seus desdobramentos, tanto no que se refere à reforma trabalhista quanto sindical e também à reforma da previdência auxilia o exercício de compreender as questões que estavam em jogo em torno das disputas pela regulamentação pública do trabalho.

4.1 Os direitos trabalhistas na concepção e prática CUTistas.

4.1.1 *Os limites da participação social no primeiro governo Lula.*

Como discutido no capítulo 1, a CUT defendia desde 1992 a implementação de um *Sistema Democrático de Relações de Trabalho* baseado no contrato coletivo de trabalho. Nele a Central reivindicava o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, a liberdade de organização (com base na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho - OIT) e o fim da unicidade sindical (com destaque para o direito de organização nos locais de trabalho) e a contratação coletiva entendida como possibilidade de negociar salários e condições de trabalho, sem a intervenção compulsória do Estado e com a salvaguarda da prevalência da lei quando o acordo fosse menos vantajoso ao empregado. Regras e procedimentos de transição deveriam ser estabelecidos a fim de definir uma legislação de apoio para transição de um sistema corporativo para outro de caráter democrático. Tais regras deveriam ser negociadas entre centrais sindicais, Estado e entidades patronais e, posteriormente, transformadas em leis pelo Congresso Nacional (7ª PLENÁRIA NACIONAL, 1995).

Fora esse processo de negociação entre as partes vislumbrado pela CUT com o objetivo de pensar uma reforma sindical e trabalhista que o Presidente Lula buscou implementar no Fórum Nacional do Trabalho. A reforma trabalhista, entretanto, não figurava entre as reformas estruturais fundamentais que deveriam ser disputadas naquele início de governo. Esta reforma, naquele momento, seria uma vontade empresarial e por esse motivo a Central entendia que a reforma sindical deveria vir antes para, com sindicatos fortalecidos, conseguir disputar os rumos da reforma trabalhista:

“Os empresários queriam a reforma trabalhista desde 2002 (...) e nós queríamos a reforma sindical porque a gente dizia o seguinte: nós concordamos na CUT que nós temos que ter mais negociação e menos lei. Mas tem um problema: só pode ter mais negociação e menos lei quando você tiver sindicatos organizados, quando tiver organização nos locais de trabalho, sindicatos fortes e representativos, quando você tiver

uma reforma sindical que garanta que o sindicato tenha condições de organizar os trabalhadores para que você tenha negociações” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Nesse âmbito a luta pelo direito à organização nos locais de trabalho, pelo fim do imposto e da unicidade sindical e pelo direito de greve e negociação coletiva para os servidores públicos deveriam entrar na ordem do dia. Quanto à reforma trabalhista, uma vez conquistada a reforma sindical, ela seria pautada. Mas não se tratava de buscar uma revisão completa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como João Felício explica:

“Pra resolver os problemas, excesso de ações judiciais, excesso de conflito entre capital e trabalho vamos fazer uma reforma da CLT. Não. O que nós sempre reivindicamos é o cumprimento da lei. Nós sempre reivindicamos você aparelhar melhor o Ministério do Trabalho pra que eles tenham condições materiais, condições humanas, estrutura pra poder fiscalizar o cumprimento da lei. Quer dizer, num país chamado Brasil – onde tem trabalho escravo, (...) onde você tem um empresariado nacional que não tem nenhum respeito pela organização sindical (com raríssimas exceções), onde você tem empresas que mandam sindicalistas embora pelo simples fato de serem sindicalistas, empresas que mandam embora pelo simples fato de o cidadão se filiar a um sindicato – não dá pra falar em reforma trabalhista. O Brasil precisa humanizar essas relações. Eu sei que falar em humanizar dentro do capitalismo talvez não seja a frase mais adequada, mas pelo menos humanizar as relações capital e trabalho que é o cumprimento da lei” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017).

Chama atenção como João Felício, para realçar a posição secundária das lutas em torno da agenda trabalhista durante os governos do PT, resume a luta cutista nessa dimensão à busca pelo “cumprimento da lei” e pelo aparelhamento do MTE, contrariando uma reivindicação histórica da CUT em torno do *Sistema Democrático de Relações de Trabalho*. No bojo do SDRT a Central não somente reivindicava o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, como requeria uma atualização da legislação trabalhista.

No contexto marcado pela ofensiva patronal, a fala dos dois ex-presidentes da CUT deixa transparecer o convencimento dos dirigentes de que os consensos alcançados no campo econômico não se estenderiam com facilidade para o campo da legislação trabalhista. A fala de Artur e João Felício – que em alguns momentos apresentavam divergências sobre os rumos da *ArtSind* – nesse caso, mostra uma convergência sobre a inviabilidade de mudanças na legislação naqueles anos iniciais do governo. Sérgio Nobre, que neste momento estava no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, chegando à Secretaria Geral da CUT Nacional em 2012, ao ser

perguntado sobre as causas dos poucos avanços na legislação trabalhista durante o governo Lula, responde:

“O desafio dos dois mandatos do Presidente Lula era fortalecer a economia brasileira. (...) A agenda das relações de trabalho era sempre uma agenda muito difícil. Então assim, todo o país no mundo que tentou, por necessidade, discutir a sua legislação trabalhista ou mexer na sua estrutura sindical passou por crises. (...) E não foi colocado como prioridade do movimento sindical ne? Então acho que essa é uma outra coisa importante. Quer dizer, a prioridade do movimento sindical era melhorar salário, melhorar renda. Essa pauta não era uma pauta prioritária” (Sérgio Nobre, entrevista realizada em 10/08/2017)

Esse é um bom exemplo de que dentro de um contexto nacional, com um sistema de relações de trabalho e transformações econômicas e políticas específicas o movimento sindical tem algum grau de escolha sobre a estratégia de ação e as pautas que serão reivindicadas, como explicam Behrens, Hamann e Hurd (2004)¹²². A escolha estratégica da CUT foi não priorizar as disputas em torno da regulamentação das relações de trabalho, como aparece na fala de Artur Henrique, João Felício e Sérgio Nobre e isso parece ter ocorrido devido aos constrangimentos que a ofensiva patronal oferecia e aos limites que uma pauta desse tipo jogaria sobre a coalizão de classes que sustentava o governo.

Assim, a CUT convergiria sua estratégia de participação institucional para as demandas econômicas se contrapondo, na medida do possível, à redução de direitos. A agenda de valorização do trabalho adotada pelas centrais (redução da jornada de trabalho sem redução de salários, combate à terceirização e a proibição da demissão imotivada) seria disputada ao sabor das possibilidades da construção de consensos que ao fim e ao cabo acabou fornecendo maior oportunidade para o sindicalismo executar seu poder de veto do que de sua capacidade de proposição.

A reforma sindical discutida no FNT – que a princípio fora vista como uma condição para avançar nos encontros no campo da legislação trabalhista – comportou uma grande dificuldade para o encontro de consensos e para a concretização de seus resultados num conturbado momento político que o país atravessara ao final do primeiro governo Lula. O processo de elaboração dessa reforma contou com a participação ativa e protagonista da CUT no FNT e a aproximação entre esta Central e a FS e resultou, mesmo com muitas dificuldades, no

¹²² “Unions, as organizations, have some leeway in deciding whether they want to focus their efforts and resources on gaining political or market power or both” (BEHRENS; HAMANN; HURD, 2004, p. 24).

reconhecimento e fortalecimento das centrais sindicais. Entretanto, esse fortalecimento financeiro e institucional das centrais esbarrou nas limitações implícitas em sua estratégia político-sindical, dificultando a transposição das barreiras políticas necessárias para disputar maiores ganhos no âmbito da legislação trabalhista.

A reforma sindical

No que se refere à reforma sindical, o Fórum Nacional do Trabalho¹²³ fora criado justamente com o objetivo de promover a negociação entre as entidades sindicais de empregadores e trabalhadores e o governo acerca dos temas relativos ao mundo do trabalho e encaminhar os consensos para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a fim de subsidiar as proposições legislativas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Desde o início a CUT e o Presidente Lula, que haviam conjuntamente articulado as condições em que o debate se daria, tinham clareza que era preciso enfrentar primeiramente o tema da reforma sindical, como a falta de Artur Henrique reitera:

“Chegamos a conclusão de que nós tínhamos tarefas importantes. Fazer a reforma sindical, que nos interessava. Foi aí que o Marinho e o Lula articularam a história do Fórum Nacional do Trabalho. (...) E o Lula foi muito importante porque ele dizia o seguinte: ‘nós não vamos discutir reforma trabalhista, nós vamos começar pela sindical e depois a gente entra na trabalhista. Mas primeiro vai concluir a sindical’. Porque ele sabia que se começasse pela trabalhista eles começariam reduzindo direitos, tirando direitos ou tentando fazer qualquer pauta regressiva e nós queríamos avançar na reforma sindical” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Nesse espaço, a CUT defendia suas bandeiras históricas: a garantia da liberdade e autonomia sindical, o reconhecimento das centrais sindicais, o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, o fim do imposto sindical obrigatório e o princípio da pluralidade sindical, prevenindo contra a criação de sindicatos por empresa. A FS, por sua vez, defendeu no Fórum a unicidade sindical na base e a pluralidade para as entidades superiores e a repartição de 8% da contribuição sindical (que não deveria mais ser obrigatória e poderia se chamar contribuição negocial) para as centrais sindicais. Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) preconizava a passagem gradual da unicidade para a pluralidade sindical, o fim do poder normativo da Justiça

¹²³ O FNT fora criado primeiramente na forma de um Grupo de Trabalho da Reforma Sindical e Trabalhista no âmbito do CDES. Realizadas 4 reuniões desse grupo, criou-se por meio do Decreto Presidencial 4.796 em julho do mesmo ano, o FNT, que passou à jurisdição da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT).

do Trabalho, a reavaliação da contribuição sindical compulsória e a antiga pauta da prevalência do negociado sobre legislado (FILHO, 2008).

As centrais sindicais com menos cadeiras no Fórum (CAT, CGT e CGTB¹²⁴), possuíam posição oposta às centrais sindicais hegemônicas, pois defendiam a unicidade sindical, o custeio compulsório e a manutenção do poder normativo da Justiça do Trabalho. Por possuírem menor espaço de participação e defenderem posição destoante, essas instituições acabaram se unindo às Confederações oficiais. As Confederações estavam insatisfeitas por não terem assento no Fórum e, por este motivo, criaram o Fórum das Confederações (Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST), espaço paralelo de discussão que tinha por intuito obstruir qualquer tentativa de reforma sindical e trabalhista e contava com o apoio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)¹²⁵.

Depois de 8 meses de trabalho seguidos por mais 11 meses (até março de 2005) para a transformação do relatório final em Proposta de Emenda à Constituição (PEC 369/05), esta PEC chegou ao Congresso Nacional visando à legalização das centrais sindicais, à regulamentação da representação sindical no local de trabalho, à manutenção do sindicato unitário com base mínima no município para as entidades já existentes e à possibilidade de pluralidade no que diz respeito à organização das federações e confederações fundadas a partir de então.

Em 2004, entretanto, projeto alternativo à reforma sindical (PL 4.554/2004) já havia sido apresentado ao Congresso pelo FST, defendendo a preservação dos fundamentos do atual modelo sindical. Diante do impasse e em meio à crise do mensalão nenhum dos projetos fora votado e a PEC 369/05 veio a ser fatiada nas Medidas Provisórias 293 e 294 que, respectivamente, reconhecia as centrais e instituía o Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CRT). A lei 11.648 de 2008 sancionou o reconhecimento das centrais, garantindo a repartição da contribuição sindical obrigatória.

A CUT assumiu um tom controverso nessas negociações, pois em nome do reconhecimento das centrais rejeitou um outro princípio histórico: o fim do imposto obrigatório e a extinção completa da unicidade. A Central, tentando acomodar suas divergências internas, entendia que a “aplicação automática da Convenção 87 da OIT”, naquele momento, “não ajudaria

¹²⁴ Central Autônoma dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

¹²⁵ Esse movimento deu base para a constituição da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) em 2005.

na necessária unidade” para que a reforma realmente ocorresse (FELÍCIO, 2004, p. 107). Neste sentido, João Felício, então secretário geral da executiva nacional da CUT escrevera que o FNT havia encontrado uma solução “avançada e original”, pois evitando os extremos, nem mantinha a “distorcida unicidade”, nem permitia a pulverização do sindicalismo, dando – ao mesmo tempo – direito à base para criar outra entidade caso a existente não comprovasse sua representatividade. Seria, portanto, um modelo “plenamente realizável” e que não traria “maiores riscos” (FELÍCIO, 2004, p. 112). E assim, concluía em publicação sobre a reforma em questão: “A CUT avalia que as propostas do FNT, pelo menos na versão do seu relatório final, ajudarão a fortalecer o sindicalismo. São mudanças possíveis, decorrentes de consensos” (FELÍCIO, 2004, p. 113).

O apoio da CUT ao texto final da PEC 369/05 não se deu sem controvérsias internas. A *Corrente Sindical Classista* sempre fora contrária à tese da pluralidade, entendendo-a como um instrumento de fragilização e pulverização dos sindicatos:

Expressamos a firme convicção de que, por mais de uma razão, as propostas em questão constituem uma séria ameaça de retrocesso em matéria de organização, democracia, conquistas e direitos dos trabalhadores brasileiros. A ameaça começa pela revogação pura e simples do inciso II do Artigo 8º da Constituição que preconiza a unicidade sindical (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005, p.54).

Essas divergências, as disputas em torno do comando da Central em 2006 e a aposta de compor um novo campo à esquerda da CUT e do PT articulado pelo PCdoB com a ameaça que o escândalo do mensalão havia imposto à reeleição de Lula levaram à desfiliação dessa corrente que veio a criar a CTB.

As correntes minoritárias¹²⁶ afirmavam que a base da Central apresentava discordâncias com o texto que resultara do FNT como ficara claro na realização de uma Plenária na Estadual de São Paulo em fevereiro de 2005, pedindo mais tempo para o debate. Mesmo com divergências na base, a Executiva Nacional estaria atropelando a democracia interna e no dia seguinte à plenária havia decidido pela aprovação da tramitação da proposta de emenda constitucional mediante 13 votos favoráveis (com um total de 20 membros), sendo 11 da *Articulação Sindical* e 2 da CSD. Além do mais, Luiz Marinho, Berzoini e o Paulinho da Força estavam atuando junto à Câmara pela sua aprovação (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005). No mesmo campo, mas favoráveis à desfiliação, algumas correntes minoritárias

¹²⁶ Dentre estas correntes estavam: CUT *Independente*, *Classista e de Luta*, *Esquerda Marxista*, *Articulação de Esquerda e Sindicalismo Socialista Brasileiro*.

defendiam¹²⁷ que a proposta de reforma sindical era um profundo ataque à liberdade e autonomia sindicais, historicamente defendidas pela CUT e sua aprovação colocaria a Central, sob a responsabilidade da *ArtSind*, no outro lado da trincheira da luta dos trabalhadores (Caderno de Teses, 11ª Plenária da CUT, 2005).

É importante resgatar a posição das centrais no FNT não para desvendar os motivos que levaram ao fracasso dessa experiência, mas para compreender o significado de seus resultados sobre a capacidade das centrais sindicais negociarem uma regulação pública do trabalho favorável à classe trabalhadora. Com este propósito, ao invés de ressaltar as dificuldades na articulação de consensos naquele espaço (FILHO, 2008), vale destacar o vigor do consenso continuísta, isto é, daqueles que pretendiam manter o velho corporativismo estatal (HORN, 2005).

Na opinião de Horn (2005), os resultados do FNT como um todo evidenciam a existência de um razoável nível de consenso em favor de significativas mudanças no sistema nacional de relações de trabalho. Mas esse consenso reformista (que pretendia alterar a estrutura sindical) não era a única perspectiva em disputa. O autor também identifica um consenso continuísta entre aqueles que procuraram garantir as vantagens da representação exclusiva com direito à renda tributária sem exigência de representatividade.

Com os resultados do FNT, as centrais sindicais saíram ainda mais fortalecidas do processo, pois passaram a receber os recursos provenientes do imposto sindical e suas instituições passaram a ter caráter legal. Isso questiona a própria disposição da CUT em efetivar suas bandeiras históricas já que, como lembra Galvão (2004), as discussões do FNT foram centralizadas nas convergências entre o governo e as centrais sindicais, notadamente a *Articulação Sindical*, sem discussão das propostas com as bases.

A questão mais problemática, neste sentido, teria sido a defesa histórica da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pela CUT, ao passo que o princípio da liberdade sindical não teria sido contemplado no relatório final do FNT, uma vez que assegurava aos sindicatos que obtivessem o registro antes da nova lei, a exclusividade da representação. Também contrariando o referido princípio, as resoluções do Fórum possibilitavam a manutenção do monopólio de representação mediante dificuldades impostas à criação de novos sindicatos, pois a comprovação de representatividade mínima igual ou superior a 20% de

¹²⁷ Sobretudo a *Convergência Socialista* e a *Frente de Esquerda Sindical e Socialista* (FES).

sindicalizados entre os trabalhadores da base garantiria a unicidade. Segundo a autora, este modelo de pluralismo restrito ocultaria uma intervenção do Estado ao reduzir o papel das organizações minoritárias, impedidas de representar os trabalhadores nas negociações coletivas.

Diante dessas contradições entre aquilo que a CUT defendia e o que de fato ela apoiou no FNT, Artur Henrique, secretário de organização sindical à época e responsável cutista pela participação da Central no FNT afirma, conforme trecho abaixo, que a base reagiu à postura da CUT de aceitar receber os recursos do imposto, já que a instituição era uma defensora histórica de seu fim:

“O que tinha no nosso meio era uma falsa discussão que dizia assim ‘mas a CUT é contra o imposto sindical, vocês vão aceitar o imposto?’. E alguns ainda inclusive falavam pra mim: ‘mas foi você que trouxe o imposto sindical pra dentro da CUT e você que sempre foi o cara contra, fez campanha, foi pra Avenida Paulista, fez abaixo assinado’. Eu falava assim: ‘vocês são muito espertos, mas deixa eu explicar uma coisa: o imposto sindical é um dia de salário, sessenta por cento sabe com quem fica? Com o sindicatos. A maioria dos sindicatos da CUT sobrevive de imposto sindical, não tô falando das outras centrais, tô falando da CUT. Sobrevivem de imposto sindical. Meu sindicato foi o primeiro a acabar com imposto com ação judicial - lá em Campinas. Então é engraçado, vocês não querem que a CUT tenha dinheiro de imposto’ – eu falava pros nossos presidentes de sindicato – ‘mas vocês tem dinheiro do imposto. Então quer dizer: a CUT não pode ter e vocês podem?’” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

A fala de Artur mostra que a despeito de defender publicamente uma posição contra a estrutura corporativa, a CUT procurava se beneficiar das vantagens que ela fornece. A questão é que nos momentos de negociação para alteração da estrutura, como na Constituinte e no FNT, essas vantagens permaneceram ou mesmo se ampliaram, como foi o caso da Lei de Reconhecimento aprovada em 2008. O debate entre o representante da Central e a base, como a entrevista revela, passa a se estabelecer, assim, não em torno das alternativas para o fim do financiamento compulsório, mas em torno de que instituição teria o direito de recebê-la, explicitando uma divergência entre o que a Central diz defender e os termos em que o debate interno realmente ocorre¹²⁸.

Mas a questão que interessa aqui é outra, pois o fortalecimento das cúpulas sindicais não foi acompanhado pelo alargamento da disposição dessas instituições discutirem o patamar de

¹²⁸ Em 2017 foi aprovada a Lei nº 13.467/2017, que alterou 201 pontos da regulamentação do trabalho vigente no país, dentre eles o fim da contribuição sindical obrigatória. Nesse caso, a extinção dessa forma de financiamento dos sindicatos veio no bojo de um movimento de ataque à instituição e não pela vontade acordada das entidades. Para uma discussão detalhada a respeito ver (CESIT, 2017).

direitos e de proteção social da classe trabalhadora. Na realidade, como sugere Galvão (2007a), o fortalecimento das centrais, notadamente da CUT e da FS, dava-se em paralelo a sua propensão a negociar direitos, como no caso da reforma da previdência.

A reforma previdenciária

A Central Única dos Trabalhadores defendeu, durante os anos 1990, o caráter público e universal do regime previdenciário brasileiro, colocando-se em oposição à reforma do sistema promovida pela Emenda Constitucional 20/1998 durante o governo FHC que aumentou em cinco anos o tempo de contribuição e instituiu o fator previdenciário no Regime Geral da Previdência Social (RGPS – regime público de contribuição compulsória que protege os trabalhadores da iniciativa privada). Naquele momento, a CUT também resistiu à aprovação do limite de idade para a aposentadoria por tempo de serviço para os servidores públicos.

Desde 1995, a CUT considera que a Reforma da Previdência deve resgatar o conceito de seguridade social, em que as políticas públicas relativas a saúde, assistência e previdência social sejam pensadas de forma conjunta e articulada. A Previdência Social deve ser pública, única, universal, solidária e com um teto que contemple a grande maioria dos assalariados brasileiros. Defendemos também que seja concedida por tempo de serviço, garantindo-se aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função. O sistema deve ter caráter contributivo, com gestão quadripartite (governo, trabalhadores da ativa, aposentados e empresários) (8º CONCUT, 2003, p. 19).

Em abril de 2003 Lula encaminhou a Emenda Constitucional 41/2003 propondo pontos da reforma que não haviam sido encaminhados durante o governo FHC, dentre os quais se destaca a adoção do teto do RGPS para a aposentadoria dos servidores e a criação da previdência complementar (fundos de pensão fechados e administrados de forma paritária pelos entes federados e por representantes dos trabalhadores) mediante contribuição voluntária dos servidores. Em dezembro de 2003 essa proposta fora aprovada pelo Senado e em 2012 uma lei complementar ativou, na prática, a previdência complementar, instituindo a Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp) que começou a operar em 2013.

A CUT se mostrou contrária a alguns pontos da reforma, como a taxação de inativos e a manutenção do fator previdenciário e reconheceu que as essas medidas promovidas pelo governo Lula haviam mantido a “lógica da retirada de direitos dos servidores públicos, sem resolver os problemas estruturais da Previdência” (9º CONCUT, p. 23). Entretanto, a Central

“procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociação dos pontos polêmicos” (GALVÃO, 2009, p. 182).

Quanto à polêmica em torno dos fundos de pensão, a CUT apoiava, no bojo dessa reforma, a criação da previdência complementar pública, como mostra o seguinte trecho escrito por João Felício:

Propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressaram no serviço público, após a aprovação da reforma, sejam criadas entidades fechadas de Previdência complementar, sem fins lucrativos, geridas de forma paritária entre representantes do governo e dos servidores, e financiadas pelas contribuições de ambos na relação 1 por 1 (FELÍCIO, 2003, p. 192).

Em entrevista João Felício explicou que esse apoio se justifica na grande diferença entre o valor das aposentadorias e afirmou que nesses casos a renda de substituição que excede o valor do benefício definido pelo teto deveria ser buscada em fundos privados de previdência complementar:

“Eu dizia nos debates o seguinte ‘que me digam em qual país tem aposentadoria de dez, vinte mil dólares, trinta mil dólares e às vezes cinquenta mil dólares?’ Isso é uma profunda e enorme injustiça, você ter um aposentado ganhando cem mil reais por mês e às vezes até duzentos mil reais por mês e o outro ganhando um salário mínimo. Então a CUT sempre defendeu o teto de vinte salários mínimos... Agora – hoje com a valorização do salário mínimo – devia ter um teto de dez salários mínimos para o setor público. Para o setor privado e para os militares também. Dez salários mínimos daria quanto? Quase nove mil reais? *Pô, eu acho que nove mil reais... quem quiser ter uma aposentadoria melhor vá e faça o seu fundo privado ou em um Banco do Brasil... numa Caixa Econômica Federal... se não quer fazer em um privado...* (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017, grifos nossos).

A defesa de um teto equitativo entre setor público e privado em nome da justiça social não torna a CUT uma central que necessariamente aderiu ao discurso fiscalista ancorado na déficit previdenciário e no combate aos “privilégios” dos servidores públicos, como no caso da FS. Além disso, as categorias que compõem o setor privado e que são filiadas à Central reivindicavam essa uniformização do teto entre os dois regimes públicos: o Regime Geral da

Previdência Social (RGPS) que trata do setor privado e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) que trata do regime de previdência dos servidores públicos¹²⁹.

Entretanto, ao defender a extensão do teto ao funcionalismo público¹³⁰, a Central não atentou para os efeitos negativos que a imposição de um limite máximo de contribuição impõe ao sistema previdenciário. Isso porque o gradativo enfraquecimento do montante de contribuições dos trabalhadores com renda mais elevada ao sistema de repartição tende a configurar um sistema público de previdência cada vez mais achatado, prejudicando justamente os trabalhadores de menor renda que não vislumbram a possibilidade de aderir a planos de previdência complementar¹³¹.

Outro aspecto da fala de João Felício é a aceitação à participação de fundos privados na complementação da renda previdenciária. Os planos de previdência privada foram regulamentados na reforma de 1998 encaminhada por FHC. Naquele momento, com a definição de um teto de benefício relativamente baixo, os trabalhadores com maior renda foram incentivados a recorrer ao setor financeiro via fundos privados de previdência complementar, na tentativa de assegurar uma renda de substituição mais elevada (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). A mesma lógica se aplicou à reforma previdenciária proposta em 2003, pois o incentivo aos fundos de previdência complementar, público ou privado, “compromete o regime de repartição simples, transformando o seguro social dos servidores públicos em regime misto, tornando incontornável sua adesão a um fundo de capitalização” (LAVINAS; ARAÚJO, 2017, p. 621).

Como mostram Lavinias e Araújo (2017), o decréscimo do teto do benefício público contribuiu para o fortalecimento do sistema complementar privado. É neste sentido, como explica Andrietta (2015), que a expansão dos planos de previdência privada abertos respondeu ao mesmo processo de reformas do sistema previdenciário responsável pelo encolhimento das modalidades de previdência pública. Na visão do autor, “pela trajetória concreta das reformas e o debate

¹²⁹ Pela contrariedade dos servidores públicos aos termos da reforma sindical (como a aprovação de um teto para o valor das aposentadorias dos servidores públicos e a criação dos fundos de aposentadoria complementar) o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes em Instituições de Ensino Superior) deixou a CUT juntando-se ao Conlutas em 2005.

¹³⁰ A reforma previdenciária encaminhada por FHC em 1998 já havia instituído um teto para os benefícios previdenciários do setor privado (RGPS). A reforma proposta por Lula estendeu o teto para os servidores públicos (RPPS). Esse teto equivalia ao valor de R\$ 5.189,00 mensais em 2016.

¹³¹ Esse já havia sido um aspecto presente na reforma previdenciária proposta por FHC, pois ao estabelecer um teto nominal relativamente baixo para os benefícios previdenciários dos trabalhadores do setor privado, os trabalhadores com rendimentos superiores contribuem para sistema público apenas até o teto. O mesmo passou a ocorrer com os servidores públicos com a aprovação da reforma da previdência em 2003.

público travado a respeito do tema, ambos os fenômenos respondem ao mesmo conjunto de interesses” (ANDRIETTA, 2015, p. 52). Mesmo diante do fato de que a disputa política entre o desenvolvimento de fundos privados e o achatamento da previdência pública se trava no mesmo campo, a CUT optou por focar seu discurso na noção de injustiça social que a uniformização do teto dos benefícios comporta, ocultando sua gradativa aceitação aos fundos complementares de previdência privada. Assim, o enfraquecimento da perspectiva crítica da Central se reflete num discurso que não questiona a crescente participação da população em fundos privados de capitalização, deslocando-a de um serviço que deveria ser público para o sistema financeiro.

A defesa dos fundos de capitalização é um aspecto que vem procurando espaço na pauta cutista desde os anos 1990, sobretudo por iniciativas dos bancários. Nessa década a Central começou a oferecer cursos *de Formação e Qualificação Profissional em Previdência Complementar* sob o comando da empresa de consultoria de um dos maiores entusiastas desse instrumento, Luiz Gushiken, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo que se tornara Ministro da Secretaria de Comunicação Social no primeiro governo Lula. O objetivo desses cursos, como mostra Jardim (2009), era preparar o movimento sindical para atuar na criação e gestão dos fundos de pensão, o que de fato veio a ocorrer quando ex-dirigentes sindicais assumiram cargos de comando em fundos como a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco de Brasil), Petros (da Petrobrás), Funcef (da Caixa Econômica Federal), Sebrae, Sesi e Itaipu.

A justificativa desses ex-sindicalistas para a defesa dos fundos de pensão passava por uma preocupação com a transparência na gestão da poupança do trabalhador, o que poderia ser solucionado com a democratização na gestão dos planos de previdência complementar (JARDIM, 2009). Isso também fica evidente em uma das passagens do Caderno de Formação de um dos cursos oferecidos pela CUT em parceria com a Confederação Nacional dos Bancários em que Luiz Gushiken escreve: “Recursos da Previdência Complementar são oriundos do bolso do trabalhador, nada mais justo, pois, que o seu controle seja por eles exercido” (CNB, CUT, Caderno 1, p. 47). Na mesma direção Berzoini afirmara que com os fundos “pretende-se proteger a poupança previdenciária dos trabalhadores, que estará também sob sua administração, e evitar desvios políticos que tanto comprometeram a Previdência no passado (BERZOINI, 2003, p. 23).

Com a aprovação da reforma em 2003 e a difusão dos fundos privados de previdência complementar a CUT passou a encarar esse processo como uma “realidade”. Ao invés de apontar

as ameaças que são subjacentes ao desenvolvimento desses mecanismos privados de acesso aos direitos sociais, a Central apenas aventou a necessidade de disputar os recursos desses planos privados como *funding* para financiar o investimento sob o argumento, como mostra Soria (2012), de que o desenvolvimento poderia ter como um de seus pilares um mercado de capitais fortalecido pela injeção de recursos oriundos de grandes fundos de pensão:

A expansão da Previdência Complementar no Brasil é uma realidade. Acreditando nessa possibilidade, a CUT envidará esforços no sentido de que os Fundos de Pensão de Previdência Privada, Complementares ou não, direcionem seus investimentos na produção (11º CONCURT, 2012, p. 36).

Assumir a previdência complementar privada como uma realidade sem ter buscado se opor a ela e mesmo ter aderido a um discurso que potencializava sua criação são indicativos do enfraquecimento da perspectiva crítica da Central no plano social e de resistência ao neoliberalismo. Além disso, contraditoriamente à plataforma cutista que reivindicava a redução das taxas de juros como um facilitador de acesso ao crédito e ao investimento, esses planos propagam os efeitos positivos de taxas de juros altas sobre o rendimento de fundos previdenciários regidos pelo sistema de capitalização, pois “os juros aumentam a velocidade de crescimento das reservas acumuladas (...) e, portanto, diminuem a quantia total que se tem que contribuir” (CNB, CUT, Caderno 1, p. 38).

A aceitação gradativa dos planos privados de previdência complementar entrava, assim, em contradição com a combatividade do discurso cutista em relação ao capital financeiro. Isso sem contar que os planos complementares transitam somente entre as categorias mais bem estruturadas e remuneradas, como petroleiros, bancários, metalúrgicos e servidores públicos e vai de encontro aos interesses dos trabalhadores de categorias mais precárias que se beneficiam de sistema previdenciário de caráter universal e com capacidade de repartição. Assim, se as pautas cutistas no plano econômico possibilitaram a negociação de ganhos supra corporativos, como a luta pela valorização do salário mínimo, sua atuação em torno da reforma da previdência denotava um caráter corporativo mediante a defesa de aspectos que os dirigentes cutistas julgavam ser de interesse dessas categorias.

O enfraquecimento da capacidade da Central de defender os mecanismos de financiamento necessários para um sistema de previdência social fortalecido a aproximou de um processo potencialmente fragmentador dos interesses dos trabalhadores, distanciando-a da

realidade precária da maioria dos trabalhadores brasileiros que não possuem a possibilidade de complementar via setor privado o benefício previdenciário e que são mais dependentes de outras modalidades de benefício fornecidos pelo regime público, como a pensão por morte, o salário maternidade, o auxílio-doença e o auxílio-acidente.

Tal enfraquecimento na capacidade crítica de vocalizar as ameaças que o desenvolvimento de esquemas privados de aposentadoria estabelecem sobre o regime público indica que a Central vem se mostrando cada vez mais porosa aos imperativos do mercado em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado. A ideia de porosidade, lançada inicialmente por Bérout (2014), quer dizer que a moderação crítica da CUT não corresponde a um processo de adesão às premissas neoliberais, como ocorrera com a FS nos anos 1990, senão que a Central atravessa um processo de fragilização de sua capacidade de vocalizar os potenciais riscos implícitos na crescente participação do mercado na provisão pública de bens e serviços. No caso da previdência não se tratou apenas da fragilização da capacidade de contestação de seu processo de mercantilização por parte da CUT, mas da moderação crítica ao um processo global, que também vem tomando forma no Brasil, de transformação da política social num locus de acumulação para o capital financeiro em nome da sustentabilidade política do governo.

Os resultados da reforma da previdência já no primeiro ano do governo Lula indicam, assim, que opção estratégica da CUT de moderação crítica por apoio ao governo implicaria limites para o estabelecimento de medidas que garantissem direitos e ampliação da proteção social dos trabalhadores. Esses limites não seriam colocados somente pela necessidade de apoio ao governo, mas pela opção cutista de não protagonizar encontros com o setor empresarial no campo dos direitos trabalhistas, como se discute a seguir.

A reforma trabalhista

As reformas previdenciária e sindical dominaram a agenda do trabalho durante o primeiro governo Lula. Quanto à reforma trabalhista, assim que tomou posse o Presidente revogou a portaria 865/1995 que inibia a atuação de fiscais do trabalho e os impedia de multar empresas que descumprissem acordos e convenções coletivas e de denunciar acordos contrários à legislação trabalhista. Lula também enviou mensagem ao Senado pedindo a retirada da urgência do Projeto de Lei 134/01 que previa a prevalência do negociado sobre o legislado, bem como a retirada do Projeto de Lei 4.302/98 que ampliava as possibilidades de utilização da terceirização.

E, por fim, o Presidente eliminou medidas de incentivo à contratação por prazo determinado por meio do cancelamento de subsídios nas contribuições sociais (KREIN; SANTOS; NUNES, 2011).

Essas iniciativas somadas à gradativa valorização do salário mínimo pareciam inaugurar um novo momento de ampliação da regulamentação pública do trabalho no país. Todo o discurso em nome da necessidade de flexibilização e “modernização” da legislação trabalhista propagada pelos empresários e pela FS na década de 1990, parecia estar sendo barrado pelo próprio Presidente. Ainda inebriados com a vitória eleitoral inédita e diante dessas medidas parte do movimento sindical, como afirma Artur, achou que os problemas seriam facilmente resolvidos:

“Do lado do movimento sindical eu acho que tinha gente despreparada para esse momento político. Muita gente achou que o Lula ganhou a eleição, o PT chegou ao poder ou ao governo, artigo primeiro: ‘implanta-se o socialismo’. Artigo segundo: ‘revoga-se as disposições em contrário e vamos para praia’. Ou seja, vamos para praia porque está tudo resolvido, como se não tivesse luta de classe, correlação de força, disputa de hegemonia” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Para Messias, que a partir de 2012 ocupou cargo no MTE, essa sensação de que os problemas seriam resolvidos por iniciativas governamentais também tomou muitos dirigentes sindicais que passaram a ocupar cargos no governo. Ele relata que dentro do MTE os gestores queriam “tocar as coisas e ponto”, tornando a necessidade do diálogo uma disputa. Muitos dirigentes sindicais que ocuparam cargos assumiram a posição de que não era mais necessário dialogar com o movimento sindical e com os trabalhadores. Segundo Messias, esses dirigentes diziam: "eu sou dirigente sindical, agora estou no governo, eu sei o que os trabalhadores pensam".

Ao FNT incumbiu-se a tarefa de discutir a reforma sindical, sendo que o debate em torno da reforma trabalhista foi estrategicamente postergado por conta da ofensiva empresarial que, como bem julgara Artur, não seria automaticamente barrada pela vitória eleitoral do PT. No CDES não se discutia uma reforma trabalhista, propriamente dita, mas “mini reformas” da legislação laboral tinham seu lugar dentro de um projeto mais ambicioso que buscava promover um processo de formalização do emprego impulsionado pelo empreendedorismo e criar um ambiente propício de negócios no país, especialmente para as micro e pequenas empresas. Sobre esses aspectos, o Ministro da Fazenda anuncia:

“Para garantirmos um crescimento econômico consistente é necessário um sólido alicerce de estabilidade macroeconômica. Não há exemplo no mundo de países que se desenvolveram sem estabilidade de preços. Mas esta não é condição suficiente para assegurar o crescimento econômico adequado. É preciso buscar pilares fundamentais que o suportem, quais sejam: eficiência e produtividade; *empreendedorismo*; promoção do comércio exterior; e proteção social efetiva. Há uma série de iniciativas do governo sobre esses quatro temas principais. Projetos que estão no Congresso e promoverão importantes ajustes no marco institucional, como: *a nova Lei de Falências*; mudanças de regras para estimular o mercado imobiliário e a Parceria Público Privado (PPP); a ampliação dos programas de transferência de renda e de recursos para estimular a agricultura familiar; e *a consolidação de uma legislação para permitir e facilitar a legalização de pequenos empreendimentos que estão na informalidade*” (Antônio Palocci, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 9, grifos nossos).

“Estamos fazendo um estudo sobre empreendedorismo, todos estão convidados para fechar conosco este projeto, é um projeto que vai ser muito importante para a formalização no Brasil” (Antônio Palocci, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 23).

O combate à informalidade, da maneira como estava sendo solucionada, ia ao encontro dos interesses empresariais. Do ponto de vista institucional essa intenção coadunava com uma reforma microeconômica que vinha sendo discutida no CDES desde 2005 quando fora criado o *Grupo de Trabalho em Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade* que contava com a participação do Sebrae, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Sindicato de Microempresas e das associações comerciais. A ideia desse grupo de trabalho era criar projetos de lei que gerassem formalização e que pudessem ser encaminhados pelo governo ao Congresso Nacional. Na ocasião do lançamento das propostas do GT, Joseph Couri¹³² elencou os problemas e as soluções que haviam sido debatidos:

“O grande desafio é que nós temos hoje milhares de empresas na economia informal e milhares de trabalhadores que criam uma condição competitiva divergente e uma concorrência até desleal para quem está na economia formal, pois se empurra para a informalidade quem está na formalidade. Dentro desses princípios e da necessidade de dar igualdade de condições competitivas ao micro e pequeno empresário, elencamos seis pontos dentro dos dois comitês temáticos. Se nós levarmos em consideração que a carga tributária empurra as empresas para a informalidade, fica auto-explicada a necessidade de atualização do teto do simples que é o item primeiro” (Joseph Couri, Ata da 12ª Reunião do Pleno do CDES, 19 de agosto, 2005, p. 3).

O resultado desse grupo fora o encaminhamento de um projeto de lei que propunha a criação de novos instrumentos para formalizar os pequenos empreendimentos (com faturamento

¹³² Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo.

anual limite de R\$ 3,6 milhões), através da simplificação das obrigações, redução de taxas e impostos e de demais restrições ao negócio e à expansão do emprego. Em 2006 esse projeto fora aprovado pelo Congresso Nacional na figura do Super Simples com o objetivo de unificar a arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas micro e pequenas empresas, ampliando a possibilidade de enquadramento de novos prestadores de serviços e profissionais liberais.

Como discutido no capítulo 2, essa política surtiu efeito e teve grande impacto sobre o processo de formalização do emprego. Ocorre que essa lei isenta as micro e pequenas empresas de afixar quadro de trabalho, anotar férias em livro de registro, matricular aprendizes em cursos do serviço nacional de aprendizagem, possuir livro de inspeção do trabalho, comunicar a entidade fiscalizadora concessão de férias coletivas. A elas também é facultado a presença do empregador perante a Justiça do Trabalho, podendo se fazer substituir por terceiros que conheçam os fatos o que favorece, como ressalta Galvão (2007b), a contratação de profissionais exclusivamente para essa finalidade e absolutamente comprometidos com os interesses das empresas.

Apesar dos aspectos flexibilizadores contidos na lei e do desencadeamento de um processo de formalização nas micro e pequenas empresas, justamente onde se encontram o menor patamar de remuneração e as ocupações com condições de trabalho mais precárias, nenhuma fala dos dirigentes sindicais no âmbito do CDES explora essa questão. Tampouco ela aparece nas entrevistas realizadas no âmbito desta tese, mesmo tendo sido os entrevistados provocados a responder sobre os limites dos governos petistas no que tange à agenda do trabalho. No 9º CONCURT a Central alertou para os impactos dessa lei sobre os trabalhadores:

O projeto foi apresentado sob o pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo, para micro e pequenas empresas. No entanto, extrapola em muito a abrangência dessa matéria e avança sobre legislação trabalhista, previdenciária e até em normas de fiscalização sanitária, ambiental, metrológica e de segurança do trabalho. Cabe à CUT lutar para que essas matérias sejam retiradas do substitutivo (9º CONCURT, 2006, p. 17).

Mas nenhum tipo de resistência foi de fato articulada o que fez Antônio Augusto Queiroz (Diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP) chamar a atenção dos sindicalistas:

Uma combinação perversa de fatores estão colocando em risco direitos trabalhistas históricos. (...) A segunda ameaça, cuja concretização ou não dependente da sanção ou veto do presidente da República, está relacionada aos aspectos trabalhistas (artigos 51, 55 e 75) do Projeto de Lei Complementar no 123/2004, que dispõe sobre a Lei Geral das

Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. (...) Entre os fatores perversos, convém chamar a atenção para alguns aspectos que deixam os trabalhadores impotentes diante da pressão de setores do mercado, do governo, de lideranças políticas e *de certa apatia de lideranças sindicais importantes em relação às políticas públicas sob apreciação do Congresso Nacional*. (...) o fato de o presidente da República ser um ex-dirigente sindical, em lugar de condescendências com a equipe econômica, que à revelia da retórica presidencial patrocina matérias contra os trabalhadores, o movimento sindical deveria pressionar para assegurar avanços e não admitir retrocessos dessa ordem. O presidente certamente agradeceria. Pelo veto aos aspectos trabalhistas da Lei Geral das micro e pequenas empresas (QUEIROZ, 2006, grifos nossos)¹³³.

No bojo dessa agenda microeconômica que continha “mini reformas”¹³⁴ trabalhistas, a aprovação da Lei de Falências (Lei 11.101/2005), instrumento que visava promover a recuperação das empresas dentro da estratégia de criar um melhor ambiente de negócios no país, também afetou os trabalhadores e pouca resistência o movimento sindical ofereceu. Antônio Palocci, a apresentou ao CDES como sendo uma lei favorável aos trabalhadores na medida em que eles teriam prioridade no recebimento dos créditos, em caso de falência, frente aos demais credores:

“Temos medidas em discussão no Congresso Nacional visando o aumento da eficácia jurídica e da questão da garantia dos contratos e garantia dos créditos com objetivo de gerar uma queda geral no sistema, similar àquela que estamos vendo, por exemplo, na consignação da folha de pagamento. A Lei de Falências atual não favorece a reestruturação de empresas viáveis que enfrentam dificuldades. A nova lei cria um processo da reestruturação mais flexível. É muito importante que a empresa em dificuldade possa voltar a trabalhar. Isso cria um ambiente mais favorável ao curso do crédito, como já mencionamos, *e os créditos garantidos serão prioridade depois dos créditos trabalhistas*” (Antônio Palocci, Ata da 10ª Reunião do Pleno do CDES, 10 de novembro de 2004, p. 15, grifos nossos).

De fato, os créditos trabalhistas seriam priorizados como versava a nova lei e já estava previsto na CLT. Entretanto, ela reduzia o limite de preferência do crédito trabalhista para 150 salários mínimos, deixando, o trabalhador, de recebê-lo durante o ano e passando a discutir sua forma de pagamento com os demais credores em uma assembleia geral. Além disso, como explicam Krein e Biavaschi (2015), na venda dos ativos da sociedade falida, não haveria mais a sucessão trabalhista, de modo que a empresa arrematante não estava obrigada nem a permanecer com os empregados nem a pagar a dívida trabalhista.

¹³³ “Direitos Trabalhistas ameaçados”. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/5513-direitos-trabalhistas-ameacados>. Acesso em 15 de julho de 2017.

¹³⁴ “Entrou em vigor a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que já é uma pequena reforma tributária, já é uma pequena reforma trabalhista”. (Lula, Ata da 22ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de julho de 2007, p. 35).

Em maio de 2004 o Ministro da Fazenda havia anunciado esse projeto de lei na 7ª reunião plenária do CDES. Nessa mesma reunião houve um grande embate em torno da política econômica que vinha sendo praticada pelo governo, como discutido no capítulo 3. Luiz Marinho, então presidente da CUT, respondera com veemência ao Ministro da Fazenda acerca da necessidade de fomentar o mercado interno brasileiro, mas não usou da mesma indignação para se opor à Lei de Falências:

“Comemoramos o crescimento da exportação, mas, se não houver crescimento da renda das pessoas e não fortalecermos o mercado interno para termos um crescimento verdadeiramente sustentável não chegaremos a lugar nenhum. (...) *É inconcebível*, em uma situação de desemprego brutal, onde o país não pode destinar 1% do PIB para a contratação emergencial nos grandes centros e não tem condições de ofertar um salário mínimo maior do que está ofertando, *é incompreensível, é inaceitável*, nesse mesmo momento, são divulgados os lucros exorbitantes dos bancos. Nós precisamos convidar os banqueiros, o sistema financeiro, para dar a sua contribuição. *É inaceitável essa diferença*” (Luiz Marinho, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 13-14, grifos nossos).

Em seguida ele aborda a questão da Lei de Falências, fazendo menção a uma postura de diálogo e entendimento:

“Quero registrar minha preocupação com a lei de falências. A lei de falências, *já conversei com o Ministro Palocci*, tem o compromisso com a modernização e com a preferência para os trabalhadores, mas é importante ficar atento, *inclusive o empresariado*. Falo com autoridade de quem liderou trabalhadores para recuperar várias empresas falidas. Nós não podemos correr o risco de ter uma lei de falências que não corrija esses fatos. Neste momento, na nossa avaliação, os bancos ainda estão na preferência em relação aos trabalhadores” (Luiz Marinho, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 13-14, grifos nossos).

Já o conselheiro João Vaccari Neto, então presidente do Sindicato dos Bancários de SP e um importante quadro da *ArtSind* estava presente nesta reunião e sua intervenção foi sobre a necessidade de aumento do crédito bancário no país visto que, segundo ele, haveria maior espaço para concessão de crédito na economia brasileira o que dependia também da redução do *spread* bancário. A questão dos bancos estava em debate no âmbito da Lei de Falências, mesmo assim o dirigente cutista não se pronunciou a respeito.

Quando da aprovação da Lei de Falências, o Ministro da Fazenda comunicou ao CDES, colocando-a, ao lado da reforma da previdência e da Lei de Incentivos à Pesquisa, dentro de um conjunto de medidas realizadas para simplificar o ambiente de negócios no país. Vale

ressaltar que a Lei de Incentivo à Pesquisa¹³⁵ à qual Palocci se referia estabelece que a pessoa física que presta serviços intelectuais pode ser materialmente concebida como pessoa jurídica. Todas elas estavam sendo, apesar do caráter flexibilizador, tratadas como iniciativas no campo da chamada pauta microeconômica.

“Em relação à melhoria do ambiente de negócios, tenho uma série de leis aprovadas recentemente, essas leis não fizeram ainda os seus efeitos na economia, algumas nem entraram em vigor, como a nova lei de recuperação das empresas, mais conhecida como Lei de Falências, a lei das Parcerias Público-privadas, a Lei de Incentivos à Pesquisa, a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e a racionalização de procedimentos de execução da garantia. Todas essas medidas (...) têm feito no sentido de simplificar procedimentos relativos ao ambiente de negócios no Brasil. Essas medidas todas, como eu disse (...) *vêm no sentido de melhorar o ambiente de negócios*. Eu ressaltaria a qualidade da Lei de Recuperação de Empresas, que teve fortes modificações da Câmara, depois no Senado e se concluiu como uma legislação em linha com as melhores leis do mundo no sistema de recuperação de empresas para o País. (...) Nós acreditamos que, além da estabilidade macroeconômica, além da Reforma Previdenciária, da Reforma Tributária, da Lei de Recuperação das Empresas, das mudanças jurídicas estabelecidas na Reforma do Judiciário, são todas as reformas institucionais que aumentam a musculatura econômica e o ambiente de desenvolvimento do Brasil, *é preciso que nós continuemos numa pauta chamada de pauta microeconômica*, que responda ainda a desafios importantes e que vão garantir que o Brasil cresça no longo prazo” (Antônio Palocci, Ata da 11ª Reunião do Pleno do CDES, 10 de novembro de 2004, p. 11-12, grifos nossos).

Chama atenção como, em consonância com o governo, a questão econômica estava sendo priorizada pelos sindicalistas da CUT no âmbito do CDES. Mesmo que aquele fosse um espaço para discutir um projeto de desenvolvimento para o país, é de se supor que para o movimento sindical este projeto não prescindia da legislação trabalhista. Essa questão só entrava em discussão, entretanto, quando o setor empresarial ou a equipe econômica do governo apresentavam alguma medida trabalhista embutida na proposta de “aumento da eficácia jurídica” e de promoção de um melhor “ambiente de negócios” no país. Implementar essas condições para fazer a economia crescer era, pois, o nervo central do argumento dos dirigentes sindicais cutistas, mas quando isso ameaçava os direitos trabalhistas a moderação dos discursos e uma baixa efetividade da estratégia de participação social se instauravam.

Além disso, a preocupação econômica – legítima do ponto de vista da classe trabalhadora – tomou conta do discurso sindical com pouca conexão com as condições e o patamar de direitos que sustentava o requerido crescimento econômico. Isso reforça a tese de Jardim, para quem essa “nova elite dirigente” proveniente do mundo sindical assumiu o papel de

¹³⁵ Lei nº 11.196/2005.

convergência de interesses não somente com a elite financeira, como afirma a autora, mas também com a elite atrelada ao capital industrial, tornando-se “atores coadjuvantes do capitalismo contemporâneo brasileiro” (JARDIM, 2009, p. 395) mesmo que sob pena de atenuar a luta pelos direitos trabalhistas.

Por fim, outra medida fora enunciada no âmbito do CDES: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, tendo como principal objetivo promover a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho. Para estimular a abertura de novos postos de trabalho destinados a esse público, o governo criou a subvenção econômica, ofertando ao empresário que contratar um jovem com o perfil do PNPE um estímulo financeiro, por vaga, durante um ano ou o recebimento de um selo de responsabilidade social. Essa política, entretanto, permite a contratação de jovens por prazo determinado. Em diferentes momentos, no CDES, Lula reforçou a importância do Programa, ressaltando seu caráter inclusivo:

“Vamos também fazer um reparo numa coisa que fizemos ano passado e na qual detectamos que havia uma falha, que é a política de primeiro emprego. Nós vamos renovar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, retirando entraves que estão dificultando a contratação de maior número de jovens pelas empresas. Também estamos aumentando o valor dos incentivos às empresas que aderirem ao Programa. Ao mesmo tempo, vamos ampliar o público-alvo do Primeiro Emprego. Antes, podiam ingressar no Programa apenas quem não tivesse o ensino médio completo. Agora, uma parte das vagas poderá ser ocupada por jovens que já concluíram o curso, mas nunca conseguiram emprego. Além disso, será permitido também o contrato temporário de jovens” (Lula, Ata da 7ª Reunião do Pleno do CDES, 13 de maio de 2004, p. 6).

“Nós estamos aí com um exercito de milhões de jovens, que é um estoque que este país, de forma irresponsável, deixou acumular nesses anos todos, temos milhões de jovens entre 15 e 24 anos querendo trabalhar. Como é que nós vamos dar emprego para eles? Aí os companheiros falam: ‘não, não pode ter um contrato especial porque vai precarizar, ele vai ser um trabalhador diferente’. Tudo bem, trabalhador diferente ele já é quando ele está na rua, sem trabalhar” (Lula, Ata da 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio, 2007, p. 20 a 21).

Para Galvão (2007b), esse conjunto de modificações visava promover a inclusão social com base na diferenciação de direitos e, vale acrescentar, com impacto flexibilizador sobre as relações de trabalho. Apesar de a retórica da inclusão no mercado de trabalho (seja de jovens ou daqueles que se encontram na informalidade) possuir uma aparência socialmente progressista, ela oculta um caráter perverso uma vez que se fundamenta numa concepção neoliberal ancorada no combate aos direitos universais. Para a autora, “ao invés de direitos amplos e abrangentes,

propõe-se a distinção de direitos, criando-se uma diferenciação entre cidadãos de primeira, segunda, terceira classe” (GALVÃO, 2007b, p. 12).

Isso fragmenta os trabalhadores entre ocupações com maior acesso a direitos e capacidade de organização sindical e empregos mais inseguros e flexíveis com baixa disposição à organização coletiva, minando a solidariedade e a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Também ajuda a difundir uma lógica de concorrência entre os trabalhadores mesmo em momentos de ampliação da inserção da população economicamente ativa no mercado de trabalho, pois fomenta a segregação entre os que estão fora (na informalidade ou desempregados) e os que estão dentro (sejam eles formais com maior ou menor patamar de direitos e proteção). À cidadania salarial e historicamente fluida que vinha sendo promovida pelo governo sob o ensejo do movimento sindical cutista adicionava-se, assim, a ampliação das situações de heterogeneidade do mercado de trabalho formal induzida pelos instrumentos criados e geridos pelo Estado.

No primeiro governo Lula, a moderação crítica da CUT frente à reforma da previdência e às mini reformas trabalhistas articuladas pelo governo e pelos micro e pequenos empresários indicava, assim, que a estratégia de participação social não propiciaria, necessariamente, um alargamento da tela de proteção dos assalariados. Apesar do fortalecimento formal e financeiro das cúpulas sindicais, a disposição das centrais para pautar os temas relativos aos direitos trabalhistas foi comprometida pela necessidade de apoiar o governo eleito. Não sem tensões internas, essa opção estratégica da Central apontava para o enfraquecimento de sua capacidade de vocalizar criticamente a crescente participação do mercado na provisão pública do direito previdenciário e os efeitos do processo de diferenciação de direitos implícito nas mini reformas trabalhistas sobre o mercado de trabalho.

4.1.2 *A participação social como fonte de poder de veto sindical no segundo governo Lula.*

A partir de 2006 a luta pelo desenvolvimento e pela distribuição de renda se aliou à agenda da valorização do trabalho. Esta última girava em torno da elaboração de uma *Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho* sem redução de salários e pelo fim das horas extras, pois esta reivindicação reunia em si mesma a capacidade de redistribuição de renda, geração de empregos e combate à informalidade. Além disso, a CUT alertava para a necessidade

de reversão do processo de precarização do trabalho e de flexibilização dos direitos, o que exigiria o fim da “terceirização e qualquer outra forma de contratação precária” (9º CONCURT, 2006, p. 15).

A CUT encontrou dificuldades para concretizar essa agenda a partir da estratégia de participação social que, contraditoriamente, vinha gerando resultados nas pautas econômicas, como analisado no capítulo 3. Isso porque terminadas as negociações da reforma sindical no FNT (nenhum outro espaço fora designado para discutir a reforma trabalhista, visto que as atividades do CRT se iniciaram somente em 2010), todas as iniciativas de alteração na legislação trabalhista foram feitas com pouco ou nenhum diálogo com as centrais sindicais em fóruns tripartites (LADOSKY, 2009).

A Central procurou, então, aprofundar a estratégia de atuação política na esfera legislativa. Esta estava inicialmente voltada à construção de projetos de lei que visavam coibir a terceirização e a reduzir a jornada de trabalho (CONCURT, 2006). Entretanto, ela foi gradativamente assumindo a forma de negociações diretas com representantes do governo com o intuito de barrar iniciativas que desfavoreciam os trabalhadores. Neste sentido, a aproximação com as demais centrais também assumia papel fundamental já que enquanto a CUT transitava com maior facilidade nos espaços de diálogo, Paulinho da Força possuía maior poder de negociação no Parlamento, como será analisado adiante. Além disso, a formação dessa coalizão visava sustentar o governo mediante as tentativas de “desestabilização do projeto democrático-popular” que estava em curso no Brasil, como aparecia nas atas das reuniões da Diretoria Nacional da CUT nos anos de 2007 e 2008.

A primeira investida contra o direito dos trabalhadores se deu no bojo da aprovação do projeto da “Super Receita”¹³⁶ que em um de seus dispositivos (Emenda 3) previa a retirada da atribuição dos Fiscais do Trabalho de reconhecer a existência de relação de emprego disfarçada (contratação como Pessoa Jurídica a fim de ocultar uma relação de emprego portadora de direitos trabalhistas e encargos sociais). Com forte oposição das centrais sindicais que, unificadas, realizaram o Dia Nacional de Luta em 10 de abril de 2007, a Emenda 3 foi vetada por Lula. As centrais também se uniram para enviar uma carta ao Presidente e buscar conversas com o

¹³⁶ Projeto de Lei nº 6.772/2005

Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, pedindo seu apoio ao veto¹³⁷. Após vetar, Lula encaminhou o PL 536/2007 que previa a transferência do auditor fiscal para o delegado da Receita Federal o poder de punir empresas com atos praticados com o objetivo de reduzir, evitar ou adiar pagamentos de tributos, reduzindo, na prática, o papel do fiscal na autuação das empresas, mas esse PL não fora votado.

Outro conjunto de medidas encaminhadas pelo governo tentava retirar direitos dos servidores públicos, dentre as quais o PL 01/2007 que criava um limitador de 1,5% no crescimento da folha de pagamentos dos servidores e a criação de um anteprojeto que buscava limitar o direito de greve do funcionalismo público mediante a necessidade de aviso prévio de 72 horas, a determinação de uma ampla lista de serviços essenciais e a possibilidade de contratação temporária de profissionais para atuar nesses postos de trabalho. O próprio Presidente Lula havia se manifestado, afirmando que nenhum brasileiro poderia aceitar que um servidor público fizesse 90 dias de greve e recebesse pelos dias parados, pois nesse caso “deixa de ser greve e passa a ser férias”¹³⁸. Diante dessa investida, lideranças da CUT posicionaram-se contra o anteprojeto. O então presidente da instituição, afirmara que a medida configurava um absurdo e que a Central iria tentar dissuadir o governo através de negociação. Não sendo possível essa saída, poderiam organizar mobilizações¹³⁹. Marcando uma postura mais combativa, João Felício, então Secretário de Relações Internacionais, afirmara que o PL01 significava, na prática, uma política de arrocho para os servidores públicos enquanto o anteprojeto inviabilizaria o exercício do direito de greve:

“Ou seja, por um lado o governo anuncia o cadafalso, com uma proposta de arrocho sem precedentes, por outro tenta impedir o direito natural e constitucional dos trabalhadores a dizerem não, querendo impor regras até mesmo para a reação às mazelas que seriam praticadas nos próximos dez anos contra as condições de vida e de trabalho dos servidores. Não é à toa que esse projeto de degradação de direitos navega com tantos ventos a favor na grande mídia (...): ele representa uma afronta aos interesses dos trabalhadores, da sociedade e do país. Em última instância ele é a negação de tudo o que esperamos do presidente Lula” (Texto escrito por João Felício no portal da CUT)¹⁴⁰.

¹³⁷ “A ida das centrais sindicais unificadas ao ministro do Trabalho representa uma preocupação grande tanto da CUT quanto da Força Sindical”. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/12886-8>. Acesso em 01 de julho de 2017.

¹³⁸ “Greve remunerada para servidor são férias, diz Lula”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200702.htm>. Acesso em 01 de julho de 2017.

¹³⁹ “A proposta é absurda, como classificamos em nota oficial. Antidemocrática. Vamos tentar dissuadir o governo através de negociação. Se não for possível, vamos organizar mobilizações e até ações judiciais, caso necessário”. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/13996-8>. Acesso em 01 de julho de 2017.

¹⁴⁰ “Só falta a mordaca e as algemas”. Disponível em: <https://cut.org.br/noticias/so-falta-a-mordaca-e-as-algemas-e910/>. Acesso em 01 de julho de 2017.

Essas ameaças reiteradas aos direitos dos trabalhadores levaram a um alargamento da pauta das mobilizações realizadas pela Central. No primeiro governo Lula elas se concentraram na política de valorização do salário mínimo ao passo que a partir de 2007, diante dessas ameaças, algumas demandas reativas passaram a compor a pauta, como é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 9: Marchas e Atos durante o segundo governo Lula.

EVENTO	PARTICIPAÇÃO	BANDEIRAS
Dia Nacional de Luta - 2007	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT e NCST	Pelo veto presidencial à chamada Emenda 3, contra o PL01 e a imposição de restrições do direito de greve aos servidores públicos.
Dia Nacional de Mobilização - 2007	CUT e outros movimentos sociais	Manutenção do veto presidencial à emenda 3, redução da jornada, contra o fator previdenciário, pela ratificação da Convenção 158 da OIT e contra o interdito proibitório, que é usado como argumento para atacar o direito de greve.
4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora - 2007	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT e NCST	Redução da jornada de trabalho, mais e melhores empregos, fortalecimento da seguridade social, políticas públicas de emprego, trabalho e renda, salário mínimo
Dia Nacional de Lutas e Mobilizações - 2008	CUT	Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e pela ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, enviadas pelo governo Lula ao Congresso Nacional.
5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora - 2008	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	Desenvolvimento com Valorização do Trabalho
Ato Unificado - 2009	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	Não às demissões; pela ratificação da Convenção 158 da OIT! Redução dos juros; redução da jornada sem redução de salários e direitos.
Jornada Nacional - 2009	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	Redução da jornada de trabalho sem redução de salários; fim das demissões; reforma agrária e urbana; defesa de direitos sociais; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT; redução dos juros; defesa das empresas estatais, fundamentais para financiar o crescimento do país; por uma nova lei do petróleo, que garanta as imensas riquezas do pré-sal para impulsionar o desenvolvimento e a justiça social.
6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora - 2009	CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	Pela redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT; atualização dos índices de produtividade da terra; aprovação da PEC que destina para reforma agrária toda terra onde for flagrado trabalho escravo; aprovação da lei que sacramenta a política de valorização do salário mínimo. Marco regulatório

		para o petróleo e gás do pré-sal, destinando à maior parte dos seus recursos no combate as desigualdades sociais; Aprovação do projeto sobre a regulamentação da terceirização; combate à precarização nas relações de trabalho
Dia Nacional de Mobilizações – Reduz para 40 que o Brasil aumenta - 2010	CUT	Para pressionar sobre os deputados federais para que colocassem em votação a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários e aumenta o adicional de hora extra de 50% para 75%.

Fonte: Elaboração própria.

O Dia Nacional de Luta realizado em maio de 2007 reuniu cinco mil pessoas na Avenida Paulista, pautando a luta contra as propostas que atacavam o direito de greve do servidor público e, principalmente, o veto à emenda 3. A CUT aproveitou o debate sobre a regulamentação da negociação coletiva no setor público que estava ocorrendo na Mesa Nacional de Negociação Permanente, instituída pelo governo Lula, para pautar a necessidade de aprovação da Convenção 151 da OIT. Em 2008, por meio de mensagem presidencial, Lula recomendou a aprovação da Convenção e em 2010 ela fora ratificada, mas a própria convenção admite a limitação ou vedação ao direito de greve. Assim mesmo, as leis que regulamentam a negociação nunca não foram criadas, deixando essa ratificação sem efeito prático (CALVETE; GARCIA, 2014).

O tratamento dos governos Lula com o setor público comportou muitas ambiguidades, como mostram Gomes, Silva e Sória (2012): por um lado houve a tentativa de retirar os direitos supracitados; por outro, um esforço de recompor os quadros do funcionalismo público em áreas específicas, como a do Ensino Superior e técnico-tecnológico e de reorganizar inúmeras carreiras no campo da qualificação dos servidores. No que diz respeito à remuneração, houve um tratamento diferenciado entre as diversas carreiras do poder Executivo Federal: algumas lograram alcançar elevados índices de reajustes e conseguiram melhorar a estrutura da remuneração enquanto outras tiveram reforçado os mecanismos de remuneração variável. Do ponto de vista das negociações os autores pontuam que se “por um lado foi aberto um importante canal de solução para os embates que envolvem as relações de trabalho no setor público (...); por outro, as negociações não avançaram suficientemente” e “compromissos governamentais com as demandas das entidades da bancada sindical não foram encaminhados (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012, p. 179).

Do ponto de vista das pautas propositivas, a redução da jornada sem redução de salários foi a pauta mais importante defendida pela Central, depois da política de valorização do salário mínimo. Desde 2004, a CUT em conjunto com outras 5 centrais sindicais havia lançado a *Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário*, buscando somar esforços para a aprovação da Emenda Constitucional 231/1995 de autoria dos Senadores Paulo Paim e Inácio Arruda que previa a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e o aumento da remuneração de serviço extraordinário de 50% para 75%. A CUT também apoiava a Emenda Constitucional (PEC 393/01), dos mesmos autores, que previa a redução do limite legal da jornada para 40 horas semanais, podendo alcançar 35 horas dois anos depois, além do estabelecimento de maior valor de compensação para as horas extras.

Em 2007, a questão volta à pauta, integrando um dos pontos de consenso entre as centrais sindicais e motivando atos e marchas unificadas, como mostra o quadro acima. Nesse ano a CUT realizou um Dia Nacional de Lutas e um Dia Nacional de Mobilização pela redução da jornada. Em 2008 foi realizado um novo Dia Nacional de Lutas em nome da causa, mesmo ano em que as centrais entregaram um abaixo-assinado pró-redução da jornada ao Congresso Nacional. Em 2009, diante da pertinência da pauta em um contexto de crise econômica e ameaça de desemprego, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou relatório favorável à uma nova Emenda Constitucional (PEC 231/95), rejeitando a PEC 393. Nesse cenário, a CUT juntamente com outras centrais fez dessa a pauta fundamental da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora. Em 2010, um novo Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações (Reduz para 40 que o Brasil aumenta) continuou pautando a necessidade de aprovação de demanda que nunca fora votada no Congresso Nacional¹⁴¹.

Na ausência de um espaço para discutir novas formulações no campo trabalhista, Artur pautou a necessidade de redução da jornada raras vezes no âmbito do CDES e isso ocorreu no momento em que a crise internacional atingia o Brasil, o que reforçaria a pertinência da pauta. Como não havia consenso com os empresários acerca desse ponto, numa das poucas vezes em que se pronunciou sobre o assunto o dirigente cutista reforçou a necessidade de deixar as diferenças de lado e pensar no melhor para Brasil:

¹⁴¹ Em 2015, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou parecer pela aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à PEC 89/2015, que reduz progressivamente a jornada normal de trabalho para 40 horas semanais. Mas a proposta não foi votada na CCJ.

“Queria iniciar dizendo da satisfação e da importância do diálogo social para a sociedade brasileira. Vários dos atores sociais que estão aqui hoje estavam no Congresso Nacional há dois dias discutindo 40 horas ou 44 horas de jornada de trabalho no Brasil, dialogando na Tribuna da Câmara dos Deputados, no plenário Ulysses Guimarães e eu fico muito satisfeito em ter visto vários empresários defendendo as 44 horas, porque há 21 anos havia sido reduzida a jornada de 48 para 44, mas a gente fez um debate bastante importante naquela oportunidade mostrando os vários argumentos de cada um dos atores. Mas neste momento, no momento do Conselho do Desenvolvimento Econômico Social, nós estamos todos aqui com a responsabilidade de pensar o Brasil. Responsabilidade de pensar olhando para frente, olhando com otimismo, mantendo as suas posições, mantendo os seus interesses, sabendo que por vezes são interesses antagônicos ou mesmo interesses contraditórios em relação ao capital/trabalho. Mas em um momento como esse, o conjunto de atores sociais que se reúnem no Conselho para pensar o Brasil tem a responsabilidade de deixar essas diferenças de lado e discutir abertamente e francamente o que nós queremos para a sociedade brasileira, o que nós queremos para o futuro e daí a importância desse diálogo social e do próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico Social como um espaço extremamente importante para a democracia no Brasil” (Artur, Ata da 31ª Reunião do Pleno do CDES, 27 de agosto de 2009, p. 9).

Nas negociações do CDES, a *Agenda para o Novo Ciclo do Desenvolvimento* elaborada em 2010 pautou de maneira acordada entre os atores a necessidade de consolidação de um processo de expansão do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno, ancorado em um modo de produção de consumo e de distribuição sustentáveis. Para isso a *Agenda do Trabalho Decente*, eixo constitutivo da proposta, considerava a importância de redução do trabalho escravo e infantil e do fomento de novos empreendedores como estratégia para combater a informalidade, mas outros pontos, como a própria redução da jornada, não foram contemplados devido a falta de consenso entre os atores. O Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção explicitava no momento da apresentação da *Agenda* os pontos em que não havia consenso:

“O Conselho, senhor presidente, também debateu alguns outros temas extremamente relevantes, sobre os quais não houve consenso e que ainda demandam mais estudos e debates. Entre esses temas posso citar a redução da jornada de trabalho, a implementação da resolução 158 da OIT, a proposta de tributação das grandes fortunas e de heranças ou ainda a redução da tributação sobre a folha de pagamento das empresas” (Paulo Simão, Ata da 34ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de junho de 2009, p. 28).

A *Agenda do Trabalho Decente* estava vinculada ao objetivo de inserção produtiva e para promovê-la um dos vetores era o fomento de novos empreendedores e de micro e pequenas empresas mediante a garantia de crédito e o aperfeiçoamento do Simples Nacional. Este último havia sido lançado no primeiro e implementado no segundo governo Lula no bojo das discussões do *Grupo de Trabalho em Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade*. Desta

iniciativa também foi aprovada a Lei Complementar 128/2008 que instituiu a figura do Micro Empreendedor Individual¹⁴². O objetivo desta política era trazer mais de 11 milhões de trabalhadores brasileiros para a formalidade, como explicou o então Ministro da Previdência Social, José Pimentel:

“Essa formalização é coordenada pelo Ministério da Indústria e Comércio, comandado pelo Ministro Miguel Jorge. A rede está sendo implantada, exatamente iniciando pelo micro empreendedor individual e depois será estendido para todas as demais empresas, independentemente do seu porte. Eles têm impostos zero para o governo federal e contribuirão com R\$ 1,00 a título de ICMS para que o estado mantenha esse cadastro, sendo eles do comércio ou da indústria. E se for do setor de serviços não paga ICMS, paga ISS de R\$ 5,00 e tem a aposentadoria por idade, salário maternidade, licença saúde, pensão por morte e auxílio reclusão e para ter todos esses benefícios, eles contribuirão com 11% sobre o salário mínimo, que dá o valor de R\$ 51,15 para ele, como pessoa jurídica, que é e também como pessoa física. Nas regras atuais seria 40% sobre o salário mínimo. Vamos precisar muito dos nossos conselheiros nessa grande tarefa, para trazer para a formalidade 11 milhões de homens e mulheres que estão à margem da lei e nós todos temos o compromisso de combater a pirataria neste setor” (José Pimentel, Ata da 30ª Reunião do Pleno do CDES, 4 de junho de 2009, p. 11).

Como já analisado no capítulo 2, tal modalidade acabou abrindo espaço para relações disfarçadas de emprego na medida em que trabalhadores anteriormente assalariados tornaram-se MEI. A criação desse instrumento também abarca a contradição de garantir acesso à previdência social a trabalhadores antes informais, fomentando, ao mesmo tempo, o *ethos* do empreendedorismo, inclusive para trabalhadores qualificados, num ambiente de crise do assalariamento (CASTRO, 2013) e a *viração* como atividade caracterizada por um constante movimento de agarrar-se às oportunidades que atinge os trabalhadores precários¹⁴³ (ABÍLIO, 2017).

A estratégia de viver de empregos precários mediante uma alta troca de ocupações ao sabor das oportunidades é um fenômeno constitutivo do mercado de trabalho brasileiro. O elemento novo neste sentido não é esse aspecto, mas a criação de instrumentos de política pública pelo Estado com a finalidade de institucionalizar uma prática há muito existente no país e de

¹⁴² O faturamento inicial de R\$ até 36 mil para gozar dessa condição foi alterado para R\$ 60 mil em 2012.

¹⁴³ “A trajetória profissional dos motoboys entrevistados deixa isso evidente. Hoje motoboy-celetista e entregador de pizza, amanhã motofretista-MEI, ontem montador em fábrica de sapatos, manobrista, pizzaiolo, feirante, funileiro, funcionário de lava-rápido. Motogirl hoje, antes diarista, copeira, coordenadora de clínica para viciados em drogas. Motofretista, serralheiro, repositor de mercadorias; confeitiro e também ajudante de pedreiro. Proprietário de loja de bebidas, trabalhador na roça, funcionário do Banco do Brasil e hoje motofretista autônomo. Motoboy hoje, antes faxineiro, porteiro e cobrador de ônibus. Este é o movimento com que grande parte dos brasileiros tecem o mundo do trabalho” (ABÍLIO, 2017).

estimular uma mudança de olhar sobre o labor que gradativamente cede lugar ao autogerenciamento dos riscos da vida no trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016) em detrimento da proteção social garantida por instrumentos de representação coletiva e pela ação estatal.

Artur relata que para a CUT a proposta do MEI representava a inclusão de milhões de trabalhadores na formalidade. Assim esse instrumento seria uma porta de entrada do movimento sindical nessas categorias não organizadas sindicalmente, mas pela acomodação da Central à estrutura sindical, nada fora feito:

“O então ministro da previdência e secretário, o Pimentel, chegou um dia pra nós ali na CUT e falou assim ‘rapaz, nós estamos com um projeto aqui fantástico’. Porque ele dizia o seguinte: nós temos micro e pequenas empresas com faturamento até trezentos e sessenta mil e os pequenos empresários, um pipoqueiro, uma cabeleireira, esse povo não tá na previdência, não tá na formalização do mercado de trabalho, não tá em lugar nenhum. Criou-se o microempreendedor individual. O lançamento foi no Sindicato dos Bancários de São Paulo, pra você ter uma ideia. (...) O que fiz eu na minha vã filosofia de achar que daria pra gente? Fui pra CUT e falei: ‘gente’ – eu presidente – ‘isso aqui é organização sindical pura, se cada um desses caras vão poder se formalizar dessa forma fácil, pagar um imposto que é trinta, não sei quantos reais e vão ter direito a aposentadoria, vão ter direito a INSS e tudo mais, e ainda vão ter direito a um funcionário, se não tomar cuidado nós vamos ter um monte de empreendedor. Esse cara, se não tomar cuidado vai ter um funcionário que ele não vai contratar, que ele não vai formalizar, então nós precisamos ter o que?’ Como é que a CUT, como é que os nossos sindicatos se envolvem em ir atrás desse povo? Qual é a forma de fazer?’. Não sei, se eu soubesse eu tinha um sindicato de microempreendedor individual. Seis milhões de trabalhadores no Brasil inteiro. Qual é o nó? O problema é que como é individual é difícil de chegar, o movimento sindical se acomodou no governo Lula, na estrutura sindical oficial, do mesmo jeito que o PT se acomodou na estrutura oficial dos partidos. Essa é a minha opinião pessoal. Então a gente achava que era muito trabalho ir atrás do cara, nem sei onde ele tá. Bom, você poderia ter conversado pelo menos com as duas principais classes do MEI. Deve ser beleza, cabeleireiro, segundo é confecção, terceiro alimentação. Entre os três, vamos pegar os nossos sindicatos dessas áreas e vamos procurar, vamos criar uma relação, vamos tentar chamar uma reunião, um seminário. Nunca fizeram nada, então – estou falando da CUT, os outros muito menos – então estou dizendo que eu acho que nós erramos ao não trazer esse pessoal pra debater no movimento sindical” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Chama atenção que em nenhum momento há uma vinculação na fala de Artur entre a criação do MEI, sua potencialidade de criar relações de emprego disfarçadas e a qualidade desses empregos, já que seu patamar de direitos é rebaixado em relação aos celetistas. Essa reflexão também não aparece na fala de nenhum outro entrevistado cutista, inclusive de Graça Costa, atual Secretária de Relações de Trabalho. A fala de Artur mostra maior preocupação com a necessidade de sindicalizar esses trabalhadores.

A questão da precarização, de modo geral, também aparece de maneira marginal nas

intervenções de Artur no CDES. Somente em uma reunião, em 2009, Artur toca na questão, dizendo ser preciso enfrentar a alta rotatividade da mão-de-obra, a informalidade e a terceirização. Ele o fez depois de uma provocação de um outro conselheiro (Murilo Aragão) de que os custos de trabalho no Brasil eram altos. Depois disso esse tema não voltou a ser pautado pelo representante cutista nesse espaço, a não ser no âmbito do *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na cana de açúcar*, como se discute adiante.

A despeito da não problematização desse ponto, a CUT possuía uma pauta centrada na valorização do trabalho. Das demandas propostas no campo dos direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho, a regulamentação da terceirização e a ratificação da Convenção 158, nenhuma fora aprovada.

Artur Henrique expôs, em entrevista realizada no âmbito desta tese, a opinião de que a CUT não conseguiu avançar nas pautas trabalhistas devido à resistência dos setores empresariais. Além disso, ele ressaltou que os empresários, principalmente das áreas de comércio e serviços, não pararam de proliferar a “cantinela da época neoliberal” baseada no argumento de que as leis são muito rígidas e os salários altos. Ele também lembrou que Lula não tinha maioria parlamentar para fazer uma reforma trabalhista favorável e quando tinha o apoio do empresariado ao governo era pra “fazer o PAC, pra fazer o Minha Casa, Minha Vida” pelos impulsos que esses programas forneceram à construção civil. “Mas quando falava de reforma, de reduzir jornada”, eles diziam: ‘que?, vocês estão loucos?’.

As visões sobre as razões desse processo não são homogêneas dentro da CUT. Para João Felício, por exemplo, a falta de apoio no Parlamento é uma questão importante, mas mesmo não havendo tal apoio o governo teria que ter tido mais ousadia para enfrentar as reformas trabalhista, agrária, dos meios de comunicação e a reforma política, nem que “fosse para perder” e, assim, promover um choque de visões entre diferentes projetos para o país:

“No que se refere à reforma trabalhista, reforma agrária, reforma nos meios de comunicação e reforma política, eu acho que faltou ousadia no governo. Porque há determinados momentos nem que seja pra perder... mas você não tem que ter um comportamento consensuado em tudo. O governo Lula e o governo Dilma eram governos de coalisão, eram governos que tinham apoio de partidos de centro e até de partidos de direita e eles tinham que consensuar dentro do governo, as posições do governo. Você não precisa automaticamente concordar com tudo. Nós temos as nossas posições, quando é possível acordar em alguns pontos... Mas não dá pra acordar em tudo! Então eu acho que faltou: envia projeto pro Congresso Nacional que nós fazemos mobilização e fazíamos e teríamos feito mobilização pra aprovar (...) Então eu acho que faltou, eu acho que a gente perdeu uma... porque é o seguinte: quando você, mesmo

sabendo que você vai perder porque você tem um Congresso Nacional composto majoritariamente por parlamentares vinculados ao capital, é bom e é educativo pra sociedade você deixar claro sua posição. Quem está com determinada posição e quem não está, quem quer distribuir renda e pra distribuir renda tem que ter reforma tributária, senão você não tem recurso pra distribuir renda, tem que deixar claro. Você faz uma disputa política de projeto, de visão de mundo, visão de país. Eu acho que isso faltou pro governo, faltou ousadia nesse aspecto, porque se o governo tivesse sido mais ousado, tanto o governo Lula como o governo Dilma, nós poderíamos ter colocado o movimento sindical e o movimento social pra apoiar determinadas reformas nesses temas que eu tô citando pra você, entendeu?”

Messias também reconhece esses pontos, mas ressalta uma outra questão que explicaria a ausência de avanços no campo da legislação laboral. Para o dirigente cutista a “CUT poderia ter tensionado mais, cutucado mais, cobrado mais e não fez”. A Central, em sua visão, também poderia ter assumido uma postura de vanguarda e não o fez porque “já não era mais a única central das esquerdas e tinha que fazer mediações”. Ele cita, então, o caso das negociações no Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) instituído em 2007 com a finalidade de discutir a reforma e, do ponto de vista do movimento sindical, discutir alterações que pudessem se antecipar às mudanças que interessassem somente aos mercados. Naquele espaço surgira o embate entre acabar com o fator previdenciário, demanda histórica da CUT, ou definir novas regras de combinação de tempo de contribuição com idade mínima para o cálculo dos benefícios de aposentadoria.

A posição da bancada dos trabalhadores, como mostra Lopez (2009) era defender o fim do fator. A bancada governamental não aceitara essa proposta a partir do que se abriu um processo de negociação. Nesse processo, a CUT e o governo chegaram à uma medida intermediária: o fator 85/95¹⁴⁴ (que na prática implicaria a redução de 3 anos para o recebimento do valor integral). Ao mesmo tempo, tramitava no Congresso Nacional o PL 475/09 que previa o fim do fator previdenciário, mas Lula havia avisado que se o PL fosse aprovado ele vetaria. Mesmo assim, algumas centrais sindicais não concordaram com a fórmula 85/95, como relata Messias, à época membro da Diretoria Executiva da CUT, tornando-se secretário da Secretaria de Relações de Trabalho em 2011:

“Então esse processo chega ao seu desfecho: implementar o acordo do governo com as centrais sindicais implantando a 85/95 ou apostar na queda do fator previdenciário. O presidente Lula deixa claro que se o fator previdenciário for derrubado pelo congresso

¹⁴⁴ De acordo com esse fator, o trabalhador recebe aposentadoria integral se a soma de sua idade mais o tempo de contribuição para o INSS alcançar o número 85 para mulheres, e 95, para homens.

nacional ele vetaria. Neste impasse a CUT assume a implementação do oitenta e cinco noventa e cinco em detrimento da, digamos assim, derrota do fator previdenciário. Mas na hora H, no final ali, na reta final a Força Sindical¹⁴⁵ junto com a CTB e mais uma outra central, não me lembro qual, apostam na derrubada do veto do presidente Lula. O resultado disso: fomos derrotados. O fator oitenta e cinco noventa e cinco não é implementado, Lula veta a queda do fator previdenciário, este veto não é derrubado. (...) O que faltou ao governo e à CUT? Ao PT e à CUT? Do ponto de vista do governo o Lula: ‘não, eu só implanto se houver unidade entre as centrais’. Ou seja, *ficamos presos na unidade entre as centrais*. Do ponto de vista da CUT: por ser a maior central eu acho que a CUT, naquele momento, devia ter exigido ao governo que implementasse porque a maioria dos sindicatos concordava. Por que não o fez? Porque era difícil explicar para suas bases não querer derrubar o fator previdenciário. Ou seja, demorou cinco anos¹⁴⁶ pra fazer algo que numa sociedade mais madura, num sindicalismo mais maduro, numa relação com partido mais madura poderia ter acontecido antes” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017, grifos nossos).

Esse embate em torno do fim do fator previdenciário mostra que as posições moderadas da CUT tinham reflexos sobre a cúpula sindical e sobre a própria base da Central. Embora muito próxima à plataforma cutista, mesmo após o rompimento, a CTB assumia – naquele momento – uma postura de enfretamento em nome do fim do fator previdenciário ao passo que a CUT colocava-se diante do imbróglio de explicar para sua base porque escolhera apoiar o governo pelo veto do Presidente e em favor do fator 85/95. Além disso, o consenso entre as centrais era um ponto fundamental para o governo Lula, tanto que diante das discordâncias ele preferiu não alterar a legislação. Essa coalizão era fundamental, justamente pelo papel que o apoio do movimento sindical jogava na sustentabilidade política de seu governo.

Esse episódio evidencia os fatores que circunscreviam o que estava em jogo nesse processo de disputa pelos direitos trabalhistas. A disposição à parceria social e a relação de abertura à negociação com o governo eram condições que a *ArtSind*, a despeito das tensões internas, não estava disposta a romper. Na outra ponta, a unidade entre as centrais reconhecidas era fundamental para barrar investidas dos empresários e do governo contra os direitos trabalhistas, o que ocorreu tanto pela apresentação de projetos de leis por representantes do setor patronal no Congresso Nacional quanto no CDES em que o próprio Presidente Lula assumira o papel de provocar a discussão sobre a reforma trabalhista.

¹⁴⁵ Paulinho da Força articulou para a aprovação do fim do fator previdenciário, mas assumira posição favorável ao fator 85/95. (Movimento Sindical pressiona deputados pelo fim do fator previdenciário. In: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/movimento-sindical-pressiona-deputados-para-fim-do-fator-previdenciario-2kbn4kaxjfyi3bhszs5sbaxji>. Acesso 11 de julho de 2017. Esse aspecto também aparece nas entrevistas realizadas com dirigentes da FS e será analisado adiante. A outra central que Messias se refere é a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

¹⁴⁶ Essa fórmula veio a ser implementada pelo governo Dilma em 2012.

No primeiro caso, o próprio PL que propunha a criação da “Super Receita” apresentado pelo ex-senador Ney Suassuana (PMDB/PB) e sua Emenda 3, é um exemplo de como o movimento sindical passou a exercitar sua capacidade de diálogo com o governo em busca do veto dessa medida. Há ainda outros exemplos.

Em 2007 foi aprovada a Lei 11.603 que ratificou a possibilidade de trabalho aos domingos para os comerciários, não podendo ultrapassar 2 domingos aos mês. O artigo 6º da Lei 10.101/2000 já havia regulamentado a questão, com restrição de trabalho em somente um domingo por mês. A CUT, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS) sempre defendeu o fim do trabalho aos domingos, mas diante da impossibilidade de enfrentar grupos multinacionais existentes nesse setor (HENRIQUE, 2012), o máximo que a Central conseguiu negociar foi a previsão de que o trabalho nesses dias e durante os feriados só ocorreria mediante aprovação em convenção coletiva e com atenção à legislação municipal, o que não estava previsto na lei aprovada ainda no governo FHC.

Outro exemplo diz respeito aos embates em torno da regulamentação da terceirização. Em 2004 o Deputado Sandro Mabel (PL) apresentou o PL 4330, propondo a terceirização praticamente sem restrições (BIAVASCHI; DROPPA; MARQUES, 2015). Diante desta investida, a CUT criou um Grupo de Trabalho e a partir dele surgiu o PL 1621 apresentado em 2007 pelo Deputado Federal Vicente Paulo da Silva (PT), propondo a igualdade de direitos entre terceirizados e trabalhadores diretos, a proibição da terceirização em atividade fim e a responsabilidade “solidária” do contratante. A Central também lançou a *Campanha Nacional de Combate à Terceirização, Precarizar Não!* em 2009 e, neste ano, realizou a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, reivindicando a regulamentação da terceirização. Além dessas campanhas, procurou dialogar com o Ministério do Trabalho, pedindo a criação de um grupo tripartite com a finalidade de preparar uma proposta de consenso. Esse fora, também, um recurso legislativo para evitar a votação do PL 4330 ao qual a proposta de Vicentinho havia sido anexada. Os empresários, entretanto, se retiraram da mesa de negociação e a questão não voltou a ser apreciada no governo Lula (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015).

Essas demandas baseadas no veto de medidas desfavoráveis à classe trabalhadora acabaram compondo parte da *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento* elaborada pelas centrais sindicais. Se em seu primeiro eixo a *Agenda* confirmava seu caráter propositivo diante da sugestão de elaboração de uma política de valorização do salário mínimo, em seu segundo eixo as

propostas davam lugar ao combate ao PL 4330/04 e à necessidade de manutenção do veto à Emenda 3. Além disso, a agenda propunha o fortalecimento das organizações sindicais e a necessidade de ratificação da convenção 158 da OIT.

Como os ataques aos direitos do funcionalismo público deixam transparecer, as ameaças aos direitos dos trabalhadores não vinham somente do setor empresarial, mas do próprio governo. Em 2007, o Deputado Candido Vacarezza do PT de SP apresentou um Projeto de Lei intitulado de “A Nova CLT” com o objetivo de revisar a legislação trabalhista. Se tratava, na verdade, da tentativa de deixar que a regulação dos direitos se desse em livre negociação e de promover a flexibilidade como garantia de maior competitividade às empresas e de maior insegurança aos trabalhadores (SALVADOR, 2007). Em dezembro daquele mesmo ano, o Deputado fora apresentar a proposta em uma reunião da Diretoria Nacional da CUT e o então Presidente da entidade aproveitara a situação para esclarecer que um projeto naqueles termos iria abrir possibilidades para o setor empresarial emplacar um desmonte da legislação (HENRIQUE, 2012).

O próprio Presidente Lula provocou os representantes dos trabalhadores inúmeras vezes no âmbito do CDES, afirmando que o movimento sindical tinha que perder o medo de discutir uma reforma trabalhista:

“Ora, meu Deus do céu, longe de mim querer tirar direito de trabalhador, se eu não puder dar, tirar eu não tiro. Agora, não é possível que algumas coisas feitas em 1943 não precisem de mudanças em 2007, 2008. Só 50 anos, o mundo do trabalho mudou, houve uma evolução nas condições de trabalho. Antigamente, quando eu ia a uma fábrica e falava *peão*, chamava *peãozada*, a *peãozada* delirava, aplaudia, porque era uma identificação. Hoje, se você for falar *peão*, os caras falam: ‘não sou *peão* mais não’. Os caras já fizeram universidade, já fizeram curso de especialização, já estão num outro patamar. As condições deles são diferentes daquelas que eu, particularmente, enfrentei dentro de uma fábrica. Eu acho que os dirigentes sindicais brasileiros evoluíram de forma extraordinária para pensar essas coisas, para debater e não ter medo de debater. Entre debater e fazer tem uma distância muito grande, mas é no debate que a gente descobre se é possível ou não. Eu me lembro (...) que era extraordinário, em 1978 e 1979, eu dizer: ‘o sindicato é um órgão de contestação. Era o máximo. Depois de 30 anos, o que eu acho? Obviamente que o sindicato pode continuar contestando, mas na medida em que o mundo do trabalho de 2007 não é o mundo de trabalho de 1970, em que a tecnologia está ocupando um espaço extraordinário, nós temos condições de fazer algumas discussões que nós não podíamos fazer naquela época. Hoje, um companheiro dirigente sindical tem que conhecer muito mais coisas do que eu precisava conhecer. Eu só precisava xingar o governo. Como vocês não podem me xingar agora – pelo menos por companheirismo, vocês se resguardem – nós temos que ser produtivos e criativos, nós temos que tentar fazer o que é possível mudar para melhorar. (...) Então, qual é a preocupação do debate? Nenhuma, e eu penso que a gente deve fazer o debate com a cabeça muito aberta, sem dogmas, sem medo, sem aquele negócio de que ‘isso me prejudica’. Nós precisamos pensar no que vai ser bom para este país. ^[1]Veja, estou

dizendo isso porque se a gente não fizer essas coisas e esse debate, a gente vai ficar um pouco, eu diria, defeituoso no nosso projeto. O segundo mandato só tem sentido para isso, para a gente fazer as coisas que não foram feitas no primeiro, e muitas não foram feitas porque não podiam ser feitas e porque não era o momento de serem feitas” (Lula, Ata da 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio, 2007, p. 20 a 21).

“Vejam, nós não temos por que ter medo de discutir qualquer que seja a reforma. (...) A Reforma Trabalhista, obviamente, se continuar do jeito que está, de um lado um grupo de empresários achando que é preciso rasgar a CLT e fazer tudo novo, de outro lado os dirigentes sindicais achando que têm que manter a CLT e colocar mais coisas. Não dá acordo. Então, eu sugiro que este Conselho possa permitir que os trabalhadores apresentem uma proposta, porque não é possível que o Getúlio Vargas tenha tido a onipotência de Deus de, em 1940, fazer uma lei que prevaleça no mundo do trabalho de hoje na sua totalidade. (...) Ou nós discutimos isso para dizer: olha, nós não queremos mudar, nós queremos mudar, ou achar um meio-termo. E aí os empresários preparam a deles, os trabalhadores preparam a deles e aí nós costuramos um denominador comum. (...) Essas são reformas de que nós não escaparemos” (Lula, Ata da 22ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de julho de 2007, p. 34 e 35).

A fala de Lula vem baseada na noção de que a realidade se impõe, confirmando a necessidade desse debate em tempos de transformação da atividade laboral no capitalismo contemporâneo. Mas ela também vem imersa na visão de que a atualização do código do trabalho era uma condição fundamental para “destravar” o investimento no país e é isso que confere a esse debate um caráter de ameaça e de não de oportunidade para o alargamento da proteção social. Além da retórica, os ganhos econômicos dos trabalhadores estavam sendo atendidos justamente porque eles coadunavam com a proposição de gerar crescimento econômico. Entretanto, as medidas no âmbito trabalhista eram lidas na mesma chave, isto é, mediante a necessidade de reduzir o risco jurídico do empresário para que ele tomasse a decisão de investir.

“Vocês têm ouvido ou lido na imprensa que eu ando repetindo diversas vezes a palavra “destravar” o país. Eu estou convencido de que destravar o país é condição *sine qua non* – gostou do *sine qua non*, Oded? – é a condição básica para que a gente possa dar o passo seguinte. (...) Os próximos passos que nós temos que dar, sem que haja nenhuma má interpretação, é o destravamento: o destravamento da política brasileira, o destravamento de alguma legislação brasileira, o destravamento da burocracia brasileira, porque senão nós não andamos. (...) Eu acho que, para a gente fazer isso, é preciso que haja o compromisso, não apenas do Presidente da República, mas o compromisso da sociedade brasileira. Todos nós temos deveres e temos direitos. E todos nós sabemos, a começar pelos trabalhadores, pelos empresários e pelo governo, que se não estabelecermos regras nós não construiremos, porque o debate político, tal como está feito, pode não ajudar a gente a construir este país. (...) Nós precisamos ainda aprovar algumas coisas importantes para que a gente estabeleça definitivamente regras que possam garantir às pessoas fazer investimentos. Porque, meus companheiros trabalhadores e empresários, eu fico imaginando: toda vez que a gente convence alguém a fazer investimento, nós precisamos dar garantias de que a pessoa pode investir e correr apenas o risco econômico de o mercado não aceitar o seu produto. Mas a pessoa não pode correr o risco jurídico de não poder fazer o seu investimento, a pessoa não pode

correr o risco de tantos embaraços que nós criamos para que se faça investimentos. Até parece um castigo fazer investimento neste País. (...) Juntos, com todas as entidades de trabalhadores, todas as entidades de empresários, porque o Brasil que nós queremos deixar não é mais para nós. (...) Ou seja, o que nós precisamos é construir o país da nova geração" (Lula, Ata da 20ª Reunião do Pleno do CDES, 5 de dezembro, 2006, p. 34 a 36).

Além do Presidente, representantes do setor empresarial, como Jorge Gerdau e Murilo Aragão aproveitavam suas intervenções para defender que o Brasil precisava de “menos leis e mais negociação” e da redução dos “custos de contratação da mão de obra”¹⁴⁷. A pressão patronal e do próprio governo, a forte composição empresarial do Conselho e o caráter flexibilizador das medidas que eram ali propostas levaram Guiot (2015) a afirmar que o CDES foi o resultado da formulação de uma engenharia institucional cujo conteúdo contemplou os interesses empresariais, convertendo-os em interesses gerais pela via do Estado (GUIOT, 2015).

Artur Henrique, em concordância com o aprofundamento da participação social como estratégia norteadora da ação cutista, tinha a percepção de que era possível acordar soluções para os conflitos, “sempre trabalhando com a visão da necessidade da concertação”. Na sua visão era possível levantar os conflitos existentes entre os atores sociais, debatê-los e construir uma “agenda possível de estabelecer quais são os consensos, e portanto, dar passos em direção ao necessário desenvolvimento com distribuição de renda” (Artur, Ata da 20ª Reunião do Pleno do CDES, 5 de dezembro, 2006, p. 7). Com essa visão e diante das investidas do governo e dos representantes dos setores patronais, ele reage às ameaças, mas não o faz num tom de enfrentamento, já que o objetivo era somar esforços:

“E quero dizer que do ponto de vista da Central Única dos Trabalhadores e dos trabalhadores, que têm aqui a representação de várias centrais sindicais, nós, na verdade, nunca tivemos e não temos medo de discutir tema nenhum. E estamos abertos a debater qualquer tema. Agora nós também achamos que é preciso que este Conselho, seguindo as orientações do Presidente da República, também discuta todas as questões sem dogmas. E para nós discutir, por exemplo, a necessidade da *redução dos juros* é também

¹⁴⁷ “Na lei trabalhista, acho que temos que ter menos leis e mais negociação” (Jorge Gerdau, Ata da 32ª Reunião do Pleno do CDES, 9 de dezembro de 2009, p. 3).

“Temos também o custo indireto de contratação da mão-de-obra, não é reduzir salários de trabalhador, mas reduzir o custo de contratação da mão-de-obra, tema que eu sempre repito aqui quando participo dos nossos debates” (Murilo Aragão, Ata da 32ª Reunião do Pleno do CDES, 9 de dezembro de 2009, p. 7).

“A questão dos custos indiretos da contratação da mão-de-obra. O problema no Brasil não é o salário que o trabalhador recebe, mas sim o montante de recursos que o empresário paga para que componha o universo do salário do trabalhador. O trabalhador não recebe o custo que o empresário paga pelo seu salário e isso deve ser motivo de reflexão, porque apesar de todo o nosso esforço, a informalidade no trabalho continua sendo muito importante no Brasil. Sendo assim, acho que o governo deve trabalhar intensamente para que se desonere a contratação do trabalhador no Brasil” (Murilo de Aragão, Ata da 30ª Reunião do Pleno do CDES, 4 de junho de 2009, p. 18).

um dogma que precisa ser debatido nesse Conselho. A *ampliação do Conselho Monetário Nacional* é outro tema que precisa ser debatido nesse Conselho. A *redução do superávit primário*, na nossa opinião, para ter mais investimento em políticas públicas sociais de investimento é outro dogma que precisa ser debatido nesse Conselho. Portanto, nossa opinião é que nós devemos, sim, estar abertos a debater qualquer assunto. (...) Eu queria fazer uma proposta: participei ativamente do Grupo de Trabalho da Agenda da Infraestrutura e, além de vários temas importantes, um deles ministro, dizia a respeito à questão das várias ações e políticas relacionadas com o biodiesel, biocombustíveis, agronegócio na área de plantação de cana. Ou seja, toda essa discussão, na nossa opinião, é um momento bastante propício para que a gente pudesse propor a criação de um Grupo de Trabalho que envolvesse os atores sociais num debate a respeito, não só da importância dos investimentos nessa área, mas também a importância de se discutir as condições de trabalho dos canavieiros, cortadores de cana, dos trabalhadores que trabalham em condições, em muitas regiões do país, subumanas. Trabalhadores sofrendo acidentes de trabalho, morrendo por conta da produtividade, da obrigatoriedade em cada vez produzir maiores toneladas de cana para um recebimento de um salário, que na nossa opinião, nós devemos aproveitar o momento importante do debate do biodiesel, para instituir um Grupo de Trabalho com os atores sociais para discutir, principalmente, *condições de trabalho, reconhecimento da necessidade da organização do trabalho nesse setor e, principalmente, a diminuição dos acidentes de trabalho*. Temos tido uma manifestação muito importante nesse sentido, acho que o Conselho tem ajudado nisso, estamos discutindo com a CBIC, da construção civil, um Grupo de Trabalho. Estamos para assinar um Acordo Nacional com os companheiros e companheiras que trabalham na construção civil. Acho que poderíamos usar este exemplo, também na área do biodiesel, trazendo uma proposta concreta para a continuidade dos trabalhos” (Artur, Ata da 21ª Reunião do Pleno do CDES, 17 de maio, 2007, p. 23, grifos nossos).

Como coordenador do *Grupo de Trabalho em Bionergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel* – que ao mesmo tempo elaborava novas formas de realização dos investimentos públicos e privados nas cadeias de produção dos biocombustíveis e propunha medidas voltadas à melhoria das relações de trabalho no campo – Artur aproveitou as provocações para propor medidas acordadas para melhorar as condições de trabalho dos canavieiros. Mesmo diante do posicionamento explícito dos interesses empresariais, o dirigente escolheu investir num tom de diálogo. Os pontos de enfrentamento da sua intervenção estavam voltados à política econômica, ficando a legislação laboral restrita aos acordos possíveis para o aperfeiçoamento das condições de trabalho dos canavieiros, uma questão que certamente guarda relevância, mas que ocupava um espaço marginal frente à agenda trabalhista aventada pela CUT.

Dessa proposta surgiu a aprovação de um documento com medidas que serviriam de base para a mesa de diálogo e de negociação que foi conduzida pela Secretaria Geral da Presidência da República que acabou lançando o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar* firmado entre governo federal, entidades dos trabalhadores e empresários do setor sucroenergético. Tal iniciativa buscava “valorizar e

disseminar as melhores práticas trabalhistas na lavoura da cana, (...) por meio da adesão voluntária das empresas ao compromisso, da divulgação das boas práticas empresariais e do cadastro positivo formado pelo selo “Empresa Compromissada”¹⁴⁸, conferido após verificação in loco de auditoria independente” (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009, p. 1).

Como ressalta Teixeira (2014), esse Compromisso guarda um tom de resposta à pressão social que se fazia acerca das péssimas condições de trabalho no corte da cana, mas ele também responde a um esforço patronal e governamental para que o Brasil se tornasse uma das principais potências mundiais na produção de biocombustíveis. No acordo, o fornecimento de alimentação e a determinação de um piso salarial para a categoria não foram contemplados. Além disso, a adesão dos produtores de cana ao acordo possuía caráter voluntário. Apesar das poucas amarras que o *Compromisso* propunha, como o fim da intermediação de mão-de-obra no campo, o fornecimento de assistência à saúde dos trabalhadores e a permissão para atuação sindical dentro das empresas, em 2012 das 169 empresas que possuíam a certificação, 60 respondiam a processos envolvendo irregularidades nas relações trabalhistas¹⁴⁹. Assim, se essa iniciativa, por um lado, fez com que os trabalhadores rurais despontassem, pela primeira vez, como “legítimos interlocutores na deliberação sobre suas próprias condições de trabalho”, por outro ela se sobrepôs “à continuidade dos conflitos e da permanência de práticas excludentes e pouco democráticas por parte dos setores patronais e estatais” (TEIXEIRA, 2014, p. 144).

Apesar dos limites, Lula considerou esse um acordo histórico que estava mostrando ao Brasil que poderia haver mais prática e menos teoria na relação capital trabalho e que tal prática poderia, de agora em diante, se basear menos no conflito e mais no diálogo:

“Muitos de nós só nos encontrávamos em momentos de conflito: precisava os trabalhadores fazerem uma greve para que os empresários conversassem com os trabalhadores ou, muitas vezes, os trabalhadores faziam uma greve antes de apresentar a pauta de reivindicação. Nisso vocês deram uma contribuição extraordinária para que a gente começasse a criar uma nova relação. Eu, que converso com vocês todos, converso com o movimento sindical e converso com os empresários, eu sou testemunha de que essa relação avançou de forma extraordinária e eu penso que com mais algum tempo, nós estaremos mais civilizados do que aqueles que nós achávamos que eram os civilizados na relação do mundo do trabalho” (Lula, Ata da 31ª Reunião do Pleno do CDES, 27 de agosto de 2009, p. 19).

¹⁴⁸ O selo era uma espécie de prêmio para as empresas que aceitassem entrar no acordo e atender à legislação.

¹⁴⁹ “Compromisso para gringo ver”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

Com base nessa conciliação de interesses baseada numa relação “civilizada” entre trabalhadores e empregadores, poucos foram os avanços ocorridos no segundo governo Lula no que tange à legislação trabalhista. Considerando, como denomina Tsebelis (2009) que atores coletivos cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão política atuam como *veto players* (atores com poder de veto), se pode concluir, como sistematiza o quadro abaixo, que as estratégias de participação social, atuação política no Parlamento e coalizão entre as centrais permitiram que a CUT exercesse a capacidade de vetar medidas desfavoráveis aos trabalhadores durante o segundo governo Lula. A atuação no Congresso Nacional, como no caso da terceirização, e os canais abertos de diálogo com o governo, como no caso da Emenda 3, foram particularmente importantes para que as centrais conseguissem barrar as medidas flexibilizadoras em curso. Além disso, a posição da bancada sindical mediante algum nível de consenso entre as centrais configurava um ponto relevante para a tomada de decisão do governo desde que as medidas em disputa – subordinadas que estavam à agenda econômica – não confrontassem os interesses empresariais.

Quadro 10: Embates trabalhistas entre o movimento sindical, empresários e governo durante o segundo governo Lula.

Poder de Veto	Poder de negociação mesmo que abaixo do patamar esperado	Demandas propositivas não aprovadas
<p><u>Emenda 3</u>: que impedia o auditor fiscal de autuar as empresas com relação de emprego disfarçada antes da Justiça do Trabalho se pronunciar sobre a existência da relação de emprego.</p> <p><u>PL 536</u>: previa a redução do papel do fiscal na autuação de empresas que buscassem burlar a legislação trabalhista.</p> <p><u>PL 4330</u>: propunha a regulamentação da terceirização praticamente sem restrições.</p> <p><u>Anteprojeto que limita o direito de greve aos servidores públicos</u>: buscava limitar o direito de greve do funcionalismo público mediante a necessidade de aviso prévio de 72 horas, a determinação de uma ampla lista de serviços essenciais e a possibilidade de contratação temporária de profissionais para atuar nesses postos de trabalho</p> <p><u>PL 01</u>: impunha o limitador de 1,5% no crescimento da folha de pagamentos dos servidores.</p> <p>“<u>A nova CLT</u>”: propunha revisar a legislação mediante a possibilidade do negociado sobre o legislado.</p>	<p><u>Lei 11.603</u>: ratifica a possibilidade de trabalho aos domingos para os comerciários, mas exige sua aprovação em negociação coletiva.</p> <p><u>Fator 85/95</u>: cálculo para o recebimento integral do valor da aposentadoria que diminuiria em 3 anos o tempo para o recebimento se comparado com o cálculo imposto pelo fator previdenciário em vigência.</p> <p><u>Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar</u>: propõe melhores práticas trabalhistas na lavoura da cana com adesão voluntária das empresas.</p> <p><u>Convenção 151</u>: aprovação e ratificação sem sucesso na regulamentação da negociação coletiva no setor público.</p>	<p><u>PEC 393/01</u>: propõe a redução da jornada sem redução de salários.</p> <p><u>Fim do fator Previdenciário</u>.</p> <p><u>PL 1621</u>: Regulamentação e limitação da terceirização com garantia de direitos iguais entre terceirizados e trabalhadores diretos.</p> <p><u>Ratificação da Convenção 158</u>.</p>
Medidas que possuem o poder de inserir trabalhadores informais na formalidade, mesmo com um patamar rebaixado de direitos e com potencial flexibilizador:		
<ul style="list-style-type: none"> • Simples Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • MEI 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Emprego (PNPE)

Fonte: Elaboração própria

A participação social da CUT foi um elemento fundamental para a exercício de vetar medidas que restringiam a tela de proteção dos assalariados. Para além da composição do Parlamento e da indisposição da Central de pautar temas polêmicos, avanços mais substantivos na legislação não ocorreram, pois a ressignificação da aliança entre Estado e mercado (JARDIM; SILVA, 2015) em prol do crescimento econômico pressupunha entaves às relações trabalhistas. Assim, o movimento sindical cutista acabou atribuindo maior importância às questões

econômicas passíveis de serem consensuadas nos espaços institucionais (RAMALHO; CORDEIRO; SILVA, 2015).

Entretanto, não se tratou apenas de uma avaliação racional baseada nas possibilidades de ganhos no campo econômico ou fora dele, já que as posições da Central estavam diretamente influenciadas pela necessidade de manter a coalizão de forças que sustentava o governo (BOITO JR; GALVÃO; MARCELINO, 2015), nem que para isso fosse necessário moderar os enfrentamentos no âmbito das relações de trabalho. Nesta direção, não é a oposição entre uma postura sindical combativa e outra de caráter mais institucionalizado que importa ao debate, pois a subordinação do movimento sindical à agenda governamental não é um caminho inevitável resultante da estratégia de participação social:

A participação na gestão do social e na regulação econômica pode levar à perda de autonomia do sindicalismo, isto é, a sua subordinação à agenda governamental ou à ideologia gerencial, mas sua subordinação não é nem completa, nem inevitável. Ela varia conforme seu projeto político-ideológico e o modo pelo qual o sindicato equaciona a interface entre participação e mobilização. Pois o sindicalismo de contestação também negocia, participa, do mesmo modo que o sindicalismo de negócios ou de parceria social também mobiliza e faz greves. O que os diferencia são os pressupostos que orientam o diálogo e a negociação (GALVÃO, 2015, p. 7).

Considerando, assim, que a questão fundamental gira em torno dos pressupostos que orientam a participação social, é possível afirmar com base na análise da atuação cutista nos espaços institucionais pesquisados que – em consonância com o projeto governamental – a agenda da Central respondeu ao pressuposto de destravamento das condições para o crescimento do país e estímulo ao setor produtivo. Nesta direção as estratégias adotadas voltaram-se para as disputas dos ganhos econômicos, passíveis de serem negociados pelo papel que a capacidade de consumo da classe trabalhadora jogaria no ciclo de crescimento, restando pouco espaço à defesa dos direitos trabalhistas.

A institucionalização do consenso constituiu-se, assim, como uma estratégia fundamental para a disputa dos ganhos econômicos e para vetar as ameaças flexibilizadoras durante os governos Lula. Ao mesmo tempo, ela impôs limites para as disputas em torno da agenda dos direitos trabalhistas. No governo Dilma, a disposição ao diálogo – pressuposto vital da estratégia de participação social – se desfez, corroendo ainda mais a capacidade do movimento sindical pautar a agenda de valorização do trabalho.

4.1.3 *As dificuldades da estratégia de participação social num governo com menor disposição ao diálogo.*

Diante das constantes ameaças de retirada de direitos, a CUT decidiu dedicar mais atenção aos projetos de lei em debate no Congresso Nacional e, assim, aprofundar a estratégia de ação política na esfera legislativa a partir do governo Dilma. Essa estratégia foi se solidificando na medida em que o acesso e a forma de diálogo com a Presidenta assume caráter mais restrito em relação ao governo anterior. O Parlamento tornou-se, assim, palco privilegiado da luta contra a terceirização, medida que também foi negociada, sem sucesso, na Mesa Quadripartite criada para este fim.

Pela via da participação social com o governo e os setores patronais a Central também apostou no modelo dos *Compromissos Nacionais* em outras frentes (pelo aperfeiçoamento das condições de trabalho na Copa do Mundo e na Indústria da Construção Civil) e na elaboração das Diretrizes da CUT para a *Agenda do Trabalho Decente*.

Com as greves de 2011 nas obras do PAC e os impactos do processo de organização para sediar a Copa do Mundo sobre o mundo do trabalho, a CUT começou a abordar a necessidade de o processo de “desenvolvimento sustentável” se expressar na criação de empregos de qualidade, como mostra uma das últimas intervenções de Artur Henrique no CDES:

“Diante das desigualdades que ainda marcam o nosso país, a equidade deve ser o princípio que rege a ação do Estado e as políticas públicas que mobilizarão a sociedade brasileira para construir o seu desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável que do nosso ponto de vista tem como pilares a educação e o trabalho com dignidade e com qualidade” (Artur, 39ª Reunião do Pleno do CDES, 30 de agosto de 2012, p. 11)

Diante da onda de reivindicações de trabalhadores pertencentes à construção civil em torno das pautas relativas à saúde e segurança no trabalho, a CUT buscou aliar as suas diretrizes para uma *Agenda do Trabalho Decente* (agenda esta vinha sendo produzida desde o segundo governo Lula em parceria com a OIT) com a formulação de *Compromissos Nacionais* realizados entre governo, movimento sindical e empresariado com o objetivo de definir melhores condições de trabalho em setores que se ampliavam fortemente com o aquecimento da economia.

As *Diretrizes da CUT para a Agenda do Trabalho Decente* tinham por objetivo subsidiar a participação da Central no processo de “tomada de decisões sobre políticas públicas para o desenvolvimento do país” relativas à garantia e ampliação de direitos para a classe

trabalhadora (CUT, 2011, p. 11). Esse processo engajava-se no conceito de trabalho decente da OIT¹⁵⁰ e na disposição do governo de pautar a criação de mais e melhores empregos, promovendo a igualdade de oportunidades e de tratamento e a erradicação do trabalho escravo e infantil. Assim, a agenda do trabalho decente se apresenta como uma plataforma propositiva e demonstra que a CUT estava atenta à necessidade de disputar uma regulação pública do trabalho:

A geração de empregos de qualidade com valorização do trabalho dá ao crescimento econômico a dimensão do desenvolvimento, é uma forma de promoção da cidadania e da inclusão social. Terceirização, trabalho temporário, “PJ” e outras formas de precarização devem continuar sendo combatidas, pois desqualificam o trabalho e estão na contramão do trabalho decente e de empregos de qualidade. Também é insuficiente pensar a qualidade do emprego tão somente a partir da formalização pois, em que pese a sua importância, o registro em carteira por si só não garante o patamar de direitos assegurados em convenções e acordos coletivos, nem condições de trabalho adequadas frutos das lutas dos trabalhadores. Vale destacar que qualidade do emprego depende de uma regulação pública do trabalho (...) (CUT, 2011, p. 24).

Na prática, a agenda foi concretizada por meio de ações reativas aos efeitos do aquecimento da economia sobre as condições de trabalho de setores específicos e ao encaminhamento por parte do setor patronal de medidas com grande potencial de precarização, como a terceirização.

Além do *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na cana de açúcar*, acordada em 2009, outras duas iniciativas foram estabelecidas no âmbito da luta pelo trabalho decente: o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção* e o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Copa do Mundo da FIFA*.

A CUT propôs a formação de mesas de negociação com as empresas de hotelaria, turismo e do setor de construção com a finalidade de garantir práticas de trabalho decente durante as obras do PAC, da Copa e durante o evento. As mobilizações dos trabalhadores nos canteiros de obra foram motivadas, como mostra Campos (2016), não somente por reajustes salariais, mas também por razões ligadas à segurança no trabalho e ao cumprimento da jornada de trabalho. O acordo buscava responder a essa realidade e definia regras de recrutamento, implementando comitês de saúde e segurança e garantindo a representação sindical nas obras. Um de seus

¹⁵⁰ O conceito de trabalho decente foi desenvolvido pela OIT em 1999 e é entendido como um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras.

principais objetivos era acabar com a intermediação ilícita de mão-de-obra feita pelos “gatos”, que transformam o serviço de acesso a um posto de trabalho em um meio de expropriação do trabalhador (DIEESE, 2013b).

Apesar de o Compromisso representar um pacto voluntário e ser de livre adesão pelas partes, Campos (2016) considera que o mesmo levou a uma maior vigilância dos órgãos estatais e dos consórcios construtores. Entretanto, Gustavo Palmeira, economista do Dieese lembra que a adesão ao acordo por parte das empresas é muito baixa, há dificuldade de fiscalização dos órgãos competentes e, além disso, os sindicatos possuem baixa capacidade de conscientizar os trabalhadores sobre uma série de regras, como a instalação de proteções para empregados que atuam em alturas elevadas e a manutenção de ambiente saudável para as refeições nos canteiros de obra, que os empregadores são obrigados a cumprir (ARANHA et al., 2016).

Já o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Copa do Mundo da FIFA* surgiu de uma sugestão do Secretário de Relações de Trabalho da CUT, Messias Melo, no âmbito do Conselho de Relações de Trabalho (CRT). O acordo previa o compromisso das empresas de respeitar os acordos coletivos, de combater o uso do trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes e de promover a saúde e segurança do trabalhador. Segundo um estudo elaborado pelo Dieese para a Federação Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira entre 2011 e 2014 foram registradas 26 greves em obras destinadas à Copa. Em todos os movimentos a pauta de reivindicações girava em torno de aumento salarial, melhoria de condições de trabalho (principalmente condições de segurança, salubridade e alimentação), aumento no pagamento de horas extras e fim do acúmulo de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas¹⁵¹. A assinatura do acordo, as greves e a atenção que o assunto ganhava na mídia acabou gerando reajustes salariais reais maiores nas obras da Copa em comparação com o setor da construção civil o que explica o decréscimo das greves nesses setores a partir de 2012.

Se os *Compromissos Nacionais* buscavam reagir a demandas localizadas que surgiam em setores estratégicos para o crescimento econômico, a pauta trabalhista mais ampla passaria a ser discutida no CRT, que passou a ser o canal de diálogo do movimento sindical com o governo em relação às pautas trabalhistas. Apesar de o Conselho ter surgido da iniciativa do FNT, ele só

¹⁵¹ 8 trabalhadores morreram durante a construção dos estádios, dois quais 6 mortes ocorreram nos momentos de pressão da FIFA para a entrega dos estádios a tempo para o evento. Os dados do relatório do DIEESE estão disponíveis em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/243979-8>. Acesso em 23 de setembro de 2017.

fora implementado em dezembro 2010. O ano de 2011 foi dedicado para a criação de Regimento Interno e para a criação de Câmaras Bipartites (Governos/Trabalhadores; Governo/Empresários; Governo/Servidores Públicos) que ocorreriam a partir de reuniões paralelas os encontros do Pleno. Sua finalidade era ser um órgão colegiado de natureza orientadora, tripartite e paritário voltado para “*opinar sobre propostas que visem a democratização das relações do trabalho no país, a atualização da legislação sindical e trabalhista*” (MTE, Regimento Interno).

Assim, a criação do CRT parecia inaugurar um novo canal de negociação da reforma trabalhista tão evitada pelos atores ao longo dos governos Lula. Entretanto, a experiência do CRT mostra que o mesmo não se transformou num espaço de discussão dos problemas atinentes à regulação do trabalho. Ele acabou se configurando como um recinto para o movimento sindical garantir suas próprias condições de sobrevivência enquanto o setor patronal se certificava que nada seria alterado. Do ponto de vista da prática cutista vis-à-vis à agenda de valorização do trabalho por ela apresentada é possível perceber uma discrepância entre as diretrizes da luta e a proposição de pautas nesse espaço de diálogo social.

Nenhum tema mais amplo fora discutido no CRT a despeito dos apelos de Messias Melo – que havia ocupado o cargo de Secretário de Relações de Trabalho da CUT durante a primeira gestão dessa Secretaria e após 1 ano de participação ativa no CRT fora nomeado Secretário de Relações de Trabalho do MTE – que, já como membro do governo, pediu que o Conselho se dedicasse a uma agenda “mais estratégica que contribuísse para o avanço das relações de trabalho” (Ata, 9ª Reunião do Pleno do CRT, p. 2). Os apelos foram, todavia, em vão. Em entrevista concedida para esta tese Messias relata, na posição de quem presidiu o CRT, que os empresários brasileiros não queriam negociar nada:

“Primeira coisa que o conselho de relações do trabalho me chamou extremamente a atenção ao longo desse período é que os empresários brasileiros, a representação dos empresários brasileiros não quer negociar NADA! Isto é um fato. Então raras vezes, raros temas a bancada topou entrar num processo de negociação, discussão real. A sensação que nós tínhamos lá no Ministério do Trabalho é que a bancada patronal tava ali apenas pra ficar cavando trincheira pra nada mudar em relação à legislação posta. Quando mudasse, só mudar se fosse pra piorar. Então o descompromisso da representação dos empresários com a discussão, com a negociação, com o diálogo social é uma coisa gritante, só confirma o seu papel no golpe” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017).

Isso corrobora a hipótese de que o setor empresarial só aceitou participar dos *Compromissos Nacionais* pelo caráter facultativo e pelo baixo nível de efetividade dos mesmos.

Outro exemplo é que quando da realização da *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente*, em 2012, parte dos empregadores se retiraram¹⁵² como relata Graça Costa:

“A questão da conferência do trabalho decente, por exemplo, não existiu em canto nenhum do mundo, só aqui no Brasil. Nós avançamos tanto que nós tivemos a capacidade de colocar os três: governo, empresários e trabalhadores em espaços assim. Fazer conferência municipal, regional, estadual e nacional. Claro que os empresários romperam antes de terminar a conferência, se retiraram, se retiraram da conferência mas nós contabilizamos isso como um impacto muito forte na vida. Hoje a gente, as pessoas têm ... qualquer pessoa que você conversar ela sabe que ela tem um espaço que não é tão bom, mas é melhor do que era e o que ela não quer é perder, ela quer mais, ela quer mais...” (Graça Costa, entrevista realizada em 23/06/2017).

Por vezes, a fala dos dirigentes transparece que a possibilidade de negociação nesses espaços, algo inédito da história do movimento sindical brasileiro, é um fim em si mesmo já que mesmo com poucos ganhos concretos para a classe trabalhadora, o movimento sindical passou a ser reconhecido e respeitado. Todos os dirigentes cutistas entrevistados destacam a possibilidade do diálogo como um dos principais avanços dos governos Lula:

“Tem um impacto muito significativo, porque do ponto de vista do lugar ocupado pelo trabalhador, pela classe né, a oportunidade que teve do número de conferências e o número de espaços que foram abertos pro debate pra empoderar a classe trabalhadora e empoderar as pessoas que nunca tiveram oportunidade de dizer o que pensa, enfim, foi uma experiência belíssima” (Graça Costa, entrevista realizada em 23/06/2017).

“Olha, o impacto mais positivo que eu poderia citar pra você, no que se refere à processo de negociação. Vamos pegar por parte: o método. O processo de negociação, pra mim, foi um avanço por que quando nós vivenciávamos uma relação, tanto com o Sarney, com o Itamar Franco e depois com o Fernando Henrique Cardoso, era uma relação muito conflituosa. Nos parece que eram governos antissindicais, não levavam em consideração muitas opiniões do mundo sindical. Que era uma conquista que o movimento sindical europeu, que teve enorme influência na América Latina, que era a consolidação do tripartismo: que era você ter espaços de negociação política da mesma maneira como os empresários tinham no governo. Então quando o PT chegou ao poder isso acabou ocorrendo na prática. As nossas opiniões eram levadas muito em consideração. Isso no governo Lula, nos oito anos de governo Lula. Pra nós isso foi uma conquista enorme” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017).

“Eu diria que do ponto de vista do protagonismo do movimento sindical, de ser recebido, de poder fazer uma pauta e entregar uma pauta pro Chefe da Nação, pro Presidente da República. Mas ao mesmo tempo pros ministros, pra ter encontros, contatos e construir políticas conjuntamente com o governo, participar de forma muito presente, muito atuante nas várias conferências e nos vários métodos de participação que foram implementados a partir daquele momento no governo do presidente Lula. Eu diria que

¹⁵² “Patrões boicotam debates na 1ª Conferência de Emprego e Trabalho Decente”. Disponível em: <http://quimicosp.org.br/noticias/patroes-boicotam-debates-na-1-conferencia-de-emprego-e-trabalho-decente-3036>. Acesso em 17 de setembro de 2017.

com tudo isso o saldo é extremamente positivo” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

Sem retirar o avanço proveniente do reconhecimento do ator sindical pelo governo e pelos empresários como legítimos representantes da classe trabalhadora, o fato é que nenhum tema polêmico de maior relevância encontrou um desfecho consensuado nesses espaços, a exemplo do FNT, do CDES e do próprio CRT.

Nas reuniões iniciais do CRT Luigi Nese, então Presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS) chegou a pautar a necessidade de discutir a terceirização, mas o tema nunca fora debatido naquele espaço, sendo apreciado pela Mesa Quadripartite implementada em 2013 para este fim. Já a redução da jornada de trabalho foi discutida uma única vez em virtude do recebimento pelo MTE de manifestação contrária da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas à Emenda Constitucional nº 231/95 que previa a redução da jornada de trabalho sob a alegação de que essa redução afetaria as micro e pequenas empresas, causaria demissões e promoveria o repasse de custos aos preços, afetando os consumidores. O tema saiu de pauta após Renato Rodrigues, consultor sindical da Confederação Nacional do Comércio (CNC), manifestar-se contra a apreciação do pleito visto que se tratava de projeto de emenda constitucional a ser discutido em âmbito parlamentar¹⁵³.

Apesar da finalidade do CRT contemplar a atualização da legislação trabalhista, as reuniões eram voltadas majoritariamente para a discussão de temas relativos à organização sindical, dentre os quais: a tentativa de construção de uma tabela de categorias, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para que o MTE pudesse criar critérios de corte automáticos na aprovação ou não de novas entidades sindicais; possibilidade de segregação da arrecadação da contribuição sindical nas contas dos sindicatos a pedido do Tribunal de Contas da União; viabilidade da consideração da colônia de pescadores e do

¹⁵³ Não foi somente a resistência ativa do setor empresarial, que impediu o encaminhamento da pauta relativa à redução da jornada. A própria Presidenta Dilma Rousseff afirmara num encontro junto aos empresários que essa pauta não fazia sentido em um momento de “pleno emprego”: “Um dos únicos momentos em que a presidente foi aplaudida no encontro foi quando disse ser contra a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, pleito defendido pelas centrais sindicais. Segundo ela, em um cenário de quase pleno emprego, ‘não é compreensível’ diminuir o tempo de trabalho quando há dificuldade em se encontrar nova mão de obra. ‘Não sou a favor das 40 horas porque essa é uma questão entre trabalhadores e empresários’, disse. ‘Não considero que isso seja pauta agora nesse momento. Acho uma maluquice a gente colocar na pauta’”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1451704-a-empresarios-dilma-rebate-criticas-sobre-suposta-falta-de-dialogo.shtml>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

sindicato de aposentados para fins de aferição de representatividade das centrais¹⁵⁴; negociações em torno da manutenção da cobrança de contribuição sindical dos servidores públicos.

Em especial, as reuniões da Câmara Bipartite entre trabalhadores e governo concentraram-se em temas relativos à aferição de representatividade das centrais, a disputas para barrar a entrada da CSP-Conlutas e do Fórum Sindical dos Trabalhadores no CRT, às dificuldades encontradas pelo MTE para definição de categorias específicas sem ferir o princípio da unicidade sindical (como trabalhadores navais frente aos metalúrgicos e “movimentadores de mercadorias” frente aos comerciários) e à definição de critérios para criação de categorias específicas entre os trabalhadores rurais dada a disputa pela representação dos trabalhadores da agricultura familiar e dos assalariados no setor.

Somente a partir de 2013, é que o governo começou a pautar medidas de flexibilização da legislação trabalhista nesse espaço, sob o argumento de que o Ministro do Trabalho e Emprego gostaria de saber a posição do Conselho antes de deliberar. O primeiro caso foi a proposta de regulamentação do trabalho temporário, visto que o MTE iria lançar uma portaria com a finalidade de regular a celebração do contrato temporário por prazo superior a 3 meses. Em 2010, o MTE já havia emitido uma portaria, limitando a prorrogação para o máximo de 6 meses. O que estava sendo discutido era um prazo de prorrogação maior em caso de acréscimos extraordinários de serviços, como queriam os empregadores. Os representantes dos trabalhadores posicionaram-se contra a medida e a CUT manifestou que essa era somente mais “uma forma de precarização do trabalho” (Valeir Ertle, Ata 14ª Reunião do Pleno, CRT, 17 de agosto de 2013).

Vale atentar para o fato de que o Secretário de Relações de Trabalho do MTE era Messias Melo, ex-secretário da CUT, e a ele coube explicar na ocasião que essa era uma medida que procurava responder a práticas de “desvirtuamento do trabalho temporário” que já estavam ocorrendo, pois os empresários precisavam substituir os empregados regulares por um prazo maior em casos de longos afastamentos motivados por licença saúde ou gozo de licença maternidade. As duas bancadas acabaram concordando com o aumento da prorrogação para o prazo máximo de 9 meses e a Portaria 789 foi publicada em 2014.

¹⁵⁴ Essas eram categorias organizadas pela FS que tinha grande interesse que esses trabalhadores entrassem no cálculo da aferição do índice de representatividade.

O segundo caso foi a tentativa de debater um projeto de lei para implementação do contrato de curta duração, de até 14 dias no mês e 60 dias no ano. A justificativa do governo era que essa seria uma necessidade para as contratações que iriam surgir com a Copa do Mundo e que a ideia era garantir que esses trabalhadores não realizassem suas tarefas na informalidade, mas pudessem receber os benefícios trabalhistas mesmo que por um curto período. A bancada dos trabalhadores apresentou resistência à proposta, mesmo com Messias garantindo que não havia disposição do governo em criar um instrumento que abrigasse o contrato intermitente. Ele ainda afirma que essa proposta decorre de uma “situação objetiva de que serão milhares de trabalhadores que trabalharão eventualmente na Copa e não terão carteira assinada por não se encaixarem na legislação do contrato temporário” (Messias, Ata 10ª Reunião da Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo, CRT, 23 de janeiro de 2014).

O tema já havia passado na mesa de negociação com o setor hoteleiro, criada a partir dos desdobramentos de uma sugestão pautada por Messias, ainda dirigente da CUT, de criar uma câmara temática no âmbito do Comitê Gestor da Copa do Mundo para tratar do trabalho decente (Ata 3ª Reunião do Pleno do CRT, 19 de julho de 2011). Naquela mesa, que resultou no *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Copa do Mundo da FIFA* lançado em 2014, a proposta de criação do contrato de curta duração não fora aceita pelos representantes dos trabalhadores¹⁵⁵. O tema passou, então, a ser debatido pelo CRT. Nessas negociações os empregadores concordaram com essa modalidade de contratação. As centrais negaram que esse tipo de contrato fosse incorporado à CLT, mas se mostraram aptas a debater um caso de excepcionalidade durante a Copa¹⁵⁶ mediante a criação de um Grupo de Trabalho para discutir a questão, o que na prática, inviabilizou a elaboração de uma medida provisória em tempo hábil para o evento.

O terceiro caso tratou da proposta de Portaria para alterar as regras de autorização dos trabalhos aos domingos e feriados em caso de categorias que não possuem regulamentação própria. O assunto foi lançado para debate no CRT, mas seus conselheiros foram surpreendidos

¹⁵⁵ “Centrais fecham acordo para barrar proposta de contrato de curta duração”. Disponível em: <https://cut.org.br/noticias/centrais-fecham-acordo-para-barrar-proposta-de-contrato-de-curta-duracao-4d0c/>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

¹⁵⁶ “Como representante da CUT, digo que a proposta, com emenda visando apenas o período da Copa, em termos de proteção social ao trabalhador, poderá ser um bom laboratório”, disse o secretário adjunto de relações de trabalho da CUT Nacional, Pedro Armengol. Disponível em: <http://www.cutbrasil.org.br/site/apos-pressao-governo-muda-proposta-de-contrato-de-curta-duracao/>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

quando a mídia divulgou que o MTE havia emitido a Portaria 375/2014¹⁵⁷ que disciplinava as autorizações de trabalho aos domingos e feriados. Na prática a portaria protegia o trabalhador ao inviabilizar a concessão para empresas que apresentassem irregularidades sobre jornada de trabalho, saúde ou segurança nos últimos 5 anos. A bancada dos empregadores (especialmente Willian Soares de Oliveira, representante da Confederação Nacional de Cooperativas – CNCOOP) reclamou que a portaria impunha novas restrições para a concessão da autorização, propondo que a mesma fosse suspensa por não ter sido discutida no CRT. Apesar de possuir aspectos de proteção ao trabalhador, as centrais também pediram sua revogação, pois o laudo de renovação da concessão que antes era de 4 anos, passaria a ser automático e, além disso, a portaria não previa a anuência da entidade sindical. Diante da posição do CRT, o Ministro Manoel Dias revogou a Portaria, passando a vigor as regras anteriores¹⁵⁸.

Todas essas pautas foram apresentadas pelo governo e aos atores coube se posicionar. A partir da entrevista dada por Messias e também com base nos desdobramentos do CRT se pode observar que os empresários sempre se movimentavam para não mudar a legislação a menos que os favorecesse, a exemplo da portaria 375/2014 sobre o trabalho aos domingos que lograram reverter. As centrais, também reativamente, conseguiram barrar o contrato de curta duração e negociar a regulamentação do contrato temporário, mas não apresentaram nenhuma pauta nova (com exceção da sugestão de criar uma câmara temática no âmbito do Comitê Gestor da Copa do Mundo para tratar do trabalho decente), fazendo do CRT um espaço voltado para discussão dos problemas da organização sindical. A CUT possuía diretrizes para uma agenda de valorização do trabalho voltada ao combate à rotatividade e à terceirização, à defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, da negociação coletiva e do direito de greve no setor público, mas nenhum desses pontos foi pautado pela entidade no âmbito do CRT.

Messias afirma que estando do outro lado foi mais fácil perceber a falta de agenda das centrais sindicais:

“A falta de agenda do movimento sindical, isso que mais chamou atenção, a falta de agenda do movimento sindical para sentar em mesas, por exemplo no CRT. Então o que

¹⁵⁷ Pela Portaria nº 375/14 se a empresa tiver mais de uma irregularidade nos atributos de jornada de trabalho, descanso ou normas de segurança e saúde no trabalho no período de cinco anos não conseguirão mais a autorização para abrir aos domingos. E para aquelas onde for constatada apenas uma irregularidade ficará sob fiscalização e só quando esta for concluída é que o pedido de autorização será avaliado.

¹⁵⁸ A Portaria anterior que volta a vigor é a 3.118 que, por sua vez, só é revogada em 2015 pela Portaria 945 que faculta a concessão de autorização ao acordo coletivo.

mais nós nos pegávamos dentro do governo – estes que apostavam no diálogo social – é ter que pegar o telefone, ligar pra um dirigente de uma central e dizer ‘cara, vai ter tal reunião, vocês não vão entrar nesse debate não? Vocês não vão vir não?’” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017).

Questionado sobre o fato de as centrais sindicais terem construído uma plataforma da classe trabalhadora sob o protagonismo cutista a qual continha eixos voltados à agenda do trabalho que apareciam inclusive nas *Marchas* organizadas pelo movimento sindical, Messias explica:

“Eu coloco que ela [a agenda] não chega para o governo como uma plataforma, porque como chegaria? Chegaria não só via os conselhos, diferentes conselhos de políticas públicas em que a central tava representada, mas deveria chegar com uma pauta, apresentada, cobrada, questionada, acompanhada pela central sindical nas diferentes frentes de debate, entendeu? Ou seja, na minha opinião em nenhum momento a CUT conseguiu fazer com que a agenda virasse um...fosse de fato organizadora da ação frente ao executivo, frente ao parlamento, cotidianamente, rotineiramente. Não só como um documento agitado durante as eleições. Essa pra mim é a questão” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017).

Esta fala de Messias vis-à-vis sua postura à frente da Secretaria de Relações de Trabalho do MTE é reveladora. Como membro do governo suas posições em defesa de medidas flexibilizadoras (extensão do trabalho temporário, contrato de curta duração) se baseavam na ideia de que os movimentos eram inexoráveis e que o governo estava procurando soluções para problemas concretos. Como debatido acima, argumentos baseados nas necessidades geradas por uma situação específica – como o trabalho em eventos, ou mesmo na imposição da realidade objetiva onde já há a burla do empregador às restrições da legislação trabalhista – justificavam a mudança ou a flexibilização do código do trabalho. Para os setores majoritários da *ArtSind*, corrente a qual Messias faz parte, a realidade concreta também é o elemento que justifica a disposição da Central à negociação pela via institucional em torno dos consensos possíveis. O elemento em comum é o pragmatismo da ação resultante das dificuldades apresentadas pela realidade que, como já pontuado, está impregnado nas falas de Lula, de Dilma e dos dirigentes sindicais cutistas que compuseram o governo ou não.

Assim, no bojo do *pragmatismo de uma realidade que se impõe*, a CUT foi comprometendo sua capacidade de vocalizar as consequências não somente da crescente participação do mercado na provisão pública do direito previdenciário e dos efeitos do processo de diferenciação de direitos implícito nas mini reformas trabalhistas sobre o mercado de trabalho,

mas também foi comprometendo sua capacidade de se posicionar criticamente em relação às consequências do não encaminhamento de uma série de medidas protetivas, como a própria regulamentação da terceirização, sobre o aprofundamento das tendências de flexibilização das relações de trabalho no país. Isso porque os ganhos econômicos eram resultado de consensos que não englobavam mudanças mais amplas na legislação trabalhista. Uma evidência dessas limitações no âmbito do CRT, especificamente, é o baixo volume de proposições ao debate sobre as pautas trabalhistas que excedem a questão da organização sindical.

Mesmo o combate à terceirização, motivo que em julho de 2013 levou 100 mil pessoas às ruas, foi pautado de forma reativa no âmbito do legislativo sem conseguir expressar seu caráter propositivo nos espaços de diálogo social. Em 2011 a proposta de terceirização de Sandro Mabel passou pela Comissão de Trabalho, seguindo para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O encaminhamento do projeto havia ocorrido depois de uma manobra entre o Deputado Roberto Santiago (PSD/SP), de origem sindical, e Artur Maia, presidente da CCJ, para que o apoio do primeiro representasse concordância da bancada sindical. O substitutivo do Deputado Roberto Santiago, na prática, ampliava a terceirização para qualquer tipo de atividade, legitimando-a via empresas especializadas, como explicam Biavaschi e Teixeira (2015). Diante do ocorrido, Artur Henrique foi à audiência na comissão especial que analisa o tema para denunciar a fraude e explicitar a discordância da CUT em relação ao projeto.

Além dessa presença dentro das comissões, a Central atuou para que as bancadas do PT, do PCdoB e PSB se comprometessem a impedir o avanço do projeto. Como relatam Biavaschi e Teixeira (2015), a cada tentativa de votação do substitutivo a CUT e diversas outras entidades tentavam barra-la. Em 2013, frente à ameaça iminente de sua aprovação, a Central realizou um Dia Nacional de Lutas e uma Ocupação no Congresso Nacional juntamente com outras centrais pressionando pela retirada do PL da pauta do Parlamento. Outra frente de luta foi a articulação de manifestações para as bases dos deputados, como explica a secretária de Relações de Trabalho da Central, Maria das Graças Costa:

“Precisamos continuar ampliando o debate nos estados. Já fizemos audiências públicas em várias assembleias legislativas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rondônia, além do Ceará, que deve promover uma até o final do mês. A ideia é fazer com que a decisão nos estados pressione os deputados federais a se posicionarem contra o PL e ao lado da classe trabalhadora” (Graça Costa, *Jornal da CUT*, n. 44, 2013, p. 2).

Diante do impasse, o governo propôs uma Mesa de negociação quadripartite para discutir o tema com a composição de representações de empregadores, de trabalhadores, do governo e também do Parlamento, representado pelo Deputado Artur Maia. Quem coordenou essa mesa foi Messias Melo ao lado de José Lopez Feijóo, também proveniente do sindicalismo cutista e que naquele momento ocupava o cargo de Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República. A partir do acesso aos documentos síntese dos debates produzidos pelo MTE é possível perceber que desde o início as discordâncias se davam sobre dois pontos: a bancada patronal defendia a possibilidade de extensão da terceirização para as atividades fim enquanto as centrais exigiam o estabelecimento desse limite; as centrais sindicais exigiam a garantia de representação dos trabalhadores terceirizados dentro de uma mesma categoria econômica, com cobertura pelo mesmo acordo coletivo enquanto os empregados não aceitavam essa premissa.

Depois de várias propostas de substitutivo apresentadas pelas bancadas numa verdadeira guerra em torno do significado das palavras, não houve acordo em torno desses pontos. Mas não foi somente a discordância com a bancada patronal que levou a esse desfecho: a própria bancada sindical não se entendia e, mesmo dentro da CUT havia divergências sobre aceitar a negociação ou não da regulamentação pelos parâmetros do PL 4330.

João Felício afirma que a CUT sempre fora contra a terceirização na atividade fim e relata que o que estava em disputa na bancada sindical era a possibilidade de uma central poder avançar sobre a base de trabalhadores terceirizados de categorias já representadas por outra:

“A gente nunca concordou com terceirização na atividade fim, entendeu? A gente aceitar, por exemplo, prestação de serviços dentro de uma empresa, num determinado setor, não teria problema nenhum ser terceirizado. (...) Agora, nós nunca aceitamos atividade fim (...). A CUT sempre defendeu isso e a gente nunca conseguiu isso. Portanto não teve nem força política da parte do governo e também com muitos conflitos entre o movimento sindical. Porque a CUT nunca foi sozinha. Em determinados momentos nós ficamos sozinhos nessas posições que eu tô colocando. Outras centrais sindicais não tinham essa posição. Outras centrais sindicais, inclusive, apoiaram a terceirização de determinados serviços que não tivesse o sindicato preponderante, quer dizer, representando também os terceirizados. Quem defendia essa posição com uma clareza incrível era a CUT, não era as outras centrais sindicais. Até porque algumas estavam de olho, inclusive, no trabalho terceirizado da outra central sindical. Então pra eles quanto mais houvesse uma desregulamentação sindical, melhor era, pra invadir a área do outro” (João Felício, entrevista realizada em 19/09/2017).

Sérgio Nobre, que esteve presente no processo de negociação, apresenta uma posição favorável à regulamentação. Ele afirma que a mesa quadripartite havia encontrado uma solução que protegia os trabalhadores em que se restringia a terceirização somente na atividade atinente à razão social da empresa. Para ele, nessa configuração, o projeto seria protetivo aos trabalhadores e, mesmo diante do impasse entre os atores, o governo poderia ter arbitrado uma decisão a partir do grau de consenso possível naquela mesa:

“Na minha avaliação o processo de negociação – perdurou quase um ano de negociação e envolveu governo e centrais sindicais – chegou num projeto que para o trabalhador terceirizado, na minha avaliação, era muito protetor. Ele era um projeto bom muito protetor. A dificuldade tava em encontrar uma alternativa de redação pra atividade fim e acho que o grande erro ali foi ... porque se eu sou governo eu chego e falo: ‘bom, nós negociamos, chegamos até aqui depois de um ano de negociação, construímos muito consenso – e tinha muito consenso em relação à legislação – agora não acertamos um ponto que é a coisa da atividade fim’. Então aí o governo vai assumir a tarefa de decidir essa questão e poderia ter decidido, poderia ter encaminhado. Claro que ele ia apanhar das centrais, ia apanhar mas esse é o papel do governo e teria aprovado uma legislação acho que muito... mas muito melhor do que essa daqui. Então na minha avaliação foi um grande erro e quando não deu acordo o governo se recolheu e o projeto não andou mais, voltou pra estaca zero. Tava se discutindo na época uma redação que seria assim: ao invés de você proibir a terceirização da atividade fim, proibir a terceirização na atividade em que é a razão social da empresa, quer dizer se ela é uma empresa que nasceu pra produzir carro por que ela vai pegar a produção do carro e entregar pra alguém? Se ela é uma empresa pra fazer jornal, porque ela vai entregar? Então aquela que tá na razão social da empresa é atividade fim. Eu acho que aquilo resolveria o problema. O governo podia ter arbitrado isso e ter tido um belo projeto. Mas são experiências da vida né, que ficou, então eu sempre tive claro que aquilo que a gente não regula os nossos inimigos regulam. Então assim, eu acho que a gente perdeu e ficou como aprendizado” (Sérgio Nobre, entrevista realizada em 10/08/2017).

A diferença entre uma postura pela não negociação da terceirização na atividade fim de João Felício e outra favorável à negociação representada por Sérgio Nobre (e mais próxima a posição assumida pela FS), indica que a divisão que se estabeleceu dentro da *ArtSind* a partir de 2006 não se expressava somente na disputa dos termos em que se daria a relação da CUT com o governo, mas também em relação à disposição da Central de negociar direitos.

Para Messias, que coordenou a mesa, a terceirização é mais um exemplo de como a CUT encontrava dificuldade de negociar nesses espaços, visto que, além das disputas internas na cúpula da Central, ela precisava encontrar uma solução condizente com a posição das outras centrais e, ao mesmo tempo, possível de ser defendida perante a própria base cutista¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Diante das divergências internas e da dificuldade de assumir certas posições perante a própria base a CUT, por vezes, atribui uma determinada posição “mais conservadora” à FS. Nas entrevistas foi possível perceber que os

“Terceirização: aí eu vivi muito fora e dentro. Antes de ir pro governo a gente liderou muito fortemente a resistência à aprovação na Câmara do quarenta e três trinta, a criação de uma comissão especial, a resistência, a discussão e a tentativa de negociação. Já no governo, a criação da mesa quadripartite: governo, parlamento, centrais e empresários tentando negociar um acordo sobre terceirização. E aí eu já estava com o governo, como secretário de relações de trabalho, coordenando essa mesa junto com Feijó. Na época Feijó na secretaria geral da presidência. O que nós vimos aí de novo? De novo a dificuldade das centrais sindicais negociarem com o governo, inclusive a CUT. Ela assumiu uma postura de liderar a bancada dos trabalhadores pra construir uma proposta, sentar pra negociar e construir uma proposta bancável, ou seja bancável para dentro do movimento sindical e bancável numa mesa com as outras centrais. Aí a dificuldade das centrais sindicais em assumir o papel de negociadoras pela classe, ou seja que eu creio que é um dos problemas das centrais sindicais no Brasil. Elas avançaram muito: tempo de organização, de formulação, mas até hoje poucas experiências nós tivemos delas como negociadoras. Ou seja, sentar, ter uma pauta, discutir, construir uma pauta e depois a sua base sustentar o resultado dessa negociação e essa negociação se efetivar. São poucas experiências que nós tivemos desse tipo, talvez só salário mínimo tenha sido uma dessas soluções construídas numa mesa de negociação a partir das centrais sindicais. Ou seja, de novo aí nós não negociamos naquele momento. Na minha opinião – eu posso tá equivocado – ali nós tivemos de novo uma chance de construir um acordo sobre a terceirização. Vimos ter a regulamentação da terceirização já em tempos de golpe¹⁶⁰, situação extremamente mais desfavorável, né? E o que as centrais sindicais – nessa reta final – tentaram no Congresso Nacional colocar como emenda, nessa questão da terceirização, eram as propostas que vieram à mesa lá naquela negociação passada” (Messias, entrevista realizada em 25/07/2017).

O impasse entre as Centrais se acirrou quando o PL 4330 foi votado, aprovado e encaminhado ao Senado Federal como PLS/30. Nesse momento, Paulinho da Força se posicionou a favor do PL 4330, tornando-se um dos principais articuladores em favor de sua aprovação no Senado.

A partir de 2014 a pauta trabalhista da Central voltou a possuir caráter eminentemente defensivo, tendo em vista a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665, que respectivamente, restringia o acesso à pensão por morte e ao abono salarial e limitava a concessão do seguro desemprego, no final do primeiro governo Dilma:

dirigentes cutistas não admitem essa questão. Entretanto, no 8º Congresso Nacional da FS realizado em 2017 algumas conversas informais revelaram que os sindicalistas pertencentes à FS admiram Paulinho justamente por sua capacidade pragmática de defender a pauta menos pior e dialogar abertamente com sua base, coisa que a CUT, para esses dirigentes, não faz. A expressão que foi possível captar naquela ocasião é que a FS faz “o trabalho sujo que a CUT não tem coragem de assumir”. Essa questão irá reaparecer quando da análise da atuação da FS. Por ora, cabe reproduzir uma fala de Miguel Torres, da FS, que reafirma esse argumento: “A Força sempre atuou nas reivindicações, nas atuações de tudo o que fez. Não teve uma reivindicação nossa que a CUT não teve junto” (Miguel Torres, entrevista realizada em 07/08/2017). Outra fala do Juruna é ainda mais explícita: “a gente sabe que o Congresso é conservador, se a gente radicalizar a gente perde, até por pirraça eles são capazes de votar contra nós. Então eu acho que ter uma política de aproximação com quem é adversário, talvez tivesse sido mais positivo. Mas, enfim... esse papel a nossa Central cumpre para os outros”. (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

¹⁶⁰ Messias e Sérgio se referem à aprovação de um antigo projeto de lei (PL 4.302/98) em 2017, permitindo a contratação de terceirizados em todas as atividades, isto é, sem restrições.

Devemos enfrentar a ofensiva dos empresários, do governo federal e do Congresso Nacional pela retirada dos direitos (MPs 664 e 665) e pela precarização das relações de trabalho (PLC 30/15). As MPs 664 e 665, que alteram prazos de carência e diminuem o número de trabalhadoras e trabalhadores com direito ao seguro desemprego, ao abono salarial e pensão por morte e auxílio-doença, são ataques a direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. No Congresso Nacional, a luta é também contra o PLC30/2015, que libera a terceirização de um modo geral, no serviço público e nas empresas (públicas e privadas), e contribui para retirar direitos trabalhistas, aumentar o emprego precário, reduzir salários e colocar em risco a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Defendemos que seja proibido qualquer tipo de terceirização (CONCUT, 2015, 22).

Mesmo diante da adoção de uma agenda austera ao final do primeiro governo e início do segundo e curto mandato da Presidenta, a CUT continuou apostando na estratégia da negociação. Como consequência dos limites implicados na estratégia de institucionalização do consenso, isto é, da baixa capacidade da Central de pautar na sociedade as implicações do processo de flexibilização das relações laborais e o combate à piora das condições de trabalho, a CUT também foi perdendo sua capacidade de mobilização dos trabalhadores. Um indício dessa baixa representatividade do movimento sindical se revelou nas manifestações de Junho de 2013 e, também, na dificuldade da Central de dialogar com a sociedade sobre as consequências da reforma trabalhista aprovada em 2017.

Além da escassez do debate em torno das condições de trabalho e do impacto da flexibilização sobre a vida laboral, a ausência da articulação de demandas econômicas com as carências sociais vivenciadas pelas classes trabalhadoras viria cobrar seu preço também nas *Manifestações de Junho de 2013*, quando um novo e jovem proletariado de escolaridade mais alta que a renda tomou as ruas do país (SINGER, 2013) em busca de saúde, educação e transporte de qualidade. Sem esgotar as inúmeras interpretações sobre esse evento, Singer (2013) mostra que, numa espécie de “cruzamento de classes”, tanto a classe média como jovens provenientes de um “novo proletariado” ainda com experiência recente no emprego formal foram às ruas. O autor indica, assim, que as más condições de trabalho também estavam entre as razões que explodiram naquele mês. Apesar desses descontentamentos, nem a forma nem o conteúdo das manifestações que tomaram o Brasil naquele momento guardavam conexão com os repertórios de luta que vinham sendo apresentados pelo movimento sindical¹⁶¹.

¹⁶¹ “O fato desses atos terem sido muito grandes e contagiados tem a ver com a forma política que nós tomamos. Porque a forma não está desassociada do conteúdo (...) Então é sim porque construiu uma nova cara, porque as pessoas se sentiam à vontade para estar naquele espaço, porque não tinha um carro de som vomitando um monte de

Os próprios dirigentes cutistas demonstram ter consciência que a Central se fechou em si mesma, abrindo mão de pautas que atentassem para os problemas relativos às condições de vida dos trabalhadores:

“Eu acho que com a coisa do governo Lula a gente se voltou muito ao nosso mundo, ao mundo da CUT, à organização nossa interna da CUT. Nós deixamos de fazer o que eu tenho falado, de disputa de projeto de sociedade, de projeto de massa sabe? Então nós deixamos de dialogar com a periferia, nós deixamos de dialogar com a juventude” (Rosane, entrevista realizada em 22/06/2017).

“Aonde nós erramos feio? Na organização dos trabalhadores no local de trabalho, organização de base, na disputa de valores com os trabalhadores. Então você tem um monte de trabalhador que foram beneficiados com pelas políticas públicas de governo que diziam – as pesquisas mostram: ‘por que a sua vida melhorou?’ ‘Minha vida melhorou por conta da igreja, da família e do meu esforço próprio’. Claro que essas coisas têm influência e são importantes pra elas, mas também tinha que ter alguém fazendo uma política pública pra você melhorar de vida (...). Nós não fizemos essa disputa, nós que eu tô falando é o movimento sindical, a esquerda, o PT. Então eu tô colocando a CUT também neste conjunto de forças que deveria ter feito e não fez. Então neste ponto acho que foi o grande erro, tanto é que nós estamos com dificuldade de mobilizar hoje. Na minha opinião, em grande parte, mais por conta disso. Nós deixamos de falar com o nosso povo na periferia, hoje quem tá falando com o nosso povo na periferia é o pastor (...). A gente fazia isso em oitenta, só que fazia isso na pastoral, fazia isso na sub sede do sindicato. Então chamava pra um churrasco, uma festinha, uma música, uma não sei o que e conversava sobre as coisas. A gente foi ficando grande, bonito, gostoso, rico, aí fodeu porque aí perdeu a base. Eu acho que foi isso na CUT que também aconteceu, entendeu?” (Artur Henrique, entrevista realizada em 11/08/2017).

As falas parecerem corroborar o argumento de McCormick e Hyman (2013) para quem a baixa presença dos jovens no mundo sindical não resulta apenas do crescente individualismo na sociedade, mas da inabilidade das instituições sindicais, cada vez mais burocratizadas e institucionalizadas, de atrair a juventude a partir de problemas concretos da contemporaneidade. A consciência desses dirigentes acerca do distanciamento entre a cúpula sindical e a base, assim como a ausência de conexão com a juventude e com a periferia vem acompanhada de movimentos contraditórios. Por um lado, a central passa a incorporar novos temas na pauta como reflexo do espraiamento da terceirização, da ameaça de aprovação do PL 4330 e da piora das condições de trabalho e vida dos trabalhadores brasileiros. Esses temas estão destacados no quadro abaixo e mostram que a CUT tem buscado se reapropriar, ao menos ao nível do discurso, do direito aos bens públicos e da crítica ao processo de precarização laboral.

abobrinha na orelha delas. É sim por causa dessa nova forma política” Depoimento de Mayara Viviam do Movimento Passe Livre (MPL). Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/categoria/espaco-cult/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

Quadro 11: Marchas e Atos durante o primeiro governo Dilma

EVENTO	PARTICIPAÇÃO	BANDEIRAS
Jornada Nacional de Lutas - 2012	CUT	Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pelo combate à precarização e à terceirização , pela defesa do protagonismo do Estado e o fortalecimento do mercado interno, pelo o fim do fator previdenciário e pela valorização das aposentadorias, pelo o cumprimento do piso nacional da educação e 10% do PIB para o ensino público, pelo combate ao trabalho escravo e pela liberdade e a autonomia sindical
7ª Marcha da classe trabalhadora - 2013	CUT, FS CTB, UGT, NCST e CGTB	Pelas 40 horas semanais sem redução de salário; pelo fim do fator previdenciário; pela igualdade de oportunidade entre homens e mulheres; por uma política de valorização dos aposentados; 10% do Produto Interno bruto (PIB) para a educação; 10% do orçamento da União para a saúde ; reforma agrária; correção da tabela do Imposto de Renda; ratificação da Convenção 158/OIT (fim da demissão imotivada); regulamentação da Convenção da 151/OIT (negociação coletiva no serviço público); ampliação do investimento público
Jornada Nacional de Lutas contra terceirização - 2013	CUT	Para impedir a votação do PL 4330 .
Dia Nacional de mobilização contra o fator previdenciário - 2013	CUT	Pelo fim do fator previdenciário.
Dia Nacional de Luta - 2013	CUT	Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, contra o Projeto de Lei nº 4.330, pelo fim do fator previdenciário e pela valorização das aposentadorias; reforma agrária, reforma política e democratização da mídia .
8ª Marcha da classe trabalhadora - 2014	CUT, FS CTB, UGT, NCST e CGTB	Pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres, transporte público de qualidade , não ao PL 4330 da terceirização, 10% do orçamento da União para a saúde, continuidade da valorização do salário mínimo , correção da tabela do IR e pela redução da jornada

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, a atuação concreta da Central se deu no sentido de aprofundar sua institucionalização como forma de promover medidas negociadas, mas nesses espaços ela apresentou baixa disposição a disputar as bandeiras que levanta em prol da criação de empregos de qualidade sob a agenda do trabalho decente, tampouco pautou os parâmetros da questão social que voltou a aparecer em sua plataforma somente entre os anos de 2012 e 2013.

Na opinião de alguns dirigentes cutistas entrevistados a CUT perdeu a capacidade de realizar a defesa dos direitos sociais e trabalhistas nos espaços institucionais que priorizou atuar,

pois muitos quadros da Central que participaram da formação política do período de sua criação e consolidação assumiram cargos no governo. Nesse sentido, os dirigentes que assumiram a CUT apresentaram maior dificuldade de enfrentar o debate político, em particular nos espaços institucionais. Alguns entrevistados também pontuaram que isso se deve ao fato de o movimento sindical cutista ter aberto mão da formação “política de lideranças de esquerda” em nome da formação de “dirigentes” que quando ocupam cargos de mando acabam executando práticas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Há outros elementos que auxiliam a compreensão dessa contradição entre o dinamismo da estratégia de participação social e a baixa capacidade propositiva e de disputa da Central nos espaços de diálogo tripartite e na sociedade, dentre os quais a própria escolha da CUT de aprofundar sua atuação política no legislativo. Seguindo a estratégia que a FS prioriza, cada vez mais a CUT tem se convencido que precisa atuar no Parlamento, pois as alterações na legislação são ao fim e ao cabo definidas nesse espaço. Nesta direção, em 2010, a Central criou um Escritório Nacional em Brasília com o objetivo de profissionalizar uma estrutura de apoio cuja finalidade é acompanhar o andamento dos projetos de interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional (HENRIQUE, 2012), assim como passou a elaborar anualmente uma *Agenda Legislativa Para as Relações de Trabalho* cuja primeira edição foi lançada em 2015. Por isso Sérgio Nobre afirma que “sem isso a luta não é completa, (...) a gente tem visto quanto o Parlamento é importante na vida dos trabalhadores”.

Além disso, a Central tem se proposto a lançar candidaturas próprias para o Congresso e outros cargos de poder¹⁶². Em entrevista Graça Costa explicita essa estratégia da Central: “Nós queremos formar militantes para ir pros governos municipais, estaduais e o nacional para que a gente possa intervir na conjuntura diariamente”. A questão que reside aqui é que insistir nessa estratégia de formação de dirigentes para atuar na esfera do legislativo ou apostar na eleição de uma plataforma política como tábua de salvação dos problemas que afligem os trabalhadores em um cenário em que as regras do jogo cada vez mais limitam a disputa por direitos pode indicar um aprofundamento da burocratização da Central em detrimento de sua capacidade de ouvir e representar a classe trabalhadora.

¹⁶² Como se pode ver em: “CUT terá candidatos ao Congresso e gera ciúme entre petistas”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1923427-cut-tera-candidatos-ao-congresso-e-gera-ciume-entre-petistas.shtm>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

O balanço dos governos petistas no que tange à agenda do trabalho mostra, como Krein e Biavaschi (2015) já pontuaram, que não ocorreu uma reforma global e profunda do arcabouço legal-institucional que regula o mercado de trabalho e define a tela de proteção dos assalariados a despeito da persistência e espraiamento das formas flexíveis de contratação da força de trabalho. O setor empresarial atuou diuturnamente para desbloquear a legislação trabalhista e garantir o avanço da flexibilização e se não o fez do ponto de vista da revisão do código do trabalho, executou métodos alternativos como o uso indiscriminado de práticas flexibilizantes, a exemplo da terceirização, da remuneração variável e da contratação de “PJ”, de microempreendedores individuais e de jovens estagiários, por vezes, sob uma relação disfarçada de emprego.

O poder de veto do movimento sindical, proveniente de sua estratégia de participação social, foi fundamental para barrar a aprovação legislativa de medidas flexibilizadoras, mas não foi suficiente para impedir o uso dessas práticas nas empresas. A pauta trabalhista defendida pelas centrais buscava um projeto de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho cuja abstração diluía-se na defesa do emprego e da renda, na redução da jornada legal de trabalho para 40 horas sem redução de salários e no combate à terceirização na atividade fim. Essa não pode, como pontua Cardoso (2015), ser considerada uma “agenda velha”, pois é uma pauta afeita aos problemas daqueles que ganham a vida trabalhando. Entretanto, não obstante o acesso ao emprego e o aumento do poder de compra terem se tornado realidade, as condições de trabalho tornavam-se cada vez mais intensas tanto para a classe trabalhadora ocupada em setores de baixa remuneração quanto para os trabalhadores melhor remunerados, pois mesmo nos setores portadores de uma “flexibilidade positiva”¹⁶³ com trabalhadores melhor qualificados e remunerados, a condição de precariedade também pode estar presente, como mostra Castro (2016) com base no setor de Tecnologia da Informação (TI). Esses trabalhadores não estão imunes a relações de trabalho desprotegidas, diz a autora, e suas experiências cotidianas evidenciam uma vida no trabalho marcada pela insegurança.

No caso de trabalhadores pior remunerados, Braga (2012) mostra, com base nos trabalhadores de *call center*, que esse é um emprego marcado por baixos salários, alta

¹⁶³ A ideia de “flexibilidade”, largamente utilizada pela literatura, pode nos reenviar a uma imprecisão no seu uso, pois pode tanto significar a radicalização da exploração da força de trabalho precariamente qualificada (como é no telemarketing), quanto a “flexibilidade” do trabalho altamente qualificado, no qual o alto valor social do trabalhador significa a possibilidade de estipular, por exemplo, seus próprios horários e até impor ao empregador suas próprias condições de trabalho (SOUZA, 2012, p. 62)

rotatividade, intensificação dos ritmos de trabalho e adoecimento, em que os teleoperadores inclinam-se entre essa ocupação e uma faculdade particular noturna. O acesso ao trabalho formal e o aumento do poder de compra e da capacidade de consumo, nesse caso, aliviam as carências imediatas e permitem um canal de acesso privado aos direitos sociais, mas – ao mesmo tempo – mostram a face insuficiente da cidadania salarial ao lançar os trabalhadores numa rede de financeirização do consumo popular. A deterioração das condições de trabalho proveniente da necessidade de manter o ciclo de consumo e de acessar a provisão mercantilizada de bens públicos mostra, assim, o outro lado da moeda do poder de compra crescente em uma sociedade, como a brasileira, que não logrou constituir um amplo sistema de proteção social e de regulação pública do trabalho.

Os limites impostos pela estratégia de institucionalização do consenso contribuíram, assim, para o distanciamento da pauta sindical da situação concreta de trabalho e vida dos trabalhadores brasileiros. Isso se evidencia na demasiada preocupação das centrais sindicais com as questões atinentes à organização sindical com o intuito de manter e aprofundar as vantagens da estrutura sindical, enfrentar a concorrência na base e fortalecer a cúpula do sindicalismo. Além disso, conectados com os objetivos do setor industrial em nome da geração de emprego e renda e com o jogo político que permeia a ação parlamentar, a Central foi aderindo ao *pragmatismo de uma realidade que se impõe*, em detrimento de sua capacidade de vocalizar criticamente as consequências da crescente participação do mercado na provisão pública do direito previdenciário, os efeitos do processo de diferenciação de direitos sobre o mercado de trabalho e as implicações do não encaminhamento de pontos mais amplos da legislação trabalhista (como a redução da jornada e a regulamentação da terceirização), sobre o aprofundamento das tendências de flexibilização das relações de trabalho no país. Essas características apontavam cada vez mais similaridades entre o sindicalismo praticado pela CUT e pela Força Sindical, como se discute a seguir.

4.2 Os direitos trabalhistas na concepção e prática da Força Sindical.

Se nos anos 1990 a CUT demonstrara uma inflexão de atuação ao migrar de um sindicalismo de confrontação para um sindicalismo propositivo disposto a negociar, resistir e disputar institucionalmente os rumos das políticas públicas, nos anos 2000 era a FS que

manifestava disposição ao diálogo com um governo cuja origem progressista destoava das demandas neoliberais até então defendidas pela Central. Apesar de não ter apoiado a candidatura Lula, a FS sempre esteve aberta ao diálogo. Essa abertura era fruto tanto da predisposição da Central de não fechar portas a nenhuma possibilidade de entendimento que pudesse desencadear ganhos para a classe trabalhadora quanto do aceno do próprio governo em relação ao enfrentamento das reformas sindical, trabalhista e previdenciária, consideradas fundamentais pela FS.

A permanência da estratégia de participação social e a disposição ao diálogo com o novo governo veio, entretanto, acompanhada por uma outra visão da Força Sindical a respeito das mudanças necessárias na legislação trabalhista. Essa inflexão pode ser visualizada nas resoluções do 5º Congresso Nacional realizado em 2005. Se anteriormente a Central defendia que a CLT deveria dar lugar a instrumentos mais aprimorados, sendo a flexibilização da legislação o elemento necessário para a autonomia sindical e o enfrentamento da modernidade (OLIVEIRA, 2002; TRÓPIA, 2009), a partir do 5º Congresso a FS passou não somente a rejeitar a flexibilização, como também a zelar pela manutenção de um patamar mínimo de proteção ao trabalho:

É necessário reafirmar que os objetivos dos trabalhadores e do movimento sindical com a Reforma Trabalhista são de modernizar e democratizar a legislação do trabalho. Na nossa concepção, a Reforma Trabalhista deve constituir-se, antes de tudo, em um instrumento de inclusão e resgate dos trabalhadores, de melhoria das condições de vida e trabalho, o que passa, necessariamente, pela preservação dos seus direitos laborais e sociais atualmente consagrados e sua ampliação, da *existência de um patamar mínimo de proteção ao trabalho obrigatório a todas as empresas e de abrangência nacional*, pela disseminação da negociação coletiva em todos os níveis, das empresas ao contrato coletivo nacional. Não é esta, entretanto, a expectativa dos diferentes setores patronais e do capital financeiro, de frações importantes do governo federal, que veem a Reforma trabalhista como mais uma via para precarizar e restringir ainda mais os direitos trabalhistas e sindicais duramente conquistados. Há muitos anos temos enfrentado diferentes iniciativas de desregulamentar as relações de trabalho no país. É poderoso o lobby político e empresarial que denuncia a “rigidez” da legislação trabalhista brasileira e afirma a necessidade de flexibilizá-la, seja pela simples extinção de direitos conquistados pelos trabalhadores ou *pela transformação daqueles garantidos na Constituição ou na CLT em itens de negociação coletiva* (conceito de que o negociado prevalece sobre o legislado). Preocupa-nos, sobretudo, o avanço de tais concepções sobre setores poderosos do governo federal, especialmente sua equipe econômica (Fazenda, Planejamento, Banco Central) que, profundamente, comprometidos com as políticas de ajuste macroeconômico preconizadas por organismos financeiros internacionais, vislumbram, com o processo da Reforma Trabalhista, reduzir o chamado “custo Brasil”, pois, ao fim e ao cabo, o objetivo da flexibilização e da desregulamentação da legislação do trabalho é enxugar as folhas de pagamento das

empresas e baratear a contratação (5º Congresso Nacional da Força Sindical, 2005, p. 25, grifos nossos).

Acompanhando a unificação de pauta das centrais, no 6º Congresso Nacional realizado em 2009, a Central intensificou as disputas em torno da agenda de valorização do trabalho, assumindo a defesa da redução da jornada sem redução de salários, a ratificação da convenção 151 da OIT, a combate à demissão imotivada e à terceirização. A adoção dessa agenda e uma estratégia de atuação ativa da Central na esfera legislativa foram elementos fundamentais para o fortalecimento do poder de veto das centrais sindicais, sobretudo durante o segundo governo Lula.

A ambiguidade entre o discurso e a prática da FS, entretanto, somada ao pragmatismo que habita a disposição ao diálogo da Central acabaram marcando disputas entre as próprias centrais. Nesses embates a CUT e a FS ora ocuparam lados opostos, ora estiveram no mesmo campo. Como se discute a seguir, pontos de tensão no interior da coalizão sindical permaneceram e, como tal, passaram a compor a teia de razões que explicam a dificuldade de construir consensos para disputar os direitos trabalhistas durante os governos do PT.

4.2.1 *Ação parlamentar, pragmatismo e ambiguidade na atuação da FS.*

A FS identificou na disposição do governo eleito a encaminhar as reformas sindical, trabalhista e previdenciária, a possibilidade de disputar bandeiras históricas. Assim como a CUT, a Força reconhecia que a reforma sindical deveria ser negociada antes da reforma trabalhista sob pena de, mediante a ameaça de retirada de direitos proveniente do setor patronal e de uma parte do governo, a primeira figurar enquanto moeda de troca da segunda.

Oliveira (2002) mostra que a aproximação da CUT e da FS desde o final da década de 1990 já vinha sendo marcada pelo insucesso das políticas neoliberais em torno da geração de empregos. A Força foi assim abandonando o discurso em torno da defesa irrestrita da flexibilização das relações laborais. No seu 5º Congresso, realizado em 2005, essa inflexão fica aparente, quando a Central – que sempre defendera a conciliação de interesses entre capital e trabalho – passou a reconhecer que, ao menos no âmbito da reforma trabalhista, os interesses econômicos e financeiros, de um lado, e o movimento sindical, de outro, ocupavam campos opostos:

Visto que a negociação sobre a Reforma Trabalhista tratará de temas sensíveis à economia como um todo, *que colocam em campos opostos os imensos interesses econômicos e financeiros e o movimento sindical*, a Força Sindical deverá atuar no sentido de reforçar a unidade de ação do conjunto do movimento sindical (5º Congresso Nacional da Força Sindical, 2005, p. 26, grifos nossos).

A postura de oposição à política econômica que marcou o posicionamento da FS nos primeiros anos do governo Lula, não se reproduziu em relação às reformas. Tanto é que ainda nos primeiros meses de governo a Força convidou três Ministros para irem à sede da Força Sindical: Ricardo Berzoini, então Ministro da Previdência Social, como a intuito de apresentar e pedir apoio à aprovação da reforma previdenciária; Jaques Wagner, então Ministro do Trabalho com o objetivo de anunciar que, após o Fórum Nacional do Trabalho, iria encaminhar anteprojeto de lei da reforma trabalhista para o Congresso Nacional; e, por fim, o Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, para reforçar a importância do Pacto Social para a implementação de em um novo modelo de desenvolvimento para o país. Na mesma direção, a festa do 1º de Maio de 2003 ao mesmo tempo em que marcou a crítica à política econômica, pautou o apoio da Central às reformas propostas pelo governo.

No âmbito da legislação trabalhista, a FS trazia sua pauta histórica de redução da jornada de trabalho, mas com uma nuance. Em seu 3º Congresso Nacional a Central propunha a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais como medida de geração de emprego. Naquele momento, a Força entendia que esta medida deveria ser encarada com “profundo espírito de responsabilidade e cooperação”, pois implicava “sacrifícios” para todas as partes envolvidas. Para alcançá-la, “cada um dos participantes deveria abrir mão de um ganho no início para que depois todos possam ganhar mais do que recebiam anteriormente”. Para viabilizá-la, a FS defendia que “tanto trabalhadores como empresários diminuam, num primeiro momento, respectivamente, um pouco dos salários e dos lucros, e o governo contribua com a redução dos impostos” (3º Congresso Nacional, 1997, p. 2).

Essa demanda reaparece a partir de 2003 sob o mote da “redução da jornada”, mas “sem redução de salários”. Reafirmando a estratégia de coalizão sindical, em 2004 a FS se juntou às demais centrais no lançamento da *Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho*. Nas resoluções do 5º Congresso a proposta da FS assume que a “redução de jornada se dê sem diminuição do salário, mediante acordo com os empregadores e o governo, prevendo-se, para

equilíbrio das contas, redução de impostos para os trabalhadores” (5º Congresso Nacional da Força Sindical, 2005, p. 37). Ao lado da luta pela valorização do salário mínimo, o engajamento da Central na campanha pela redução da jornada sem redução de salários, sua aproximação à CUT e sua estratégia de participação social alçavam a FS à negociação dos direitos da classe trabalhadora junto aos empresários e ao governo, em nível nacional e supra corporativo. As estratégias de parceria social e coalizão de forças entre as centrais diante de um Presidente disposto a negociar com diferentes tendências do movimento sindical fortalecia, assim, a base de apoio político do próprio governo.

Se a partir do governo Lula a visão da FS sobre a necessidade de revisão da legislação trabalhista partia de novas premissas se aproximando da visão cutista anti-flexibilização, a defesa da reforma previdenciária continuava se apoiando no combate aos “privilégios” dos servidores públicos. Era justamente a possibilidade de aprovação de um teto para o valor das aposentadorias dos servidores públicos e de criação dos fundos de aposentadoria complementar que atraía o apoio da Central à proposta governamental.

No documento *Proposta da Força Sindical sobre a Reforma da Previdência Social no Brasil* lançado em fevereiro de 2003 com a finalidade estratégica de dialogar com o governo sobre os pontos essenciais da reforma, a FS defendia a criação de um Regime Único da Previdência Social. Esse documento foi posteriormente intitulado *A Previdência que Temos e a Previdência que Queremos* e foi entregue ao Ministro da Previdência Social. Nele, a Central aderiu à interpretação de que o sistema previdenciário brasileiro apresentava um “crônico desequilíbrio financeiro” e continuava combatendo as discriminações e os privilégios:

Ao permitir o surgimento de regimes diferentes, ou seja, um regime do servidor público e um regime do trabalhador privado, regimes esses que, respectivamente, criaram tratamento e direitos privilegiados para uns e tratamento e direitos inferiores para outros, nossa previdência já nasceu injusta, repleta de distorções e discriminatória. O sistema previdenciário criou cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe, relegou a terceiro plano a dignidade das pessoas e os valores sociais do trabalho, amesquinhou o objetivo de se construir uma sociedade fraterna, justa e solidária que consiga reduzir as profundas desigualdades sociais existentes no país (A previdência que temos..., 2003, p. 4).

Propõem, então, que a reforma contemple a efetivação de um sistema misto que mantém a previdência universal básica no regime de repartição para amparar todos os pobres e crie um outro, paralelo e compulsório, no regime de capitalização, para o qual contribuiriam

aqueles que pudessem pagar além do básico. Propunham, também, que se adotasse um sistema misto de contribuição patronal, para que tais contribuições não incidissem demasiadamente sobre a folha de pagamentos, desestimulando a criação de empregos e estimulando a informalidade. Tal sistema deveria reduzir a tributação patronal que incidia sobre os salários, adicionando uma parcela sobre o faturamento e outra sobre o lucro. Por fim, a Central propunha a criação de um teto único equivalente a 10 salários mínimos para servidores públicos e empregados privados:

“Em todas as vezes, apresentamos o nosso ponto de vista, coerente com o que a central vem dizendo há muitos anos. Que é indispensável que haja um sistema único para os setores público e privado, que é preciso estabelecer um teto de 10 salários mínimos na aposentadoria, que é preciso estimular a previdência privada para aqueles que podem pagar” (Paulinho da Força, *Jornal da Força*, n. 28, 2003, p. 2).

Com essas proposições e atendendo aos apelos de sua base de trabalhadores aposentados, a FS se posicionava de maneira favorável à reforma apresentada pelo governo Lula, pois ela era “positiva nos seus principais aspectos e no conteúdo central” e significava um “importante passo na indispensável empreitada necessária para corrigir os defeitos e distorções atualmente existentes”. “Assim, no plano geral merece nosso total apoio para que seja aprovada” (A previdência que temos..., 2003, p. 9).

Pontos de aproximação e distanciamento marcam a pauta previdenciária das CUT e FS nesse momento. A primeira defendia, a princípio, somente os planos de previdência complementar de caráter público e a unificação do teto dos benefícios entre os regimes ancorava-se na busca de justiça distributiva e não no discurso do combate aos “privilégios”. Já a FS entendia que a unificação dos regimes e a presença de planos privados iriam trazer justiça ao sistema, ancorada na noção de que os servidores públicos tinham acesso a “direitos” que o setor privado não possuía. Ambas, entretanto, aceitam a participação crescente do regime de capitalização, público ou privado, em detrimento do sistema de repartição e do caráter universal do sistema previdenciário.

Em relação aos planos privados de previdência complementar a CUT foi mostrando a aceitação de uma *realidade que se impõe* e que hoje se expressa na fala de seus dirigentes. Sua moderação crítica e as tensões entre categorias mais e menos adaptadas a esse modelo em seu interior não se comparam, entretanto, com a apologia explícita da Força Sindical à participação do mercado na provisão desse serviço público. Um exemplo nesse sentido é que logo após a aprovação da reforma previdenciária, a FS criou o primeiro fundo de pensão (*ForçaPrev*, sob a

coordenação de Ricardo Patah, tesoureiro da Central e presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo em 2003) que, sob as novas regras, poderia ser administrado autonomamente por sindicatos e entidades de classe.

Assim, mesmo com evidentes diferenças, ambas as centrais se apropriavam de um discurso voltado à promoção do desenvolvimento com distribuição de renda, mas endossavam – a FS explicitamente e a CUT com cautela e um discurso contraditório – mecanismos de mercado que pudessem garantir o direito ao consumo e à aposentadoria para os trabalhadores.

Juruna esclarece que a FS priorizou, estrategicamente, duas bandeiras no início do governo Lula: a valorização do salário mínimo e a reforma da previdência.

“Uma delas foi a questão do salário mínimo. Foi uma questão assim que nós achamos importante porque as categorias mais organizadas já levam o seu piso salarial e não tá nem aí se ganha salário mínimo. Quem ganha ou quem não ganha. Mas como central eu acho que foi importante porque nós estávamos preocupados também com a questão do pessoal que vivia da previdência social, primeiro... E segundo... nós temos milhões de pessoas que ganham salário mínimo. Então ter uma política de renda aqui, pro consumo aqui, seria através do aumento do salário mínimo. E mais do que isso, na hora que começa a subir o salário mínimo – porque nós conquistamos isso, essa foi uma das grandes conquistas das centrais sindicais – começa a ter um aumento real via PIB. Você começou também a empurrar os pisos salariais, entendeu? Então foi uma política acertada, eu acho que essa foi uma das melhores. A outra foi o debate sobre a previdência que nós fizemos, teve uma pequena reforma na época e até hoje se fala (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

A Central defendia, assim, a participação do mercado na oferta do direito previdenciário já que sua base era majoritariamente privada e aderida ao discurso de combate aos “privilégios” dos servidores públicos. Os embates em torno da reforma da previdência indicam que a Força encontrara no governo a disposição de negociar direitos, enquanto continuava estabelecendo uma postura crítica em relação à política econômica que vinha sendo adotada. Isto significava que um governo do Partido dos Trabalhadores disposto a negociar direitos figurava como um desafio para a CUT, que o ajudara a eleger, e uma oportunidade para a Força Sindical, que encontrara nele a oportunidade de emplacar algumas de suas pautas.

No que tange à reforma sindical, a FS assumiu historicamente a defesa da liberdade e autonomia sindical, mais a reboque da CUT do que pela elaboração de uma agenda detalhada em torno dos parâmetros da organização sindical que realmente defendia, como mostra Oliveira (2002). Num contexto econômico e político cada vez mais pautado pelo receituário neoliberal, tanto a CUT quanto a FS foram se tornando reticentes, ao final dos anos 1990, à promoção de

uma reforma sindical. Neste contexto, o autor mostra que setores importantes da CUT e da FS passaram a se posicionar contra o fim da unicidade.

A iniciativa de enfrentar esse debate só retornou com o governo Lula, uma vez que os parâmetros de funcionamento do Fórum privilegiavam a atuação das centrais sindicais. A estratégia de aproximação entre a CUT e a FS começou a se desenhar em torno desta iniciativa. No FNT a Força assumiu a posição de defesa da unicidade na base e pluralidade na cúpula do movimento sindical, do reconhecimento das centrais e da extinção gradativa do imposto sindical mediante a instalação de uma Contribuição Retributiva Negocial aprovada em assembleia. A tarefa, segundo a Central, era alterar a atual estrutura ao invés de negá-la, como o documento *Reforma Sindical e Trabalhista: proposta para uma discussão interna* evidencia. A CUT, como discutido, apoiava os termos da convenção 87 da OIT, ancorada no fim do imposto e na pluralidade sindical, mas estava disposta a negociar para manter as vantagens da estrutura, como a convergência de ambas em torno do resultado final daquela experiência indica. Além do mais, tal aproximação também se evidencia no fato de que a proposta final do FNT foi muito similar às pautas da FS.

Assim como afirmara João Felício, os documentos da FS pontuam que o resultado do FNT contém consensos que representam “a reforma sindical possível” e que como tal se distancia do “imobilismo sindical representado por aqueles que não querem nenhuma alteração”, assim como daqueles que “propugnam a simples ratificação da Convenção 87 da OIT”. É em nome da aprovação da PEC 369/05 resultante dos esforços do Fórum que a FS se vê diante do dever de reforçar a estratégia de “unidade de ação do conjunto do movimento sindical” e sua estratégia de ação política no Parlamento diante de sua “capacidade de articulação política e social”, visando um “amplo entendimento com as forças políticas e partidos representados no Congresso Nacional em torno de uma agenda positiva que inclua a reforma sindical” e uma solução satisfatória no âmbito da reforma trabalhista (5º Congresso Nacional da Força Sindical, 2005, p. 23-26).

A afinidade que as duas centrais sindicais demonstraram para articular uma saída para a reforma sindical, que resultou na aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais, não fora a mesma que manifestaram para o encaminhamento da pauta trabalhista e neste ponto residem tensões entre a atuação da CUT e da FS.

No que tange ao esforço para aprovação das resoluções provenientes do FNT, ambas as centrais se unificaram na luta contra a Portaria 160 que proibia os sindicatos de cobrarem as

contribuições assistencial e confederativa. A CUT e a FS também realizaram um evento em parceria com a Rádio CBN, ainda em 2004, com a presença do Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e do vice-presidente da FIESP, Nildo Masini, com a finalidade de esclarecer a população sobre as mudanças que adviriam da reforma sindical e as implicações da redução da jornada de trabalho. As duas centrais também envidaram esforços para o encaminhamento da agenda positiva relativa à legislação trabalhista a exemplo da redução da jornada, organizando um abaixo-assinado para pressionar o governo, criando cartilhas para o esclarecimento dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores e usando da estratégia de atuação política no Parlamento para promover audiências com o ministros e presidentes das duas casas do Congresso Nacional para convencimento sobre a importância da proposta. A elaboração da *Agenda do Trabalho Decente* também contou com a união das centrais em parceria com a OIT, assim como a elaboração do *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na cana de açúcar, na construção civil e na Copa*.

A estratégia de atuação política no Congresso Nacional foi corroborada por uma iniciativa que a CUT adotou anos mais tarde. Em 2007, a FS inaugurou um escritório em Brasília – com a participação de Arlindo Chinaglia (Presidente da Câmara) e Luiz Marinho (Ministro do Trabalho) no evento – com o objetivo de “ficar mais perto das questões que envolvem o mundo do trabalho”¹⁶⁴.

A Central usou dessa estratégia de participação ativa no Parlamento para encaminhar a aprovação do reconhecimento das centrais por meio da ação conjunta do Deputado Paulinho da Força e do Senador Paulo Paim. Durante a votação do projeto de lei o Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) protocolou uma emenda estabelecendo que o trabalhador apresentasse documento autorizando o recolhimento do imposto sindical (Emenda 21). Diante desta investida, Paulinho – que sempre defendera que “nenhum projeto se torna realidade sem dinheiro”¹⁶⁵ – ao lado do Deputado Vicentinho, do Senador Paulo Paim, do Presidente do Senado Tião Viana e do Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi articulou a aprovação do projeto e a rejeição da Emenda 21 na Comissão de Assuntos Especiais e na Comissão de Constituição e Justiça.

Além disso, o poder de veto das centrais foi reforçado pela estratégia de aproximação da FS e da CUT na tentativa de barrar uma série de ameaças aos direitos dos trabalhadores

¹⁶⁴ “Força abre escritório e fortalece luta em Brasília”. *Jornal da Força*, maio de 2007.

¹⁶⁵ “A luta pela regulamentação”. *Revista da Força*, n. 50, ano 16, 2007.

durante o governo Lula. Dentre essas medidas estavam a luta contra a Emenda 3 e o anteprojeto que visava restringir o direito de greve dos servidores públicos. Encontros entre dirigentes sindicais, articulados por Paulinho, pelo Senador Paulo Paim e pelo Ministro Carlos Lupi, com Arlindo Chinaglia, e o Presidente do Senado, Renan Calheiros, foram realizados com a finalidade de buscar o apoio do Congresso Nacional e retirar de votação essa Emenda que representava a precarização de direitos.

No caso do direito de greve dos servidores, por passar a incorporar alguns sindicatos do funcionalismo público municipal, a FS abandonou o discurso combativo aos “privilégios” dos servidores, passando a valorizá-los, uma vez que eram “uma categoria muito importante para o desenvolvimento do país”¹⁶⁶. No 6º Congresso Nacional da FS, a pauta em torno da “valorização do servidor público”, passou a figurar ao lado das demandas relativas à redução da jornada sem redução de salários e de valorização dos salários e dos aposentados e pensionistas. No Congresso, a FS ainda aprovou a criação de um secretariado nacional do ramo da administração pública e passou a pautar a luta em torno da regulamentação da convenção 151 da OIT. Juruna explica que esse foi um dos pontos que aproximou a atuação da CUT e da FS que antes era muito conflituosa nas temáticas relativas aos trabalhadores do setor público:

“A gente tinha muito conflito assim de propostas. Nós batíamos muito na questão da previdência dos servidores públicos, entendeu? E aí a CUT é muito forte nos servidores, que é uma coisa positiva. Então a gente batia em todo mundo, batia neles por quê? Porque agradava nosso pessoal que é maioria setor privado. Mas à medida que nós também fomos conquistando os sindicatos de servidores, nós tivemos que mudar de postura também, entendeu? Nós avançamos muito nos serviços municipais, né? Serviço público municipal” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

A defesa dos servidores públicos e a assimilação de um discurso contrário à flexibilização são movimentos que demonstram o pragmatismo nas ações estratégicas da Central. Essas mudanças buscavam atrair novas categorias, responder a um novo momento político e endossar os parâmetros que permitiam a reforço da estratégia de aproximação entre as centrais. Juruna chama atenção para o cuidado que tem ao defender pontos polêmicos, dada a concorrência das centrais para ganhar novos sindicatos. Juruna se refere à questão da unicidade sindical já que parte da base defende e outra combate, impondo a dificuldade de a Central se “solidificar no

¹⁶⁶ Sérgio Leite afirma que a Central discorda do projeto de lei já que “antes da lei de greve é preciso regulamentar os direitos de negociação dos servidores e a organização sindical dos funcionários por que não dá para construir sindicatos e não ter o poder de negociar”. (“Servidor tem direito à greve”, *Jornal da Força*, n. 48, 2007, p. 11).

chão”, isto é, defender premissas que reflitam a posição dos trabalhadores. Para Sérgio Leite, essa concorrência na base acaba engessando os dirigentes e os impedindo de enfrentar os problemas da estrutura sindical:

“Eu acho que essa corrida ou concorrência das centrais ganhar mais sindicatos, eu acho que isso engessa nós de dar verdadeiras opiniões, entendeu? ‘Ah não... se eu falar então que eu sou contra imposto sindical eu vou perder – então eu sou a favor – que eu vou perder categorias importantes filiadas a nós aqui. Se eu falar que eu sou a favor a qualquer tipo de flexibilização eu pego as confederações mais conservadoras, que não querem mudar absolutamente nada, e ela se debruça em cima daquela CLT... O movimento sindical desse conservadorismo é pura e simplesmente em cima da CLT. O que tá na lei é lei, o que não tá não tá acabou. Aí eu acho que a gente fica engessado de não decorar, de não falar assim: ‘eu topo o negociado sobre o legislado desde que eu preciso resolver isso, isso e isso, preciso ter uma estrutura sindical forte, eu preciso ter organização sindical no local de trabalho, eu tenho que criar níveis de negociação nacional, estadual e local, eu tenho que fortalecer a confederação...’” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

O malabarismo entre defender premissas que refletissem o posicionamento dos trabalhadores para não perder sindicatos e que permitissem, ao mesmo tempo, uma aproximação entre as centrais foi um desafio tanto para a FS quanto para a CUT. É neste sentido que a ideia anteriormente apresentada por Messias de que a CUT ficara “refém da unidade das centrais” reaparece nas falas dos dirigentes da Força. A dificuldade de entendimento entre as centrais, para além da própria resistência patronal, surge, assim, como elemento comum para explicar a dificuldade de aprovação de mudanças na legislação trabalhista.

No caso dos dirigentes da Força, eles reconhecem a resistência patronal como um dos limitadores, mas apontam que a dificuldade de convencer os setores mais radicais do movimento sindical a negociar perdas ou avanços parciais também foi um problema. Em alguns momentos a CUT estava entre esses setores. Em outros, ela juntava-se à FS na tentativa de aprovar demandas que feriam seus princípios históricos. Já a FS, ainda sem enfrentar problemas internos, mostrava disposição à flexibilização de direitos, estabelecendo uma atuação contraditória e conflitante com as premissas que explicitara no seu 5º Congresso Nacional.

O primeiro caso que explicita esses elementos é a Lei 11.603 que regulamentou o trabalho aos domingos aprovada em 2007. Tal regulamentação foi considerada uma vitória para a FS que, ao contrário da CUT, defendia a “abertura do comércio 24 horas por dia”, desde que seja “humanizado”, passe por negociação coletiva, gere empregos e que os três turnos sejam garantidos. As centrais reconheceram os avanços na lei mesmo que partindo de premissas

distintas: enquanto a CUT atendia ao princípio de abolir o expediente dominical, a FS apoiava a medida. Ambas, entretanto, atribuíam a inexorabilidade da regulamentação às características de uma realidade que se impõe. No caso cutista a dificuldade de enfrentamento dos grupos multinacionais (HENRIQUE, 2012) impunha a aceitação do trabalho aos domingos; enquanto no caso da FS, fora a “realidade econômica do país que impôs a nova prática”¹⁶⁷.

Já as negociações em torno da aprovação do fator 85/95 no bojo das negociações do Fórum Nacional da Previdência Social colocaram CUT e FS no mesmo campo. Como mostra a entrevista de Juruna, diante do acordo entre as duas maiores centrais, a dificuldade de negociar com a CTB é que delimitou aquela “oportunidade”. Miguel aponta na mesma direção, ao dizer que até os setores mais “problemáticos” da CUT estavam “pacificados”:

“Uma outra perda que foi o seguinte. Foi na negociação com o Lula. Essa aí foi com o Lula, sobre a previdência. Nós chegamos a sinalizar com o Lula o fim do fator previdenciário, entendeu? Só que ia entrar uma questão de idade, tinha que negociar (...). Aí nós todos assim ... trabalho na unidade e a CTB falou que não. Era a oitenta 85/95, nós também, a CUT também, mas aí tivemos dificuldade de acertar isso, entendeu? Aí todo mundo recusou e perdemos uma oportunidade na época” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

“Teve uma disputa também que foi de bater cabeça. Nós chegamos num momento sobre a questão do fator previdenciário, você lembra? Nós conseguimos...você vê que o Congresso derruba o fator e o Lula veta. Quando o Lula veta nós saímos pra trabalhar uma alternativa e saiu uma discussão muito boa – e o governo ajudou muito nisso – que é a proposta 85/95. E ela foi construída muito bem.. Aí vem essa questão de vaidade. Das centrais duas não quiseram apoiar a 85/95, que o governo tava de acordo...ela ia passar e foi um prejuízo pros trabalhadores. Porque isso já poderia ter resolvido lá atrás né? Quem não apoiou foi a CTB e a Nova Central. A CUT tinha problema, divergência, mas eles fechavam. Não era o problema, não teve problema. A CUT não foi muito problemática. A parte da CUT do servidor público que era mais complicada, mas mesmo assim já tava pacificada...” (Miguel Torres, entrevista realizada em 07/08/2017).

A fala dos dirigentes da Força Sindical corrobora a entrevista de Messias, anteriormente explorada, pois ambos explicitam que a CUT encontrava dificuldades no próprio campo da esquerda quando outras centrais assumiam o papel combativo antes desempenhado pela própria Central. Além disso, a CUT precisava acomodar tensões internas até então muito marginais na Força Sindical. Por fim, a CUT ainda enfrentava o problema de ter que explicar

¹⁶⁷ “Ninguém gosta de trabalhar aos domingos. Nem os comerciários. Mas como a realidade econômica do país impôs a nova prática, os sindicatos dos trabalhadores no comércio querem regras claras para a abertura das lojas, remuneração dos empregados, esquema de folgas e a redução da carga semanal de trabalho para 40 horas (...) Sou a favor da abertura do comércio 24 horas por dia, com a criação de três turnos garantidos” (Ricardo Patah, Presidente de Sindicato dos Comerciários de São Paulo, *Jornal da Força*, n, 36, 2004, p. 5).

perante a própria base porque estava abandonando uma bandeira histórica, neste caso a luta pelo fim do fator previdenciário, em nome da negociação de uma medida que representava uma perda de direitos se comparada à extinção do fator. A FS, por sua vez, engajara-se na luta pelo fim do fator previdenciário. Um vez que a medida fora vetada por Lula, a Central optou – dentro de uma postura pragmática – negociar os ganhos possíveis em torno da nova fórmula.

As negociações em torno da redução da jornada de trabalho também apontam para a dificuldade de entendimento entre as centrais. No bojo da crise de 2009 a FS tentou uma aproximação com a FIESP no sentido de propor a redução de jornada com redução de salários como medida de enfrentamento da crise. Essa medida não foi em frente, pois a CUT rejeitou a adoção de uma agenda negativa para lidar com os efeitos da crise.

Mais tarde ocorreram negociações diretas entre as centrais sindicais e Michel Temer, à época Presidente da Câmara dos Deputados, a respeito da redução gradativa da jornada de trabalho. Sem especificar o nome de nenhuma central, Juruna afirma que essa negociação foi uma oportunidade perdida pelo movimento sindical diante do radicalismo de certos setores que o compõem. Sérgio Leite também aponta a dificuldade de entendimento conjunto das centrais, mas afirma que o governo poderia ter assumido essa discussão:

“Essa foi outra oportunidade que nós perdemos. Uma outra foi com Michel Temer. Michel Temer era presidente da Câmara e ele tava sendo cotado pra ser vice. Nós fomos conversar com ele aqui no escritório dele no Brooklin. Aí na conversa assim e ele como experiente que é né, presidente da Câmara: ‘O que seria interessante a gente colocar pra votar?’. O pessoal falou: ‘Vamos debater o quarenta e quatro horas’. Aí ele coçou a cabeça do jeito dele [e disse]: ‘e se nós fizéssemos assim, quarenta e duas horas. Claro que não de uma vez. Vamos colocar quarenta e três agora, paulatinamente, e vocês melhoram nas convenções coletivas?’. Aí o pessoal falou: ‘mas aí não vai dar, não vai dar porque os setores mais organizados do movimento já trabalham quarenta, nós temos que ir pra trinta e seis!’. Aí... mais uma oportunidade [perdida]...” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

“Nós tivemos na mão quarenta e duas horas, de proposta, e não aceitamos. Não... nós não, o conjunto. Tamo com quarenta e quatro até hoje com uma dificuldade muito grande. Então... mas logicamente o governo – teoricamente – mais próximo dos trabalhadores poderia ter conduzido uma discussão das quarenta horas semanais. Avançado nesse quesito quarenta horas, tínhamos até proposta de uma hora por ano. Até brinquei com o Lula e falei: ‘Lula de 44 para 40, se você desse uma hora por mandato, não é ... uma hora por mandato, um seu, dois seu e um da Dilma daria três horas” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

A amplitude das contradições que marcava a transição cutista de um sindicalismo que atuava no campo da resistência propositiva para outro que visa à institucionalização do consenso

não atingia, nos mesmos termos, a atuação da FS. A Força se constituiu, no campo de oposição à CUT, como a Central que munida da racionalidade pragmática, “lê no real as tendências de comportamento e as processa, as operacionaliza em proveito dos trabalhadores” (CARDOSO, 1992, p. 178). Por conta dessa característica, a Força não vê contradições entre, por um lado, defender uma pauta e nela negar a flexibilização das relações de trabalho ao nível do discurso (como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada sem redução de salários e o combate à terceirização) e, por outro, aceitar negociar ganhos parciais ou perdas sob a justificativa de uma realidade que permite avanços.

Já a CUT carrega em seu passado combativo a defesa de bandeiras históricas e quando as fere diante da necessidade de endossar medidas governamentais e mediante a negociação do possível (como no caso da oposição entre o fim do fator e a fórmula 85/95, e a negociação do trabalho aos domingos), ela indica uma aproximação à essa racionalidade pragmática característica do sindicalismo praticado pela FS. De qualquer forma, a CUT acabou sofrendo críticas de ambos os lados: as correntes internas e o sindicalismo radical (GALVÃO, 2014b) a condenavam pela adesão ao pragmatismo político e pelo crescente processo de burocratização da central; e os setores mais conservadores, como a própria FS, e mesmo campos específicos no embate interno à *Articulação Sindical*, como a fala de Messias deixa perceber, criticavam a CUT pela falta de maturidade do sindicalismo por ela praticado diante do medo de negociar e assumir a mudança de posição e o resultado da negociação perante a base.

A crítica da Força à CUT é justamente essa, isto é, que alguns setores da Central e do movimento sindical ainda padecem de um certo “exclusivismo”, “radicalismo” e “falta de coragem de negociar”, mostrando que apesar de aderir a um discurso mais progressista, a FS continuava sendo uma Central pragmática e que aceitava negociar direitos:

“Eu sinto às vezes muito exclusivista (...). Sei lá... Eu vim também dessa área, da área cristã, da área católica, a gente acha que vai salvar o mundo, que nós temos o pensamento certo, né? Às vezes isso é um pouco exagerado, sabe? Parece que nós somos os puros e os outros são os infiéis. Eu acho que isso permanece um pouco, sabe?... dentro dos setores da CUT. (...) Radicalizar no discurso, aí não dá, entendeu? Aí não dá. Então eu sinto que nós somos abertos a negociar por causa disso também. *Nós queremos pequenas conquistas*” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017, grifos nossos).

“Ter coragem de negociar. Movimento sindical tem que parar desse negócio de ‘não muda nada’. Essa história de, entre aspas, ‘nenhum direito a menos’ pra mim não cola, pra mim não cola! Achar que *nós vamos fazer relações trabalhistas como era antes* e tudo mais... (...) Você lembra que no governo Fernando Henrique já tinha uma discussão

do negociado sobre o legislado? Tá aí, o negociado já é. Semana passada sancionaram uma lei sem a construção e participação do sindicato” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017, grifos nossos).

Essas medidas mostram que enquanto a Força sempre se colocava à disposição para debater medidas parciais, negociando direitos, a CUT ponderava essas negociações em função do apoio ao governo, da dificuldade de sustentar essas negociações perante a base e diante dos setores mais combativos dentro da própria Central e do posicionamento das demais centrais a fim de não perder espaço dentro do campo sindical de esquerda para outras instituições. A questão parecia ser muito mais complexa para a CUT. Todavia, tanto a *ArtSind* como a FS engajaram-se no combate aos “esquerdismos” e ao “radicalismo” em nome dos consensos possíveis que guiavam a estratégia de participação social. Esses consensos não se referem, neste sentido, somente à necessidade de acordar com o governo e com o empresariado medidas aceitáveis, mas de encontrar elementos que as centrais sindicais – em conjunto – tenham coragem de defender nos espaços institucionais e fora deles.

A falta de entendimento entre as centrais também foi entendida pelos dirigentes da Força Sindical como uma das razões para o impasse em torno da regulamentação da terceirização. Essas negociações já no governo Dilma e a oposição de Paulinho da Força à Presidenta acabaram explicitando problemas internos também na FS.

Nas resoluções do 6º Congresso Nacional, realizado em 2009, a Central defendeu explicitamente a superação do modelo neoliberal e “o combate a todas as formas de precarização das relações do trabalho à informalidade, à terceirização e ao trabalho sem registro em carteira profissional” (6º Congresso Nacional da FS, 2009, p. 20). No que se refere à terceirização a Central defendia que o projeto de lei apresentado por Vicentinho era o que mais se aproximava dos interesses dos trabalhadores, sendo contrária à terceirização das atividades fim¹⁶⁸. Entretanto, quando da apresentação do substitutivo do Deputado Roberto Santiago que instituía a possibilidade de terceirização dos “serviços especializados”, a FS – ao contrário da CUT – apoiou a proposta¹⁶⁹. Essa discussão migrou para a Mesa Quadripartite onde não se encontrou uma solução comum. Nessa *démarche*, o PL 4330 seguiu para votação na Câmara dos Deputados em

¹⁶⁸ “Terceirização ou precarização?” *Jornal da Força Sindical*, n. 71, 2011.

¹⁶⁹ “As centrais sindicais defendem o relatório do deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP) e rechaçam o projeto de lei do deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), que permite a terceirização total e não garante os direitos trabalhistas. Segundo Santiago e a Força Sindical, o debate deve incorporar o conceito de “serviços especializados”, deixando de lado as atividades meio e fim”. *Jornal da Força*, n. 72, 2011.

2015, sendo aprovada (com voto favorável de Paulinho da Força), liberando a terceirização, possibilitando-a nas atividades-fim, sob o eufemismo de empresas especializadas, diminuindo a quarentena para “pejotização” e reduzindo a arrecadação de imposto de renda do executivo federal, como explicam Biavaschi e Teixeira (2015)¹⁷⁰.

Paulinho, Sérgio Leite e Juruna vislumbram avanços na forma final do PL 4330 e por isso atribuem a não aprovação do projeto de lei aos desentendimentos entre as centrais sindicais:

“Aí eu acho que não é problema do governo. Aí acho que era problema entre nós, entendeu? Falta de entendimento das centrais de que podiam barrar isso pro resto da vida, entendeu? As pessoas não imaginam que tem uma pauta e essa *pauta vai vir, por bem ou por mal*. Por mal é quando tem uma fragilidade do movimento sindical. Aí sim você tem uma porrada... que foi o negócio que aconteceu agora. As pessoas ficam imaginando ‘não, essa reforma não dá, porque isso aqui vai me atrapalhar e tal’... e acabam não fazendo. Foi o que aconteceu no governo Lula. Terceirização nós podíamos ter resolvido isso há muito tempo atrás e você ter uma lei garantindo isso. Tranquilidade e tal. A gente não quis fazer.. como a questão das contribuições né. A gente várias vezes propõe: ‘vamos fazer isso, vamos moralizar esse movimento sindical’. A gente tem também que criticar o movimento sindical nosso hoje você tem uma grande maioria – maioria não – mas uma grande parte que foi criada só por causa do imposto sindical” (Paulinho da Força, entrevista realizada em 07/08/2017, grifos nossos).

“Dou outro exemplo que poderíamos ter avançado – mas aí também tem culpa das centrais – é no debate sobre terceirização. Quer dizer, a Força até apanhou um pouco de todo mundo na 4330. Hoje tão tentando votar a 4330 no Senado. Que é a salvação do movimento sindical. Aquela mesma que a Força, estrategicamente, foi construindo junto pra amenizar, sabendo o perfil do Congresso Nacional. Mas aí foi rechaçada e o que foi aprovado é infinitamente pior” (Sérgio Leite, entrevista realizada em 17/7/2017).

“Foi gravíssimo o que aconteceu com a com a terceirização, entendeu? Todos nós apostamos, as seis centrais costuraram um acordo no Congresso (...) Caminhou para a regulamentação e essa regulamentação passava pelo Congresso. Então nós começamos a debater com eles. (...) E o debate partiu para um aprofundamento da questão da atividade fim e atividade meio, aí complicou, entendeu? Só nós tínhamos experiência – tanto nós como São Bernardo – de que na atividade fim, numa grande empresa como a metalúrgica, já tinha terceirizado ali, entendeu? (...) Então a gente sabia que se nós conseguíamos dizer assim: ‘tudo bem, vai ter na atividade fim, só que esse pessoal vai responder como setor, como convenção coletiva dos metalúrgicos...’. (...) Então o pessoal tinha essa experiência e trabalhamos isso, mas na hora H não deu certo, sabe? O pessoal preferiu...a maioria deixou a Força Sindical na mão. Essa é a minha leitura (...) perdemos, enfim, passou do jeito que passou e perdemos no Congresso Nacional. No Congresso não, na Câmara dos deputados. Quando chegou no senado agora, faz um tempinho atrás, aí a turma toda veio conversar com nós pra: ‘puxa, pelo amor de Deus, vamos votar o 4330’. Não deu de novo... entendeu? Perdemos...” (Juruna, entrevista realizada em 31/07/2017).

¹⁷⁰ Antes da votação Paulinho da Força deu uma entrevista ao lado de Vicentinho, dizendo ser a favor do PL 4330 ao passo que Vicentinho esclareceu que a bancada petista e a CUT eram contra a medida. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/04/projeto-de-lei-da-terceirizacao-provoca-debate-no-congresso.html>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

Mesmo com um discurso progressista no âmbito da regulamentação pública do trabalho, a FS, subordinada à figura política de Paulinho da Força, acabou apoiando, na prática, a terceirização ilimitada. Isso gerou uma série de embates junto à Força Sul, como lembra Jamil:

“Então, aí nós temos um posicionamento divergente com relação a Força Nacional. Porque o Paulinho defendia [a terceirização] e a época ele dizia o seguinte: ‘olha, a terceirização vai aprovar de qualquer jeito lá no Congresso Nacional. Então é melhor a gente negociar e tentar minimizar os efeitos do que vai ser aprovado, do que a gente dizer não, não vamos concordar...e eles aprovarem tudo que eles querem lá’. Nós, da Força Sul, adotamos a estratégia assim: ‘não, é preciso fazer a resistência, dizer não, dizer não e quem aprovar a gente fazer um desgaste pra eles’. Essa foi a estratégia adotada da Força Sul. Tanto é que no congresso passado [2013] nós tivemos uma discussão. Nós aprovamos que a Força era contra a terceirização e depois quando o Paulinho adotou a postura lá de negociar, fazer uma negociação, tentar minimizar – digamos – os efeitos da lei 4330 que seria aprovada na Câmara... Nós tivemos um posicionamento contrário, lá no Paraná saímos às ruas e tal, tivemos um posicionamento contrário. Então a Força Sul é contra aí a 4330. O problema é, o que aconteceu? A 4330 passou na Câmara, nós conseguimos articular com o Senado através do senador Paim pra tentar segurar por lá, só que como já tinha aquele projeto aprovado no Senado, foi pra Câmara e acabaram aprovando um projeto de lei muito pior que o 4330 né? (Jamil, entrevista realizada em 15/06/2017).

Essa ambiguidade da Força de se colocar como uma central progressista que defende o direito dos trabalhadores, crítica à flexibilização das relações de trabalho ao nível do discurso, mas que – na prática – negocia direitos também se expressou no CRT. Naquele espaço, a Central propôs a discussão do intervalo intrajornada. Em 2010, foi criada a Portaria do MTE 1.095/2010, que trata dos requisitos necessários para a redução do intervalo intrajornada. Entretanto, com a edição da Súmula 437 II, o Tribunal Superior do Trabalho apontou ser inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva que reduz o intervalo intrajornada mediante a prerrogativa de que essa redução fere a saúde do trabalhador. A ideia agora era buscar um novo entendimento junto ao TST. Nesse caso, a CLT determina que para os funcionários cuja jornada exceda 6 horas diárias é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação, cujo período mínimo é de uma hora. A ideia da FS era alterar a Portaria para dar mais autonomia para que a questão fosse objeto de convenção coletiva. Apesar da proposição da Força, a pauta acabou não sendo encaminhada, pois a própria bancada nos trabalhadores não concordou.

Jamil da Força Sul chama atenção para essa ambiguidade entre discurso e prática da Central:

“A Força sindical tem, inclusive no congresso, aqui nas resoluções nós estamos discutindo. As propostas que tem aqui são contra o neoliberalismo. EMBORA, no nosso ponto de vista, teve alguns posicionamentos da central sindical... E essa divergência com a Força Sul, como a gente tem, é que alguns posicionamentos que a central tomou não era isso. Ao ir lá tentar aprovar, por exemplo, a questão da terceirização, acabou no nosso ponto de vista sendo a favor do neoliberalismo, entendeu? Então tem alguns posicionamentos aí que a Força tomou que – embora as resoluções da central ser contra – ela agiu como se fosse a favor do neoliberalismo” (Jamil, entrevista realizada em 15/06/2017).

Esses exemplos em torno da terceirização, da tentativa de encaminhamento do intervalo intrajornada e da proposta de redução de jornada com redução de salários como medida de enfrentamento da crise econômica mostram que a FS aderiu a uma pauta contrária à flexibilização da legislação laboral ao nível do discurso, mas na prática acabou atuando sob a premissa de negociar direitos e, em alguns casos, abrir portas para a flexibilização das relações de trabalho. A luta por “pequenas conquistas” baseada na percepção de que as pautas que ameaçam direitos irão vir “por bem ou por mal” e de que não é mais possível “fazer relações de trabalhistas como era antes” evidenciam que a racionalidade pragmática continua sendo uma característica da FS.

A CUT possuía mais elementos internos e externos para equacionar e mostrou resistência à terceirização, mesmo com divergências internas. Mas, em outros casos, a Central também demonstrou disposição a negociar direitos (como no apoio ao fundos de previdência complementar, na fórmula 85/95, na negociação do trabalho aos domingos para os comerciários e mesmo alguns setores se mostraram abertos à regulamentação da terceirização) indicando que o pragmatismo em torno da impossibilidade de ganhos também foi um traço da ação cutista nos anos 2000. As dificuldades e a inexorabilidade de uma realidade que traz elementos desfavoráveis ao mundo do trabalho aparece na fala dos dirigentes sindicais de ambas as centrais e é por eles visualizado no apetite do setor empresarial em promover medidas flexibilizadoras.

O que a pesquisa revela não nega a avidez dos empresários, mas demonstra que a interiorização dos limites da ação sindical também era proveniente da institucionalização do consenso, pois a estratégia de participação social com o pressuposto de encontrar interesses comuns entre capital e trabalho e apoiar a coalizão política de sustentação ao governo implicava a restrição da luta pelos direitos trabalhistas.

4.3 Institucionalização do consenso *versus* direitos trabalhistas nos governos petistas.

Como discutido no capítulo 2, o dismantelamento dos sistemas de proteção dos trabalhadores e sua substituição por novas formas de flexibilidade compõem o sentido predominante das tendências do capitalismo contemporâneo sobre o trabalho. Durante os governos petistas, a busca empresarial pelo alargamento de opções para dispor da força de trabalho reafirmaram essas ameaças no contexto nacional.

O movimento sindical no Brasil vem enfrentando a restrição de seus espaços de manobra desde os anos 1990 e, apesar do contexto político e econômico mais favorável que se abriu com a chegada do PT ao Poder Executivo, os desafios para ampliação da tela de proteção dos assalariados continuaram presentes. Entretanto, a análise da atuação da CUT e da FS durante os governos petistas revela que os desafios da ação coletiva neste contexto não respondem somente às dificuldades de romper a resistência do capital em relação à regulamentação das relações trabalhistas, mas de privilegiar uma ação estratégica baseada na institucionalização do consenso.

Por um lado, a atuação ativa dessas centrais nos espaços de participação social e no Parlamento permitiu a negociação de ganhos pontuais, principalmente econômicos, para a classe trabalhadora, conseguindo vetar muitas medidas que visavam à precarização das relações de trabalho. Por outro lado, o engajamento na estratégia de participação social sob o pressuposto de encontrar os interesses comuns entre algumas frações do capital e do trabalho e fortalecer a base de sustentação política do governo condicionou as possibilidades de avanços na pauta trabalhista. Neste sentido, o apoio das centrais ao governo acabou influenciando na sua disposição estratégica de disputar a agenda trabalhista, pois a preocupação com as conquistas atribuídas a esses governos limitou o horizonte para ampliação mais expressiva de direitos e proteção social. Evitar rachaduras na coalizão de classes de sustentação governista implicava, assim, atenuar os enfrentamentos em torno dos direitos trabalhistas e do conteúdo das questões encaminhadas e limitar o horizonte de alternativas a um contexto sob hegemonia do neoliberalismo.

Além dos limites implicados na conciliação de interesses e no apoio ao governo outros elementos também compõem o quadro explicativo para as dificuldades de alteração da legislação trabalhista. Em primeiro lugar, os dirigentes sindicais que participaram dos espaços institucionais analisados mostraram-se demasiadamente preocupados com a manutenção das

condições de reprodução da sua própria existência. Isso se evidenciou na pauta do CRT que foi dominada por problemas da organização sindical. Outra evidência refere-se aos resultados do FNT que logrou fortalecer a cúpula do sindicalismo brasileiro sem extenuar a disposição das centrais à negociação de direitos.

Em segundo lugar, na busca de conciliação e evitando um enfrentamento com o governo, a moderação crítica da CUT em relação à crescente participação do mercado na provisão dos direitos previdenciários e a aceitação deliberada da FS aos fundos de capitalização têm aproximado os repertórios prático-discursivo que ambas expressam em torno do sindicato-cidadão e têm contribuído para o deslocamento dos valores da equidade e da igualdade embutidos na luta pelos direitos sociais para a arena do mercado. Com pautas dessa direção e mediante a adoção da estratégia de institucionalização do consenso, as relações desiguais de poder implícitas na relação capital/trabalho ocuparam um espaço periférico, contribuindo para o comprometimento do campo político para disputas mais amplas na esfera trabalhista.

Um terceiro ponto refere-se aos limites impostos pela unidade das centrais sindicais. A CUT apresentava tensões internas a serem equacionadas e não figurava mais como a única central sindical no campo das esquerdas. As disputas, que até 2006 concentravam-se entre a corrente majoritária e as correntes minoritárias, a partir do 9º CONCURT passam a se concentrar no interior da *Articulação Sindical*, como as divergências em torno da negociação ou não da regulamentação da terceirização evidenciaram. A FS, por sua vez, numa crescente crise de identidade que se expressa na ambiguidade entre o que diz defender e o que aceita negociar, demonstrava maior disposição à flexibilização dos direitos. Esse processo desencadeou um fenômeno novo na Central, isto é, a criação de correntes internas, como a *Força Sul* e a *Frente Sindical Trabalhista* com o objetivo de dar vazão ao descontentamento ou ao apoio às decisões tomadas pela cúpula da Força Sindical e aos posicionamentos assumidos pelo seu presidente.

Tanto no interior da CUT e da FS quanto em relação às demais centrais, a busca de entendimentos entre as centrais sindicais pressupunha o combate aos radicalismos e aos esquerdismos em nome dos consensos possíveis, permitindo negociações em torno de patamares reduzidos de direitos. Cabe destacar, entretanto, que em alguns momentos, como no caso da terceirização, as tensões permanentes entre a CUT e a FS parecem ter figurado como um elemento que não impediu, mas retardou, uma disseminação irrestrita da flexibilização laboral.

O quarto e último ponto diz respeito às consequências de uma atuação sindical que privilegia os espaços institucionais e a esfera parlamentar. A busca por consensos baseados em interesses comuns e as negociações dentro do espaço legislativo, como lembra Bérout (2014), tende a fragilizar o sentido de classe que informa o discurso sindical e que orienta a estratégia da participação social. Na medida que a atuação especializada nesses espaços difundiu-se na rotina dos dirigentes sindicais (a exemplo do exercício da função de coordenação de grupos de trabalho no CDES pelo ex-presidente da CUT ou do papel legislativo desempenhado pelo presidente da FS) a interiorização das finalidades da racionalidade econômica e o pragmatismo imbuído nas estratégias de negociação a partir das regras do jogo limitaram o horizonte político das centrais sindicais, restringindo a capacidade crítica e condicionando a luta pela regulamentação pública do trabalho às alternativas possíveis.

Todos esses elementos compõem um quadro explicativo em torno das dificuldades encontradas pelo movimento sindical para o alargamento da tela de proteção dos trabalhadores ao longo dos governos do PT. Eles também indicam como a lógica gerencial e os interesses privados avançam sobre os espaços públicos em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado, limitando as possibilidades para que a estratégia de participação social comporte em si mesma lugar para o exercício de um sindicalismo que negocia, mas que também é capaz de vocalizar criticamente os problemas que atingem os trabalhadores brasileiros e restringem a melhora de suas condições de vida e trabalho.

Considerações Finais

Esta tese se propôs a investigar como a estratégia político-sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical (FS) buscou alterar a agenda do trabalho durante os governos do PT (2003-2014) com o objetivo de discutir o sentido da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras durante os governos petistas. Privilegiando a atuação das centrais sindicais no bojo da formação de uma ampla coalizão de classes em apoio aos governos e não os elementos que conformaram sua distensão, a pesquisa se baseou na análise das estratégias político-sindicais mobilizadas para a reivindicação da agenda econômica, de um lado, e para a disputa em torno da regulamentação pública do trabalho, de outro.

A análise da atuação das centrais sindicais baseada na estratégia de participação social foi objeto de ampla discussão ainda durante os governos do PT e se mantém relevante mediante as disputas políticas em torno do significado do legado petista e perante os desafios impostos ao movimento sindical com o atual e célere processo de adoção de uma agenda fortemente baseada na austeridade e na supressão de direitos. O campo de análise composto por Druck (2006), Braga (2012) e Antunes e Silva (2015) defende a tese do consentimento ativo da cúpula e da cooptação do movimento sindical ao aparato estatal, tendo como elemento comum a percepção de que a disposição à negociação leva o movimento sindical, inevitavelmente, para uma posição de subordinação frente ao governo em detrimento de sua capacidade de contestação e de defesa dos interesses da classe trabalhadora. Boito Jr. e Marcelino (2010), Marcelino (2017), Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014) privilegiam a análise dos indicadores positivos, sobretudo no campo econômico, que permitem caracterizar um processo de recuperação do movimento sindical. O contraste entre os expressivos ganhos econômicos e a timidez dos avanços no campo da regulação pública do trabalho, com destaque para as possibilidades e limites implicados na relação entre o movimento sindical e os governos petistas, aparece no primeiro plano de análise somente no campo do debate que versa sobre a moderação política das centrais sindicais em que se situam Galvão (2006a, 2010, 2014a, 2016), Vêras de Oliveira e Araújo (2014) e Vêras de Oliveira (2015).

De maneira geral, essa última interpretação reconhece que o Estado possui uma natureza de classe que é informada pelos interesses das classes dominantes, mas afirma que a configuração de forças políticas, os arranjos institucionais e a capacidade organizativa e a

ideologia sindical permitem diferentes graus de influência na gestão do social e na regulação econômica que resulta dos interesses que habitam a esfera estatal. Nesse sentido e em contraposição à tese da cooptação sindical, os autores argumentam que a disposição à negociação não elimina de forma automática a autonomia sindical bem como a participação nas instituições estatais não confere uma posição subordinada ao sindicalismo. Em diálogo com a tese da recuperação sindical, reconhecem as oportunidades implícitas na estratégia de participação social e as conquistas econômicas que dela resultaram, mas destacam os desafios impostos ao ator sindical enquanto agentes políticos cujo papel também se refere à capacidade de defender a ampliação do arcabouço legal que protege os trabalhadores brasileiros.

Ao evidenciar as possibilidades e limites que informaram a estratégia de participação social privilegiada pela CUT e pela FS durante os governos do PT, essa tese se insere nesse último campo do debate, procurando adicionar a reflexão sobre as tendências gerais do capitalismo neoliberal e financeirizado sobre a periferia aos aspectos nacionais que potencializaram e/ou constrangeram a escolha estratégica dos atores. Discutiu-se, assim, como a estratégia de participação social ancorada no fortalecimento da base de sustentação política do governo e no encontro de interesses entre capital e trabalho, aqui intitulada de institucionalização do consenso, condicionou as possibilidades de avanços na pauta trabalhista, à luz dos desafios que as tendências do capitalismo contemporâneo impõem à economia, ao mercado de trabalho e ao padrão de relações laborais no país.

Rastreando as interconexões recíprocas entre o contexto e a forma como os agentes sindicais tomam suas escolhas estratégicas, como sugerem Frege e Kelly (2003, 2004a) e Behrens, Hamann e Hurd (2004), a tese discutiu como o novo momento econômico e político do Brasil na abertura no século XXI concorreu com as tendências desfavoráveis do capitalismo contemporâneo sobre o trabalho, particularmente sobre a periferia, recolocando as condições para a ação coletiva no país. Em consonância com a redefinição das condições de acumulação no capitalismo contemporâneo, a dinâmica de crescimento econômico no Brasil durante os governos petistas foi fortemente baseada no consumo, por meio da indução do mercado interno via valorização salarial e incentivo ao crédito. Essa dinâmica de crescimento mostrou limites para engendrar mudanças estruturais na economia e, conseqüentemente, no mercado e nas relações de trabalho.

Após o positivo ciclo de expansão da exportação de *commodities*, o consumo

mostrou-se como uma variável importante para o crescimento econômico no país, com capacidade, inclusive, de estimular o investimento induzido pela demanda corrente, a despeito do vazamento de parte da demanda dos insumos intermediários para o exterior. Dentro dessa dinâmica econômica e diante da predisposição governamental a realizar um grande “pacto social” pelo desenvolvimento do país, as centrais sindicais – como integrantes da ampla coalizão de classes que deu sustentação política ao governo, sobretudo entre os anos 2006 e 2010 – privilegiaram a estratégia de participação social.

Essa opção estratégica exigiu uma reorganização interna da CUT, desencadeada pela oposição das correntes minoritárias aos termos em que se daria a participação no pacto social proposto pelo governo. A partir de 2006, após a saída de algumas correntes, a consolidação da hegemonia da *Articulação Sindical* resultou no aprofundamento da estratégia de participação social com o governo ao mesmo tempo em que as tensões no interior da corrente majoritária se acirraram. A aproximação da FS ao governo e à CUT, articulada pelo então presidente cutista, foi outro elemento que conformou essa frente estratégica encabeçada por todas as centrais sindicais reconhecidas e, mediante a convergência dos repertórios prático-discursivos das duas maiores centrais (como é possível visualizar no quadro 12), potencializou a busca de consensos não somente entre elas, mas com as demais centrais, o governo e as frações do capital.

Quadro 12: A plataforma das centrais sindicais entre os anos 2003-2014.

Aspectos	CUT	FS
Projeto de Desenvolvimento	Defendeu, do ponto de vista programático e discursivo a adoção de um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo em cujo cerne estaria o crescimento econômico, a dinamização do mercado interno e a distribuição de renda com valorização do trabalho. Apesar de ser fortemente crítica ao capital financeiro e ao elevado patamar das taxas de juros no país, a Central elaborou propostas que potencializaram essa forma de acumulação, a exemplo do crédito consignado.	A partir de 2004 a FS transitou de uma posição mais liberal para a defesa de um projeto de desenvolvimento ancorado no incentivo ao setor industrial e no combate às elevadas taxas de juros. Assumiu esse projeto, ao lado da CUT, ao menos até 2013, quando a alteração no ambiente econômico e político do país se alterou profundamente. Sua aproximação à plataforma econômica defendida pelo governo e à CUT a partir do primeiro governo Lula e seu distanciamento a partir do final do primeiro governo Dilma denotam o pragmatismo com que a Central se adapta a diferentes momentos políticos.
Papel do Estado	Conectada com a plataforma governamental a CUT defendeu o Estado enquanto indutor do desenvolvimento através do estímulo ao mercado interno e ao consumo dos trabalhadores e do incentivo ao investimento produtivo.	A FS transitou de posição crítica ao intervencionismo estatal para a rejeição do “Estado Mínimo” e aceitação do papel do Estado na disputa pela distribuição da riqueza gerada em consonância com a proposta política dos governos petistas. Passou a defender, assim, um Estado executor do desenvolvimento.
Política Social e Cidadania	Embora a universalização dos direitos sociais e a defesa de seu caráter público permaneçam no discurso da Central, sua prática abarcou a contradição de defender o direito ao consumo enquanto direito à cidadania e de moderar a crítica ao processo de acesso diferenciado aos direitos. O direito ao crédito e ao consumo são os pontos que projetam a Central enquanto negociadora dos interesses dos trabalhadores concebidos enquanto cidadãos consumidores, aproximando seu repertório prático-discursivo em torno da concepção de sindicato-cidadão à atuação da FS.	A questão econômica continuou sendo o principal ponto do repertório prático-discursivo da Central. Adaptando-se ao discurso governamental, passou a atrelar a defesa dos direitos econômicos à luta pela distribuição de renda. A participação do trabalhador (produtor e consumidor) no mercado (acionário, de crédito e de consumo) completou a agenda social da Central, notadamente voltada para a indução do mercado na provisão de bens públicos. Além do direito à participação no mercado de consumo e acionário, a qualificação profissional continuou tendo papel de destaque no sindicalismo de prestação de serviços exercido pela Central.
Legislação Trabalhista	A Central defendeu uma agenda de valorização do trabalho (redução da jornada de trabalho sem redução de salários, combate à terceirização, a ratificação da Convenção 151 e a proibição da demissão imotivada). Na prática moderou as críticas sobre os	Dotada de grande pragmatismo político na adaptação ao discurso defendido pelas demais centrais e respondendo ao descontentamento da base, a Central apresentou uma inflexão no discurso mediante a crítica às medidas que visavam à flexibilização laboral. Ao

	<p>efeitos do processo de diferenciação de direitos implícito nas mini reformas trabalhistas sobre o mercado de trabalho. A Central também veiculou de maneira tímida a plataforma trabalhista nos espaços de participação social, já que representavam pontos de dissenso com o setor empresarial. Além disso, a despeito de ter um discurso combativo em relação à terceirização, alguns setores internos aceitaram negociá-la na atividade fim.</p>	<p>lado da CUT, assumiu a defesa da agenda de valorização do trabalho baseada na luta pela redução da jornada sem redução de salários, na ratificação da convenção 151 da OIT, no combate à demissão imotivada e à terceirização. Apesar de assumir a defesa desses direitos e ser portadora de um discurso crítico à flexibilização, teve uma postura pragmática e aceitou negociar direitos como no caso da regulamentação da terceirização de forma irrestrita e da negociação do trabalho aos domingos.</p>
<p>Sistema Previdenciário</p>	<p>Ao nível do discurso defendeu uma previdência universal, pública e de qualidade. Na prática apoiou, a princípio, somente os planos de previdência complementar de caráter público, sem atentar para a ameaça que os planos de capitalização representam para o regime de repartição. A defesa da unificação do teto dos benefícios entre os regimes ancorava-se na busca de justiça distributiva e não no discurso do combate aos “privilégios”. Pragmaticamente, aceitou a difusão dos fundos privados de previdência complementar como uma realidade, moderando o discurso crítico a respeito da participação crescente do regime de capitalização no sistema previdenciário.</p>	<p>Sempre apoiou a unificação dos regimes previdenciários e a presença de planos privados como forma de trazer “justiça” ao sistema e combater os “privilégios”. A central sentiu-se contemplada com a reforma da previdência aprovada em 2003, pois é entusiasta do regime de capitalização para os trabalhadores que podem pagar. A visão fiscalista do Estado que prevalece na Central incentivou a fragilização do caráter universal da previdência.</p>
<p>Estrutura Sindical</p>	<p>Defendeu, ao nível do discurso, o sistema democrático de relações de trabalho ancorado no Convenção 87 da OIT. Nas negociações concretas atuou em nome da acomodação de divergências e da defesa de uma reforma sindical possível. Assim, aceitou um modelo de pluralismo restrito e a extensão do imposto sindical para o financiamento das centrais sindicais, aprovada com a Lei de Reconhecimento das Centrais.</p>	<p>Assumiu a posição de defesa da unicidade na base e pluralidade na cúpula do movimento sindical, do reconhecimento das centrais e da extinção gradativa do imposto sindical mediante a instalação de uma Contribuição Retributiva Negocial aprovada em assembleia. Nas negociações concretas também aceitou o modelo de pluralismo restrito e apoiou a extensão do imposto sindical para o financiamento das centrais sindicais.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Com esses desdobramentos organizativos e a aproximação da plataforma das centrais sindicais, a estratégia de participação social, com destaque para a atuação da CUT nos espaços de

diálogo e da FS no Parlamento, possibilitou o alargamento dos canais de negociação em torno da agenda econômica do movimento sindical, a exemplo da política de valorização do salário mínimo, e o veto de medidas que visavam à precarização das relações de trabalho como a Emenda 3 e o próprio PL 4330. Baseada na defesa de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, a luta pela geração de empregos e distribuição de renda por meio da estratégia de participação social atribuiu, assim, evidente significado político à luta econômica, indicando a fragilidade das teses que percebem nessa estratégia um canal inexorável de subordinação ao aparato estatal.

Entretanto, condicionada pela opção política das centrais sindicais de compor a coalizão de classes em nome do apoio governamental, essa estratégia de participação social não esteve ancorada no estabelecimento de uma engenharia institucional que permitisse a manifestação dos antagonismos de interesses (DAHRENDORF, 1982; THERBORN, 1992), mas sim na premissa de que os “interesses comuns” deveriam ser colocados acima das causas dos oponentes, expressando, por este motivo, uma série de contradições e limites.

Visando a busca de consensos, a estratégia de participação social mobilizada pelas centrais sindicais brasileiras ao longo dos governos do PT alçou a defesa da democracia econômica via valorização salarial e acesso ao crédito ao centro da agenda sindical e viabilizou uma aproximação não somente política, mas também dos repertórios prático-discursivos da CUT e da FS, instituições que nos anos 1990 ocuparam campos políticos opostos.

Sob o protagonismo cutista, ambas as centrais mostraram-se dispostas a encontrar a convergência de interesses não somente com o capital industrial, como a defesa de um programa alternativo de desenvolvimento econômico deixou transparecer, mas também com o setor bancário-financeiro, notadamente pela elaboração e apoio ao crédito consignado. A elaboração da CUT e o engajamento da FS a esse instrumento de crédito não comportou somente a contradição de buscar ganhos econômicos mediante o reforço dos mecanismos de acumulação do capital (CARDOSO, 2003a, 2015), mas expressou a porosidade dessas instituições aos imperativos do sistema financeiro em linha com as especificidade da forma atual de acumulação do capital.

O crédito consignado comporta uma engenharia financeira que revolucionou a forma de acumulação do capital financeiro visto que reduziu o risco de *default* mediante a garantia da folha de pagamentos do trabalhador. Ele também potencializou o endividamento crescente das famílias num país em que a taxa de juros alcança o 3º posição no ranking mundial de juros reais.

Do ponto de vista das centrais sindicais analisadas, a defesa desse instrumento de acesso ao crédito como pauta que reivindica os interesses do cidadão-consumidor também aproximou e renovou o arranjo prático-discursivo apresentado na ideia de um “sindicalismo-cidadão” e defendido tanto pela CUT quanto pela FS.

Neste sentido, a estratégia de participação social mobilizada por estas centrais e ancorada no encontro de interesses entre capital e trabalho permitiu a inclusão econômica e financeira dos trabalhadores, abarcando não somente a contradição de trazer as instituições de representação sindical para o campo da gestão do Estado capitalista, mas de fomentar um modo específico de organização e acumulação desse sistema. Contraditoriamente, esse modo obedece ao capitalismo neoliberal e financeirizado que dissemina a “interiorização da política de cálculo individual”, criando uma espécie de “privatização da conduta” cujo resultado é erodir um pouco mais as lógicas de solidariedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

Além desses fatores que tendem a aumentar a condição de insegurança e enfraquecer a solidariedade entre os trabalhadores, a lógica de acumulação dominada pelo capital financeiro também pressiona os padrões de regulação do trabalho e potencializa o alargamento do leque de heterogeneidades sobre o qual se formam as novas frentes de precarização das condições laborais e de vulnerabilidade da classe trabalhadora. Como alertam Belluzzo e Galípolo (2017), o critério do “valor do acionista” que impera nas empresas e bancos desata “surtos intensos de reengenharia administrativa, estimulando a flexibilização das relações de trabalho” e tornando as empresas reféns do “curto-prazismo dos mercados financeiros e da redução do custos” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 182). Além disso, os autores lembram que o capital financeiro recorre ao Estado para atualização dessas formas de flexibilização e precarização do trabalho como forma de destravar qualquer obstáculo à concorrência e limitar os episódios de desvalorização da riqueza.

Nesse novo momento da acumulação capitalista em que o financiamento do consumo (LAVINAS, 2017) e a riqueza financeira (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017) concorrem com o investimento produtivo, o que está sendo colocado em questão não é a centralidade do trabalho, mas do assalariamento e das tradicionais formas de contratação garantidoras de direitos e proteção social. No caso brasileiro, o espraiamento da terceirização, o incentivo governamental à contratação crescente de jovens estagiários, na prática passível a uma relação disfarçada de emprego, a formalização das ocupações por meio de instrumentos de fomento ao

empreendedorismo e da elaboração de instrumentos microeconômicos (como o Super Simples) que visam à criação de um ambiente propício aos negócios no país mediante o rebaixamento do patamar de direitos, são elementos que expressam o espraiamento e os novos contornos das formas flexíveis de contratação da força de trabalho e as novas frentes de heterogeneidade ancoradas no acesso diferenciado aos direitos e à proteção social.

Esses são elementos relativos à organização do trabalho e ao padrão da regulação laboral e da proteção social que a estratégia de participação social baseada na institucionalização do consenso não permite questionar ou resistir. É neste sentido e a partir da premissa de que o ator sindical tem algum grau de escolha sobre a estratégia de ação, como defendem Behrens, Hamann e Hurd (2004), que a análise da atuação das duas maiores centrais sindicais brasileiras durante os governos do PT revela que os desafios da ação coletiva nesse contexto extremamente desfavorável ao trabalho não responde somente às dificuldades de romper a resistência do capital, mas de privilegiar uma ação estratégica que, em nome dos consensos possíveis, compromete o campo político e o horizonte de disputas na esfera social e trabalhista.

No campo econômico a defesa do crédito consignado evidenciou a premissa de que as proposições do movimento sindical baseavam-se no encontro de interesses, em detrimento das consequências negativas dessa medida sobre os trabalhadores brasileiros. A defesa das desonerações tributárias e da redução da taxa de juros e a aproximação da CUT e da FS à FIESP no movimento *Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego* evidenciou, por sua vez, a atuação conjunta das centrais com o setor industrial.

No campo dos direitos trabalhistas, o abandono do setor empresarial da *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente* e o caráter facultativo e baixo nível de efetividade dos *Compromissos Nacionais* realizados com o governo e o empresariado com o objetivo de definir melhores condições de trabalho na cana de açúcar e no setor da construção civil assinalam os limites de uma estratégia balizada por interesses comuns.

Se a busca da negociação era o elemento norteador da relação do movimento sindical com o capital industrial, com o agronegócio e com o setor bancário-financeiro, a relação das centrais sindicais estudadas, sobretudo da CUT, com o governo fora balizada pela moderação crítica. Como relatam Boito e Galvão (2015), essa cautela provinha da necessidade de preservar as conquistas atribuídas aos governos. Esse foi o caso da aceitação acrítica da CUT à participação

crescente do regime de capitalização, público ou privado, em detrimento do sistema de repartição e do caráter universal do sistema previdenciário. Este aspecto somado à defesa do crédito consignado e do direito ao consumo como porta de acesso à cidadania tem contribuído para a tendência de transferência dos valores da igualdade para a esfera do mercado e fragilizado o papel social do Estado no que diz respeito à sua capacidade de provisão e universalização dos direitos sociais.

Apesar de possuir uma agenda de reivindicações no campo trabalhista que previa a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o combate à terceirização, a ratificação da Convenção 151 e a proibição da demissão imotivada, a pesquisa revelou que essa plataforma não foi defendida de maneira articulada nos espaços institucionais analisados. No CDES, confrontos dessa natureza foram evitados e os representantes sindicais mostraram baixa disposição ao enfrentamento dos fatores negativos implicados nas mini reformas trabalhistas nele discutidas, a exemplo dos aspectos flexibilizadores contidos na criação do Super Simples, da redução do limite de preferência do crédito trabalhista contida na Lei de Falências e das consequências negativas da difusão do empreendedorismo enquanto política de geração de trabalho e renda mediante o patamar rebaixado de direitos do Microempreendedor Individual. Já no CRT a pauta trabalhista foi, por um lado, evitada pelo setor patronal e, por outro, as intervenções dos dirigentes sindicais detiveram-se em barrar as ameaças flexibilizadoras engendradas pelo governo (a exemplo da prorrogação do trabalho temporário e da implementação do contrato de curta duração) e discutir aspectos que diziam respeito às condições de existência das próprias centrais sindicais, sobretudo em relação ao reconhecimento de novas categorias para fins de aferição de representatividade.

A disputa das pautas relativas à redução da jornada de trabalho sem redução de salários e à regulamentação da terceirização foi efetivada, predominantemente, no Parlamento. No caso da terceirização, o governo ainda propôs a criação de Mesa Quadripartite para a definição dos termos de sua regulamentação, mas nenhum consenso fora alcançado. Nesse caso específico, a disputa no interior da CUT em relação à possibilidade de negociar ou não a terceirização na atividade fim das empresas, os embates de setores dessa Central com a FS, também disposta à negociação nesses termos, e a dificuldade encontrada tanto pela CUT quanto pela FS para defender uma regulamentação de caráter irrestrito frente à base acabou retardando a aprovação do PL 4330.

Num cenário em que a possibilidade de consenso esteve ancorada na necessidade de criação de um ambiente de negócios propício e no destravamento das condições de realização do investimento e não no reconhecimento de que a melhoria salarial e das condições de trabalho figuram enquanto elementos que definem o marco civilizatório, a disposição da CUT e da FS à negociação de direitos se mostrou recorrente.

A FS, que voltou sua ação para esfera parlamentar, se mostrou disposta à negociação de direitos, a despeito de ter assumido o discurso contra a flexibilização laboral. No Parlamento, da mesma forma que a seu presidente usava o jogo político para garantir ganhos para a classe trabalhadora, como no caso da tentativa de extensão da isenção de imposto de renda para trabalhadores que ganhassem até R\$ 9.000 ou para conquistar um reajuste real para os aposentados e mesmo para disputar um maior patamar de reajuste do salário mínimo, seu pragmatismo político também estava a serviço da negociação de direitos, como no caso da terceirização. O pragmatismo político da FS provém de sua posição histórica e foi realçada com sua participação na arena legislativa, desencadeando uma tensão junto às bases em relação às decisões da Central e a incorporação de um discurso combativo às medidas que visavam à flexibilização das relações de trabalho e a contraditória postura de negociação de direitos assumida por seu presidente.

Não sem tensões internas e junto à base, a CUT, em nome da moderação das críticas ao governo, tem aderido cada vez mais à ideia de inexorabilidade de uma realidade que se impõe para justificar a negociação de direitos que ferem seus princípios históricos, a exemplo da fórmula 85/95 em detrimento da luta pelo fim do fator previdenciário, do apoio aos fundos de capitalização, público e privado, que detêm a lógica de enfraquecimento de um sistema previdenciário de caráter universal e mesmo da aceitação, por alguns de seus setores internos, da negociação da terceirização na atividade fim. Assim, ambas as centrais, privilegiaram a arena legislativa enquanto espaço de oposição às ameaças de flexibilização de direitos e subordinaram esta pauta à possibilidade de consenso com o setor empresarial e à moderação crítica em relação ao governo.

A fragilização das fronteiras de classe no discurso sindical tem se revelado como uma das consequências da adoção de uma estratégia de parceria social ancorada na institucionalização do consenso por parte das duas maiores centrais sindicais brasileiras. A subordinação da pauta trabalhista ao encontro de interesses com o capital e à moderação crítica em relação ao governo

tem atribuído um lugar marginal para as relações desiguais de poder implícitas na relação capital/trabalho no discurso sindical e comprometido o campo político para disputas mais amplas no âmbito da esfera trabalhista. Já a atuação privilegiada na esfera legislativa e nos espaços institucionais tem promovido uma interiorização crescente por parte dos dirigentes sindicais das finalidades da racionalidade econômica e do pragmatismo imbuído nas estratégias de negociação nesses espaços.

Essas consequências se fizeram presentes no âmbito da aprovação da reforma trabalhista no ano de 2017 no governo Michel Temer. A resistência nas ruas articulada pelo movimento sindical apresentou grande timidez. A FS, em mais um exemplo da sua capacidade de adaptação aos diferentes momentos políticos, levou às últimas consequências toda e qualquer possibilidade de negociação com o governo na tentativa de “corrigir os erros da reforma” e torná-la um instrumento de modernização das relações de trabalho¹⁷¹. Já a CUT se retirou das negociações, mas demonstrou baixa capacidade de organização dos trabalhadores em torno da resistência à reforma. No dia da votação da reforma no Senado o presidente da CUT, Wagner Freitas, se encontrava nos corredores do Congresso tentando entrar no plenário. No caso argentino, que discute a mesma questão, os sindicatos foram às ruas e conseguiram inviabilizar a votação das reformas trabalhista e previdenciária entoando as seguintes palavras de ordem: “aqui não é o Brasil”¹⁷². No caso cutista, diante dos limites que a luta institucional no Congresso Nacional oferece, a capacidade de resistência dos trabalhadores tem sido direcionada, principalmente, à aposta na eleição de uma plataforma política como a alternativa capaz de propiciar o enfrentamento dos problemas da classe trabalhadora.

A estratégia de participação social orientada pela institucionalização do consenso entre os anos 2003 e 2014 revelou, assim, a potencialidade de conquistar ganhos econômicos e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da capacidade de resistir à flexibilização das relações de trabalho. Essa atuação indica uma transformação do conteúdo político da ação coletiva. Isto significa dizer que a conciliação de classes que sustenta a institucionalização do consenso e o

¹⁷¹ A ideia de modernização das relações de trabalho voltou ao repertório da FS no bojo da reforma trabalhista aprovada em 2017. Para Juruna, essa reforma apresentava algumas falhas, como os limites impostos à organização no local de trabalho e ao financiamento das instituições. Mas com ajustes nesses casos, “a reforma ganha equilíbrio e avança na direção da modernização das relações de trabalho e da estrutura sindical. É o que defendemos”. (Juruna). “Justiça do Trabalho não serve aos trabalhadores e amorteceu sindicatos”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/brasil/justica-do-trabalho-nao-serve-aos-trabalhadores-e-amorteceu-sindicatos/>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

¹⁷² “Lula, PT e CUT, a hora da verdade”. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/lula-pt-e-cut-outra-hora-da-verdade-por-aldo-fornazieri>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

enfraquecimento da luta sindical pelos direitos sociais acompanhado pelo crescente economicismo da atuação sindical apontam não para um esvaziamento da dimensão política da ação coletiva, senão para um processo de transformação dessa esfera. Essa transformação, como aponta Wood (2000), corresponde a um crescente processo de privatização da política que implica que as disputas políticas que são travadas na arena estatal e para a qual se buscam soluções consensuadas passam a ser cada vez mais orientadas pelos interesses privados que, por sua vez, não têm obrigação alguma em atender os propósitos sociais mais amplos.

O avanço dos interesses privados sobre o Estado em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado recoloca a questão sobre as potencialidades da estratégia de participação social orientada pela busca de consensos. Entre a luta pelo possível e o radicalismo sindical, a reaproximação com as bases figura enquanto uma estratégia imprescindível para o exercício de um sindicalismo que negocia e busca responder aos velhos e novos problemas que afligem a classe trabalhadora brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 19 fev. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/02/110685>>. Acesso em 17 de julho de 2017.
- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- ALMEIDA, M. H. T. de. **Crise econômica e interesses organizados**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- ANDERSON, P. Las limitaciones y las posibilidades de la acción sindical. **Pensamiento Crítico**, n. 13, 1968.
- ANDERSON, P. Crisis in Brazil. **London Review of Books**, n. 21, 2016.
- ANDRIETTA, L. **A mercantilização do sistema previdenciário brasileiro 1988-2014**. 2015. UNICAMP, 2015.
- ANNER, M.; VEIGA, J. P. C. Brazil. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Comparative Employment Relations in the global economy**. New York: Routledge, 2013. p. 265–284.
- ANTUNES, R.; SILVA, J. B. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos. **CADERNO CRH**, v. 28, n. 75, p. 511–528, 2015.
- ARANHA, A.; BARROS, C.; OJEDA, I.; GOMES, M.; LOCATELLI, P.; WROBLESKI, S. Os direitos dos peões na construção civil. **Reporter Brasil**, 2016.
- ARAÚJO, A. M. C.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo na era lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FERRAZ, M.; BRIDI, M. A. (Ed.). **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 29–60.
- AREND, M. A industrialização do Brasil frente a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. p. 375–422.
- ARTSIND. Articulação Sindical: construindo a CUT. 10 anos 1983 - 1993. 1993.
- ATZENI, M.; GHIGLIANI, P. Nature and limits of trade unions' mobilisations in contemporary Argentina. **Labour Again Publications**, p. 1–13, 2008.
- BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. p. 423–468.
- BALTAR, P. E. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Ed.). **Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp, 2003.
- BALTAR, P. E.; SOUEN, J.; CAMPOS, G. C. de S. Emprego e distribuição da renda. **Texto de Discussão 298**, 2017.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **CADERNO CRH**, v. 26, n. 68, 2013.

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MAIA, A. G.; LEONE, E.; SALAS, C. GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS Moving towards Decent Work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. n. 9, 2010. Disponível em: <http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No.9.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2014.

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (Ed.). **Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Ed.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. **Economia & Trabalho**, 1998.

BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. **Texto de Discussão 257**, 2015.

BCB. Relatório de inclusão financeira. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

BEHRENS, M.; HAMANN, K.; HURD, R. Conceptualizing labour union revitalization. In: FREGE, C. M.; KELLY, J. E. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 11–24.

BELLUZZO, L. G. Prefácio. In: KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M.; ZANELLA, E.; FERREIRA, J. (Ed.). **As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2006. p. 9–12.

BELLUZZO, L. G. A internacionalização recente do regime do capital. In: XII Cátedra Raúl Prebisch no Seminário sobre neoestruturalismo e economia heterodoxa, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile: CEPAL, 2013.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BERNACIAK, M.; GUMBRELL-MCCORMICK, R.; HYMAN, R. **El sindicalismo europeo: ¿de la crisis a la renovación?** Madrid: Fundación 1º de Mayo, 2015.

BÉROUD, S. Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês. **Crítica Marxista**, n. 38, p. 89–101, 2014.

BERZOINI, R. Previdência Social: mudança com justiça e respeito. In: MORHY, L. (Ed.). **A reforma da previdência em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BIAVASCHI, M. D. E. B.; DROPPA, A.; MARQUES, B. V. O Tribunal Superior do Trabalho e a sutileza da dialética das decisões envolvendo terceirização: a elaboração de um banco de dados

no período 2000-2013. In: IV Encontro Nacional da ABET, Campinas. **Anais...** Campinas: ABET, 2015. Disponível em: <<http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Alisson-Droppa.pdf>>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

BIAVASCHI, M.; TEIXEIRA, M. A terceirização e seu dinâmico processo de regulamentação no Brasil: limites e possibilidades. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, 2015.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. especial, p. 729–748, 2012.

BOITO, A. J. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico da FGV, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2015.

BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BOITO JR, A. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Ed.). **Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319–333.

BOITO JR, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. A nova fase do sindicalismo brasileiro. In: CESIT, U. (Ed.). **Sindicalismo Contemporâneo: uma nova visão para o movimento sindical**. São Paulo: União Geral dos Trabalhadores, 2015. p. 206–223.

BOITO JR, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **CADERNO CRH**, v. 23, n. 59, p. 323–338, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORGES, A. **Sindicalismo, resistência e alternativas**. São Paulo: Anita Garibaldi e Coleção Vermelho, 2008.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 3 (123), p. 493–502, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BURAWOY, M. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 2, p. 301–313, 2010.

CALVETE, C. da S.; GARCIA, M. H. A Convenção n.151 da OIT e seus impactos para os servidores públicos no Brasil. **Estudos Avançados USP**, v. 28, n. 81, p. 201–212, 2014.

CAMPOS, C. V. **Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte**. 2016. Universidade de Campinas, 2016.

CARDOSO, A. O pragmatismo impossível - as origens da Força Sindical. **Novos Estudos**.

Cebrap, v. 32, p. 195–182, 1992.

CARDOSO, A. Para onde foram os sindicatos? In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, Aguas de Lindóia. **Anais...** Aguas de Lindóia: 2013a.

CARDOSO, A. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013b.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e crise dos sindicatos no brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **CADERNO CRH**, v. 28, n. 75, p. 493–510, 2015.

CARDOSO, A. M. **Work in Brazil: essays in historical and economic sociology**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. Centrais sindicais e atitudes democráticas. **Lua Nova**, v. 40, n. 41, 1997.

CARDOSO JR, J. C.; NAVARRO, C. A. O planejamento governamental no Brasil e a experiência recente (2007 a 2014) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Texto de Discussão**, 2014.

CARNEIRO, R. Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rouseff). **Texto de Discussão 289**, 2017.

CARVALHO, F. F. de. A CUT no início do século XXI: perfil dos dirigentes e desafios da ação sindical. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 135–158, 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, B. G. de. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI**. 2013. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

CASTRO, B. G. de. **As armadilhas da flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação**. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

CEPAL; OIT. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe: Mejoras recientes y brechas persistentes en el empleo rural. 2016. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/40097-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-mejoras-recientes-brechas-persistentes>>. Acesso em 07 de janeiro de 2017.

CESIT. Dossiê reforma trabalhista. **Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho**, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

COLLIER, R.; ETCHEMENDY, S. Golpeados pero de pie: Resurgimiento sindical y neocorporativismo segmentado en Argentina (2003-2007). **Postdata**, v. 13, n. 145–192, 2008.

COLOMBI, A. P. F. C. **Entre a fragmentação e a ação unificada: uma análise da atuação do sindicato dos bancários e financeiros de são paulo, osasco e região durante os anos 2000**.

2014. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

COLOMBI, A. P. F. C.; KREIN, J. D. As mudanças no sistema financeiro e as estratégias da ação sindical: o caso no Sindicato dos Bancários de São Paulo. **Revista Sociologia e Antropologia UFRJ**, v. 6, n. 2, p. 469–496, 2016.

COLOMBI, A. P. F.; KREIN, J. D.; GEHM, T. C. Trabalho bancário: o paradoxo entre o avanço na barganha coletiva e a crescente insegurança. **ABET**, v. 13, n. 1, 2014.

D'ARAÚJO, M. C. **A elite dirigente do governo lula**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

DAHRENDORF, R. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECÇA, C. S. Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. **Instituto de Economia Unicamp**, 1999.

DIAS, H.; KREIN, J. D. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho DIEESE**, n. 8, 2017.

DIEESE. As razões para a jornada de trabalho ser de 40 horas. 2009a. Disponível em: <https://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/a7f89596704546308668d1fab3d712e1/file/nt-2085-20set-202009-20argumentosreduzirjornada.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

DIEESE. Perfil dos delegados e delegadas do 6º Congresso da Força Sindical. 2009b.

DIEESE. Perfil dos Delegados e Delegadas do 7º Congresso da Força Sindical. 2013a.

DIEESE. Mesa Nacional da Construção Civil. **Nota Técnica**, n. Número 124, 2013b.

DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo (2014). **Nota Técnica**, n. 132, 2014a.

DIEESE. Jornada reduzida em turnos de revezamento: um direito ameaçado. **Estudo e Pesquisas**, n. 70, 2014b.

DIEESE. Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho. 2014c. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf>>. Acesso em 03 de abril de 2015.

DIEESE. Estudos e Pesquisas, no 79: Balanço das greves em 2013. 2015a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2014. **Estudos e Pesquisas**, n. 75, 2015b. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/> Acesso em 15 de março de 2017.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho. **Nota Técnica**, n. 172, 2017.

DIEESE; CUT. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. 2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **DEBATES**, n. 19, p. 329–340, 2006.

DUARTE, O. **Os mercadores de ilusões: análise crítica do “sindicalismo de resultados”**. São Paulo: Brasil debates, 1988.

FAIRBROTHER, P. Book review of G Gall (ed.) *Union Organising: Campaigning for Trade Union Recognition*. **Capital & Class**, n. 87, p. 257–263, 2005.

FELÍCIO, J. Previdência: direitos iguais para todos. In: MORHY, L. (Ed.). **Reforma da Previdência em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

FELÍCIO, J. A reforma possível na estrutura sindical. In: BORGES, A. (Ed.). **A reforma sindical e trabalhista no governo Lula**. São Paulo: Instituto Maurício Grabois e Anita Gabibaldi, 2004. p. 107–113.

FICTHER, M.; GREER, I. Analysing Social Partnership: a tool of union revitalization? In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FILGUEIRAS, L. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. **Margem Esquerda**, n. 23, p. 32–38, 2014.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo Liberal Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECON-RJ (Ed.). **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010. p. 35–70.

FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTI, S. M. Terceirização: um problema conceitual e político. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1799>>. Acesso em 11 de agosto de 2017.

FILHO, H. P. F. **A atuação do movimento sindical junto ao Fórum Nacional do Trabalho**. 2008. Universidade de Brasília, 2008.

FLANDERS, A. **Management and unions**. London: Faber and Faber, 1970.

FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FORÇA, S. **Força sindical 20 anos de luta. a história da força sindical**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

FORÇA SINDICIAL. **Um projeto para o brasil: a proposta da força sindical**. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

FORUM, W. E. *The Future of Jobs: Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution*. 2016. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2017.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREGE, C.; KELLY, J. Union Strategies in Comparative Context. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004a. p. 31–45.

FREGE, C. M. The History of Industrial Relations as a Field of Study. In: BLYTON, P.; BACON, N.; FIORITO, J.; HEERY, E. (Ed.). **The SAGE Handbook of Industrial Relations**. London: Sage, 2008. p. 33–52.

FREGE, C. M.; KELLY, J. E. Union Revitalization Strategies in Comparative Perspective. **European Journal of Industrial Relations**, v. 9, n. 1, p. 7–24, 2003.

FREGE, C. M.; KELLY, J. E. **Varieties of unionism: strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004b.

FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial. A experiência Europeia. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Ed.). **Trabalho Flexível, Empregos Precários? Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Editora da USP, 2009. p. 25–48.

GALVÃO, A. A reforma sindical: mudança ou continuidade. In: BORGES, A. (Ed.). **A reforma sindical e trabalhista no governo Lula**. São Paulo: Instituto Maurício Grabois e Anita Gabibaldi, 2004. p. 47–71.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Revista Outubro**, n. 14, 2006a.

GALVÃO, A. Mais do mesmo: a convergência entre CUT e Força Sindical rumo ao “sindicalismo cidadão”. In: 3º Congresso Latinoamericano de Ciência Política - Democracia e Desigualdades, Campinas. **Anais...** Campinas: 2006b.

GALVÃO, A. Reformas ou contra-reformas? As reformas sindical e trabalhista do governo Lula. In: XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. **Anais...** Guadalajara: 2007a.

GALVÃO, A. As reformas sindical e trabalhista em perspectiva comparada: uma análise dos governos FHC e Lula. In: 31 Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais: 2007b.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, n. 18, p. 177–199, 2009.

GALVÃO, A. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: 2010.

GALVÃO, A. The Brazilian Labor Movement under PT Governments. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 5, p. 184–199, 2014a.

GALVÃO, A. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do

sindicalismo brasileiro. **Critica Marxista**, v. 38, 2014b.

GALVÃO, A. Burocratização e autonomia sindical: por uma perspectiva não reducionista. In: Colóquio MarxEngels, Campinas. **Anais...** Campinas: 2015. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Andreia_galvao_10261.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

GALVÃO, A. Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments. **Studies in Political Economy A Socialist Review**, n. 96, 2016.

GIANNOTTI, V. **Força sindical: a central neoliberal de medeiros a paulinho**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GIBB, L. S. F. **A tendência de despadroneização da jornada de trabalho**. 2017. Unicamp, 2017.

GOMES, A. M. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, D. C.; SILVA, L. B. e; SÓRIA, S. Condições e relações de trabalho no setor público: o caso do governo Lula. **Revista de Sociologia Política UFPR**, v. 20, n. 42, p. 167–181, 2012.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? **Sociologia del Lavoro. Diseguaglianze oggi: quanto conta ancora l'occupazione**, n. 144, p. 55–84, 2016.

GUIOT, A. P. **Dominação burguesa no brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010**. 2015. Universidade Federal Fluminense, 2015.

GUMBRELL-MCCORMICK, R.; HYMAN, R. **Trade unions in western europe: hard times, hard choices**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HAMANN, K.; KELLY, J. Unions as political actors: a recipe for revitalization? In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 93–116.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEERY, E.; ADLER, L. Organizing the Unorganized. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 45–70.

HENRIQUE, A. CUT: um olhar de 2006 a 2012. **Central Única dos Trabalhadores, São Paulo**, 2012.

HENRIQUE, W. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil**. 1999. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

HIRATUKA, C. Inserção comercial brasileira frente às transformações na economia global: desafios pós-crise. In: PADULLETO, A.; HIRATURA, C.; BRAGA, J. C.; FRACALANZA, P. (Ed.). **Dimensões Estratégicas do Desenvolvimento Brasileiro: a construção novamente interrompida**. [s.l.] Plataforma de Política Social, 2015. p. 14–24.

- HORN, C. H. Reflexões sobre consenso e dissenso na reforma sindical. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais: 2005.
- HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes e CEBRAP, 1982.
- HYMAN, R. **Marxism and the sociology of trade unions**. London: Pluto, 1971.
- HYMAN, R. **Industrial relations. A marxist introduction**. London.: Macmillan, 1975.
- HYMAN, R. Los sindicatos y la desarticulación de la classe obrera. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 2, n. 4, p. 9–28, 1996.
- HYMAN, R. An emerging agenda for trade unions? **International Institute for Labour Studies**, 1999.
- HYMAN, R. **Understanding european trade unionism – between market, class and society**. London: Sage, 2001.
- HYMAN, R. How can trade unions act strategically? **Transfer 2/07**, v. 13, n. 2, p. 193–210, 2007.
- HYMAN, R.; GUMBRELL-MCCORMICK, R. Collective Representation at work: institutions and dynamics. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Comparative Employment Relations in the global economy**. London, New York: Routledge, 2013.
- IPEA. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise. 2017.
- JÁCOME RODRIGUES, I. Perspectivas do Sindicalismo no Brasil: o caso da CUT. In: ANPOCS, I. (Ed.). **O Brasil no Rastro da Crise**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 39–90.
- JÁCOME RODRIGUES, I. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983 a 1993)**. 2 edição ed. São Paulo: LTr, 2011.
- JÁCOME RODRIGUES, I. TRABALHADORES E SINDICALISMO NO BRASIL: para onde foram os sindicatos? **CADERNO CRH**, v. 28, n. 75, p. 479–491, 2015.
- JARDIM, M. C. “Nova elite no Brasil”? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 2, p. 363–399, 2009.
- JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. **Programa de aceleração do crescimento (pac) neodesenvolvimentismo?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KALLEBERG, A. J. **Good jobs, bad jobs. the rise of polarized and precarious employment systems in the united states, 1970s to 2000s**. Hardcover, 2011.
- KELLY, J. **Rethinking industrial relations: mobilization, collectivism and long waves**. New York: Routledge, 1998.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.
- KREIN, J. D. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no brasil nos anos 90**. 2001. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2001.

KREIN, J. D. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**. Campinas: Editora LTr, 2013.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. D. E. B. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **Cadernos del Cendes**, v. 32, n. 89, p. 47–82, 2015.

KREIN, J. D.; CASTRO, B. G. de. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. **Análise. Friedrich Ebert Stiftung**, n. 6, 2015.

KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F.; LEMOS, P. R.; DIAS, H. R. As reformas regressivas no Brasil e o posicionamento das Centrais Sindicais. In: Congress of the Latin American Studies Association, Lima. **Anais...** Lima: 2017.

KREIN, J. D.; DIAS, H. R.; COLOMBI, A. P. F. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. **Estudos Avançados USP**, v. 85, n. 29, p. 121–135, 2015.

KREIN, J. D.; MANZANO, M.; SANTOS, A. L. dos; DUARTE, C. Os determinantes e as boas práticas que explicam o avanço da formalização no Brasil durante o período 2003-2014. **Organização Internacional do Trabalho**, 2018.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. dos; NUNES, B. T. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. **Revista da ABET**, v. X, n. 2, 2011.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. As controvérsias das negociações coletivas no anos 2000 no Brasil. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Ed.). **O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 213–246.

LADOSKY, M. H. RAMALHO, J. R. RODRIGUES, I. J. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FERRAZ, M.; BRIDI, M. A. (Ed.). **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LADOSKY, M. H. **A cut no governo lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa**. 2009. Universidade de São Paulo, 2009.

LADOSKY, M. H.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 147–170, 2014.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LAVINAS, L. 21st Century Welfare. **New Left Review**, p. 5–40, 2013.

LAVINAS, L. **The takeover of social policy by financialization: the brazilian paradox**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E. Reforma da previdência e regime complementar. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 3, p. 615–635, 2017.

LAVINAS, L.; FERRAZ, C.; VEIGA, A. Inclusão financeira, crédito e desenvolvimento. Que papel uma renda básica pode jogar nesse processo? In: 13 Congress of Basic Income Network (BIEN), São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2010.

- LEMOS, P. R. **Entre o mercado e a sociedade: o sindicalismo da união geral dos trabalhadores (UGT)**. 2014. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- LÉVESQUE, C.; MURRAY, G. Understanding union power: resources and capabilities for renewing union capacity. **Transfer: European Review of Labour and Research**, n. 16, p. 333–350, 2010.
- LINHARES, R. As greves de 2011 a 2013. **Revista de Ciências do Trabalho**, n. 5, 2015.
- LOPEZ, F. G. Fórum Nacional da Previdência Social: convergências e divergências. **IPEA**, 2009.
- LUKES, S. **Power: a radical view**. Second ed. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 3, 2017.
- MARTUSCELLI, D. E. Social-Liberalismo, Classes Dominates e os Desafios da Esquerda Socialista na Conjuntura Atual. **BLOG MARXISMO 21: Dossiê Esquerdas, Eleições e Transformações Estruturais da Sociedade Brasileira**, 2014.
- MCILROY, J. Ten Years of New Labour: workplace learning, social partnership and union revitalizations in Britain. **British Journal of Industrial Relations**, v. 2, n. 46, p. 283–313, 2008.
- MEDEIROS, C. A. Industrialização e regime salarial na economia brasileira: os anos 60 e 70. **Economia e Sociedade, Unicamp.**, n. 2, 1993.
- MEDEIROS, C. A. de. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.
- MELLO, J. M. C. **Capitalismo tardio**. 11 Edição ed. Campinas: Editora UNESP, FACAMP, 2009.
- MELLO, J. M. C.; NOVAES, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. Campinas: Editora UNESP, FACAMP, 2009.
- MOISÉS, J. Á. **Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MUNCK, R. **Labour and globalization: results and prospects**. Cambridge: Liverpool University Press, 2004.
- MUNCK, R. Globalization and the Labour Movement: Challenges and Responses. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 2, p. 218–232, 2010.
- NATALUCCI, A. Revitalización sindical y sindicalismo peronista: encrucijadas entre el corporativismo y la política (Argentina, 2003-2012). **Les Cahiers ALHIM**, v. 26, p. 1–13, 2013.
- NATALUCCI, A. Las recientes transformaciones en el mundo sindical (2003-2015). **Espectros**, v. 2, p. 1–9, 2015.
- NORONHA, E. G. **O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos**. 1998. Universidade de São Paulo, 1998.

- NORONHA, E. G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978 - 2007. **Lua Nova**, n. 76, p. 119–168, 2009.
- NOZAKI, W. O governo, seus zumbis e seus fantasmas. **GGN. O Jornal de todos os Brasis**, 2015. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/o-governo-seus-zumbis-e-seus-fantasmas-por-william-nozaki>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- NOZAKI, W.; SOUZA, J. O Brasil não conhece o Brasil. **Fundação Perseu Abramo**, 2017.
- OFFE, C.; WIESENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, C. (Ed.). **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 56–118.
- OIT. Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: El empleo en plena mutación. 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368643/lang--es/index.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.
- OLIVEIRA, F. Apocalypse now: o “coração das trevas” do neoliberalismo. In: **Os Cavaleiros do Antipocalypse: trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo: Cebrap; Editora Entrelinhas, 1998.
- OLIVEIRA, F.; COMIN, A.; COMIN, A.; LOPES, A. Y. D.; ZAIDLER, E. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. **Novos Estudos. Cebrap**, n. 36, p. 3–8, 1993.
- OLIVEIRA, J. M. Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego? **Radar, IPEA**, 2013a.
- OLIVEIRA, M. A. **Política trabalhista e relações de trabalho no brasil. da era vargas ao governo fhc**. 2002. Unicamp, 2002.
- OLIVEIRA, M. R. de. **Resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos impactos iniciais da crise econômica (2008-2009)**. 2013b. Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- PEROSSI, M. **A composição da remuneração do trabalhador nas grandes empresas**. 2017. Universidade de Campinas, 2017.
- PHELAN, C. Worldwide Trends and Prospects for Trade Union Revitalisation. In: PHELAN, C. (Ed.). **Trade Union Revitalisation. Trends and Prospects in 34 Countries**. Germany: Peter Lang, 2007. p. 11–38.
- POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POLANY, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 Edição ed. São Paulo: Editora Compus, 2000.
- PROGRAMA. Programa de Governo, coligação Lula Presidente. **Fundação Perseu Abramo**, 2002.
- PROGRAMA. Programa de governo Lula Presidente: Lula de novo com a força do povo. **Fundação Perseu Abramo**, 2006.
- QUEIROZ, A. A. de. Direitos Trabalhistas Ameaçados. **DIAP**, 10 dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/5513-direitos-trabalhistas-ameacados>>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

RAMALHO, J. R.; CORDEIRO, M. de C.; SILVA, E. Â. Movimento Sindical, Conselhos e Participação Social: estudo de caso sobre a dinâmica no Brasil após a Era Lula. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Campinas. **Anais...** Campinas: 2015.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Ed.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11–43.

RAO, E. **Tempo de trabalho no Brasil contemporâneo: a duração da jornada de trabalho (1990-2009)**. 2013. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

REIS, G. A CUT diante de um futuro incerto. **Portal vermelho**, 16 jun. 2006.

RODGERS, J. Precarious work in Western Europe: The state of the debate. In: RODGERS, J.; RODGERS, J. (Ed.). **Precarious Jobs in Labour Market Regulation**. Geneva: ILO, 1989.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 381–403, 2014.

RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, L. M. O sindicalismo nos anos 1980: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 1, p. 11–19, 1990a.

RODRIGUES, L. M. **Os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990b.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR, L. É golpe preocupante proposta da nova CLT em curso no Congresso. 2007.

SAMPAIO JR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672–688, out/dez, 2012.

SANTANA, M. A. Política e História em disputa: o “novo sindicalismo” e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, I. J. (Ed.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 133–161.

SANTOS, P. R.; GUGLIANO, A. A. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 3–19, 2015.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desenvolvimento industrial: oportunidades e desafios futuros. **Texto de Discussão 187**, 2011.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. **Texto de Discussão 290**, 2017.

SCHMALZ, S.; DÖRRE, K. The power resources approach. **FES Project Trade Unions in Transformation**, 2014.

SEBRAE. Perfil do Microempreendedor Individual. 2015.

SEIDMAN, G. **Manufacturing militance: workers' movements in Brazil and South Africa, 1970 - 1985**. London: University of California Press, Ltd., 1994.

SILVA, J. B. **Racismo e sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983- 2002)**. 2008. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SILVA, J. P. Inequality in contemporary Brazilian debate. Between citizenship and recognition. **Civitas**, v. 15, n. 4, p. 703–722, 2015.

SILVA, L. A. M. da. Sobre a (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano. **São Paulo em Perspectiva**, v. IV, n. 3 e 4, p. 2–5, 1991.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVERMAN, J. K. **Reformas sindicais y la inserción política del movimiento sindical en el cono sur bajo los gobiernos progresistas: un análisis de los casos de Brasil y Uruguay**. 2014. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SINGER, A. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, v. 97, 2013.

SINGER, A. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 102 julho, p. 43–71, 2015.

SMITH, R. Militância revivida na AFL-CIO qual a sua importância para o sindicalismo latino-americano? **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 1, 1998.

SORIA, S. Fundos de pensão e desenvolvimento: Governo Lula e o papel do Estado. In: 8 Encontro da ABCP, Gramado, RS. **Anais...** Gramado, RS: 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 edição ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STREECK, W. **Tempo comprado. a crise do capitalismo democrático**. Coimbra: Conjuntura Atual, 2013.

TEIXEIRA, G. da S. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro. **Ruris**, v. 8, n. 1, p. 117–147, 2014.

THERBORN, G. Lessons from “corporatist” theorizations. In: PEKKARINEN, J.; POHJOLA, M.; ROWTHORN, B. (Ed.). **Social Corporativism: a superior economic system?** Oxford: Clarendon Press, 1992. p. 24–43.

TRÓPIA, P. V. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TRÓPIA, P. V. A Força Sindical diante do Governo Lula. In: Anais do VII Seminário do Trabalho - Trabalho, educação, sociabilidade, Marília. **Anais...** Marília: 2010.

TRÓPIA, P. V.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 82–117, 2013.

TSEBELIS, G. Introdução. In: **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas**. São Paulo: Editora da FGV, 2009.

TURNER, L. Why Revitalize? Labour's Urgent Mission in a Contested Global Economy. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1–10.

VARELA, P. Sindicalismo de base en la Argentina de la posconvertibilidad. Hipótesis sobre sus alcances y potencialidades. In: GRIGERA, J. (Ed.). **Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013. p. 97–114.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. A reforma trabalhista e sindical e os desafios atuais da concertação social no Brasil. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal. **Anais...** Coimbra, Portugal: 2004.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Sindicalismo e Terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **CADERNO CRH**, v. 28, n. 75, p. 545–567, 2015.

WATERMAN, P. Adventures of Emancipatory Labour Strategy as the New Global Movement Challenges International Unionism. **Journal of World-Systems Research**, v. I-Winter, n. X, p. 217–253, 2004.

WEFFORT, F. **Origens do sindicalismo populista no Brasil**. São Paulo: Estudos Cebrap, 1973.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: la renovación del materialismo histórico**. México: Siglo XXI, 2000.

WRIGHT, E. O. Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromise. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 957–1002, 2000.

Fontes Primárias: documentos consultados

ESPAÇOS TRIPARTITES

Secretaria Geral da Presidência da República. Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar. Brasília, 2009. Disponível em:

Secretaria Geral da Presidência da República. Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as

Condições de Trabalho na Copa do Mundo da FIFA BRASIL 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/compromissos-nacionais>

Ministério do Trabalho e Emprego. Regimento Interno CRT, 2011. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/participacao-social-mtps/participacao-social-do-trabalho/conselho-de-relacoes-do-trabalho/2016-04-13-14-46-9>

AGENDA. Agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento. 2007. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/04806.pdf>>.

AGENDA. Agenda para um projeto nacional de desenvolvimento. 2010. Disponível em: <http://www.sinaaejf.org.br/site/arquivos/agenda_conclat_versao_2011.pdf>.

CDES. Atas da Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. (1ª a 44ª Reunião, entre 2003 e 2014). Disponível via Portal da Transparência do Governo Federal.

CRT. Atas da Reunião do Pleno do Conselho Nacional de Relações de Trabalho. (1ª a 21ª Reunião, entre 2010 e 2014).

CRT. Atas da Reunião da Câmara Bipartite-Governo/Trabalhadores (1ª a 14ª, entre 2011 e 2014).

Outros documentos

PROGRAMA. Programa de Governo, coligação Lula Presidente. <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>, 2002.

PROGRAMA. Programa de governo lula presidente: lula de novo com a força do povo, 2005.

CUT

HENRIQUE, A. CUT: um olhar de 2006 a 2012. Central Única dos Trabalhadores, Presidência. São Paulo: CUT, 2012.

CNB, CUT. Formação e qualificação profissional em previdência complementar. Caderno 1, 1997.

CUT. Trabalho Decente na Estratégia da CUT, 2011.

CUT. ARTSIND. Tese 10: Por uma CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta pela Base, 1988.

CUT. ARTSIND. Tese 13: Avançar, consolidar e vencer, 1991.

CUT, Cadernos de Teses 8º CONCUR, Construindo um Brasil justo e digno para todos, 2003.

CUT, Caderno de Teses 9º CONCUR, Trabalho e democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras, 2006.

CUT, Cadernos de Teses, 11ª Plenária da CUT. Trabalho, salário, emprego e desenvolvimento, 2005.

CUT, 1ª Conferência Nacional da Articulação Sindical, CONARTSIND, Síntese das Intervenções no debate sobre a estratégia da CUT, 2002.

CUT. Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT. Disputar a hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade, 2003.

CUT. Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT. Trabalho e democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras, 2006.

CUT. Resoluções do 10º Congresso Nacional da CUT. Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos, 2009.

CUT. Resoluções do 11º Congresso Nacional da CUT. Liberdade e Autonomia Sindical: democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos, 2012.

CUT. Resoluções do 12º Congresso Nacional da CUT. Educação, Trabalho, Democracia. Direito não se reduz, se amplia, 2015.

CUT. Resolução da Direção Nacional da CUT, 5 de dezembro de 2003.

CUT. Resolução da Direção Nacional da CUT, 10 de dezembro de 2007.

CUT. Resolução da Direção Nacional da CUT, 13 de maio de 2010.

CUT. Resoluções do 7º Plenária Nacional da CUT. Zumbi dos Palmares, 2012.

CUT. “CUT propõe a bancos isenção de tarifas e redução de juros para trabalhadores filiados: BB e CEF aceitam desafio. Jornal da CUT, ano 2, n. 13, 2009.

CUT. “Mobilização contra a terceirização continua nos estados”. Jornal da CUT, ano 8, n. 44, 2013.

FORÇA SINDICAL:

FORÇA SINDICAL. Resoluções do 3º Congresso Nacional. Emprego, Educação e Justiça, 1997.

FORÇA SINDICAL. Resoluções do 4º Congresso Nacional. Um Novo Projeto para o Brasil, 2001.

FORÇA SINDICAL. Resoluções do 5º Congresso Nacional. Distribuir Renda é Fortalecer o Brasil, 2005.

FORÇA SINDICAL. Resoluções do 6º Congresso Nacional. Toda Força pelo Trabalho Decente, 2009.

FORÇA SINDICAL. “O nascimento de um novo caminho”. Revista da Força Sindical, 2000.

FORÇA SINDICAL. “Mudanças urgentes”. Jornal da Força, n. 30, 2003.

FORÇA SINDICAL. “O pior Dia do Trabalho da história”. Jornal da Força, n. 34, 2004.

FORÇA SINDICAL. “O que há de bom e de ruim do Plano Brasil Maior”. Jornal da Força, n. 71, 2011.

FORÇA SINDICAL. “Centrais anunciam grandes atos e muitas greves para Julho”. Jornal da Força, 2013, n. 83.

FORÇA SINDICAL. “O líder que lançou o novo sindicalismo brasileiro”. Revista da Força, ano 9, n. 2, 2000.

FORÇA SINDICAL. “Central quer popularizar bolsa de valores”. Revista da Força, ano 10, julho 2001.

FORÇA SINDICAL. 20 Anos de Luta: a história da Força Sindical. Geração Editorial: São Paulo, 2011.

FORÇA SINDICAL. “Delegações internacionais debatem a crise e o sindicalismo”. Revista da Força, ano 18, 2009.

Anexos

Anexo A: Roteiro de Entrevistas

1. Como foi sua trajetória no movimento sindical brasileiro e, especialmente, CUT/FS? Há quanto tempo atua na CUT/FS?
2. Qual o impacto da chegada do PT ao Poder Executivo para o movimento sindical?
3. Esses novos governos abriram novas oportunidades? E dificuldades? Quais?
4. Quais pontos a sua central identificou como os mais importantes para serem disputados nos governos do PT?
5. Que estratégia sua central priorizou para disputar esses pontos?
6. Quais demandas foram conquistadas?
7. Quais não avançaram?
8. A que você atribui as demandas que não avançaram?
- 8.1 Em relação à remuneração, quais as principais reivindicações do movimento sindical?
- 8.2 E em relação à legislação trabalhista, quais foram as principais reivindicações? Houve avanços? Quais?
9. Qual foi o papel da CUT na construção dessa agenda, que tem como mote a luta pelo *crescimento econômico com valorização do trabalho e distribuição de renda*?
10. Qual a posição da central em relação à regulamentação da terceirização?
11. A que você atribui o insucesso na regulamentação da terceirização durante os governos Lula e Dilma?
12. Na sua avaliação, porque a reivindicação de *redução da jornada sem redução de salários* não foi aprovada?
13. Qual a sua visão sobre a política do Microempreendedor Individual (MEI)? O que você considera as vantagens e desvantagens dessa política para o trabalhador? Essa política tem impactos na organização sindical?
14. A regulamentação das centrais, o acirramento das disputas nos órgãos de cúpula, e a falta de consenso sobre alguns pontos da agenda podem ter sido responsáveis pelo não avanço de algumas demandas?
15. Como foi a relação da sua Central com as demais centrais, sobretudo a CUT/FS, durante os governos do PT? Teve alguma aproximação ou distanciamento em relação à década de 1990?
16. Qual a sua opinião sobre a relação da CUT/FS com os movimentos sociais? Houve mudanças nessa relação durante os governos do PT?
17. Qual a importância que a CUT atribui à sua participação nos fóruns e conselhos criados e promovidos nos governos no PT?
18. Como você avalia a experiência do Fórum Nacional do trabalho?
23. Qual a importância da lei de reconhecimento das centrais aprovada no governo Lula?
24. Qual o impacto que o reconhecimento teve sobre a central e a sua base? Quais as estratégias de ampliação da representatividade? O reconhecimento gerou concorrência entre as centrais? Isso atrapalhou ou facilitou a unidade entre as centrais?
25. Na sua opinião, as políticas públicas e trabalhistas desse período foram importantes para a ampliação da cidadania?
26. Em linhas gerais, como você avalia os governos Lula e Dilma? Eles foram diferentes no que diz respeito à relação que estabeleceram com a CUT/FS?
30. Em linhas gerais, como você caracterizaria a ação da CUT/FS durante os governos do PT?
31. Em linhas gerais, como você caracterizaria o papel político da central nesses governos?